

OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



N.ºs 144 - 145



ANOS 1981 - 1982

Oferta

200.7.12

OLISIPO

BIÊNIO 1981-1982

N.º 144-145

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra — Rua do Açúcar — Telefone 38 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. — S. Vicente de Fora — R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

O NOSSO CONSÓCIO ALMADA NEGREIROS 3

ESTUDOS OLISIPONENSES

TEATROS DA GRAÇA — pelo *Dr. Francisco Santana* 7
ALGUNS VELHOS TEATROS DESTA LISBOA ALFACINHA — por
António C. Pinho 21
SOBRE UM EQUÍVOCO ANTIGO NA TOPONÍMIA LISBOETA — pelo
Eng. Manuel José Maia Athayde 35
SEXTO ROTEIRO FRASEOLÓGICO DE LISBOA
pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 41
PÁTIOS DE LISBOA — pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 59
O CASTELO DE S. JORGE — pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 63

ACTIVIDADE CULTURAL

CAMÕES — UM PERFIL
por *D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita* 67
O COLÉGIO MILITAR — pelo *Dr. Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca* 87
CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE OLISIPÓGRAFOS
EX-ALUNOS DO COLÉGIO MILITAR — pelo *Coronel António Luís
Tadeu* 95
O SANTUÁRIO DA LUZ — pelo *Coronel António Luís Tadeu* 102
NOSSA SENHORA DA LUZ — pelo *Eng. Ruy de Sampaio e Mello* 110
ALFAMA: DUAS VISITAS DE ESTUDO
pelo *Dr. Paulo Caratão Soromenho* 117

EXPOSIÇÃO DE PINTURA E DESENHO	123
TRÊS POEMAS — de <i>Viliano Leal</i>	127
A RIBEIRA VELHA E A CONCEIÇÃO VELHA — pelo <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	130
VISITA À BIBLIOTECA DA AJUDA — pelo <i>Coronel António Luís Tadeu</i> e pela <i>Dr.ª D. Maria da Conceição de Carvalho Geada</i>	133
A TORRE DE BELÉM — pelo <i>Coronel António Luís Tadeu</i>	138
O INSTITUTO MILITAR DOS PUPILS DO EXÉRCITO — pelos Serviços do I.M.P.E.	144
SANTO ANTÓNIO E A CIDADE DE LISBOA — pelo <i>Prof. Dr. Francisco da Gama Caeiro</i>	150
PERGUNTA - RESPOSTA — Compilação de P.C.S.	153
O GRUPO AMIGOS DE LISBOA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO — Compilação de P. C. S.	159
FEIRA DA LADRA — Compilação de P.C.S.	165
TREMORES DE TERRA. QUE FAZER? — pelo Serviço Nacional de Protecção Civil	170

VIDA ASSOCIATIVA

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA E PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS DE 1981	175
ALGUNS ESCLARECIMENTOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE O BALANÇO E RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1981 — por <i>D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita</i>	184
PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS DE 1981	188
CORPOS GERENTES (em 1981)	189
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA E PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS DE 1982	192
CORPOS GERENTES (em 1982)	205
PREENCHIMENTO DE CARGOS VAGOS E REMODELAÇÃO DAS COMISSÕES DE ESTUDOS (7 de Fevereiro de 1983)	208

O nosso Consócio
ALMADA NEGREIROS

Grupo "AMIGOS DE LISBOA"

SÉDE PROVISÓRIA

Largo do Chiado, 12, 2.º — LISBOA

TELEF. 2 3972

Proposta para sócio

Nome *Lozê de Almada Negreiros*
Profissão *pintor*
Residência *rua de S. Filipe Nery 42, 2.º*
Local da cobrança *11*
Subscreve com a joia de Esc. *20 \$ 00* e com a quota mensal de Esc. *5 \$ 00* (*cinco escudos*)
Desejo efectuar o pagamento ao *mês* (mês, trimestre, semestre, ano)

Assinatura

almada

Lisboa, *17* de *Abril* de 1937

Os sócios proponentes

Manuel Maria de Carvalho
Miguel Teixeira

Quota mensal mínima — Esc. 5\$00

O pagamento da joia é facultativo

Admitido em Sessão da Direcção de *4* de *Maio* de 1937
sob o número *204*

O Secretário Geral

Henrique de Almeida



RUA GARRETT, 62, 2.º
LISBOA
TELEFONO 2 5711

Proposta para Sócio

Nome

Luís de Almada Negreiros

Profissão

pintor

Naturalidade

portuguesissimo

Residência

r. de S. Felipe Neri 42, 2.º

Tel. 62332

Local da cobrança

||

Subscreve com a jóia de Esc. 20\$00 e com a quota mensal de Esc. 5\$00

Deseja efectuar o pagamento ao (mês, trimestre, semestral, ano).

Assinatura

Luís de Almada Negreiros

Lisboa, 30 de Março de 1944

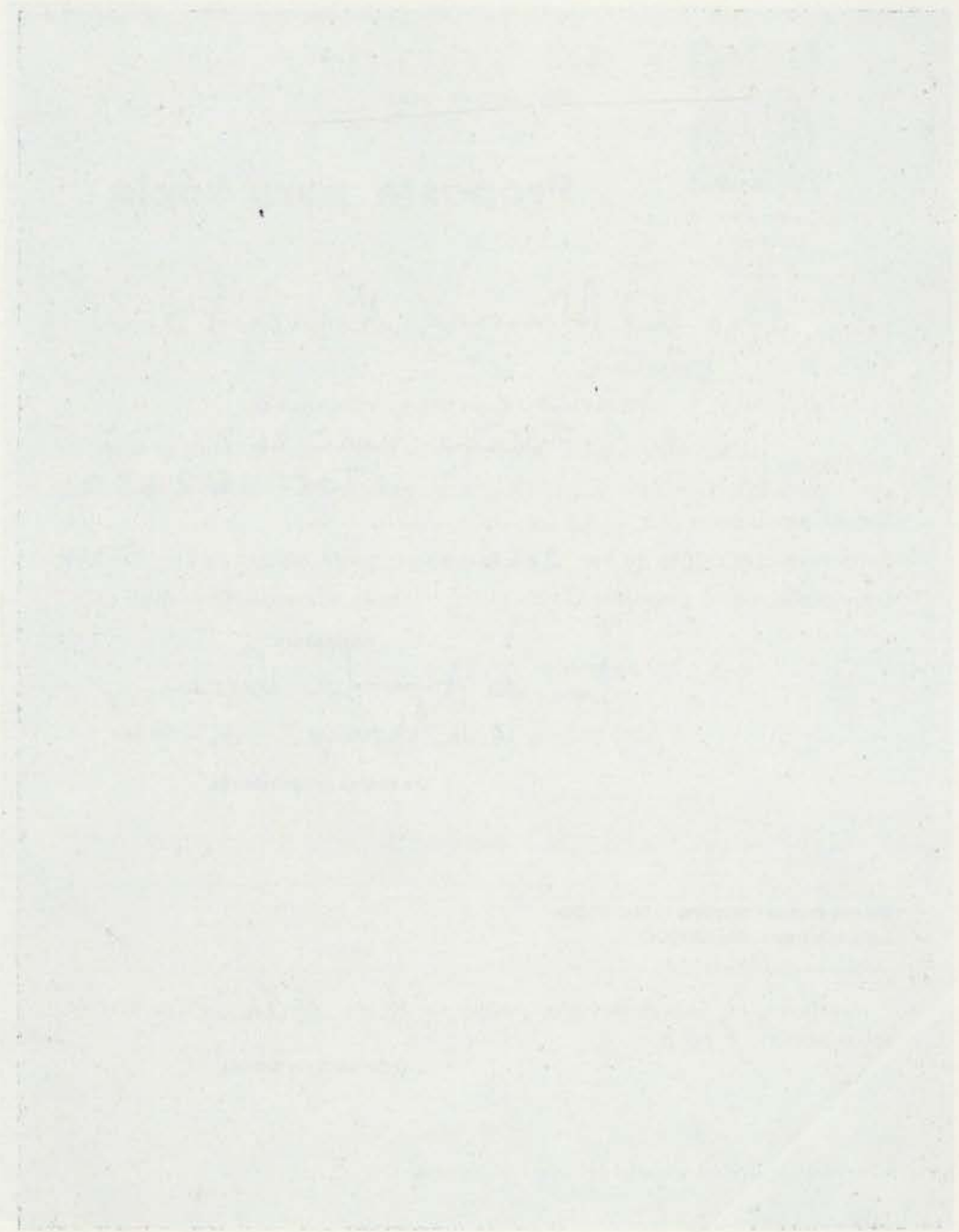
Os sócios proponentes

Quota mensal mínima — Esc. 5500.

Jóia mínima — Esc. 20500.

Admitido em Sessão da Junta Directiva em 4 de Abril de 1944
sob o número 1790.

O Secretário Geral,



TEATROS DA GRAÇA

pelo DR. FRANCISCO SANTANA

A quem hoje percorra o Largo da Graça ou passe pela Rua Voz do Operário deparam-se-lhe dísticos que o encaminham para o Teatro da Graça.

Trata-se de casa de espectáculos situada na Travessa de S. Vicente, com entrada pelo n.º 11, instalada em dependências de A Voz do Operário. É o teatro gerido pela cooperativa Grupo Teatro Hoje, criada em 1975 e ali instalada desde 1977 (1).

Mas não é este o primeiro teatro que na Graça existe e dela toma o nome. Sousa Bastos (2) refere-se a um outro, existente «dentro de um palácio arruinado, hoje já construído de novo, com entrada pelo largo da Graça em frente da igreja e com janelas para a calçada da Graça. Tinha uma boa platea e grande galeria para senhoras. Existia ali nos meados do seculo passado. Os seus espectaculos eram

(1) No Teatro da Graça levou o Grupo à cena: em 1977 «O equívoco», de Camus (com encenação de Gastão Cruz e cenografia de José Rodrigues), «A estalajadeira», de Goldoni (com encenação de Carlos Fernando e cenografia de Ana Jotta) e «Uma abelha na chuva», de Carlos Oliveira (com encenação de Gastão Cruz e cenografia de Artur Rosa); em 1978 «Porta fechada», de Sartre (com encenação de Jorge Listopad e cenografia de José Rodrigues); em 1979 «Feliz Natal, Avózinha», de Gilbert Léautier (com encenação de Carlos Fernando e cenografia de José Rodrigues); em 1979 e 1980 «Miss Julie», de Strindberg (com encenação de Carlos Fernando e cenografia de Ana Jotta); em 1980 «Slag», de David Hare (com encenação de Carlos Fernando e cenografia deste e de José Cunha); em 1981 «A vida íntima de Laura», de Clarice Lispector (com encenação de José Caldas e cenografia de Dalton Salem Asseff); em 1982 «O rufia na escada» de Joe Orton (com encenação de Carlos Fernando e cenografia de Dalton Salem Asseff).

Estes dados são devidos à amabilidade do Exmo. Senhor António dos Santos Maldonado, membro da cooperativa Grupo Teatro Hoje.

(2) in «Diccionario do Theatro Portuguez», Lisboa, 1908.

dados por amadores de diversas sociedades.» Este teatro, onde representou o grande António Pedro ⁽³⁾, pelas referências feitas se depreende que terá funcionado algures no grande palácio dos Senhores da Trofa, a edificação setecentista que defronta o largo com a sua frontaria um tanto atarracada e, assumindo aí certa imponência, desce pelo lado oriental da calçada.

E é ainda Sousa Bastos, na obra citada, quem nos informa de ter existido, anteriormente, um outro teatro da Graça, situado na calçada, propriedade de Henrique da Costa Passos e construído por Simão Caetano Nunes, teatro que seria de razoáveis dimensões e de que indica preços de bilhetes, peças representadas entre 1773 e 1775, artistas que nele trabalharam.

E em outra obra ⁽⁴⁾ já o mesmo autor indicara diversos interessantes documentos que possuía e permitem recuar para 1771 o período em que, comprovadamente, o teatro funcionou.

Notícia a acrescentar às carreadas por Sousa Bastos só encontro a que, louvando-se em Cirilo Wolkmar Machado, indica Teófilo Braga: a de que o coreógrafo Manoel da Costa fora «estudar a Arte na escola de Simão Caetano Nunes, quando elle regia tambem o Theatro da Graça, onde podemos dizer que se creou, e teve occasião de aprender o mecanismo das tramoias, que ali fazia um bom Machinista hespanhol (...)» ⁽⁵⁾.

Vamos tentar agora, com base em documentação para esse fim procurada, determinar o período de funcionamento do teatro e, também, a sua aproximada localização.

A mais antiga referência que encontro a um teatro que está ainda no domínio dos futuríveis é a que consta da escritura de arrendamento, por Henrique da Costa Passos a Simão Aranha Cota Falcão e sua mulher, em 23 de Dezembro de 1766, de «hum quintal por detras das cazas em que são moradores que fás frente» à Calçada da Graça, a fim de «edificar huma caza p.^a representação comica». ⁽⁶⁾ Os

⁽³⁾ «António Pedro (...) entrou para sócio dum grupo de *curiosos* que tinha um teatrinho na calçada do Cascão e ali se estreou na comédia *Depois da meia-noite*. Um ano depois representava no *da Graça*, tido ao tempo como o melhor dos teatros de amadores (...)» (Luiz Pastor de Macedo, «Lisboa de lés-a-lés», Lisboa, 1955, vol. I, pág. 132).

⁽⁴⁾ «Carteira do Artista», Lisboa, 1898, pp. 690 e 691.

⁽⁵⁾ «Historia do Theatro Portuguez» (séc. XVIII), pág. 41.

⁽⁶⁾ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cartório Notarial 12 B, L.º741, F. 43.

senhorios, que não eram proprietários do terreno, receberiam 60\$000 anuais, teriam direito a um camarote e ficar-lhes-ia «sempre livre e desembaraçada a serventia e o uzo da caza que no dito quintal tem donde costumaõ ver as porçiçoens q pella mesma calçada passaõ».

Mas parece que o direito dos Cota Falcão a fazer o arrendamento era duvidoso e, por isso, passados dias, em 15 de Janeiro de 1767, é celebrada no mesmo tabelião nova escritura, respeitante ao mesmo terreno, desta vez com Francisco de Miranda e Silva, «Senhor Emfiteutico de hum Prazo q consta de terra de que he senhoria directa a Collegiada de Santa Marinha q faz frente a calçada da Graça». A renda seria de 59\$000 e Miranda teria direito a um camarote na ilharga da casa, camarote cuja chave sempre estaria em seu poder.

Menos de um ano depois o teatro estaria pronto ou quase, como se depreende de escritura celebrada em 18 de Dezembro de 1767 entre Costa Passos e a colegiada de S. Tomé (7).

Segundo consta da mencionada escritura Passos «mandara formar huã caza p.^a representaçãõ comica na Calsada da Graça no Quintal das cazas do Ex.^{mo} Marques de Badmar e Moya prazo foreiro em vidas». Mas acontecia que, na forma do aforamento do terreno do mencionado quintal, celebrado em 10 de Janeiro de 1747, o quintal deveria ser como tal mantido e o construtor ocupara-o com a «dita nova Caza, e mais oficinas p.^a o seu menisterio»; por isso, a colegiada tratara de embargar as obras.

Avançou Henrique Passos com uma proposta de acordo: ele daria à colegiada «em cada hum anno dos q exestir a dita caza e laborar em qualquer representaçãõ hum dia de beneficio não sendo em Domingo ou dia Santo de Guarda, que elles Rd.^{os} Prior e Bend.^{os} prez.^{tes} e futuros elegerem, p.^a o que elle H.^e da Costa Passos (...) lhe porá pronta a mesma caza e teatro com todas as vistas e trastes q forem pertencentes e percizos p.^a a obra q se ouver de representar, entregandolhe as chaves da platea, camarotes, e varandas, e os bilhetes p.^a a mesma Colegiada os destribuir como lhe parecer, pagando as despezas percizas tanto aos comicos, e mais pessoas percizas da sua laboraçãõ, como á muzica (...)»; além disso, a colegiada receberia também, para que os seus membros pudessem assistir às representações, seis bilhetes para cada uma, dos da plateia, «dandolhe a melhor

(7) A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.º 743, F. 65 V.

acomodaçãõ q posiuel seja, e indo a tempo será do outauo banco p.^a a boca do Tablado». Cumpridas que fossem as obrigações assumidas por Passos, a colegiada não impediria «o uzo da d.^a caza; tendo principio este contrato logo neste anno pello que pertence ao prezepio q hade principiar no corrente mes despois de dia de Natal» e desistia «do embargo q haviaõ feito p.^a naõ continuar a obra da d.^a caza e ser demolida».

Sucessivas escrituras nos vão facultando novas informações sobre o teatro. Assim, em 7 de Setembro de 1769 ⁽⁸⁾, no escritório do tabelião Joaquim José de Brito, «junto da Portaria do Salvador», compareceram Passos, «morador no Largo da Graça» (quando da celebração da anteriormente mencionada residia ao Marco Salgado), e «Claudio Joze Antonio de Azeuedo almotacê da limpeza do Bairro de Alfama m.^r. na rua nova da Graça», estando também presente José da Silva e Cunha, morador na Calçada de Santo André, sócio de Passos.

Declarou Passos «q por lhe pertencer a caza de representação Comica q mandou edeficar na calçada da Graça q tem servido de representação de prezepio se havia ajustado com elle Claudio Joze Ant.^o de Azeuedo para lhe arrendar a dita caza p.^a qualquer representação de bonecos, como disse q por esta Escritr.^a lha arrenda com as condiçoens seguintes. que este Arrendam.^{to} terá o perfixo t.^o de hum anno, comesado no primeiro de Dezembro do corrente, e terâ fim no ultimo de Novembro do proximo futuro de mil sete centos e setenta». A renda era de 144\$000 em três pagamentos, metade na semana antes do Entrudo de 1770, 36\$000 em Julho e outro tanto em Novembro. Obrigava-se ainda o proprietário «a dar todo o figurado e vistas e o mais pertencente â representação do prezepio capâs de uzo e na forma dos mais annos q elle praticou; e juntam.^{to} sala de fora e pano da boca», devendo dá-lo «mes e meyo antes do dia de Natal proximo para ter exercicio o prezepio» e facultando também «todos os bonecos e figuras pertencentes ao baile do mesmo prezepio capaz de se uzar deles e os bastidores em seus lugares e o mais pertencente (...)». Henrique Passos e Cláudio de Azevedo assentavam ainda em que «(...) todos os bancos, portas, Palateya e tilhados serà obrigada a caza a dar prontos p.^a o tempo q se houver de principiar o d.^o prezepio como tambem as chaves de todas as Portas ficando elle novo

(8) A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.^o 748, F. 49.

empersario obrigado a conservar em hum quarto de cazas do dito Prezepio a Jacinto Roque e sua familia, p.^a a obrigação com que fica de acudir a qualquer couza da factura de Pedr^o. ou Carpintr^o. q a caza haja mister. que elle nouo empersario sera obrigado, a dar os camarotes q a caza tinha e tem obrigação de dêr na forma da Escritura de seu Arendam.¹⁰ e ao menistro Criminal do Bairro e as janelas da Caza da Espera desembaraçadas para dia de sesta fr.^a da porcissão de Passos e asim a repartição que se acha no andar de Camarotes do meyo, ao pe da boca por esta ser p.^a a caza. que sendo cazo q o edeficio se dimula por qualquer insidente ou porque se aruine em forma que não possa trabalhar a caza não correrâ do tal tempo em diante renda alguma (...) e somente elle impersario pagará os dias vencidos fazendo a conta aos que teue exercicio e os mais que deuia bailar; e isto no cazo tambem q seja ordenado e prohibido pella Corte por este arendam.¹⁰ ser tambem p.^a. baile de outro qualq.^{er} deuertim.¹⁰ de Bonecros».

Pouco tempo decorrido sobre a celebração do anterior contrato foi o mesmo anulado, sendo substituído por um outro, celebrado entre Costa Passos e Cláudio Azevedo em 20 de Dezembro de 1769, estabelecendo uma sociedade por três anos (de 1 de Dezembro de 1769 a 30 de Novembro de 1772) ⁽⁹⁾. Passos, «senhor da sua caza e theatro de representação cita na Calçada da Graça», pagaria rendas e custearia representações; ficaria ele com o camarote n.^o 18 e Azevedo com o n.^o 29; podia «cada hum eleger p.^a sy hum dia de beneficio», especificando-se ainda que «havendo na Caza representação de prezepio terá a mesma caza dois dias de Beneficio que elle H.^e da Costa como dono della quizer escolher, e havendo representação comica tera sô hum». Cláudio Azevedo manteria escriturado um livro «q sempre existirá no Arquivo da mesma Caza no qual (...) lançara toda a receita e despeza (...) e do liquido q houver tiradas as despesas diarias no fim de cada tres bailes; se fara de todo o liquido hum monte q se deuedira em tres partes», duas para Passos e uma para o seu associado.

Tem também algum interesse registar aqui o teor da escritura firmada por Passos e José da Silva e Cunha no dia 27 de Setembro de 1770 ⁽¹⁰⁾. Por ela se declarava que Passos «he senhor de huma

⁽⁹⁾ A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.^o 748, F. 109.

⁽¹⁰⁾ A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.^o 751, F. 58.

caza de representação comica (...) na q^l the o tempo prezente tem gasto a quantia de dois contos noventa e hum mil trezentos e des reis; e como para o aumento da mesma Caza admetio por compa-
nheiro a ele Joze de S^a. Cunha entrara este com a quantia de cento e vinte mil trezentos e dés reis (...) E porquanto elle (...) a porporçãõ da dita quantia deue perceber de lucros q houver na d^a. caza huma p.^{to} comrespondente ao seu dinheiro; todo o lucro q houuer na d^a. caza em qualquer deuertim.^{to} q seja se repartira em dezoito partes e hum tersso das quais recebera elle sossio Joze da S^a. Cunha huma parte, e as dezacete e hum terço seraõ para elle Imperssario (...) e como este tem rezervado p^a. sy o seu camarote da boca; seguirseha neste a mesma forma de partiçãõ tocando a elle Joze da S^a. Cunha de dezacete em dezacete bailes».

É do período em que o teatro esteve arrendado a Cláudio de Azevedo uma interessante notícia, que é mandada imprimir por despacho da Real Mesa Censória de 25 de Janeiro de 1770:

«Quarta fr^a. que se haõ de contar 31 do Corrente Mez se faz no Theatro da calçada da Graça hum grande e magnifico divertimento de Dansarinos e bailarinas em beneficio do Conde Palatino; o qual com toda a sua Companhia estaõ empenhados a executar neste dia todo o genero de baile na maromba, Arame, corda bamba, Equelibríos, posturas e saltos mortais (...) depois do que se apresentará huma Pantomina gracioza superior a todas as q se tem representado no dito Theatro e se intitula o Conde e Condessa Particia perseguido por zelos de Amor do Espirito Lucibel folheto q he muito jocozo, em q teraõ as mayores partes o Famoso Palhaso, e Gracioso Columbina toda a Sena sera com muita Iluminação Muzica, Canto, e Baile e Vista de otica com huma rara prespetiva q mudara de repente vinte e quatro vestidos ficando cada figura falando porporcionadamente conforme a sua transfiguração; e muito raras tramoyas naturais e Artificiais (...) Adverte q se hade principiar mais cedo por ser o Theatro pequeno e haver m.^{to} q executar: e haverá Camarotes prontos (...) Adverte taõbem q dito Conde Palatino q he hũ famigerado dentista mora na calçada de S. Andre aonde esta hũ painel» (11).

Não completou o prazo previsto o arrendamento a Cláudio de Azevedo. Em 23 de Outubro de 1770 Azevedo desiste, recebendo

(11) A.N.T.T., Real Mesa Censória, n.º 5150.

49\$776 e Passos arrenda «a sua caza e theatro (...) com todas as mais cazas e acomodaçoens senario e mais mobilia pertencentes a mesma caza» a «Bruno Joze do Vale Impersario da Caza do Bairro alto». O arrendamento principiava na data da celebração da escritura e ia até ao dia de Entrudo de 1771, sendo a renda de 144\$000 (metade no acto da escritura, metade no fim do arrendamento). Passos ficava «com hum Camarote dos da Ilharga do d^o. Theatro; sendo obrigado a mandar â sua custa comcertar os Telhados do mesmo Theatro; repartir os camarotes por dentro da boca do Theatro e cobrir os corredores do ultimo andar de guardapô, e mandar cayar os corredores todos p^a. mayor aseyo». Vale faria executar no teatro «os deuertimentos que lhe pareserem sejaõ de q qualidad.^e forem p^a. o q terá somente livre dispotismo». (12).

Henrique Passos fez em 26 de Fevereiro de 1771 novo arrendamento (13) da «sua Caza e Teátro da Calçada da Graça com todas as mais cazas e acomodaçois cenario e mais movillia a elle pertencente» a «Bruno Joze do Valle e Companhia Comessario dos Triatros desta Corte». O arrendamento principiava em 1 de Março, findando no mesmo dia do ano seguinte, sendo a renda de «sincoenta moedas de ouro de quatro mil e oito centos», paga em quarteis; caso se verificasse prorrogação por mais um ano, neste seria a renda de 60 moedas. Ficaria Passos com um camarote «que será o mesmo que teve em o tempo do outro arendam.¹⁰ que finalizou ao fazer deste, sendo obrigado a mandar consertar a sua custa os telhados do dito Teatro, portas, e todo o mais reparo de que caresser, e não terá elle Henrique da Costa Passos voz activa nem paciva, mando ou domenio algũ que seja, durante o tempo deste arendam.¹⁰». Estabelecia-se que «toda a Bemfeitoria de Bastidores, Sena, e outras movidiças, e vestoario para o dito divertimento seraõ percipuos do dito Bruno Joze do Valle», o qual ficaria desobrigado do cumprimento dos seus compromissos «em todos os cazos fortuitos como saõ mortes de Principes, incendio de Tiatro, e suspençaõ em o mesmo por ordens superiores». Esteve também presente no acto da escritura José da Silva e Cunha, sócio de Passos «em huã decima outava parte em os lucros e rendim.^{10s} do dito Tiatro». Um aditamento especifica que Bruno «fica obrigado a dar mais o Camarote do n.^o trinta e dous para elle Henrique da

(12) A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.^o 751, F. 75 V.

(13) A.N.T.T., Cart. Not. 4, L.^o 33, F. 8.

Costa Passos uzar delle em todas as representações como seu proprio e a dar livre e desembaraçada a Caza da Espera no dia de sexta feira da procissão dos Passos da Graça».

Nova sociedade encontramos celebrada, em 4 de Fevereiro de 1776, desta vez entre Henrique da Costa Passos, Paulino José da Silva e Paulo Fernandes César Montenegro, para um período de três anos com início na data da escritura; o primeiro fornecia a casa, o segundo o dinheiro e o último efectuava o trabalho de administração⁽¹⁴⁾. Mas esta sociedade foi bem efémera pois, logo em 31 de Março, Passos e Silva a declaram dissolvida, alegando que haviam dado sociedade a Montenegro «pella promessa q lhes fez de aprontar todas as Licenças necesarias p.^a a representação e laboração da mesma Caza», o que não se verificara; em 1 de Maio Montenegro foi substituído por João Baptista do Espírito Santo (que havia pago jornais e fornecido madeiras e outros artigos para a conclusão do teatro, na importância de 1386\$570) mas, este, no dia seguinte, desistiu⁽¹⁵⁾.

E só resta referir, de elementos encontrados em registos de tabeliães, um acordo entre José da Silva e Cunha e Paulino José da Silva, celebrado em 6 de Fevereiro de 1776, pelo qual Cunha cede a Silva a parte que lhe pertencia «da Caza da Comedia cita na Calsada da Graça», por isso recebendo 120\$000⁽¹⁶⁾.

Outro fundo documental já neste trabalho utilizado, o da Real Mesa Censória, dá-nos mais algumas informações e permite-nos estender o período de funcionamento da casa de espectáculos até, pelo menos, 1779. Na conferência da Mesa que teve lugar em 9 de Novembro de 1775 «O Deputado P.^e Fr. José da Rocha delatou na Meza a Denuncia que se lhe havia feito de se ter representado no Theatro da Graça huma Comedia intitulada a Martha de França, cujo argumento consiste em produzir effeitos de Magia diabolica. E se assen-

(14) A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.º 764, F. 127. Registe-se que Paulino José da Silva também celebrou, em 26/3/1775, com diversos indivíduos (alguns dos quais também estiveram ligados ao teatro da Graça) um «Instrumento de Contrato de Sociedade, Estabelecimento de Companhia p.^a representação Comica, mutua Convenção, e obrigação»; as convencionadas representações teriam lugar em «huma Caza na rua de São Jeronimo do Lugar de Belem», estabelecida por Paulino José da Silva (Cart. Not. 12 B, L.º 763, F. 16).

(15) A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.º 765, F. 30, F. 54 e F. 55.

(16) A.N.T.T., Cart. Not. 12 B, L.º 771, F. 33 V.

tou que fosse ordem ao Corregedor do Castello, para pedir aos Impressarios da dita Caza a referida Comedia, e apresentala a este Tribunal»; e logo na de 13 regista-se que «Deo Conta a esta Meza o Corregidor do Bairro do Castello de haver pedido ao Impressario do Theatro da Graça a Comedia intitulada = Martha la Romarantina» (17) E em data de 15 de Julho de 1779 encontra-se referência a uma notícia (mandada suprimir pela Mesa) segundo a qual «Domº. 18 do Corr.^{te} se representa no treato da calçada da Graça a opra intitulada os emcantos de medeya», começando o espectáculo «as Ave marias» e sendo nesse dia, o único em que havia baile, «os preços a Arbitrio dos Snr.^{es} espectadores, e logares em camarotes p^a. Snr.^{as} a preço de 120». (18).

Todos os documentos até agora mencionados, além de fornecerem variadas informações sobre o Teatro da Graça setecentista, condições da sua exploração e espectáculos que nele tiveram lugar, esclarecem-nos quanto ao início do seu funcionamento (Dezembro de 1767) e garantem que este funcionamento se terá mantido pelo menos uma dúzia de anos.

Recordemos agora que na escritura feita por Henrique de Passos e a colegiada de S. Tomé se referia que aquele fizera construir uma «caza p^a. representação comica (...) no Quintal das cazas do Ex.^{mo} Marques de Badmar (...)», o que se não compaginava com as condições de aforamento do mesmo, celebrado em 10 de Janeiro de 1747. Vejamos pois esse aforamento, que tem muito para nos dizer.

Na data mencionada a colegiada emprazava por três vidas à marquesa de Badmar «hum chaõ sito na Calçada que vay para os Religiozos de Santo Agostinho de Nossa Senhora da Graça (...) situado defronte da Capellinha do Crucifixo mistica ao Pallacio que hoje he dos herdeiros do Marques de Montebello, que consta do ditto chaõ, e hum quintal (...)». E, algumas páginas após a transcrição da escritura do emprazamento, traslada-se as medições e confrontações do terreno: «hum chaõ, e hum quintal que está na Calçada de Nossa Senhora da Graça e se serve este tal Quintal pellas Cazas e Quintal da ditta Marqueza por huma escada de pedraria antigua que desce do Quintal da Marqueza q dizem ser foreiro a Santa Marinha para o da contenda; e medindo este chaõ ao longo do muro que divide os

(17) A.N.T.T., R.M.C., n.º 822, F. 112 V.

(18) A.N.T.T., R.M.C., n.º 2292^s.

dittos Quintaes correndo a medida do Norte a Sul, achamos ter as Trinta e huma varas que declara o Tombo e cresceram m.^{as} tres varas, q mostra, e se conhece ainda por hum vestigio de hum pedaço de parede atrainellado na parede das Cazas de Pedro de Roxas ter sido neste lugar das ditas tres varas que cresceu a azinhaga que o Tombo declara, e está, e medida toda he das Cazas do ditto Roxas ate topar com Quintal do Dr. Jorge Fernandes e he a medida que o Tombo chama Levante e medindo a parte do Sul que parte com a ditta Calçada correndo a medida na forma da Calçada até topar com quintal de João Ribeiro, como se declarou no Tombo achamos ter vinte e seis varas (...) e da parte do Sul até entestar com o quintal do ditto Doutor tem onze varas e da Norte tem de largo deza-sete varas e no meyo tem de largo outras tantas, e no Sul donde he estreito por fazer chave tem de largo seis varas e meya (...).

Colhamos dos textos transcritos os elementos que nos permitem localizar a casa de Henrique Passos.

Sabíamos que o teatro foi construído na Calçada da Graça. Mas onde? Informa-nos a escritura de emprazamento que «defronte da Capellinha do Crucifixo mistica ao Pallacio que hoje he dos herdeiros do Marques de Montebello».

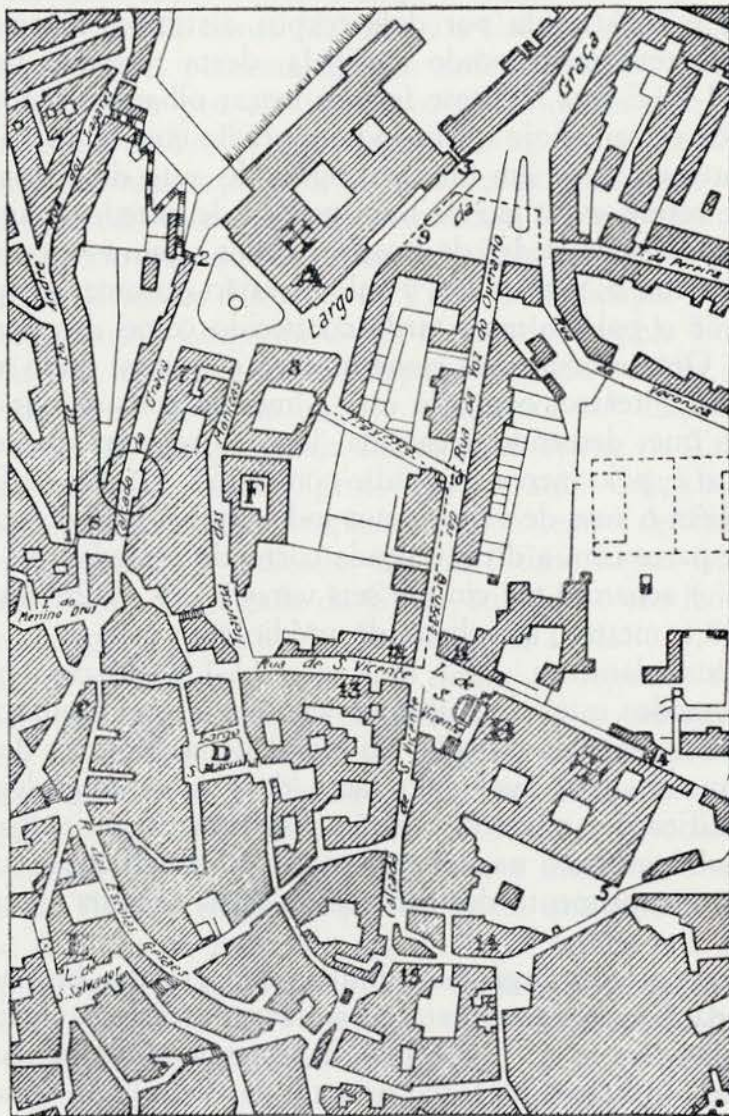
O palácio dos herdeiros do marquês de Montebello é aquele que, tendo uma entrada na Calçada da Graça, faz frente para o actual Largo Rodrigues de Freitas e se prolonga pela Calçada de Santo André; no princípio do nosso século era possuído pelos condes da Figueira e hoje é residência dos marqueses de Viana.

«Capellinha do Crucifixo», na Calçada da Graça, será, provavelmente, a que João Baptista de Castro ⁽²⁰⁾ indica como «O Senhor dos Passos. Na calçada, que vae para a Graça, a qual administra a irmandade do Santissimo da freguezia» e que as «Memórias Paroquiais» ⁽²¹⁾ assim identificam: «Na Calçada que vay» para o convento da Graça «há huma Ermida que tem a Administração della a Irm.^{de} do S.^{mo} Sacram.^{to} da d.^a freg.^a. (...)». A freguesia referenciada em ambos os textos é a de Santo André, o que situa a hoje desaparecida capela no lado ocidental da calçada, dado que este arruamento se partilhava entre duas prúquias, pertencendo o seu lado oriental a

(19) A.N.T.T., Cart. Not. 12B, L.º 636, F. 81 e F. 99.

(20) «Mapa de Portugal», vol. III, pág. 133.

(21) L.º 20, F. 704.



Planta dos arredores dos Mosteiros de S. Vicente e da Graça,
indicando o local onde existiu o teatro

Santa Marinha. De qualquer modo, ainda que outra fosse a «Capellinha do Crucifixo», o facto de ser «mística ao Palacio (...) dos herdeiros do Marques de Montebello» já a situa com suficiente aproximação e permite uma hipótese plausível: dado que a fachada poente do palácio é constituída por dois corpos distintos, o mais recente, setecentista, terá incorporado a capela, desta restando vestígio no actual n.º 1-C. E esta hipótese faz-nos lançar olhares atentos ao troço fronteiro da calçada hoje ocupado pelo prédio com os n.ºs 10 a 10-B.

Atentemos agora em uma passagem do auto da vistoria, aquela em que se refere «vestigio de hum pedaço de parede atrainellado na parede das Cazas de Pedro de Roxas». Quais sejam estas casas é sabido: demonstrou o Senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho que outras não são que o palácio mais tarde conhecido como dos Senhores da Trofa⁽²²⁾. Ora se com estas casas lindava o quintal onde mais tarde se construiu o teatro, ocuparia este o mesmo solo que as primeiras edificações que, descendo a calçada, logo se seguem ao mencionado palácio, isto é, pelo menos, o prédio com os n.ºs 12-A a 12-D.

Também o auto de vistoria nos indica que o lado do terreno aforado «que parte com a ditta Calçada correndo a medida na forma da Calçada (...) achamos ter vinte e seis varas (...)». A 26 varas correspondem 28,6 metros, a fachada do prédio com os n.ºs 12-A a 12-D tem, aproximadamente, 19,5 metros e 11,1 a do com os n.ºs 10 a 10-B; somados estes dois últimos valores, o total é muito próximo do indicado no auto da vistoria. Na realidade, a diferença de 2 metros é perfeitamente explicável pelo facto de que os referidos prédios, que são edificações modernas, estão visivelmente recuados em relação aos mais antigos e na sua construção foi rectificada, com ligeira redução do comprimento das fachadas, a linha oblíqua anteriormente seguida.

Parece portanto legítimo admitir, sem grandes hesitações, que o Teatro da Graça setecentista se situava no terreno hoje ocupado pelos prédios com os n.ºs 10-A a 12-D, estendendo-se por uma frente de perto de 30 metros no lanço oriental da Calçada da Graça.

Uma nova aproximada confirmação para o local do teatro é-nos facultada por uma outra fonte, que permitirá responder também à pergunta que ainda resta irrespondida: até quando perdurou o Teatro

(22) Paulo Caratão Soromenho, «O Palácio de Pedro de Roxas e Azevedo», Sep. dos n.ºs 142-143 de *Olisipo*, Lisboa, 1980.

da Graça. Essa fonte é constituída pelos preciosos e sempre informativos registos da Décima da Cidade ⁽²³⁾.

Nos registos respeitantes à freguesia de Santa Marinha os prédios do quarteirão compreendido entre o Largo da Graça, a Travessa das Mónicas, a Rua de Santa Marinha e a Calçada da Graça são indicados, normalmente, por esta mesma ordem. Assim, o que é mais frequente é começar por ser indicado, na Travessa das Mónicas, o palácio do Senhor da Trofa, logo seguido do dos marqueses de Badmar, prosseguindo a enumeração até, já na Calçada da Graça, «encostar» ao palácio (que não torna a ser mencionado). Da análise destes registos e do confronto com outros dados dois factos começam por chamar a atenção: o palácio dos Senhores da Trofa devia ocupar toda a frente do quarteirão para o Largo da Graça e estender-se pela Travessa das Mónicas (isto é, seriam parte ou dependência do palácio os prédios que têm hoje o n.º 20-A no largo e os últimos n.ºs ímpares da travessa); a casa dos marqueses de Badmar situava-se na Travessa das Mónicas e, mediante quintais, prolongava-se até à Calçada da Graça. Mas a mais importante verificação é esta: o teatro de Henrique da Costa Passos, quando é indicado, é-o em último lugar, isto é, como a última edificação da Calçada da Graça, subindo o seu lado oriental, antes de se chegar ao palácio dos Senhores da Trofa.

Vejamos agora o que mais nos dizem os registos da Décima. Com atraso não raro nestas coisas fiscais, o teatro só aparece mencionado em 1771: lá estão, como pertença de «Hanrrique da Costa», umas «Cazas q' servem de Theatro». Eclipsadas nos livros de 1772, são indicadas como devolutas nos de 1773, de novo como servindo de teatro nos de 1774, nos de 1775 com a menção de «Propried.º que serve de Theatro de Henrique da Costa que esteve todo o ano devoluta». O livro de Arruamentos de 1776 indica que não pagam décima (por estarem devolutas?), continuamos a encontrá-las nos de 1777 e 1778, nos de 1779 o edifício é designado como propriedade «Que serve de Theatro da Caza da Opera», a mesma utilização como «Theatro de Opera» é indicada nos de 1780, no de Arruamentos de 1781 é dada como «Devoluta todo o anno» e no de Prédios do mesmo ano encontra-se a seguinte anotação: «Logo que se fes o

(23) Arquivo do Tribunal de Contas, Décima da Cidade, Freguesia de S. Vicente e anexas.

Lançam.^{to} abateo o Teto da propried.^e que era a Caza que seruia p^a. Opera, a qual não trabalha nem ha donde se possa quebrar». Nos livros de 1782 já não há menção do teatro, regista-se que a propriedade está demolida e, como proprietário da mesma, já não é indicado Henrique da Costa Passos, que fora proprietário do edifício, mas a marquesa de Badmar, enfiteuta do terreno.

Aqui termina o que foi possível apurar quanto a teatros da Graça. Não terá sido muito. Não foi, certamente, tudo. Mas, sem dúvida, excedeu a paciência dos mais corajosos leitores.

Alguns Velhos Teatros Desta Lisboa Alfacinha

por ANTÓNIO C. PINHO

A começar duas ou três observações, decerto pertinentes.

Primeira: Quando se visitam, e/ou revisitam, as velharias ditas antiguidades, admitamos tratar-se de uma atitude *activa*: vemos o monumento, amiúde as ruínas do original, e medita cada um dos circunstantes, conforme pode e sabe, diante da prova se não do vestígio antepassado, quer nacional quer alógeno. Ao cicerone imprescindível cabe ajudar, também conforme pode e sabe, à necessária eficácia destas diligências culturais.

Admitamos, ao contrário, representar a palestra, conferência, comunicação, uma atitude *passiva*: no concheço da sala e no descanso da cadeira, *ouve-se*, como na visita, mas *não se vê* aquilo de que nos falam. Entanto, creio eu, a atitude é igualmente *activa* (deve sê-lo!), ora pela atenção particular exigida, ora pelo esforço pessoal de reflexão sobre os dados fornecidos, intuídos, mesmo imaginados, além de o debate proporcionado, tão rico quanto a permuta de informações adquiridas, a controvérsia de ideias elaboradas, as pistas inexploradas que conviria investigar.

Segunda: Atinente ao exposto, uma advertência: o mero amor do espécime ancestral, em regra, embota-nos a inteligência sociológica do fenómeno, se for, por outras palavras, o amor gratuito da pedra pela pedra: olhar superficial, curiosidade acrítica. Difícil, assim, se não impossível, penetrar e compreender o âmago das coisas e dos casos, a razão profunda dos factos, a dialéctica das causas e efeitos dos eventos — sociais, económicos, políticos...

Em suma, não importa à análise, inclusive do amator, a pedra histórica, mas antes a história de essa pedra: a sua mudez aparente

esconde a revelação do complexo estrutural do mundo que a inseriu, a prova documental dele. Ademais, e em rápido apontamento, note-se que todas antigualhas, civis ou religiosas, desenterradas ou sobreviventes excepcionais à luz do dia, íntegras ali, arruinadas acolá por sevícias naturais ou malfetorias dos homens, constituem, em simultâneo, capítulos instrutivos, elucidativos, das Histórias do Progresso e do Trabalho Humano.

Contudo, não se julgue toparmos nesse espólio (salvo o insólito) algo pertencente ao trabalhador de antanho. Desse humilde e pobre produtor de riquezas materiais e espirituais, as notícias vêm de longe, suficientes, iniludíveis: suou, sofreu, morrendo ao serviço e para o bem-estar do senhor que lhe pagou — mais pródigo nos tratos de polé do que generoso na côdea do pão quotidiano.

Terceira e última observação: Esboçadas no essencial algumas linhas de um método objectivo, não as seguirei, obviamente, com rigor impecável. Porém, na singeleza da exposição seguinte, elas estarão, pelo menos, implícitas. A matéria de *ALGUNS VELHOS TEATROS DESTA LISBOA ALFACINHA* sistematizei-a num pequeno itinerário cronológico: do ano 57 da nossa era a 1914. Porque não temos de percorrê-lo a pé, ressalva-se a incomodidade das andanças!...

As circunstâncias, por seu turno, justificam a leveza dos textos, em que a síntese, todavia, se preocupa com o relevante, o pormenor e a nota com o significativo, sem menosprezo, onde e quando apropriadamente, do odor mundano e do chiste pitoresco. O corpo de uma cidade, tal o corpo de um indivíduo, vive da função sincrónica de todos os seus órgãos — na saúde e na doença!

Daí, hoje, a «Lisboa alfacinha» dos Teatros noutra ensejo, visando sempre maior ou nova motivação dos interessados, diversos flagrantes de «Lisboa trágica»: se o camartelo da evolução destrói os palcos, a memória das gerações conserva o substancial dos dramas e comédias vividos neles.

Enfim:

1 — *O teatro romano de S. Mamede (57 n.e.)*

Ao abrirem uns caboucos na Rua de S. Mamede, «defronte da Sé e acima da paroquial de S. Martinho», surgiram ruínas logo identificadas como verdadeiros vestígios de um teatro romano.

O edifício tê-lo-ia soterrado o abalo do ano cristão de 382 ou de 446, ambos mais prováveis do que o terramoto de 1356, debaixo do qual ficaram os destroços da capela-mor da Sé.

As escavações orientou-as o architecto Francisco Xavier Fabri e averiguou-se, pelas inscrições achadas, que o teatro romano — também conhecido por «Lisbonense» —, fundado por Caio Primo talvez em 57 da nossa era (810 da fundação de Roma), fora dedicado a Nero Cláudio.

Entre os fragmentos reunidos, contaram-se duas estátuas de Sileno, em mármore, os degraus da plateia, o lugar da orquestra, a base do proscénio, colunas e capitéis. A este testemunho da antiquíssima *Felicitas Julia Olisipo*, referiram-se o oratoriano Joaquim de Foyos, em sessão da Academia Real das Ciências, o investigador Ribeiro Guimarães, num artigo do «Jornal do Comércio», e o professor Luís António de Azevedo. Este, aliás, 18 anos após a histórica descoberta, portanto em 1815.

Eis, para bom proveito do curioso, o título quilométrico da obra, dedicada ao Marquês de Belas: *Dissertação critico-filologico-historica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendiveis circumstancias da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na excavação da Rua de São Mamede perto do Castello desta Cidade, com a intelligencia da sua Inscrição em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memorias alli mesmo achadas, e atégora apparecidas.*

Num salto, evoquemos:

2 — O Teatro de Feira do sítio das Amoreiras (1581)

Transferida dos Prazeres, a célebre Feira das Amoreiras começou a funcionar neste local em Abril de 1581. Só posteriormente gozaram do seu arraial de barracas os lugares de Belém, Alcântara, Santos e Campo Grande.

Havia de tudo, nestas feiras: tendas que abarrotavam de quinilharias; outras, onde cada freguês experimentava a pontaria, atirando ao alvo; aqui, jogavam o pimpampum; acolá, admiravam as figuras de cera ou a «mulher eléctrica» e riam das facécias dos «robertos». Não faltava nada: nem a roda dos cavalinhos, nem a bela

sardinha assada, nem a gaita de foles e o rufar do tambor, a estimularem a alegria do Zé Povinho.

O *Teatro de Feira* incluía-se nas melhores atracções: tábuas e lona formavam as paredes do velho barracão, montado em chão térreo, com os panos de tecto enfunados pelo vento. O público sentava-se numa plateia improvisada sobre barrotes, enquanto fora, num estrado, cinco ou seis mulheres, vestidas ao sabor da inspiração, faziam o caloroso anúncio do espectáculo. Anúncio indescritível, com as agudezas do cornetim, os graves do contrabaixo, os trovões do bombo, o estalo dos pratos. Por cima da tremebunda charanga, a plenos pulmões, vociferava o *Malhão*: «É entrar, meus senhores, é entrar, que vai principiar...».

Só principiava, evidentemente, quando a lotação, pelo menos, salvava as despesas da barraca!...

Agora, no mesmo lance:

3 — Os «Pátios» da *Betesga*, das *Fangas da Farinha* e da *Rua das Arcas* (1591)

Supõe-se o «Pátio» da *Bitesga*, propriedade do Hospital de Todos os Santos, o primeiro *pateo das comedias* «de que há notícia em Portugal». Existia, ao que se apura, em 1591, explorado pelo empresário Fernão Dias Latorre, havendo sido ou não o mesmo que se denominou «Teatro da Mouraria»: porque ficava na *Betesga* já onde permanece «e a Mouraria começava mais além», ou porque «não era crível que naquela época existissem dois teatros tão próximos um do outro». Ao cabo de contas, o *Pateo da Bitesga* findou os dias, sem deixar rasto válido, por volta de 1600, ignorando-se em que ponto da Rua, ao certo, abria as portas.

O das *Fangas das Farinhas*, onde o actual Tribunal da Boa Hora, deveu-se à iniciativa de D. João Hiranço, sobrinho do referido Latorre, e a Luís de Castro, Senhor da Casa de Barbacena, com palácio nas mesmas *Fangas*. O «pátio», inaugurado em 1619, pelas festas que receberam Filipe III de Espanha, nunca teria ganho a estima popular, naturalmente pelo período, historicamente nefando, que a Nação atravessa. Luís de Castro doou-o, depois, a uma corporação religiosa, que fez celas dos camarotes e uma capela do palco. Seguidamente, moraram

ali os Oratorianos, aos quais sucederam os Agostinhos descalços, fundadores, então, do Convento de Nossa Senhora da Boa Hora.

Da *Travessa da Palha*, sita na Rua dos Correiros, nasceu a velhinha *Praça da Palha*. Daqui, seguia a *Rua das Arcas* até à Igreja de S. Nicolau, à data mais ao pé da moderna Rua Augusta. Entre Sta. Justa e a Assunção houve igualmente um «pátio», conforme se dizia dos teatros ligeiros, para representação ao ar livre, de dia, e mais tarde, já «com paredes de alvenaria», para sessões nocturnas.

Por contrato com o Hospital de Todos os Santos, o *Pátio da Rua das Arcas* foi obra do mencionado Latorre, ocupando o terreno de uma das casas e de uma quinta de D. Dinis de Alencastre. O «pátio» chegou a ser pertença dos frades do Carmo. Ardeu em 1697 e reabriu, reconstruído pelo Hospital, em Abril de 1700.

Inicialmente, os camarotes comunicavam com os prédios vizinhos, de janelas sobre o «pátio», e a plateia, *empedrada*, não dispunha de *assentos*. Na fase imediata, além das *forçuras*, ou frisas, do 1.º andar, distribuíam-se os camarotes até ao 4.º andar, constando do segundo os «assentos gerais, com 5 degraus em roda de todo o pátio». Exibiram-se aqui, principalmente, companhias espanholas. A uma delas pertenceu Diogo Rodriguez o qual «num dia, à beira do Tejo», matou um português maldizente dos castelhanos. O actor escondeu-se em casa de um ourives, demorando o bastante para aprender o ofício e fugir na melhor oportunidade encafuado num baú...

Adiantando os anos:

4 — *Teatros da Ajuda e de Belém* (1737)

Em 1737 havia o *Teatro da Ajuda*, coevo do *palácio velho* que um incêndio destruiu meio século volvido. Projectado pelo italiano João Carlos Bibiena (o architecto da *Ópera do Tejo*), estreou-se com ópera italiana e alcançou fama europeia no reinado de D. José.

Dos compositores aplaudidos neste palco, nomeio: Davide Perez, que o Reformador condecorou com a Ordem de Cristo e contratou mestre da capela real; Jomelii, que recusou vir a Lisboa mas aceitou uma pensão anual de mil escudos.

Por fim, em 1790, cantar-se-ia a última ópera no teatro régio da Ajuda.

Em Belém, 1872, estreia-se o teatro de madeira de *D. Afonso*, na praça designada de D. Fernando. Teve uma existência, supõe-se, de dois anos e trabalharam na primeira companhia os actores José Pedro — canteiro lisboeta surgido na opereta «O Caldeireiro», ajustado pelo Costa *marreco* — e o Estêvão Moniz, o qual, além de «cara torta» num péssimo físico, era mau declamador.

Um segundo teatro belenense, sito, em 1880, na Calçada da Ajuda, rotulou-se de *Luís de Camões*. As companhias, modestas, teimavam em aguentar-se; os prejuízos é que excediam avonde os sacrificios. A primeira, de Manuel Maria Soares, vulgo o *Lambegaças*, apenas se recomendava pelo variado repertório e pela honestidade do próprio Soares, aliás artista de fracos méritos.

Porque citada acima:

5 — A «Ópera do Tejo» no Terreiro do Paço (1755)

Nos cinco minutos catastróficos, devastadores da cidade em 1755, incluindo o Paço da Ribeira, perderam-se, irremediavelmente, os verdadeiros tesouros que neste se guardavam: mobiliário e tapeçarias, pratas e porcelanas, jóias, quadros, etc.

Em Março do mesmo ano, dia 31, fora inaugurado — afinal para uma existência efémera de 7 meses — o imponente teatro da «Ópera do Tejo», rival de qualquer outro europeu, em dimensões e riqueza.

Dirigido pelo italiano Davide Perez, a ópera inicial, da autoria deste compositor, «Alexandre na Índia», teve libreto de Metastasio. Imaginem: além de um esquadrão de cavalaria, a falange de soldados macedónios era constituída, nem mais nem menos, por 400 figurantes!...

Até ao incêndio consequente do terramoto, cantaram no do Terreiro do Paço as maiores celebridades mundiais, recebendo algumas, por um contrato de 2 meses, entre 10 e 12 contos de réis.

Donde se conclui a tradição dos ordenados fabulosos!...

Subamos, porém, a Avenida, onde haveria:

6 — «Salitre» e «Variedades» (1782)

O velho *Teatro do Salitre*, concebido pelo architecto Simão Caetano Nunes e propriedade de João Gomes Varela, estreou-se em Novembro de 1782. Seria maior do que o colega da Rua dos Condes, «mas ainda mais feio», não passando de «um enorme corredor, tortuoso e deselegante», a ajuizarmos pela notícia de cronista entendido e conceituado.

Chegou, este olvidado *Salitre*, a «centro da comédia nacional», por cujo palco desfilaram inúmeras companhias, algumas com encenações espectaculosas. A dado passo, a exploração tornou-se difícil ou irregular, até que uma nova empresa, em 1858, o crismou de *Teatro das Variedades*. A mágica do começo, assinada pelo famoso Francisco Palha, obteve entusiásticos aplausos e rendeu substanciais proventos. Debutaram nela os futuros grandes actores Joaquim de Almeida e António Pedro.

Sucederam-se as companhias, com maior ou menor fortuna, sem exclusão dos elencos de Pinto Bastos e do escritor Avelar Machado. Finalmente, 24 de Agosto de 1879, as obras de alargamento da Avenida da Liberdade forçaram à demolição de um teatro quase centenário.

Desta feita, direitos ao Largo Trindade Coelho, recordemos:

7 — *Teatro de S. Roque ou Pátio do Patriarca* (1815) e *Teatro do Bairro Alto*

O *Teatro de S. Roque*, se quisermos *Pátio do Patriarca* (alusão ao Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida), foi o segundo com o nome de «Teatro do Bairro Alto». Este (digo, o primeiro, no extremo da Rua da Rosa), situava-se no pátio do Conde de Soure e frequentava-o D. José, D. Mariana Vitória, Pombal, a nata da nobreza da época, bem assim o burguês endinheirado. Pelo seu palco desfilaram muitas das admiradas bailarinas e cómicas italianas, as quais provocaram e presenciaram alguns dos escândalos daquele galante século XVIII.

No repertório do teatro inseriram-se as peças de António José da Silva, o Judeu, e nele trabalharam, nomeadamente, as irmãs Cecília e Luísa d'Aguiar. Esta, aos 17 anos, casava-se com Francisco Xavier Todi, rabequista da orquestra do mesmo «Bairro Alto». Quanto a Cecília, o seu talento custava o ordenado de 60 mil réis, o aluguer da

casa, a mobília, a carruagem para não faltar a espectáculos e ensaios, o fato e o calçado usados em cena, e até — pasme-se! — «as meias e os espartilhos»!...

O teatro propriamente de *S. Roque*, ou, como disse atrás, *Pátio do Patriarca*, porventura de 1815, fundou-o Roberto José de Matos e as obras ascenderam a dois contos e quatrocentos mil réis, desembolsados por Dionísio José Monteiro de Mendonça.

Dirigida e ensaiada pelo comediógrafo Francisco Nolasco, a primeira companhia que actuou no *S. Roque* dispunha no elenco da Bárbara Maria Cândida Leal, bastante gorda e feia para os papéis de criada, em que se distinguia pela destreza da língua maliciosa.

A morte de Maria Pia (que proibira mulheres no palco) interrompeu os espectáculos durante um ano de luto. Na segunda companhia trabalhou João dos Santos Mata — o *Mata Castelhanos* —, que preferira o ofício de actor à arte de sapateiro. Além de outros conjuntos espanhóis, por exemplo, ou o francês de Monsieur Jourdain, mostraram-se aqui *sociedades de curiosos*. O público espalhava-se pelos 21 camarotes, com galeria por cima, pela plateia superior e pela geral.

A par do facto relevante da encenação das peças de Garrett «Catão» e «Corcunda por amor», inscreve-se o dos percursos bailes de máscaras, em Fevereiro de 1823. Há mais de século e meio!

Na rapidez do passeio, vamos de Santo Amaro ao Campo de Santa Clara, isto é:

8 — Do «Teatro do Calvário» à «Sociedade Talia» ou «Teatro Popular de Alfama» (1852)

Em 18 de Agosto de 1852, o «Teatro do Calvário», fronteiro às modernas instalações da Carris, inicialmente particular, foi franqueado ao público, dirigido pelo actor Filipe, alcunhado pitorescamente de *Papagaio saloio*.

Contudo, depressa encerraria esta casa de espectáculos.

«Sociedade Talia» chamou-se a academia recreativa instalada onde os condes de Resende tiveram palácio. A fina flor, o *high-life* da Lisboa oitocentista, folgava à luz da ribalta, alardeando talentos e graças.

Uma noite, o grupo encenou *A Leitora* («La lectrice») na língua francesa do autor, Alfredo Bayard, e, pela primeira vez, em *romance nacional*, a comédia de Mendes Leal, *Quem porfia mata caça*. No naipe feminino, por exemplo, D. Maria da Madre de Deus Azevedo Coutinho e a Condessa da Lapa; no masculino, o Conde de Farrobo, Alexandre de Castilho, etc.

Em 1873, a «Sociedade Talia» transformou-se no *Teatro Popular d'Alfama*. Na peça inaugural, «O Vestido Rasgado», iniciou curta carreira Joaquim Pedro Lisboa, irmão do insigne António Pedro.

A primitiva empresa exploradora do *Teatro Popular* não conseguiu sobreviver mais do que 2 meses. O alfacinha não acorria. Ao anúncio de uma sessão correspondia, frequentemente, o adiamento da mesma. Quiçá por mau agouro de um dos 5 actos, ou peças, da estreia: «Como o diabo as tece!...».

Para nos divertirmos, na segunda metade do século passado, escolheríamos:

9 — O *Teatro da Floresta* (1855)

Em Agosto de 1855, Lisboa assistiu ao baptismo de uma nova casa de espectáculos: o *Teatro da Floresta*, instalado na sala de Cristal da «Floresta Egípcia», na Rua da Escola Politécnica.

Esta *Floresta* «era formada por grandes jardins onde havia toda a qualidade de divertimentos, salas para bailes, concertos, jogos de artifício, montanhas-russas, jogos de toda a espécie, carroussel, balanças para pesar, balouços, etc.». Além dos 160 réis esportulados à entrada, pagava tudo o mais lá dentro quem quisesse comer no restaurante ou beber no café. O gerente daquela verdadeira *floresta* de prazeres, José Osti, orientara o negócio de outro jardim mirabolante: o *Mitológico*, em Alcântara. Foi Osti, pirotécnico de profissão, o introdutor dos fósforos em Lisboa.

O teatro, envidraçado, dispunha de frisas, camarotes e plateia. Quanto ao primeiro elenco que ali actuou, sob a direcção de Francisco Fernandes e tendo como *ponto* Costa Braga (que trabalhou numa botica da Travessa de S. Domingos), substituiu-o a Companhia Portuguesa Lírico-Dramática.

Outra evocação, com desfecho de bom humor:

10 — O *Príncipe Reau*, ou «Apolo», na Rua da Palma (1865)

Nascido em Setembro de 1865, o *Príncipe Real* acabou demolido sob o nome de «Apolo», em holocausto às exigências da modernidade de Lisboa.

O seu fundador, Francisco Viana Ruas, avô de uma família de reputação no meio teatral, além de mestre d'obras possuía uma estância de madeiras, à Boa Vista. Reconstruíra o *Ginásio* (actualmente na decrepitude que nos envergonha), dirigira o *S. Carlos*, até se interessar pelo terreno «à esquina do Socorro», na Rua Nova do Almada. Ao Salão que construiu, rotulou-o de *Vauxhall*. Como não obtivesse resultados, inclusive com os bailes de máscaras, mudou-lhe a firma para *Meyerbeer*. O diabo porfiou em atenazar, a despeito da música de concerto. Por último, transformou a casa no «Príncipe Real» com as comédias *Muito padece quem ama!* e *Dois pobres a uma porta*.

Representou neste palco a «formosa e inteligente» Margarida Clementina, irmã da «feia» Ana Pereira, a qual, não obstante, brilhou no estrelato da opereta.

Do elenco iniciativo fez parte Paulo Martins. Dez réis de gente, escanzelado, *antipático*, embora com graça e inteligência, sucedera-lhe uma peripécia: certa noite, no *Ginásio*, sem querer, caracterizou-se de tal modo que parecia D. Fernando. A autoridade, forçosamente, reclamou. Imagine-se o espanto da plateia, quando o Paulo voltou à cena — com outra cara!...

A referência ao *Ginásio* empurra-nos para:

11 — Os *Teatros da Trindade* (1866-67)

No Largo Rafael Bordalo Pinheiro, antes da Abegoaria e Praça da Trindade, frente ao convento deste nome, sobressaía o palácio de Fernão Álvares de Andrade. Numa das salas do vasto edifício funcionou a *Academia da Trindade*, desde 1735. O interesse da notícia reside em ter sido nesta velha *Academia* que o cidadão apreciou a novidade do lirismo italiano. No entanto, quatro anos após, a ópera cantava-se na Rua dos Condes e pelos artistas que se exibiram na Trindade.

A propósito, calha dizer que foi em Outubro de 1866 que se formou o grupo fundador do *Teatro da Trindade*, em cujas salas se realizavam bailes e concertos. O capital reunido montou a 80 contos

e deveu-se a iniciativa a Francisco Palha, ao qual se juntaram os irmãos Chamiço, o Duque de Palmela e outros. O pano subiu em Novembro de 1867, com o drama *A mãe dos pobres* e a comédia *O xerez da viscondessa*.

Enquanto as lágrimas do primeiro agradaram, os risos da segunda converteram-se em franca pateada...

Entre os actores, avultavam Brasão e Rosa Damasceno.

Também por ordem cronológica:

12 — *Teatros de Alcântara* (1867-1872-1896)

O primeiro, de 1867, *Teatro da Ilha dos Amores*, ficava na Rua da Fábrica da Pólvora. Alfredo de Carvalho, artista de prestígio e descendente de família «distinta», não sentia desdouro ao confessar ter-se estreado nesta «barraca de madeira e lona». Da companhia que encenou o drama de Costa Braga, *Paulo e Maria ou a escravatura branca*, eram partícipes Estêvão Moniz, da «carta torta», o Guedes das orgias, etc.

No local da estação de caminho de ferro, e igualmente de madeira, ergueu-se o *D. Augusto*, em 1872, propriedade de Vilar Coelho, autor da peça em 1 acto «Um anúncio no Diário de Notícias». Esta comédia, o «Homem das Cautelas» e «Gato por homem», respectivamente dos actores Santos e Romão, preencheram o programa estreante do *D. Augusto*. Integravam a companhia João Ferreira, bom nos papéis de preto, António Ricardo, excelente ponto, José Pedro, que trabalhou em Belém, na barraca do *D. Afonso*, e fora cantor, etc.

O *Teatro Apolo*, de 1896, casa de espectáculos na Rua do Alvito construída por quatro sócios, mal decorrera um ano, passava às mãos de novo proprietário. Apresentou-se ao público com um drama marítimo. O teatro, a seguir, chamou-se *Variedades*. Como os anteriores, custou deveras a manter.

Próximo da Rua de S. José:

13 — *O Coliseu dos Recreios e a lembrança do «Papa Negro»* (1888-1890-1803-1896)

Começado em 1888 e embora só concluído em 1896, o *Coliseu dos Recreios*, na Rua de Santo Antão, depois de Eugénio dos Santos, hoje das Portas de Santo Antão, registou efeméride em 14 de Agosto de 1890 com a ópera cómica «Boccacio», interpretada pelos italianos da Carraciolo.

Edificado nos terrenos próximos da Igreja de S. Luís de França, o mando das obras coube a Manuel Garcia Júnior e o projecto ao architecto Goulard. Necessitaram de desaterros de 16 metros de alto e de levantar muralhas de suporte com 6 metros de espessura.

Sala de espectáculos das mais notáveis na Europa, é encimada por uma soberba cúpula de ferro e vidro, encomendada em Berlim. Das decorações interiores incumbiu-se o cenógrafo Eduardo Machado e a lotação pode ser de 7 mil bilhetes, distribuídos pelos 124 camarotes, 1500 cadeiras, frisas, vastíssima geral...

No andar nobre sediou-se a «Sociedade de Geografia», que correu com verba importante para a construção do *colosso* (donde a palavra Coliseu).

As exhibições de circo chegaram a redundar em falência, por exemplo, para o *Real Coliseu* da Rua Nova da Palma, em terreno da condessa de Geraz Lima e do seu viúvo, o conde da Folgosa. Com gerência de Santo Júnior e negócio prosperou, visto não permitir organizações circenses senão no *Coliseu dos Recreios*.

Numa noite de Agosto de 1893, efectuou-se no glorioso recinto «uma festa de novidade e de alta sensação»: precisamente, uma corrida de 4 bezerros, metade mansos, metade não perigosos, pela quadrilha dos «*Niños de Sevilha*». O diestro, Manuel Mexias Bienvenida, não excedia os nove anos de idade. Além do cavaleiro — um amator de 13 —, o programa anunciava forcados do tamanho, mais ou menos, do mocinho da espada e do rapazote do cavalo.

Resguardada a pista por uma grade de 2 metros de altura, a garraizada processou-se com as sortes, evoluções e olés da praxe. *Los chicos* portaram-se como adultos e o pequeno Manolo denunciou, com os passes do capote, o diestro que viria a ser. Efectivamente, Manuel Bienvenida alçou-se a tal cume no toureio que mereceu o cognome de «Papa Negro». Porquê? Somente sei que *sus luces* começaram a brilhar muito cedo na arena do Coliseu!

Ainda:

14 — *Teatros de Feira... mas também comes e bebes* (1900)

Omiti atrás os irmãos Dallot e Eduardo Vilar, empresários que não deixavam os créditos por mãos alheias. Entretanto mudaram os tempos, vieram as inovações, e os velhos barraqueiros sucumbiram na desgraça: Dallot morreu em Setúbal, na *pobreza* e no *esquecimento*; o Vilar e a mulher — a actriz Casimira —, «ela, cega, ele, quase sem vista», definharam nos últimos dias a vender jornais na Avenida da Liberdade, quem dobra para a Praça da Alegria.

Em Maio de 1900 apareceu em Alcântara o *Teatro Chalet*, de António Palhares, «desmontável, elegante, em madeira de casquinha; plateia confortável, cenários novos, orquestra a valer...» O *Águia de Ouro*, ambulante, do Ernesto Freitas, emparceirou depois. Os espectáculos subiam, assim, de categoria. O próprio *Ravachol* — figura típica da Lisboa alfacinha da época —, sobrecasaca e chapéu alto, esticava a bengala de janota para os cartazes: «Aqui, a arte impera e a ciência domina!...».

Imperavam e dominavam de parceria a *arte* e a *ciência* culinárias do *Carapetino*, do *Machadinho*, da *Maria Botas*: as sardinhas dela eram autênticas *costeletas na grelha*; os pimentos, uns *refilões*. Vinha a *gargantosa* de uma garrafa de verde, mai-los três copos, à laia de *viúva com três filhos*, e dali a pouco o valente folião estava, salvo seja, com «dois dedos de gramática»...

O pior sobreveio quando a Maria Botas desatou a fornecer *gato por lebre*. O cliente, ofendido, recalcitrou, e a caçadora de «tarecos» teve de trancar a porta da locanda da Rua da Junqueira!...

E vamos lá para o termo do itinerário:

15 — *Pelo passeio do Éden* (1914)

A quinta dos Castelo Melhor abrangia o terreno onde hoje vemos o *Avenida Palace*, o «Éden» e o palácio do Marquês da Foz.

O célebre palhaço Henrique Whittoyne, «vedeta» do *Price*, inaugurou aqui os *Recreios*, também ditos de *Whittoyne*, constantes de «circo, teatro, café, restaurante, casas de jogos, alamedas iluminadas, etc.». Após um incêndio, construiu-se um *Coliseu* que teve de ceder o lugar ao túnel do Rossio.

Desapareceu, outrossim, o *Music-Hall*, substituído pelo *Variedades*, o qual, desde 1914, se transformou no *Éden*. A peça iniciadora da nova casa de espectáculos, «O burro do Sr. Alcaide», registou-se como acontecimento artístico e mundano: Ângela Pinto fez o elogio, *comovido*, de Gervásio Lobato e D. João da Câmara, bem como o do mestre Ciriaco Cardoso, «falecido quatro anos antes».

O *Éden* fechou em 1929, para reabrir a 1 de Abril de 1937 com o «Bocage», interpretado por Estêvão Amarante. No mesmo ano de 1929, ardeu o *Teatro Salão Foz*; por baixo funcionou o *Cinema Central*, actualmente privativo do Ministério da Comunicação Social. Neste edifício esteve o clube de dança *Maxim's*.

E reservando-me para duas palavras, noutra ocasião, acerca designadamente do palácio do Marquês da Foz, concluo com uma nota relativa ao perfil humano do fidalgo D. João da Câmara, que deu à dramaturgia portuguesa momentos verdadeiramente inovadores.

16 — *Em vez de bengaladas...*

Eduardo Barros Lobo, no limbo do esquecimento sob o pseudónimo de «Beldemónio», acumulou a tarefa de traduzir Emile Zola. Por sinal, guardo o *fac-simile* de carta datada de Paris, 15 de Junho de 1885, em que o autor do «*Germinal*» afirma a venda dos direitos deste romance a um editor lisboeta por 300 francos (não 1500, no dito do Barros Lobo), quantia, aliás, que «ainda não tinha sido paga».

Deixando para mais tarde melhor notícia deste plumitivo olisiponense, limito-me por ora a que certa feita escarrapachou no jornal uma crítica, demolidora, a determinada peça de D. João da Câmara. O escritor exasperou-se, empunhou o bengalão dos desagrvos e trepou a Calçada do Monte, a exigir satisfações ao maroto. Bateu, abriu-se uma janela. À interrogação que veio de cima, declarou a voz de baixo, nítida e peremptória, *queria derrear o patife...*

Beldemónio desceu quase logo, surgindo ante o furibundo adversário com uma criança ao colo: «Ó D. João, eu escrevi aquilo para dar de comer a este inocentinho!...».

João da Câmara arrefeceu a sanha, apaziguou a bengala e desandou — mas esportulando na mão do Beldemónio todo o dinheiro que topou no bolso!...

[Conferência na Sociedade de Língua Portuguesa, em 6 de Março de 1982]

SOBRE UM EQUÍVOCO ANTIGO NA TOPONÍMIA LISBOETA

pelo ENG. MANUEL JOSÉ MAIA ATHAYDE

Quem se debruça sobre a história de Lisboa, encontra a cada passo problemas de toponímia. Provavelmente este facto é comum a todas as cidades antigas, agravado no caso presente, não só pelas modificações urbanísticas decorrentes do grande Terramoto, mas também pela febre que, mormente a partir do século XIX, levou à substituição de designações tradicionais, cheias de propriedade e significado, por nomes de personagens cuja lembrança se pretendeu assim perpetuar, mas cuja notoriedade se revelou, por vezes, circunstancial e transitória.

Seria, todavia, ilusório pensar-se que a dança dos topónimos seja um fenómeno exclusivamente moderno. Basta-nos folhear a colecção de notas deixadas no espólio do benemérito olisipógrafo Gomes de Brito, que o Dr. António Baião deu à estampa, acriticamente, em 1935, sob o título *Ruas de Lisboa*, ou os cinco volumes de *Lisboa de Lés-a-Lés*, obra mais elaborada e documentada, com que Pastor de Macedo, de 1940 a 1943, retomando o mesmo tema, aprofundou e alargou o trabalho pioneiro de Brito, para nos darmos conta das frequentes alterações, e até retornos, verificados ao longo dos anos na designação das serventias públicas.

Mas nesses tempos recuados era o povo o maior criador da toponímia. E as fontes de que se servia com toda a naturalidade eram as mais diversas e as mais lógicas. Por exemplo, a proximidade dum templo ou duma instituição monástica, dum palácio ou morada nobre, os mesteres dominantes no sítio, o tipo de vegetação espontânea preexistente, o morador mais notado no local, quer pelos meios de fortuna própria, quer pelo desempenho de funções públicas, quer até por qualquer característica anómala de conformação ou de con-

duta, podiam dar origem à designação dum arruamento, que, repetida de boca a boca, acabava por criar foros de legitimidade, consagrados, com o dobar dos anos, na documentação oficial. Estas designações não figuravam em dísticos ou placas afixados a qualquer suporte ou construção; por vezes um certo arruamento era conhecido, corrente e contemporaneamente, por topónimos diferentes, e não raro num mesmo documento se encontram variantes embaraçosas, atribuídas a um determinado local.

Estas considerações preliminares, sem trazerem para o leitor qualquer novidade assinalável, vêm aqui a propósito da actual Rua Afonso de Albuquerque, em Lisboa.

Em *Ruas de Lisboa*, obra atrás citada, Gomes de Brito conta parte da história e como esta pequena rua sofreu sucessivas mudanças de designação ⁽¹⁾. Mas é Pastor de Macedo quem, levando a sua investigação mais longe, consegue, ao que parece, clarificar o problema. Para ele remetemos o leitor curioso ⁽²⁾.

Mas quem é o Afonso de Albuquerque que deu o nome à rua? Ambos os autores concordam em que não é o grande Governador da Índia mas sim o seu filho natural, Brás de Albuquerque, nascido em 1501 e legitimado em 1506.

Falecido o pai em 1515, o rei Venturoso, de consciência pesada, e movido do patético apelo que aquele lhe fizera em carta escrita no limiar da morte ⁽³⁾, resolve tomar a seu cargo o futuro do filho. Assim, o jovem Brás recebe esmerada educação no colégio de Santo Elói e vê o seu nome mudado para Afonso, homenagem póstuma do rei ao grande governador da Índia. Recebe também uma herdade e uma boa tença.

Brás de Albuquerque, aliás Afonso, casado em 1520 com D. Maria de Noronha, filha dos condes de Linhares, viajou em Itália em 1521, no séquito da infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel e da rainha D. Maria; e também em Espanha, aonde, em 1526, acompanhou a infanta D. Isabel, irmã daquela, rainha e imperatriz pelo seu casamento com Carlos V, fonte de infortúnio para a nação portuguesa.

⁽¹⁾ J. J. Gomes Brito, *Ruas de Lisboa*, Lisboa, 1935, vol. I, pp. 6 e 7.

⁽²⁾ Luís Pastor de Macedo, *Lisboa de Lés-a-Lés*, 2.^a ed., Lisboa, 1955, vol. I, pp. 19 a 66.

⁽³⁾ Veja-se o *Prefácio* do Prof. Joaquim Veríssimo Serrão à 5.^a ed. de *Comentários de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1973, t. I, pp. [V] a [VIII].

Homem cuja juventude decorre no período de maior desenvolvimento, entre nós, do ideal renascentista, e para mais instruído, viajado e rico, não admira que Brás de Albuquerque deixasse no seu espólio a *Quinta de Azeitão*, depois chamada da *Bacalhoa* e a sua *Casa dos Diamantes* ou dos *Bicos*, em Lisboa, às Portas do Mar. É esta que nos ocupa, de momento; e é bem possível que o palácio dos *Diamantes*, de Ferrara, ou o palácio Bevilacqua, em Bolonha, estejam na origem do seu traçado, como já Joaquim Rasteiro referiu⁽⁴⁾; o que, imediatamente levaria a datar a sua construção para além de 1522, ano do regresso de Brás, de Itália a Portugal. Seja como for, o arruamento que deu origem a este pequeno artigo é o que contorna a dita casa, digamos aproximadamente, pelo poente e pelo norte. Chamara-se, antes, *Rua dos Arcos*; mas a presença dessa casa que tanto se distinguia das construções vizinhas, pelo porte e pelo tratamento original das suas cantarias lavradas em pirâmide, além da importância e opulência do seu possuidor, fez que, segundo a lei natural de formação da toponímia nesses tempos recuados, insensivelmente, o povo se fosse habituando a esquecer o nome antigo, pela designação mais expressiva de *Rua Afonso de Albuquerque*, cuja origem Pastor de Macedo reporta a 1554⁽⁵⁾, mas que Gomes de Brito faz recuar a 1551⁽⁶⁾.

Na vida de Lisboa, por essa altura, Afonso de Albuquerque, filho, era, com efeito, personagem de relevo: provedor da irmandade da Miresicórdia durante anos, procurador às Cortes de Lisboa em 1562 e de Almeirim em 1578, presidente do Senado da Câmara de Lisboa, entre 1572 e 1574, nobre pelo seu casamento e possuidor duma avultada fortuna. A passagem do seu nome para a rua onde habitava é, portanto, natural⁽⁷⁾. Como também é natural a simpli-

(4) Joaquim Rasteiro, *Quinta e Palácio da Bacalhôa em Azeitão*, Lisboa, 1895, pp. 29 e 30. É de notar que, a propósito da *Casa dos Bicos*, citam-se sempre os palácios de Ferrara e de Bolonha e, também a *Casa de los Picos*, de Segóvia; ao passo que o palácio Sanseverino, de Nápoles, do Séc. XV, destruído cerca dum século mais tarde para dar lugar à igreja do *Gesù Nuovo*, dos inicianos, que, todavia, mantiveram a enorme fachada em *pontas de diamante*, fica sempre esquecido.

(5) Luís Pastor de Macedo, *ob. cit.*, p. 19.

(6) J. J. Gomes de Brito, *ob. cit.*, p. 6.

(7) Em teoria, poder-se-ia especular com o facto, pormenorizadamente investigado por Pastor de Macedo no artigo citado, de que o chão onde Albuquerque, filho, mandou edificar a sua *Casa dos Bicos* já pertencia a seu pai, que aí possuiria mesmo *umas casas*. O topónimo poderia, nesse caso, vir do pai. Mas a data tardia em que ele começa a aparecer na documentação, cerca de quarenta anos após a morte do grande Albuquerque, parece invalidar a hipótese.

ficação do topónimo para *Rua do Albuquerque* ou a introdução da variante *Rua da Casa dos Bicos*. Mas, depois de 1781, tendo passado no entretanto, por *Rua das Canastras*, confusão com outra que lhe ficava próxima, já aparece como *Rua do Almargem*. Brás de Albuquerque morrera em 1581 ⁽⁸⁾ e a origem do topónimo que o recordava foi-se obliterando na memória dos moradores do sítio. A designação de *Almargem* persistia em 1882. Em sessão da Câmara de 9 de Fevereiro desse ano, por proposta do vereador do pelouro da polícia, Leça da Veiga ⁽⁹⁾, foi reposto o nome de *Afonso de Albuquerque* que hoje perdura.

Já Pastor de Macedo frisou que, pelos termos da proposta de Leça da Veiga, a intenção deste era honrar a memória do grande Afonso de Albuquerque, pai, que não a do filho, Afonso por decisão régia, Brás por seu nome de baptismo. Todavia a observação do notável olisipógrafo tem escapado a muito boa gente. Há os que, menos versados nos meandros da olisipografia, julgam que o topónimo *Afonso de Albuquerque* se referiu sempre ao capitão-mor das Índias. O leitor poderá verificar, pela transcrição do parecer de Leça da Veiga, que o activo vereador do pelouro da polícia, curiosamente, enfileirava com estes. Outros, mais atentos ao estudo da Cidade, equivocaram-se mesmo assim, por admitirem que o citado topónimo se referiu sempre ao filho Brás, aliás Afonso por decisão régia, e não ao pai. Temos que confessar ser esse o nosso caso até que o querido Amigo, Dr. Paulo Caratão Soromenho, o benemérito e apaixonado organizador, compilador e colaborador de «Olisipo», nos sugeriu a redacção duma nota esclarecedora desta velha confusão. A nota, afinal, alongou-se. E, recapitulando brevemente, as conclusões fundamentais a que chegámos são as seguintes:

— o nome de *Afonso de Albuquerque* veio à rua por influência do morador e proprietário da *Casa dos Bicos*, Brás de Albuquerque, filho do capitão-mor dos mares da Arábia, a quem D. Manuel comutara o nome para Afonso;

⁽⁸⁾ Prof. Joaquim Veríssimo Serrão, *loc. cit.*, p. [IX].

⁽⁹⁾ Jaime Coriolano Henriques Leça da Veiga fez parte das vereações de 1882-1883 e de 1884-1885, ambas da presidência de José Gregório da Rosa Araújo. Segundo a revista quinzenal *Correio da Europa*, edição brasileira de 28 de Junho de 1893, num artigo sobre seu filho Dr. José da Veiga, Jaime Coriolano foi administrador do bairro, vereador da Câmara e, por falecimento de Paulo Midosi, nomeado síndico da municipalidade. (Esta notícia foi-nos obsequiosamente revelada pelo Senhor Jaime Reyes Leça da Veiga, descendente do vereador Jaime Coriolano).

— em 1882, a referida rua chamava-se *do Almargem*; e o vereador Leça da Veiga propôs o retorno ao topónimo *Afonso de Albuquerque*, com a intenção expressa de honrar a memória do grande Afonso de Albuquerque, pai, o que foi aprovado.

Pensamos que o leitor terá interesse em conhecer os termos exactos da proposta. Por isso a transcrevemos do relato da sessão da Câmara Municipal de 9 de Fevereiro de 1882 ⁽¹⁰⁾:

«Senhores. — Se as exigencias da civilisação, fundadas em rasões de hygiene commodidade e embelesamento, tem levado esta camara a fundir, em varios pontos, a antiquissima cidade de Lisboa, nenhumas razões ha, comtudo, que autorisem a substituição de antigos nomes de ruas, com significação aliás importantissima, por outros, que apenas traduziriam ou a mais negra ingratição pelas façanhas dos nossos illustres antepassados, ou a mais crassa ignorancia d'esses feitos.

«Por certo, que o imperio do Oriente, já hoje bastante minguido, é ainda uma das joias mais preciosas da corôa portugueza: essa engastou-a ahí, no mais elevado grau, o immortal Affonso d'Albuquerque.

«Todavia, depois de tanto, quão nobre lidar em vida, insultadas as suas cinzas pelo avido concussor Lopo Soares, que lhe sucedera na vice-regencia, restituídos os ossos á pátria pela solícita piedade do filho, confundidos a final e de todo perdidos pelo mais infame desforço dos fades graciosos, apenas restava, consagrado pelo senado da camara de Lisboa, á sua memoria, uma rua que com a frente da celebre casa dos Bicos ou dos Diamantes, que o filho d'esse heróe edificára, na grande judiaria proximo á Porta do Mar ao norte da antiga Synagoga: era a rua de — Affonso de Albuquerque.

«Ainda depois do terremoto de 1755 essa rua conservava o mesmo nome; mas posteriormente o substituíram pelo do — Almargem —, que é a rua que actualmente corre em seguimento á das — Canastras.

«Que desgraçada substituição!

«Almargem, a herva que cresce nos prados, para pasto das bestas! Parece que se quiz lançar a almargem o nome do fundador d'um imperio, do *Albuquerque terrível em quem poder não teve a*

(10) Livro de actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa de 1882.

morte: pois que para designar o almazem de bacalhau, que um inglez estabeleceu depois nas lojas d'essa casa dos Biccós, seria, ainda mais, insistir n'um erro, que se encontra em alguns escriptores antigos.

«Assim, proponho que á actual rua do Almargem se restitua o antigo nome de — Afonso de Albuquerque. — Lisboa 9 de Fevereiro de 1882.

«O vereador do pelouro da policia, *Leça da Veiga*».

A' cerca d'esta proposta observou o sr. visconde do Rio Sado ser sua opinião que se devia conservar á rua a denominação que tinha — *do Almargem* —, e que se prestasse maior homenagem á memoria de Affonso de Albuquerque, dando o seu nome a rua mais digna.

Depois d'algumas observações do sr. Leça da Veiga, submetida a proposta á votação foi approvada.

Como se vê, a proposta não passou sem reparo. Mas a observação do Viscande de Rio Sado de que Afonso de Albuquerque, o pai, mereceria homenagem mais digna só teve eco com a República que, logo em 5 de Novembro de 1910, deu o nome do grande governador da Índia à antiga Praça de D. Fernando II, onde, em 1902, fora erigido o monumento a Afonso de Albuquerque⁽¹¹⁾. E aqui fazemos nós um reparo. Pela inegável e benemérita influência que desempenhou no contexto cultural da sua pátria de adopção⁽¹²⁾, não mereceria D. Fernando II a recordação do seu nome num arruamento desta cidade? E, já agora, para terminar, outro alvitre, sem grande futuro, supomos: por quê não se esclarece definitivamente o assunto deste artigo, dando à actual *Rua Afonso de Albuquerque*, embora à revelia do rei Venturoso, simplesmente a designação de *Brás de Albuquerque*? Até porque a fase mais controversa da sua vida, aquela em que ele se decide pelo apoio a Filipe II na questão dinástica e em que conspira a seu favor⁽¹³⁾, se enodoa o nome de Afonso, de certo modo deixa intacto o de Brás, que só usou enquanto jovem.

(11) Luís Pastor de Macedo, *ob. cit.*, p. 19.

(12) Veja-se, do Prof. José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, em numerosas passagens.

(13) Sobre esta faceta do personagem Brás de Albuquerque, aliás Afonso, veja-se ainda o que diz o Prof. Joaquim Veríssimo Serrão no *Prefácio* já citado, pp. [VIII] e [IX]; e consulte-se o seu trabalho *Fontes de Direito para a história da Sucessão de Portugal*, in *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, vol. XXV, Coimbra, 1959. Consulte-se, ainda, de Queiroz Veloso, *O Reinado do Cardeal D. Henrique*, 1946, pp. 154 a 156.

Sexto Roteiro Fraseológico de Lisboa

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

Contou-se, por 1940 ou talvez antes, quando o conflito italo-abexim se encontrava em fase mais aguda (... ou mais grave), que o falecido imperador da Abissínia procurou no Ocidente o apoio que admitia como justificável e, assim sendo, esteve na França, onde naturalmente visitou em Paris o Presidente da República e tentou despreocupar-se passeando pela famosa cidade. Não podia deixar de ser: numa das voltas entrou no Boulevard des Italiens, nome que lhe surgiu como ameaça despropositada: «Bou levar dos Italianos? Isso é que ainda se há-de ver!».

Claro que tal historieta apenas pode ser portuguesa, pela finura do trocadilho e pelo jogo fonético, que a tornam intraduzível — e quase me atrevia a atribuir-lhe origem lisboeta, dada a ironia tão característica do espírito alfacinha nela existente: malícia no conteúdo e na forma, que normalmente distingue o anedotário e a piada da linguagem de Lisboa. Essa ironia tem sido largamente demonstrada nos *Roteiros Fraseológicos*, que temos ordenado desde há uma década no Boletim do Grupo dos Amigos de Lisboa. Com a presente recolha perfazem-se seis *caminhadas*, que são História e Etnografia, tradição e crítica, lembrança e experiência, moral e psicologia — tudo representado num tesouro fraseado, quase na totalidade de carácter topónimo, e portanto localizado, e em muitos casos localizável: cerca de 400 verbetes.

Os «Roteiros» têm saído em *Olisipo*: de 1973, n.º 136; biénio 1974-1975, n.ºs 137-138; biénio 1976-1977, n.ºs 139-140; 1978, n.º 141; e biénio 1979-1980, n.ºs 142-143 (e de todos se fizeram separatas).

Vamos encontrar-nos na Ribeira Velha, a caminho da Baixa e por ali podemos escolher um ponto de reunião junto da Casa dos Bicos ...



1. *Ter a Casa dos Bicos*: Usou-se para exprimir metaforicamente uma capacidade atribuída a outrem, ou um desejo pessoal de riqueza (Norberto de Araújo, *Legendas de Lisboa*, 1943, edição do Secretariado de Propaganda Nacional). Com outras feições fraseológicas, vid. os nossos *Roteiros* de 1973 (sob o n.º 9), de 1977 (n.º 31) e de 1978 (n.º 36).

2. Um pouco adiante da Casa dos Bicos — a evocativa casa de Brás (ou Afonso) de Albuquerque, filho do grande Afonso de Albuquerque — mais ou menos onde se vê o espaço que foi até há 36 anos pátio e sala dos Despachantes da Alfândega (começo da Rua da Alfândega) estendia-se um vasto campo marginal — o *Malcozinhado*, com vendas e tendas de comes e bebes e mercado, a aceitar o que crê a generalidade dos olisipógrafos (Vid. o *Roteiro* de 1973, n.º 16). O Dr. José Pedro Machado tem opinião muito diferente [*Factos, Pessoas e Livros*, III, pp. 1268-1271, Lisboa, 1981]: o Malcozinhado ou Mal Cozinhado não teria sido lugar de comidas e bebidas nem era alcunha de um taberneiro, mas apenas um prostíbulo, que Camões (ou um outro possível autor da carta considerada escrita pelo Poeta) crismou (ou baptizou).

3. De *Lisboa de Ontem* (p. 32), de Júlio César Machado: «[...] larguei a correr como um gaiato de caixas de açúcar — não deixemos cair em desuso esta locução nacional, — até ao sítio indicado [...]». Foi o ilustre olisipógrafo Dr. Francisco Santana, que nos forneceu este apontamento sobre o «ladrãozinho de quando da descarga do açúcar na alfândega» [junto da Igreja da Misericórdia — Conceição Velha — e do antigo Terreiro do Trigo]. Os garotos aproveitariam distrações de guardas ou usariam o seu próprio atrevimento de «gaiatos do Terreiro do Paço» (*Roteiro* de 1977, n.º 9-17, letra f) ou «patifes e filhos de Lisboa» (*Roteiro* de 1978, n.º 67).

4. «Em volta do Terreiro do Paço, em Lisboa, onde se levanta a estátua equestre de el-rei D. José, mandou a Câmara fazer um pas-

seio empedrado, de modo que o terreiro ficou menor. Isto aconteceu numa época em que o Governo fazia muitas reduções dos quadros de empregados e tornou adidos muitos destes. Logo alguém se lembrou de dizer o seguinte: *D. José passou a adido, porque lhe reduziram o quadro!*» (Doutor Leite, *Etnografia Portuguesa*, IV, pp. 529-530).

5. *Bem prega Frei Tomás! Faz o que ele diz e não faça o que ele faz:* O autor destes *Roteiros* «já soube» quem foi Frei Tomás. Lembra-se vagamente de que era um frade (padre?), que, no século XVI, exercia as suas funções no Paço da Ribeira (Terreiro do Paço), mas a memória falha. O Dr. Alexandre Carvalho Costa (*Gente de Portugal*, I vol., tomo II, p. 169) parece que o considera personagem mítica, defeituosamente inspirada no *Evangelho* de S. Mateus, XXIII, 3.º.

6. Os armazéns Grandela (vid. *Roteiro* de 1977, sob o n.º 36, e de 1978, n.º 27) foram causa, pela abundância e variedade dos produtos que vendem, do prolóquio: *Há cá (ou lá) de tudo como no Grandela!*

7. «Um cambista de Lisboa chamado A. Piano quebrou, e logo se criaram duas anedotas: a) Qual é o instrumentos mais ingrato? — *O Piano!* porque não dá notas. b) Dizia-se que a casa se abriria, mas acrescentava-se que mudava de nome: não *A. Piano* mas *À Viola* (porque ir à viola em calão quer dizer: perder-se, arruinar-se, ir por água abaixo: de *via*). [Doutor Leite, *Etn. Port.*, IV, p. 529].

8-9. *O Galheteiro do Rossio:* Assim apelidou a troça lisboeta o conjunto artístico proporcionado pela estátua de D. Pedro IV (que a má língua nacional disse ser antes a estátua recusada de Maximiliano do México!) e os dois elementos decorativos (os lagos) — conforme conta João Paulo Freire, nas *Minudências Lisboetas*, pp. 95 ss. (Vid. o *Roteiro* de 1973, n.º 31); contudo houve quem preferisse para a estátua o símile *castiçal*. Nas pp. 116 e 118 do X volume da *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2.ª ed., 1937, de Júlio de Castilho, vêm reproduzidas duas gravuras: uma que representa o *primitivo* galheteiro, inaugurado em 17 de Julho de 1852, e completamente demolido anos depois; a outra mostra o monumento do Himeneu, no

mesmo local, comemorativo do casamento de D. Pedro V e de D. Estefânia (18 de Maio de 1858).

10. De Eça de Queirós, *A Tragédia da Rua das Flores*, p. 376, Lisboa, 1980, Moraes Editores: «Camilo [personagem do romance], que as dificuldades da vida azedavam, insultou a cidade 'dum aspecto tão ignobilmente burguês e chato', as fisionomias inexpressivas do português moderno, a fachada idiota de D. Maria, a vergonhosa vela de estearina, que tinha por pavio o imortal dador da Carta e — consolado com estas pillérias — declarou que ia estudar [...]»

11. Ora, quando o autor era novo (acontecimento de há cinquenta anos...), integrou-se na gíria citadina uma *frase de vida efémera* (assim o mesmo autor chama àquelas que nascem não se sabe como, vêm não se sabe donde e desaparecem sabe Deus porquê), que teve muito êxito: *Ó Joãozinho, vais ao Gelo?* Aqui se ortografa o local com maiúscula, pela convicção de que se trata do antigo Café do Gelo, à beira do Rossio. Toda a gente lhe dava, parece, sentido malicioso. E agora a interpretação possível ou provável: Talvez tenha sido ouvida a um rapaz efeminado que a gritou a um amigo — o que teria dado no goto a pessoas presentes no local. Uma hipótese.

12. Vamos deixar a Baixa em direcção ao Bairro Alto. Os dois montes conhecidos pelos grandes edifícios que os dominaram sofreram fortíssimo abalo em 1755 e daí a suposição moderna de ter sido essa causa do prolóquio *Lá se vai (ou Caiu) o Carmo e a Trindade* (*Roteiro* de 1975, letra *a*). Contudo, Ribeiro Cristino (*Estética Citadina*, p. 60) dá-lhe origem muito mais antiga: «Aqui em Lisboa pelo grande declive do monte em que foi edificado o templo [Séculos XIV-XV], sobranceiro ao Rossio, foi difícilima a construção da abside da igreja do Carmo, pois derrocaram-se a princípio as primeiras muralhas, e daí teve princípio o dito lisboeta — Lá cai o Carmo e a Trindade; [...]». Esta interpretação, porém, parece um pouco forçada: se caiu o Carmo, por que motivo se havia de falar na Trindade?

13. *A palmatória de São Roque*: epíteto com que foi consagrado o monumento central do Largo (João Paulo Freire, *Minudências Lisboetas*, p. 37), em memória do casamento de D. Luís, em 1862.

14. *Toque, toque e toque, vamos pra São Roque*: Vid. o *Roteiro* de 1973, n.º 41. Trata-se de um dístico que pertence a uma quadra popular, do século XVIII, cujos terceiro e quarto versos são:

Pra ver os peraltas,
Se têm capote.

(Francisco Câncio, *Arquivo Alfacinha*, II, caderno XI, p. 11).

15-18. *Ficar a ver navios no Alto de Santa Catarina*: Vid. o *Roteiro* de 1973, n.º 50. Alexandre Carvalho Costa, *Gente de Portugal*, I vol., tomo II, pp. 113-114, apresenta opiniões de Antenor Nascentes e Vasco Botelho do Amaral sobre a origem da frase, mas ambas pouco aceitáveis (tal como são apresentadas, claro), e uma terceira, apenas admissível, como contributo sebastianista. O sítio (Santa Catarina e logo as Chagas) tem tradições marinheiras, que podemos ligar a um tipo muito rico de fraseologia metafórica — expressões de carácter marítimo —, nestes casos seguintes informativas do estado do tempo, (todas de origem alfacinha, segundo o etnógrafo Pedro Chaves, *Rifoneiro*, pp. 18, 41 e 204): *Quando a Roca tem capelo, colhe a vela e vai-te a Restelo; Dia de São Vicente, toda a água é quente; Lua nova e lua cheia, praia-mar às duas e meia*.

19-22. Dentro do critério acabado de expor, crê quem estas linhas escreve que grande parte das expressões marítimas relacionadas com o Oriente terá sua causa em conceitos lisboetas (conforme já disse num conjunto de artigos — «O Mar na Língua Portuguesa» — publicado em *Novidades. Letras e Artes*, 1942, e *Mundo Desportivo*, 1945). Exemplos: *À Índia mais vão do que tornam; Na Índia, os mais vivem de esperança e o comum morre sem paga; A Índia ou vende o que tem ou troca com vantagem; Fazenda da Índia não luz*. (Pedro Chaves, *Rifoneiro*, pp. 51, 243, 196 e 174).

23. *Ir gabar-se à feira das bestas*: Claro que em toda a parte onde houve e há bestas e feiras a frase teria sido ouvida, aplicando-se aos gabarolas insistentes e persistentes. Todavia, pois que em Lisboa se negociaram animais em locais certos (por exemplo, no Largo de São Domingos e no do Jardim Público, e, em 1823, no Campo Pequeno, quando a Feira da Ladra se cindiu para a venda

de gado aqui e venda de fatos no Campo de Santana), pontos fáceis e animados para as pessoas se encontrarem, a frase apareceria quer com carácter imperativo, *Vai gabar-te à feira das bestas*, quer adverbativa, *Mas, agora, não te vás gabar à feira das bestas!*

24. A cachucha foi dança espanhola, internacionalizada em meados do século XIX, com intervenção de homens e mulheres, que não primava pela gravidade dos passos e, quando acompanhada de canto, também não se impunha nas reuniões das famílias ditas sérias. Contudo ganhou as honras do palco, o que a popularizou em França e daí irradiou. J. F. (o Dr. Jorge Faria) numa série de artigos sobre «A Dança em Portugal (Pequenas Notas)», publicada no *Diário de Notícias*, conta no número de 11 de Dezembro de 1939: «1845, 29 [de Novembro]. No Variedades [Lisboa] a grande artista Josefa Soller, num dos intervalos da *Ciganinha*, na qual desempenhava primorosamente a protagonista, dançou uma *cachucha*». Decerto foi em Lisboa, pois, que a cachucha ganhou fama e se personalizou em *Maria Cachucha*, originando a conhecida e trocista quadra:

Maria Cachucha,
Com quem dormes tu?
Durmo com um gato
Que me arranha o c.

Parece que por cá ninguém já a canta nem dança, mas o autor destas linhas ainda se recorda dela, dos tempos da meninice, aí pelos anos vinte. Se houver leitores interessados, que consultem a *Revista Lusitana*, n.º 1, ano de 1981, pp. 79-90, estudo de Heitor Gomes Teixeira. Quanto ao Teatro Variedades, em 1845 chamava-se ainda Teatro do Salitre, conforme se pode ler no artigo sobre «Alguns Velhos Teatros desta Lisboa Alfacinha», publicado no presente número de *Olisipo*, por António C. Pinho.

25. *Canos do avesso*. Em Dezembro de 1871, Eça de Queirós, colaborador de Ramalho Ortigão nas *Farpas*, e de que veio a publicar a sua parte sob o título *Uma Campanha Alegre*, conta e critica: «As ruas pela sua limpeza mereceram de nós a designação, que lhes ficou — canos do avesso. As que são calçadas tomam com a chuva o aspecto gentil de uma missanga de charcos. As macada-

mizadas, essas, depois de se terem desfeito no Verão numa atmosfera de pó fétido, apressam-se no Inverno a reabilitar-se mostrando que são, como outra qualquer vereda, capazes de saber exercer a profissão de lameiro.» («Farpas», n.º 62, de *Uma Campanha Alegre*, I volume, Porto, 1927, pp. 324-325).

26. *Dar vivas à Cristina*: No *Roteiro* de 1980, p. 4, letra f, indica-se a data de 1641 do tratado de amizade e de colaboração com a Suécia — e isto está certo. Os vivas à Rainha Cristina, porém, foram dados quando dez anos depois (1651) ela ficou coroada — em sinal de gratidão de D. João IV para com aquele País e a sua soberana (Gomes de Brito, *Lisboa do Passado, Lisboa dos Nossos Dias*, 1911, pp. 99-107). Sinceramente ou não o povo de Lisboa gritou pelas ruas bem alto essa gratidão, que talvez já não existisse por esquecimento na memória popular.

27. *Alvalade*: O Dr. José Pedro Machado (*Factos, Pessoas e Livros*, III, Lisboa, 1981, pp. 949-952) esclarece, com a limpidez costumada, um passo camoniano (de *El-Rei Seleuco*), em que uma personagem se dirige aos espectadores e informa de que se não se chegarem mais uns aos outros se terá de «mandar fazer outro Alvalade [...]» — maneira metafórica de indicar largueza de espaço (como era o amplo local do século XVI, onde vieram a fazer-se os exercícios militares preparatórios da expedição tragicamente terminada em Alcácer - Quibir). Vid. o n.º 49 do *Roteiro* de 1978.

28. Estamo-nos a afastar cada vez mais dos limites da cidade antiga, que tanto nos deu que falar, como temos visto; a moderna também já começa — e já demos exemplos — a enriquecer a paremiologia e a literatura populares. Agora ouvimos (em 1980) a seguinte piada, que vale pela ingenuidade:

— Qual é a mais comprida avenida do Mundo?

— É a de Roma, que principia na capital de Inglaterra, atravessa os Estados Unidos e termina no Brasil!

29. *Está pior da perna*: O desaparecido diário *O Século* publicou um curioso e válido artigo anónimo, em 6 de Janeiro de 1911, sob a epígrafe «Os Estribilhos do Povo. 'Está pior da perna...' Em Lisboa usam-se modos de dizer que nem todo o

português percebe e que marcam épocas definidas como as revistas do ano». Este quilométrico título cobre uma extensa memória, escrita com alguma ciência, certo pitoresco e bastante informação. Estas parecem-nos razões para a publicarmos integralmente no próximo boletim *Olisipo*, correspondente a 1983. É de notar que, na aparência, o Homem já não inventa mais nada [nem talvez mesmo nos campos da Ciência e da Técnica, a acreditar no *realismo fantástico* de Louis Pawels] nem sequer recria algo.

Mais um exemplo.

O autor dos «Estribilhos do Povo» observa (Estava-se em 1911) que *está pior da perna* é «o mais recente estribilho popular». Isto disse publicamente em 6 de Janeiro. Pois, logo no dia 7, o mesmo jornal trazia uma carta de um antigo aluno do Colégio Militar (sem dizer o nome — «que terminou o curso do colégio no ano findo»), que contava ter a frase surgido como censura a um oficial com quem embirravam e que *fanfava* da perna esquerda: quando ele irritava os alunos, concluíam que *estava pior da perna*. E logo no dia 11, outra carta, esta de um correspondente de Ermezinde, dizendo que fora em 1899, a Escola do Exército o berço da expressão, originada num gracejo. Todavia, em 17, mais uma carta — agora a última — assinada por Gil Fragoso, que lera: «[...] porque pode filhar de algum chocarreiro perguntar se homẽ está pior da perna [...]», nem mais nem menos que no *Livro da Ensinoança de Bem Cavalgar toda Sela*, de D. Duarte [falecido em 1438]! E esta?

30. *Enfiar o barrete*: Expressão que está ligada a um dos mais característicos elementos do vestuário saloio, aproveitado pela veia trocista alfacinha. Vid. o n.º 51 do *Roteiro* de 1978.

31. *Ir fazer a barba a Almada*: em que Almada está por Outra Banda — citada num artigo de *O Primeiro de Janeiro* (Porto), de 22 de Julho de 1976, segundo a informação do Dr. Alexandre de Carvalho Costa (*Gente de Portugal*, I volume, tomo II, pp. 145-146). Vid. o *Roteiro* de 1975, letra *b*.

32. E, pois que saltámos o Tejo para a Outra Banda, vem a propósito a frase *Guardê-o Deus lá no Barreiro* (Ladislau Batalha, *História Geral dos Adágios Portugueses*, 1924, p. 71. Vid. o que acerca desta obra escreveu Leite de Vasconcelos, in *Lusitania*, fascí-

culo 8.º, pp. 153-160), que sugere ideia de se querer alguém longe de nós.

33-41. *Alcunbas, Motejos ou Ditados Étnicos*: Assim chamava o Doutor Leite de Vasconcelos as palavras ou frases com que o povo, pela passagem dos séculos, designou os habitantes de grande número de povoações, importantes ou não, com intento pejorativo, ou conta historietas em que ridiculizava as pessoas, as coisas, os aspectos dum ou doutro local, geralmente como resultado de antigas rivalidades, tantas vezes causa de rixas. Pedro Chaves, no seu *Rifoneiro* (p. 83) recolheu um exemplo muito característico: *Arrenego do mouro e do judeu e do homem de Viseu, mas lá vem o braguês, que é pior que todos os três e o do Porto no seu contrato é o pior de todos quatro, mas o ilhéu é de se lhe tirar o chapéu*. Da mesma fonte, em mau latim: *Do de Braga ao pé, libera nós dominé*. E chegamos agora ao ponto que nos interessa — Lisboa; e temos (Ladislau Batalha, *História Geral dos Adágios Portugueses*, p. 246):

Lisboa — coisa boa,
Coimbra — coisa linda,
Mas lá está o Porto,
Que lhe bate no rosto.

Ladislau Batalha (idem, pp. 247-248) transcreveu uma parlenda alentejana (de que leremos a parte introdutória) recolhida por Teófilo Braga (que nomeia estes motejos por «prolóquios toponímicos»):

Lisboa, coisa boa,
E o Porto dá-lhe pelo rosto.
Barquinha, oh minha menina!
Tancos baila nos bancos.
Punhete, belo ramalhete.
Passamos a Redemoinhos,
E Abrantes está como dantes [...]

Pela proximidade geográfica, aproveitam-se dois casos, um que não negará a sua filiação lisboeta — o *Doutor Cascais*, alcunha de qualquer combóio que sirva a cidade, pela «pronta solução» por ele dada a situações desesperadas (com o recurso ao suicídio); outra, que

talvez provenha da ironia alfacinha (recolhida por Ladislau Batalha, id. p. 242); [...] ao Barreiro chamam ironicamente — 'terra do cracanhol', nome dado a uma variedade de ostras que em certa quadra do ano ali serve de base de alimentação [...].

Não obstante a tendência geral para a crítica desagradável ou destrutiva, aparecem-nos de vez em quando na paremiologia frases dominadas por sentimentos simpáticos ou agradáveis. Do *Rifoneiro*, de Pedro Chaves (p. 56): *A quem Deus quer bem, levou a morar entre Lisboa e Santarém*; e a p. 125: *Corpo de Deus, de Lisboa, Santo Espírito da Alenquer, Ladainhas de Coimbra, Trindade de Évora, Ressurreição de Beja e Ramos de Alhos Vedros*.

Diz o Doutor Leite (*Etn. Port.*, IV, p. 532): À estação ferroviária da Parede (linha de Cascais), chamam por graça: *véspera dos Santos* (como se fosse véspera do dia dos Santos ou de Todos os Santos), por ficar antes das estações de *S. Pedro, S. João e Santo António*. (Ouvido em Santo Amaro de Oeiras).

42. Na mesma linha de apreciação, acabada de ler, está a frase célebre, nascida — cremos — por meados do nosso século e prestes a perder terreno cada vez mais, por inadequada aplicação: *Portugal é Lisboa e o resto é paisagem*.

43. No lugar de velhos e relhos e degradados prédios da Mouraria, que foram, a bem de Lisboa, demolidos há um bom par de anos, surgiu um vasto espaço, em certa altura ocupado por construções de madeira, onde se instalaram lojas. O sítio recebeu na linguagem corrente o nome de *Martim Moniz*, que tanto pode ser o determinativo de largo, campo ou praça, quem sabe se rua... A verdade é que a pitoresca ironia lisbonense aguçou o espírito crítico e, achando naturalmente injusta a aplicação do nome do herói «àquilo», baptizou o local por *Ilha da Madeira*, atendendo à abundância do material de edificação.

44. Recentemente começou a empregar-se uma frase crítica (que será de vida efémera, provavelmente) exemplificativa das dificuldades que o principal habitante de Belém encontra no exercício das suas altas funções, e que não são de invejar. Usa-se como cumprimento corrente, acrescido de «perífrase infeliz» (diria Camões): — *Estás bem... ou vais para Belém?*, o que exprime a ideia de que não será agradável *ir para lá*.

45. E a propósito de Belém: Em *O Conde de Abranhos*, de Eça de Queirós, 2.^a edição, Porto, 1926, p. 218: «[...]»; às duas horas da manhã, depois de rever as provas de uma deliciosa anedota, que copiara do *Almanach pour rire*, preparava-me para deixar a redacção, quando dois colegas entraram, trazendo o boato de que o general citado organizava um movimento para essa madrugada e propondo que tomássemos uma tipoia para ir 'ver a revolução a Belém'.» Esta frase assinalada vem ao encontro duma nota que escrevemos no *Roteiro* de 1978, sob o n.º 12 e intitulada *Vamos ver a revolução* — circunstância real da terceira década do século. Nada de novo à superfície da terra! Como se verifica, já Eça há cem anos a usou (aplicando-se a acontecimentos fantasiados, datáveis de 1850).

46-47. Igualmente no *Roteiro* de 1977 (n.º 18) e de 1978 (n.º 15), relembramos frases irónicas referentes a aspectos marcantes da vida da Cidade, neste caso para parodiar as demoras inexplicáveis, mas intransponíveis, que a cada momento se nos deparam. As «obras» de Santa Engrácia e as da Sé (que perderam a significação especial com o seu termo), semelhantes às da construção da Sé Nova do Rio de Janeiro, principiadas em 1749 e de cujo fim, por longo tempo, os Fluminenses duvidaram. Pois, por cá, tivemos dois casos, já perdidos na memória popular, mas que por muitos anos fizeram sorrir e entraram na paremiologia: As *obras de Mafra*, anteriormente ao terramoto grande (Ladislau Batalha, *História Geral dos Adágios Portugueses*, p. 281), e as *obras de S. Pedro de Alcântara*, após aquela catástrofe (João Paulo Freire, *Minudências Lisboetas*, p. 42).

48-49. Uma das feições mais vulgarizadas da boa graça portuguesa encontra-se na interpretação das vozes dos sinos (que, de resto, não se faz apenas na nossa terra). De Norte a Sul, por todo o País, por imitação tradicional, os sinos são personificados com a atribuição de nomes ou alcunhas e de linguagem. Falámos há momentos de Mafra, cujos sinos se tornaram famosos não só pela beleza e vibração da sua sonoridade mas também por serem elemento de um anexim do jogo do eixo praticado pelas crianças de Lisboa e arredores:

[...] Onze — os sinos de Mafra são de bronze.

Pois estes sinos são dos que falam. O Doutor Leite de Vasconcelos recolheu o diálogo de quatro deles, pertencentes à igreja:

Um diz, com voz grave: Que te deixou teu pai?
Outro, noutro tom: Um gabão velho, um gabão velho...
O terceiro, noutro tom: Tem lêndeadas, tem lêndeadas...
Quarto, com voz fina: Se tem, tira-lhas! Se tem, tira-lhas!

50. Mafra encontra-se ainda numa sextilha popular, relativa a D. João V, conta o Doutor Leite (*Etn. Port.*, IV, 528) [Será antes D. João VI]:

«Nós temos um rei
Chamado João:
Faz o que lhe mandam,
Come o que lhe dão
E vai para Mafra
Cantar contochão.»

51. Ainda na região saloia, em Sintra, há um sino, que soa: «Minha mãe tem pão, bacalhau, feijão».

52-53. Regressando a Lisboa, vamos encontrar (segundo a informação do Doutor Leite de Vasconcelos, ouvida há muitos anos a uma senhora idosa) no Convento das Bernardas, que em certa época recolheu os pobres da rua, o sino pequeno a dizer, quando tocava para a missa: «Têm, têm lêndeadas, têm, têm lêndeadas...». E uma sineta respondia: «Se as têm, tira-las! Se as têm, tira-las!».

E também da mesma fonte, outro diálogo, com crítica social. A conversa é entre três conventos lisboetas — dos Franciscanos, dos Paulistas e dos Carmelitas. Dizem os sinos dos primeiros, com humildade: «Os pobrezinhos... Os pobrezinhos...». Dizem os dos segundos, com pompa: «Os fidalgos... Os fidalgos...». E os dos terceiros, em voz de falsete: «Marotos todos... Marotos todos...». (*Etn. Port.*, IV, 527).

54. Em Alfama, das pessoas que falam compassadamente diz-se: *Aquele* (ou *aquela*) *fala como o sino de Santa Engrácia*.

55. Ainda no começo do nosso século os actores do Teatro Nacional seguiam determinadas regras: falavam bastante alto, volta-

dos para a assistência (por delicadeza com o respeitável público e a fim de serem mais bem entendidos) e martelando, com o mesmo intuito, todas as sílabas — e isto era bom, porque combatia o vício, hoje generalizado, da pronúncia precipitada; mas esta boa vontade dos actores nem sempre seria compreendida, pois que se criou o próloquio, de certo modo caricatural para as pessoas «especiliosas» —
— *Aquele fala à (maneira dos actores do) Teatro Nacional.*

49. *As éguas que concebiam por fecundação do vento* — «[...] Queremos, porém, aqui registar um curioso anexim francês que se prende connosco e vem citado por Le Roux: — faire comme les jumens de Portugal concevoir du vent (Apud Fleury de Bellington, *Étym. des Prov. Franc.*, p. 135, cit. por Le Roux: *História de Justino*, provavelmente o *Epítome* por Trogus, ed. de Dubner — 1831 — Liv. 44, Cap. 2.º).

Mais extraordinária se nos afigura a explicação que a este propósito se lê em Justino:

Vários autores têm afirmado que as éguas concebiam perto do Tejo, rio de Portugal, onde as éguas são tão ligeiras na corrida, que parecem na realidade ser concebidas pelo vento [...]» (Ladislau Batalha, *História Geral dos Adágios Portugueses*, p. 184). Esta crença tradicional, de origem erudita, não se indica por uma frase esteriotipada pelo uso, mas a sua repetição (que segundo uma falsa etimologia significava uma das formas que terá tido o topónimo *Lisboa*) consente que a incluamos no nosso *Roteiro*. A propósito consulte-se o estudo do Dr. José Pedro Machado no *Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa*, n.º 1, Janeiro-Março de 1978, pp. 8-11; o mesmo autor publicou «Origem do Nome de Lisboa», em *Olisipo*, n.º 120, ano de 1967 (resumo de uma conferência).

57. *De banda para toda a banda*: «Concluindo o curso da Escola Politécnica em 1859, [Pinheiro] Chagas cingiu a banda de alferes graduado de Infantaria 16, no tempo em que ainda se valorizava o provérbio — de banda para toda a banda.» [*Lisboa de Outra*, João Pinto de Carvalho (Tinop), edição do Grupo Amigos de Lisboa, 1938, 1.º volume, p. 45].

Tal como indica esta graça alusiva à vida quase errante da gente militar, também nós temos andado de «banda para toda a banda», aqui seguindo este roteiro. Mas é já por pouco tempo.

58-62. *Vede-la vai, vede-la vem como barco de Sacavém*: Integra-se esta frase (colhida no *Rifoneiro*, de Pedro Chaves, p. 421) num conjunto muito significativo, de tradições históricas, já tratado nos nossos *Roteiros* (de 1973, p. 5, n.º 4; de 1978, n.º 65; e de 1980, n.ºs 22-23).

Também Ladislau Batalha, *História Geral dos Adágios Portugueses*, com um estudo preambular do Dr. Agostinho Fortes, Livraria Aillaud e Bertrand, Paris - Lisboa, 1926 (326 pp)., se recordou do conjunto, na p. 70, *parecendo* que interpreta uma das versões portuguesas como reflexo das lutas religiosas nos séculos XV - XVI — o que nos parece observação curiosa, muito embora a versão mais antiga remonte em Portugal ao século XIV. Mais natural (admitimos) que chegando à nossa terra qualquer dos prolóquios franceses, ocorresse ao espírito dos «herejes» a velha frase e dela se tivesse feito uma adaptação:

«[...] o facto de encontrarmos a propósito de Roma outros adágios pejorativos, até mesmo de desdém pelas crenças católicas, o que nos leva a crer que sejam posteriores e se refiram ao tempo em que a reforma abalava as consciências e roubava adeptos ao Catolicismo.

Por exemplo: *Qui bête à Rome va, bête en revient*.

Ou também outras versões semelhantes: *Qui beste va à Rome, tel en retourne*.

Mais ofensiva era a seguinte versão: *Qui chien s'en va à Rome, mastin revient*.

A versão portuguesa encerra igual conceito, mas diferença-o, substituindo Roma por Santarém: *Quem burro vai a Santarém, burro vai e burro vem.*»

63-65. «Quando alguém andava sem o mínimo erro ortográfico no estilo da *fashion*, exclamava-se logo: *Vai muito inglês!* Mas se violava o figurino, isto é, se não copiava a fisionomia da casaca e o bocejo do colete britânicos, observavam imediatamente: — *É um gótico! É um jarreta!*

Os ingleses disciplinaram tão rapidamente o nosso exército que os soldados não podiam fumar diante dos anspeçadas e moviam-se quase tão automaticamente como trebelhos num jogo de xadrez. O povinho parodiava as vozes de comando dos oficiais britânicos, di-

zendo com ares galhofeiros: — *Quibique, faivéque, cholé, arms!*» [João Pinto de Carvalho (Tinop), *Lisboa de Outrora*, 1.º volume, edição do Grupo Amigos de Lisboa, 1938, p. 155].

66. A propósito da moda anteriormente lembrada do vestuário, vem agora um exemplo de moda nos mimosos tratamentos entre senhoras lisboetas dos finais do século XVIII, princípios do século XIX: «Começou a debandada e as senhoras trocaram os cumprimentos de despedida, em uso na época: — *Adeus, minha alegria! Adeus, meu sim! Adeus, minha esquisita! Minha especial! Minha existência! Meu disfarce para enleio! Meu doce! Minha união! Meu mais que tudo!*» [João Pinto de Carvalho (Tinop), *Lisboa de Outrora*, 2.º volume, edição do Grupo Amigos de Lisboa, p. 133].

67. «Atraía as atenções um vendedor ambulante, que lembrava os bufarinheiros de Carle Vermet, trajava sobrecasaca e chapéu alto e percorria as ruas conduzindo um cesto enfiado no braço e soltando este pregão, muito cantado: — *Agulhas e alfinetes, monetes para senhoras, manguitos para meninas! Leques, leques, leques!*» [João Pinto de Carvalho (Tinop), *Lisboa de Outrora*, 1.º volume, edição do Grupo Amigos de Lisboa, 1938, p. 210]. Sobre os pregões das ruas de Lisboa, além de outras citações em números anteriores desta colecção, veja-se o II volume de *Lisboa nas Auras do Povo e da História*, de Luís Chaves, pp. 129 ss..

68. Ainda a respeito de pregões leia-se estoutro em Ladislau Batalha (*História Geral dos Adágios Portugueses*, pp. 236-237): «Quando nas antigas Portas de Santo Antão (de Lisboa), moderna Rua Eugénio dos Santos, funciona a chamada Ópera barata, aglomeram-se à noite os rapazes à entrada do Coliseu, oferecendo à venda o livrete onde se conta o argumento da ópera anunciada no cartaz. Mas o pregão, usando e abusando das contracções, transformou o argumento da Ópera em *àmento*, que é como os rapazes apregoam: *Cá está o àmento!*».

69. «*Pai Paulino* era um preto de beiços elephantinos e cor fuliginosa como o hálito das chaminés. Nascido em 1779, pertencera às tropas do Rio de Janeiro e veio com o exército que desembarcou no Mindelo em 1832. Finda a campanha liberal, entrou na Brigada da

Marinha, obteve a reforma e alistou-se na fusca *troupe* de caiadores com praça no Rossio. Conhecemo-lo com mais de noventa anos de idade, de barbichas brancas e a fita *de mindeleiro* na lapela da quinzena. Pai Paulino arvorou-se em defensor da pretalhada e, segundo corria, tinha uma ordem assinada por D. João VI no Brasil, autorizando-o a arrancar os pretos aos amos que os maltratassem.» [João Pinto de Carvalho (Tinop), *Lisboa de Outrora*, ed. do Grupo Amigos de Lisboa, 1939, 3.º vol., p. 191]. Ainda se nos deparam referências a esta interessante figura popular na pg. 311 do volume VIII da *Etnografia Portuguesa*, de Leite de Vasconcelos; nas *Memórias de Um Galego*, pp. 243-244, de Eduardo de Noronha; no folheto sobre a igreja e freguesia de Santo Estêvão, em Alfama, de Sidónio Miguel (separata de *Olisipo*). Este apontamento vem na sequência do n.º 61 do nosso «Roteiro Fraseológico de Lisboa (Achegas)», n.ºs 142-143 de *Olisipo*.

70. A seguinte transcrição de *A Nossa Lisboa*, de Matos Sequeira e Pastor de Macedo, (pp. 203-204) esclarece um tanto o apontamento n.º 26 do *Roteiro* de 1980:

«A procissão do Terço, em que não figurava um único branco a não ser os clérigos, e que foi um dos mais curiosos espectáculos da cidade, mereceu uma página ao 'ci-devant Duc de Chatelet', pasmado de ver o negro préstito pelas ruas ao som dos atchins trocistas disparados pelas damas, que pejavam balcões e varandas. Intrigado com essa saudação estranha, o duque-turista inquiriu de uma das senhoras que espirravam, com frouxos de riso à mistura, qual a razão dos espirros.

E sabem qual foi a resposta? Esta:

— É por pirraça, porque os pretos não espirram.

Ignoramos ainda hoje se tal asserção é verdadeira. O certo é que o atchim perdurou, e forçosamente tem de haver um motivo.»

O Duque de Chatelet escreveu a sua *Voyage en Portugal*, nos últimos anos do século XVIII.

71. E porque falamos de procissões, leiamos mais uma graça apontada pelo Doutor Leite (*Etn. Port.*, IV, 427):

«As letras S.P.Q.R. [*Senatus Populusque Romanus*], que figuram nas procissões são interpretadas galhofeiramente por *sardinha, pão, queijo e rábanos*, e antes da República o povo lia: *Senhor, o*

povo quer república.» Ora, esta segunda leitura, *cheira* mesmo a Lisboa... (cidade republicana por excelência, que então era).

72. Ainda o Doutor Leite, na p. 524 da mesma obra, atribui à nossa cidade a fonte de outra repressão metafórica: «O povo da capital, com prosápias de esclarecido e civilizado, chama embasbacada à gente da província que visita a sua cidade. E assim é. O provinciano que vem a Lisboa olha tudo com pasmo e certa dose de palermice. *Fica a olhar como boi para palácio*, como se costuma dizer. Edifícios, montras, jardins, movimento de pessoas e veículos, tudo se lhe apresenta espantoso.»

Claro que esta basbacaria era há cinquenta anos...

73. O nosso Consócio, ilustre e activo colaborador deste boletim, Dr. Francisco Santana, falou-nos de certa expressão estereotipada, atribuindo-lhe uma aceitável origem lisboeta: «Estar lá para a quinta casa!», no sentido de estar longe ou perdido. Apresentou como explicação possível uma referência derivada dos tenebrosos cárceres da Inquisição: talvez uma sala afastada, escondida no fundo do edifício, localizado onde hoje vemos o Teatro Nacional. O cárcere, sala, divisão ou *casa n.º 5*, de triste memória, ficaria na recordação geral com aquele significado. Isto é muito aceitável, muito possível; contudo Júlio de Castilho (*Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2.ª ed., X, pp. 185-192) dá-nos seis plantas com 119 legendas, indicativas das divisões do antigo tribunal, mas nenhuma se chama «quinta casa» ou «sala 5», muito embora o Dr. Francisco Santana tenha encontrado referências a divisões numeradas. Chega-me a vez de propôr outra hipótese lisboeta: Ainda Júlio de Castilho (*A Ribeira de Lisboa*, 2.ª ed., II, 95) nos conta que «No andar alto, à parte do Nascente [ficavam] as Sete Casas, secretaria importantíssima [aduaneira, à Rua da Alfândega], onde se despachavam em sete repartições diversas, sete géneros: 1.ª os vinhos; 2.ª os azeites; 3.ª as carnes; 4.ª as frutas; 5.ª o carvão; 6.ª a lenha; 7.ª enfim — os escravos.» Aqui temos a *quinta casa*, a mais desagradável de aspecto, talvez, para a sensibilidade de outros tempos. Ora acontece também que o prólogo tem muitas vezes um complemento: «Estar lá para a quinta casa *decimal!*» e nesse caso temos uma reminiscência matemática, nascida por associação de ideias, mas que nada terá a ver com o conceito de distante; apenas parece dominar uma ideia superlativa que se aproveita

para uma expressão antipática: «Ser estúpido até à quinta casa decimal», a qual toma por vezes feição *genealógica*: «Ser estúpido até à quinta geração!» E por aqui nos ficamos.

Grande terra é esta nossa!

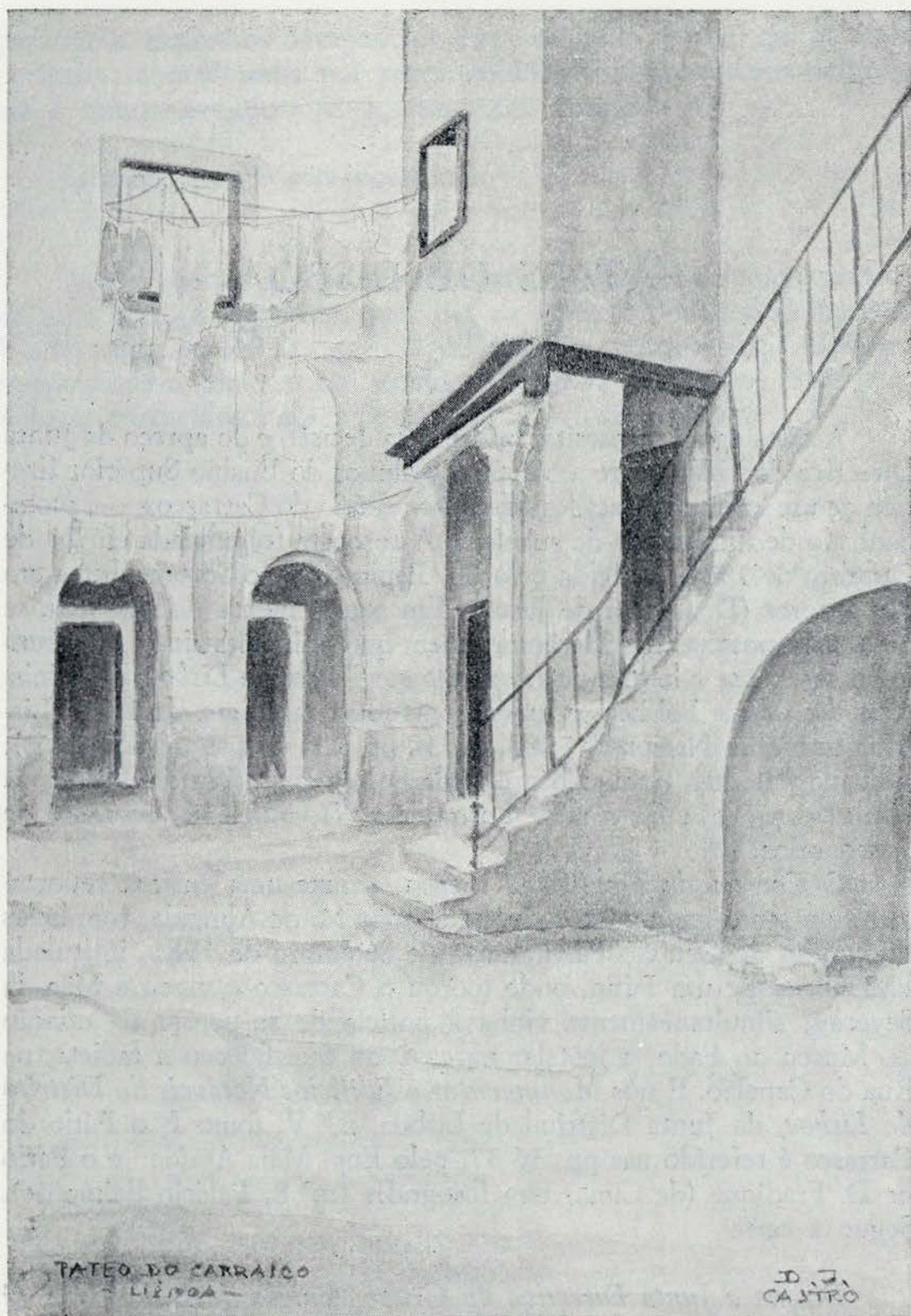
Nota: Cremos que pode interessar a algum leitor o conhecimento de uma obra já esquecida, mas útil, de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, saída em Paris, em 1883. Elucidativa, porque nós, Lisboetas, *já não falamos* como há um século...: *Essai de phonétique et de phonologie portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne*.

PÁTIOS DE LISBOA

A carta agora transcrita, informa da decisão e do apreço da Junta Directiva do GAL sobre a oferta que alunos do Ensino Superior fizeram de um exemplar dactilografado — «Pátio do Carrasco» —, acompanhado de um pedido de subsídio. A resposta foi enviada em 23 de Outubro de 1980, redigida pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho, a um dos autores (D. Cecília de Jesus). Em complemento do que nela se diz e para possível elucidação de quem queira introduzir-se no assunto, aconselha-se a leitura do *Inquérito aos Pateos de Lisboa*, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria no ano de 1902 (Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, de 10 pp. e 3 mapas desdobráveis), assinado por uma Comissão presidida por Augusto Pinto de Miranda Montenegro; e a *Etnografia Portuguesa*, II, 320-330, de Leite de Vasconcelos.

O *Correio da Manhã*, de Lisboa, trouxe uma curiosa reportagem, um tanto imaginosa, é certo, de João M. de Almeida, com belas fotografias de Octávio Paiva, em 1 de Setembro de 1981, intitulada «Memórias de um Pátio, onde morou o Carrasco e viveu a Mãe da Severa»; simultaneamente vinha a notícia de se pensar na criação do Museu do Fado, a instalar na casa em que faleceu a fadista, na Rua do Capelão. E nos *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, da Junta Distrital de Lisboa, n.º V, tomo I, o Pátio do Carrasco é referido nas pp. 36-37, pelo Eng. Maia Ataíde; e o Pátio de D. Fradique (de Cima) tem fotografia (n.º 8, Palácio Belmonte). Segue a carta:

Diz-me a Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa que dê o parecer sobre o estudo da sua autoria e dos seus colegas João Eduar-



«O Pátio do Carrasco» [1940?] do pintor D. José de Castro (1901-1965)

do Viegas Fernandes e Mário Fernando Dias de Deus, apresentado no fim do ano lectivo de 1979/80 no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com o título de «O Pátio do Carrasco (Uma Abordagem Sociológica e Antropológica)», e ainda a resposta, decidida na última reunião, ao pedido que acompanhava a oferta.

Em conjunto, parece-me que o livro, pelo seu conteúdo e ainda pela apresentação (naturalmente prejudicada pela natureza dos materiais utilizados na edição, pouco favoráveis, naturalmente, mas aproveitados ao máximo pelos autores) merece em princípio justos louvores. Junte-se-lhes a utilidade indiscutível, pois que tarefas destas num País pobre como o nosso são cada vez mais necessárias. É função da Sociologia e da Antropologia estudar e conhecer em profundidade — e propôr soluções — as condições de existência, os anseios, as capacidades e recursos humanos de um povo. Certamente que tal objectivo exige dos estudiosos o sacrifício do seu esforço pleno em favor de todos e devem os antropólogos e os sociólogos fazer obra em comum para lição de quantos têm de orientar e resolver a sorte das populações: professores, médicos, psicólogos, políticos e governantes.

Decerto que o acabado de dizer é bem sabido dos Autores a quem me dirijo, mas a insistência vale exactamente para comprovar quanto «O Pátio do Carrasco» foi entendido nos seus fins. Muito embora, em muitos casos, o livro se torne aliciante na leitura pela riqueza de informações — de que são exemplos alguns capítulos, tais como o III, o IV, o V e o VI, e as páginas de entrevistas (estas sugestivas pelo romanesco espontâneo dos recontos), — o que o torna válido nas feições sociológica e antropológica encontra-se na lição tirada das circunstâncias das condições individuais e colectivas em que têm vivido os habitantes do local — e que é necessário substituir por novas e dignas condições. Claro que os «habitantes do local» são aqui os «habitantes de todos os locais», de todos os pátios e furnas e barracas e telheiros, de todos os «hotéis do pinho» de Lisboa e de todos os outros distritos do nosso País.

Outro valor deste trabalho está em ser endez para os mesmos autores não pararem mais (e que parece, felizmente, ser a sua intenção) na observação de casos idênticos que os caminhos da vida lhes proporcionem.

O livro tem defeitos — não há obra humana que os não tenha: linguagem que precisa de maiores cuidados, história local mais bem

documentada e esquematização mais apurada. Isto, porém, pode ir à conta da escassez de tempo concedida para tão ambicioso propósito.

E agora falta dizer o lado negativo da resposta da Junta Directiva. O Grupo Amigos de Lisboa é uma colectividade que vive da insuficiente quotização dos seus associados, e deste modo mantém a sua intensa actividade cultural com os subsídios concedidos. E assim só poderá oferecer aos operosos Autores de «O Pátio do Carrasco» a livre e completa utilização da sua Biblioteca e a colaboração desinteressada de muitos dos seus componentes.

Desejando em nome da Junta Directiva e no meu pessoal as maiores prosperidades aos três dedicados autores.

N. B. — A aguarela que acompanha este documento pertence a P.C.S.. O livro dactilografado sobre «O Pátio do Carrasco» encontra-se integrado na biblioteca do GAL.

O CASTELO DE S. JORGE

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

I

Há um bom par de anos tive oportunidade de planejar e dirigir uma visita de estudo de alunos de História ao Castelo de S. Jorge. Precedi a saída de uma pequena palestra, que tenho agora de reconstituir através dos apontamentos tomados então; quanto à orientação, posso guiar-me pelo plano, ainda e felizmente conservado.

Os castelos são construções militares, de origem medieval, que têm características próprias, derivadas das circunstâncias do tempo e objectivo para que foram criados. Não devem confundir-se com os fortes e as fortalezas (aqueles edificadas em pontos estratégicos, estas junto das povoações), que são de idade mais recente e apresentam feições diferentes das dos castelos — e que constituem adaptações aos novos processos de guerra, aparecidos na Idade Moderna.

Foi a partir da segunda metade da Idade Média que surgiram os castelos para defesa de territórios nacionais ou de interesses e bens dos grandes senhores do feudalismo. De princípio foram construídos de madeira, geralmente em pontos elevados (naturais ou artificiais) e de importância bélica; mais tarde, dada a fragilidade do material, reforçaram-nos com pedra, que acabou por tornar-se o elemento fundamental da construção.

Eram de contextura basilarmente simples: uma cerca de dimensões variáveis, limitada por muralhas de alguns metros de altura; de quando em quando, nos ângulos do polígono formado pelos muros, erguiam-se edificações mais altas — as torres, chamadas bastiões quando redondas, ou cubelos, quando de três paredes, ou torreões, quando largas e imponentes; os panos da muralha entre as torres designam-se por quadrelas, com aberturas — as seteiras; o denti-

culado superior das muralhas, feito para melhor trabalho de defesa e ataque, recebia nomes diferentes conforme os dois aspectos que apresentam: os intervalos — o de ameias, e os muretes — o de merlões; por vezes, antes da muralha do castelo (parte do próprio edifício) via-se outra baixa e larga, a barbacã; em redor da muralha escavava-se um fosso (cava ou cárcova), cheio de água e por vezes com estrepes (peças bicudas de ferro ou madeira para dificultar o trânsito); no alto da muralha estendia-se o adarve (andaime ou caminho da ronda ou da rolda), quando possível com buracos (matacões), pelos quais se deitavam matérias incandescentes ou objectos pesados sobre os assaltantes, que passavam nos andares inferiores; a entrada única, ou principal, era provida de ponte levadiça sobre o fosso; em seguida às muralhas havia espaço ou praças para exercícios, arromagem, recolha de foragidos e instalação dos guerreiros (em tendas). No meio, um conjunto de edificações, em que dominava a torre de menagem, acompanhada de outras menores, formava a habitação do senhor ou governador, família, clientela e criadagem, e nele se guardavam víveres, bens e armas; poderia dar-se-lhe o título de castelejo.

Com a centralização do poder real e a vitória da artilharia sobre a cavalaria, o castelo deixou de ter o valor militar, que lhe dera vida, e entrou em decadência: nos países em que se encontravam sob a dependência da Coroa, como em Portugal, tiveram por destino as ruínas, ainda que num ou noutro caso fossem adaptados a novos fins; nos países, em que eram propriedades particulares (por exemplo, a França), inúmeros foram transformados em residências confortáveis e opulentas.

Rasgam-se, então, nas muralhas amplas portas e janelas, suaviza-se o aspecto arrogante das torres, com elementos ornamentais e pequenas construções decorativas (torrinhas, telhadinhos, guaritas, varandins, palanques); o fosso pestilento e impenetrável seca-se e tapa-se ou transforma-se num tanque ou lago de recreio e enfeite.

A nossa terra foi região de grande abundância de castelos (se o que resta é ainda extraordinário, mal imaginamos o que seria outrora) e por isso um viajante estrangeiro afirmava que lhe pertencia de direito o nome de Castela. Enquanto além-Pirenéus os castelos recordam frequentemente memórias de famílias, em Portugal têm vincadamente carácter nacional.

Estes nobres e evocativos edifícios documentam uma das mais belas mensagens que o Passado escreveu para as gerações futuras.

II

Eis em linguagem breve a história do monumento.

Desconhece-se a origem do Castelo de S. Jorge de Lisboa. Possivelmente foi reduto de defesa das populações que primeiramente — desde tempos imemoriais — se fixaram na encosta do monte, onde se ergue; foi castro lusitano, forte romano (o general Décio Júnior Bruto ter-lhe-á edificado as muralhas por meados do século II a.C.); decerto foi visitado por Júlio César, pelo ano 60, anterior à nossa era, mas nada nos consta dessa época nem dos séculos imediatamente seguintes; admite-se a sua conquista pelos Alanos (depois de 409 A.D.) e pelos Visigodos (depois de 415); por 714 foi tomado pelos Árabes, que o restituíram definitivamente aos Cristãos em Outubro de 1147; no dia 21 deste mês deu-se o feito de Martin Moniz, e a 25, D. Afonso entra nele solenemente.

Nos princípios do século XIV, D. Dinis manda construir (ou reconstruir) a alcáçova ou palácio, de que hoje se vêem apenas algumas pedras, mas que até princípios do século XVI (1505) foi habitação real: aí nasceram muitos membros da família de Avis, faleceu D. João I (Agosto de 1433), D. Manuel I recebeu Vasco da Gama no regresso da Índia (Setembro de 1499), surgiu o teatro português com Gil Vicente (Junho de 1502).

Num dos últimos anos do seu reinado, D. Fernando instalou o arquivo nacional na, desde então, chamada Torre do Tombo; D. João I toma conta dele em fins de Dezembro de 1383, após quatro semanas de teimosia do alcaide Martim Afonso Valente, que só se convenceu depois de parlamentar com Nuno Álvares. Foi este monarca que lhe chamou Castelo de S. Jorge.

No tempo de D. Afonso V existiam ali leões, decerto por curiosidade. D. Manuel I, D. João III e D. Sebastião fizeram obras de importância e no tempo dos Filipes adaptou-se a quartéis e prisões, situação que manteve durante séculos. Em 2 de Dezembro de 1640, o governador espanhol D. Luís del Campo entregou-o por ordem da Duquesa de Mântua. Em Agosto de 1709, o Padre Bartolomeu de Gusmão realiza aqui a sua célebre experiência com a Passarola. Em 1 de Novembro de 1755 sofreu bastante com o terramoto, mas o arquivo não fica prejudicado. Em 1778 instala-se nele a Casa Pia e em 1788 o Observatório Geodésico. Em 13 de Dezembro de 1807 Junot ordena a substituição da bandeira portuguesa pela francesa

— triste circunstância que dura alguns meses. Por 1940 iniciaram-se as obras de reconstituição que lhe deram a dignidade perdida.

Vejamos agora um esquema do velho castelo: A porta principal abre-se no Chão da Feira, mas há outras entradas — a das Cozinhas, de Santa Cruz, de Santo André, de Martim Moniz, da Taição e a Secreta.

O Castelejo tem forma aproximadamente quadrada, com 50 metros de lado e muralhas de 10 metros de altura; e é defendido por dez torres: 1) Ulisses, Albarrã, do Haver, 1.^a Torre do Tombo e actualmente das Bandeiras; 2) do Observatório, e talvez de Menagem; 3) Central, da ponte levadiça; 4) da Cisterna; 5) das Quatro Janelas; 6) da Porta da Traição; 7), 8) e 9) ,cubelos; 10) Torre Sul, junto à casa dos Leões, e que foi a 2.^a Torre do Tombo, na opinião do Engenheiro Vieira da Silva (de cuja notável obra sobre o Castelo foi obtida a maioria destas informações). Existe ainda uma torre interior.

Além das torres do Castelejo, deparam-se-nos ainda as seguintes: de S. Lourenço, de Martim Moniz, a Inclinada, uma particular, o campanário de Santa Cruz, o bastião da Praça de Armas e duas semicirculares da entrada (bastiões).

Como nota final observe-se que o dístico à entrada do castelo, atribuído a Camões, pertence a Bocage:

«O sábio não vai todo à sepultura:
Na memória dos homens vive e dura».

NOTA — Quando do IV Encontro Nacional de Ex-Libristas, realizado na Capital, a Comissão Executiva desejou incluir no programa visitas culturais destinadas aos congressistas, pelo que se dirigiu ao nosso Grupo. O representante do GAL fez distribuir (no dia 1 de Dezembro de 1980) o seguinte plano: «10,00 h — Concentração no Palácio Galveias; 10,30 h — Saída; 11,00 h — Mosteiro dos Jerónimos (Homenagem a Camões); 11,30 h — Chão da Feira para visita ao Castelo de São Jorge, se estiver bom tempo; ou à Sé, se estiver mau tempo». Acompanhavam o plano um apontamento esquemático da história e da importância dos monumentos religiosos e a presente nota relativa ao monumento militar; e ainda a planta da catedral.

CAMÕES — UM PERFIL

por D. MARIA ANTÓNIA OLIVEIRA MARTINS DE MESQUITA

Senhor Presidente da Assembleia Geral
do Grupo Amigos de Lisboa
Senhor Presidente da Direcção dos
«Amigos de Lisboa»
Senhora Conservadora dos Museus
da Cidade
Minhas Senhoras
Meus Senhores
Prezados consócios

Foi o Ano de 1980 pleno de comemorações a Luís de Camões, comemorações que visaram os 400 anos da sua morte.

A essas comemorações se associa o Grupo «Amigos de Lisboa» com uma romagem camoniana, que repetiu, para os sócios que não puderam estar presentes à primeira. Romagem que se revestiu do maior interesse, não só, por ter percorrido os locais principalmente ligados à vida do Poeta, pelo menos segundo a tradição, como pela erudição das palavras de acompanhante, Sr. Dr. Paulo Caratão Soro-menho, o qual mercê do seu saber e da maneira preciosa como descreveu tornaram essa romagem num itinerário do maior sabor.

Seguiu-se ainda outra iniciativa camoniana do Grupo Amigos de Lisboa: Uma conferência superiormente intelectual, no plano da investigação, proferida pela Sr.^a Dr.^a D. Maria Clara Pereira da Costa, ilustre investigadora histórica, a qual nos apresentou um tema invulgar «A Família Camões», em que nos dá um pouco do levantar do véu sobre essa família. Esperamos ter em breve a publicação desse trabalho o qual será com certeza recebido pelo público com todo o

interesse ⁽¹⁾. Foi essa conferência, ou melhor essa lição proferida na Sala da Academia Portuguesa de Ex-Líbris, amavelmente cedida aos «Amigos de Lisboa».

Poder-se-á então perguntar: Tendo o Grupo tomado parte nas comemorações camonianas, na altura própria, porquê hoje uma conferência sobre Camões? Fácil a resposta! Dois motivos ou talvez até três:

Primeiro — Camões não tem tempo de comemoração. Todo o tempo é tempo de celebrar Camões!

Segundo — Tendo o «Grupo Amigos de Lisboa» inaugurado hoje a sua Sala de Conferências, entendemos que, para essa inauguração, não poderíamos escolher melhor tema do que aquele que se relacionasse com o maior poeta de Lisboa.

Terceiro — Tive a felicidade de estar presente numa grande parte das Comemorações Camonianas. De uma maneira geral, todas elas focaram um Camões controverso, mas em nenhum eu vi o *meu* Camões e eu queria falar dele, do *meu* Camões: Como eu vejo Camões, descrever a vida de um Camões menino, jovem e homem, à minha maneira. Será talvez ousadia depois de ouvidos os mestres, os investigadores, os Senhores Catedráticos, uma simples amadora da História atrever-se a falar de Camões! Peço perdão da ousadia! E vou assim entrar no meu tema: Camões — Um Perfil.

Nasce Camões um menino, como os outros meninos. Sinto-o loiro e rosado, ou talvez ruivo e sardento. Pobre, rico?

Divergentes são as opiniões. Talvez não fosse pobre quando nasceu, pois seu Pai andava no mar, comandando navios, e tinha honras de nobreza. Talvez a pobreza o apanhe quando da perda do Pai num naufrágio, a caminho da Índia.

A embarcação que comandava naufraga e o pobre Simão Vaz de Camões a custo se salvou agarrado a uma tábua; mas fora o esforço tão violento, que não resiste ao cansaço e dois dias depois de chegar a Goa deixa sem resistência a vida!

Fica assim o menino órfão, com sua Mãe Ana de Sá, senhora jovem, muito jovem ainda. Onde viviam? Segundo a história viviam na Mouraria. Onde nasceu o poeta? No bairro da Mouraria.

Observando no estudo da vida de Camões a opinião das diversas pessoas que na sua biografia se debruçaram, encontramos um sem

(1) Foi publicado no número anterior deste Boletim e dele se fez separata.

número de opiniões. Lisboa, Coimbra, Santarém, Alenquer? No entanto hoje há quase a certeza de que de facto o poeta nasceu em Lisboa, à Mouraria, mas há também a certeza de que ele esteve ligado às terras que já citámos: Santarém, por ser terra de sua mãe e familiares do lado materno; Alenquer, por ser a terra do seu Pai e familiares; Coimbra por lá ter também família e aí ter feito os estudos.

O ano em que nasceu? Talvez o mais certo seja 1525 pois, segundo uma nota de Faria de Sousa, o seu primeiro biógrafo, este diz que em 1550 o Poeta tinha 25 anos. Assim sendo, podemos dar como certa a data de 1525.

Até à morte de seu Pai, vive o poeta normalmente em vida calma com sua Mãe e talvez pelo menos um irmão, irmão que seria também homem culto, pois o Prof. Luís de Matos vem a descobrir num livro «*Les Portugais à L'Université de Paris*» entre «mil cinc cent e mil cinc cent cinquente», um «nobilis Ulijssiponensés, Petrus Alvarus Camões», que poderá ser de facto um irmão do poeta, pois a data é de 1539, o que dá a possibilidade desse parentesco.

Este facto poderá trazer de novo, a interrogação: Era mesmo pobre Camões ou a família de Camões? Não seria muito normal uma família pobre mandar os filhos estudar para Paris. Poderia este ter um padrinho que se interessasse pela sua cultura mas, como dizíamos, com a morte de seu Pai, vivem o poeta e sua Mãe em vida recatada como competia a mulher viúva. Seu Pai, pessoa de estirpe, descendente de fidalgos galegos, era como dissemos Simão Vaz de Camões.

Conta a História que, no reinado de D. Fernando o Formoso, não iam bem as coisas entre Castela e Portugal. Assim alguns fidalgos galegos tomaram a defesa do Rei de Portugal e até junto dele vieram. Entre estes um tal Vasco Pires de Camões pede para ser recebido pelo Rei e a ele oferece seus préstimos. Bem se houve da oferta, pois o Rei não só o toma em suas graças como lhe oferece a alcaidaria-mor de Alenquer. Era Vasco Pires de Camões homem vistoso, guerreiro e poeta, tendo fama no seu tempo. Assim o dizem as notas de Rodrigues Lapa, que acrescenta «cujos versos se perderam com o decorrer dos tempos».

Em Alenquer, fez Vasco Pires de Camões a sua vida e aí deixa a descendência, que com o decorrer dos tempos se deslocaria com certeza até à capital.

Ora aqui temos a explicação da entrada da Família Camões em Portugal: um avô, fidalgo galego e poeta! Portanto quando Alenquer

reivindica Camões, reivindica Camões com razão, não o Luís, mas o Vasco, cujas poesias se perderam no tempo.

Acompanhemos agora Ana de Sá, nas suas preocupações de mãe.

O pequeno Luís, menino de 5 anos estará ainda uns tempos ao pé de si, mas mais crescido terá de ter seus estudos. A criança é precoce! Tudo aprende, tudo assimila com facilidade. Mas não é criança fácil; pelo contrário é obstinado e procura descobrir a vida! Tarefa difícil para uma mulher jovem ainda, educar um filho com carácter assim. O caso tem que ser resolvido. O menino tem que ser educado. Há uma solução: contactar a família do Pai... Contactada, seria esta de opinião que o melhor caminho a seguir será mandar o menino para Coimbra, para o pé do seu tio, D. Bento de Camões. (Diz Aubrey Bell que D. Bento não era tio, mas sim primo do poeta).

D. Bento era irmão de Santa Cruz; por isso, quando é descrito como tio crúzio de Camões ou parente crúzio de Camões, é precisamente por ser irmão de Santa Cruz (Irmãos que estavam residindo no Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra: Padres Cruzios ou Cónegos Regrantes).

D. Bento era homem de poucas brincadeiras. Em 1539 fora nomeado Prior Geral e a seguir, em 1540, Chancelário da Universidade.

Perto de tal personalidade teria Luís que ter um certo tento na maneira de se comportar. E assim temos um menino, então já de mala aviada a caminho de Coimbra.

Qual teria sido a sua reacção perante a presença do homem de poucas falas e nenhuma graças?

Logo que entrou no Mosteiro lhe foi prescrita uma regra e um horário que o irrequieto Luís com sacrifício cumpria, mas que lhe veio a servir para o tornar num dos homens mais cultos do seu tempo. O tempo de Coimbra pouco talvez terá que contar, pois que o poeta o passaria como os estudantes o passam, não os estudantes das repúblicas, mas sim os residentes no Mosteiro — matinas, estudo, refeições e recolhimento. Assim o tempo passou obrigando-o a refrear os seus ímpetos buliçosos.

Para Coimbra vai rapazinho. A Lisboa retorna, jovem, cheio de vigor, beleza masculina e cultura: espírito vivo e subtil. Romântico por natureza, sente-se triste por deixar Coimbra, a sua paisagem bucólica a sua vida característica.

Acabados os estudos (pensa-se que não universitários, pois na Universidade de Coimbra não existe qualquer documento que ateste

a sua presença naquele estabelecimento), está pleno de uma cultura diversificada. É altura do seu regresso a Lisboa, de retornar ao convívio da família e ainda de tomar a posição que lhe será devida na corte.

(Observando todas as biografias de Camões dadas à estampa, tudo indica que o Poeta pertencia de facto à pequena nobreza, vindo a ficar durante um tempo enquadrado na moldura da vida elegante do Paço da Ribeira, segundo descreve o Prof. Hernâni Cidade. Como escudeiro — Cavaleiro Fidalgo da Casa Real: Explicaria ainda o Prof. Hernâni Cidade que escudeiro era o grau inicial de uma carreira a percorrer, tanto por nobres e fidalgos como pelos próprios membros da família real. Portanto não há dúvida: Camões era fidalgo).

Assim, ao deixar Coimbra, saudoso escreve:

Doces e claras águas do Mondego
Doce repouso da minha lembrança
Onde a comprida e pérfida esperança
Longo tempo após si me trouxe cego!
De vós me aparto, sem porém não nego
Que inda a longa memória, que me alcança
Me não deixa de vós fazer mudança
Mas quanto mais me alongo, mais me chego.

Desabrocha a sua veia poética, como não podia deixar de ser, em Coimbra. Fica preso de amores a sua prima Isabel e dedica-lhe:

Amor! É fogo que arde sem se ver,
É ferida que arde e não se sente,
É um contentamento descontente,
É dor que desatina sem doer;
É um não querer mais que bem querer,
É solitário andar por entre a gente,
É um não contentar-se de contente,
É cuidar que se ganha em se perder;
É um estar-se preso por vontade,
É servir a quem vence o vencedor;
É um ter com quem nos mata a lealdade
Mas como causar pode o seu favor
Nos mortais corações conformidade,
Sendo a si tão contrário o mesmo amor?

Começa assim o Poeta a tratar o tema que envolve toda a sua vida — o Amor! Transmite-nos o estado da exaltação do seu espírito. Estado que nos vai mostrando por toda a vida adiante, em todos os

sectores, através da sua poesia. Torna-se vassalo e submisso, perante a contradição do Amor. Chama-nos a atenção para este facto José Flórido nas suas redondilhas e sonetos. O Poeta, com a sua vastíssima cultura e uma inteligência da qual desde pequeno dá mostras, toma como símbolo máximo da sua vida a maravilha que é o Amor! Temas subtis e delicados de profundo conceito fazem parte da sua poesia. No entanto também às vezes se mostra sarcástico até consigo próprio e com o ambiente que o rodeia como adiante veremos. Tomando ainda como símbolo o Amor nele se envolve, por ele luta e por ele se arrisca.

Ainda a sua prima Isabel dedica:

Vós Senhora tudo tendes!
Senão que tendes os olhos verdes?

Dotou em vós natureza
O sumo da perfeição
Que o que em vós é senão
É em outras gentileza.
O verde que se despreza
Que agora que vós o tendes!
São belos os olhos verdes!

Sobre mote alheio já de Lisboa para Coimbra lhe envia:

Verdes são os campos
Da cor do limão
Assim são os olhos do meu coração

Campo que te estendes,
Com verdura bela
Ovelhas que nela
Vosso pasto tendes
De ervas vos mantendes
Que traz o coração
Tem de lembranças
Do meu coração

Vai-lhe Isabel tomando por enquanto o pensamento e o coração ainda presos à saudade de Coimbra. Ela aí vive com os seus pais, no recato da bucólica quinta.

Isabel ama seu primo, mas os Pais não vêem com bons olhos esta inclinação pois o moço é bonito, é brejeiro e vai para o Paço, aonde

há belas e provocantes damas. Assim vão distraindo a bela Isabel, do pensamento em seu primo. As missivas vão rareando, o que no fundo talvez deixa certa marca no Poeta.

Faz entretanto Luís no Paço a sua entrada, que lhe traz graves problemas à passividade até então existente.

Não passa a presença do Poeta despercebida. Jovem, gentil, culto e educado, versejando a primor, cativa logo de entrada a corte e suas damas, pondo-lhes o coração em alvoroço. Sem qualquer timidez, participa com diversas redondilhas e sonetos nos divertimentos poéticos que era uso praticarem-se na Corte. Mantém contactos palacianos com damas e gentis homens. Atreve-se a dedicar um poema a uma das primeiras damas de Portugal, D. Francisca de Aragão, que fez acompanhar de uma carta requintada e cheia de galanteria. Pede o Poeta à ilustre dama que lhe dê um tema, que ele glosará.

A Carta reza assim: «Deixe-me enterrar no esquecimento de Vossa Mercê, crendo que será assim mais seguro. Mas agora que é servida de me tornar a ressuscitar por me mostrar seus poderes, lembro-lhe que uma vida trabalhosa é menos de agradecer que uma morte descansada. Mas se esta vida, que agora de novo me dá, fora para me tornar a tomar, servindo-se dela, não me fica mais do que desejar que poder acertar com este mote de Vossa Mercê ao qual dei três entendimentos segundo a palavra dele puderem sofrer.

Se forem bons — o mote é de Vossa Mercê. Se forem maus — as glosas são minhas».

Desta missiva podemos deprender que já anteriormente houvera um começo de romance que D. Francisca cortara, mas que talvez, como mulher coqueta, pretendia reacender.

Chama-nos o Prof. Hernâni Cidade a atenção para «O vivo calor de amizade amorosa existente nesta carta», assim mais podemos convir que amor já existira.

O tema dado ao Poeta por D. Francisca para as suas glosas foi: *Mas porém a que cuidados?* O Poeta glosa-o em três aspectos como se vê na missiva, mas nós apenas vamos focar um!

Tantos maiores tormentos
Foram sempre os que sofri
Daquilo que cabe em mim
Que não sei que pensamentos
São os para que nasci
Quando vejo este meu peito

A perigos arriscado
Inclinado, bem suspeito
Que a cuidados sou sujeito!
Mas porém a que cuidados?

Foi-lhe o amor causa de tantos infortúnios!

Ainda outra dama da corte, filha dos Condes de Redondo, chamada Guiomar de Blasfé, lhe merece um soneto. Teve esta dama fidalga um acidente. Aos seus cabelos se pegou a chama de uma vela, queimando-lhos. O Poeta faz os versos, que um portador lhe entrega em mão:

Aquele rosto que trás
O mundo todo abrasado
Se foi de flama tocado
Foi porque sente o que faz.
Bem sei que amor se vos rende
Porém o seu pressuposto
Foi sentir o vosso rosto
O que nas almas acende.

Teriam estes versos dedicados a D. Guiomar certa influência na vida do Poeta, pois o Pai dela achou-lhes graça e mais tarde, quando nomeado Vice-Rei da Índia, e Camões por lá apareceu, tomou-o a seu cuidado, dando-lhe certas honrarias. No entanto esta vida da Corte não foi duradoura para Camões. Foi uma fase um pouco boémia, talvez até desregrada. Trouxe-lhe sérios aborrecimentos, ciumes, ódios e rixas.

Camões era brigão, arruaceiro — diz-se. Permito-me discordar deste pensamento de Rodrigues Lapa acerca do Poeta. Custa-me a aceitar que um homem, mesmo muito jovem, educado sob os moldes em que o foi Camões, fosse brigão e arruaceiro. Penso, sim, é que a época em que o Poeta viveu era uma época em que o homem se batia por sua dama. Ora como sabemos o símbolo da sua vida era o Amor. Camões andava sempre apaixonado: Isabel, Guiomar, Catarina, Leonor!

Que acontecia? Quando se apaixonava não se daria com certeza ao cuidado de escolher mulher livre. Solteira, casada, o seu coração batia e o Poeta avançava para a conquista que lhe tomava o pensamento, com o que não estariam de acordo como é natural os respectivos noivos, pretendentes ou consortes; resultado: uma espera ao Poeta e luta em defesa própria.

Pouco a pouco o amor por Isabel vai-se esfumando e encanta-se por D. Catarina de Athayde, também dama do Paço, senhora muito formosa. Dedicar-lhe diversas poesias, imortalizando-a com o nome de Natércia. Com imensa graça escreve:

Catarina bem promete!
Era má!
Como ela mente!
Catarina é mais formosa para mim
Que a luz do dia
Mas mais formosa seria
Se não fosse mentirosa
Hoje a vejo piedosa,
Amanhã tão diferente...
Que até cuido que ela mente.

Este amor do Poeta era um amor impossível, como aliás aconteceu com muitos outros durante a sua existência — amores que deram das páginas mais ricas da nossa poesia. No entanto o problema do Amor destruição, derrota, para Luís de Camões não chega a sê-lo, porque com uma paixão que morre uma paixão que nasce.

Na Corte continua a conviver, a versejar e a cativar os corações femininos. Assiste a saraus literários, em que toma parte recitando as suas próprias poesias, presididos pela Infante D. Maria, senhora por quem se diz também se apaixonou e a quem dedica sonetos. A sua personalidade é tão marcante e o poeta é tão admirado que chega a ser representado um auto seu, chamado «El-Rei Seleuco», em casa de uma alta figura da Corte. Mas esta situação não pode manter-se, dada como se sabe a forma de viver da Corte e os inconvenientes começam a aparecer. Assim alguns gentis homens têm-lhe um ódio de morte. São bem conhecidos aqueles que mais odiaram o Poeta: Pêro Andrade Caminha e Jerónimo Corte Real, os quais até então mantinham todas as honras da Corte. Começam estes a sentir-se despojados das atenções até aí recebidas, tendo-se dado conta de que Camões começa a ser a atracção da Corte por incarnar o génio lírico da nossa raça. Tanto a luta contra si se evidencia que o Poeta desgostoso resolve abandonar a Corte e refugiar-se nas terras dos antepassados de seu Pai — Alenquer e aí dedica-se a escrever. Atingira então os 21 anos.

Expressando o bucolismo da zona escolhida para refúgio, retrata-a em verso:

Alegres campos, verdes arvoredos
Claras e frescas, águas de cristal
Silvestres montes, ásperos penedos,
Compostos de concerto desigual
Não me alegram verduras deleitosas
Nem águas que correndo, alegres vêm!

Irrequieto, pouco tempo está em Alenquer, volta a aparecer em Lisboa agora com uma ideia — embarcar. Assim alista-se no serviço militar e vai combater em 1545, em Ceuta. É ferido e uma lançada fita-lhe uma das vistas, cegando-o.

Com o seu grupo de amigos dá aso a algumas anedotas galantes. Os romances sucediam-se em segredo ou disfarçados. Havia as musas inspiradoras com as quais dançavam ou trocavam motes que depois eram recitados.

Camões tinha como amigo o Conde de Redondo, homem muito galanteador, brioso e atrevido, que ousou namorar a Infanta D. Maria, segundo se diz. Tendo a notícia chegado ao conhecimento do Rei D. João III, irmão da infanta, este mandou-o prender no Limoeiro, onde esteve o tempo que ao Rei pareceu suficiente. Logo Luís de Camões pegou de mote uma velha canção:

«Perdigão perdeu a fera,
Não há mal que lhe não venha»
Perdigão, que o pensamento
Subiu em alto lugar
Perde a pena de voar
Ganha a pena do tormento
Não tem no ar nem no vento
Asas com que se sustenha
Não há mal que lhe não venha
Quis voar a uma alta torre
Mas achou-se desasado;
E vendo-se deferrado
De puro ferrado morre
Se a queixumes se socorre
Lança no fogo mais lenha:
Não há mal que lhe não venha.

O tema é popular. O Perdigão pretendia realizar um sonho e acaba predendo as ilusões. Agora não há mal que lhe não aconteça! O que tem de profundidade o espírito do Poeta! Brinca com o amigo, mas fez-lhe ver ao mesmo tempo o perigo de querer ir tão alto.

Entra num estado de desânimo que o prostra por completo.
Queixa-se:

Tanto de meu estado
Me acho incerto
Que em vivo ardor
Tremendo estou de frio
Sem causa justamente choro e rio
O mundo tudo abarco e nada aperto.

É um estado de depressão fácil de compreender: um jovem pujante, cheio de vida que se encontra cego de uma vista.

Diz ainda:

É tudo quanto sinto,
Um desconcerto
Da alma um fogo me sai
Da vista um rio
Agora espero, agora desconfio,
Agora desvairo
Agora acerto!
Se me pergunta alguém
Porque assim ando
Respondo, que não sei!

Triste, desgostoso, regressa a Lisboa. Começa a fazer a sua vida. Liberto da disciplina militar, faz uma vida boémia. Nos lugares que frequenta depressa encontra aqueles que mau viver lhe fizeram na Corte e depressa descobre que os seus inimigos o não tinham esquecido.

Na tarde de 16 de Junho de 1552 terá lugar a tradicional Procissão do Corpo de Deus. Era dia de festa na cidade. A parte Baixa lisboeta toda se engalanava para ver passar o cortejo que levou o Senhor. Cedo as ruas da Baixa, principalmente o Rossio, se encheram de gente. A cidade estava vistosamente enfeitada, as janelas revestidas das mais belas colchas de damasco, sendo completada a decoração com festões de verdura.

As pessoas passavam, aguardando a passagem da procissão. Encontravam-se conhecidos que não se viam há tempo, cumprimentavam-se, conversava-se com o vizinho mais próximo, comentando-se a beleza dos revestimentos das janelas. Muito povo. Damas e gentis homens olhavam-se de soslaio.

A dado momento certo burburinho revela dois indivíduos a cavalo e com a cara coberta, que se aproximam do local, onde o Poeta se encontra aguardando calmamente a passagem da procissão. Começam a discutir, arrastando alguns dos presentes no conflito. O Poeta interfere, tomando a defesa de um dos contendores e com a espada desvia o outro. Por infelicidade, crê-se, toca com a ponta da espada no pescoço daquele que pretende desviar, ferindo-o! Logo se gera a confusão e a guarda presente agarra o Poeta levando-o preso. A prisão mais próxima era a do Tronco. Existe de facto o Tronco, onde era a prisão, à rua Eugénio dos Santos, como aliás foi mostrado na romagem camoniana. O ferido era Gonçalo Borges, oficial do Paço. Qual terá sido o motivo da contenda? Por que tomara o Poeta a defesa de um dos contendores? Diz-se que a sua apaixonada Catarina era casada com Rui Pereira de Miranda, da família de Gonçalo Borges. Estaria no espírito do Poeta pôr fora de combate alguém que ajudaria a contrariar os seus amores? É possível! O certo é que Camões foi parar à cadeia e metido em processo, processo que lhe poderia ter trazido sérias consequências, não fora a carta de perdão de El-Rei. O ferimento do atingido depressa sarou e os amigos com ele instaram para que perdoasse a Camões. Mas mesmo assim o poeta não deixou de estar preso quase um ano. Na prisão vai fazendo versos. Ainda a D. Catarina dedica:

Olhai como o Amor gera num momento
Lágrimas de honesta piedade
Lágrimas de imortal contentamento
Uma brandura da vontade
Que endoidece o pensamento
Se ainda é verdade!

Dizia-se pela Corte: «Camões foi a Tronco, porque feriu o moço do Rei em tarde de Procissão e a dois contra um». Não houve nobreza que lhe pudesse valer. Só o pedido directo ao Rei e a promessa de ir servir para a Índia o tiram da cadeia.

Sai da prisão do Tronco a 7 de Março com carta de perdão d'El-Rei. Esta carta de perdão é datada de 1533 e indica Camões como mancebo, rezando o seguinte: «— Faço-vos saber que Luiz Vaz de Camões, filho de Simão Vaz de Camões, cavaleiro fidalgo da minha casa morador em esta cidade de Lisboa me enviou dizer, por sua petição [...], havendo a condição de depois de sair do Tronco ir servir para a Índia!».

Existe ainda outro documento de muito interesse, em que se diz que Luís de Camões, filho de Simão Vaz e de Ana de Sá, escudeiro, recebeu 2400 réis, como os demais, indo em substituição de Fernando Casado, filho de Manuel Casado e de Branca Queimado, moradores em Lisboa.

Enquanto está na prisão escreve aos amigos e faz poesia, recordando os seus tempos de Coimbra e os seus devaneios estudantis. Aí, segundo dizem os contadores da vida do Poeta, começa a escrever a epopeia.

Toma temas das poesias ditas pelos trovadores: Um deles para mim maravilhoso. É o mote:

Descalça vai para a fonte
Leonor pela verdura
Vai formosa e não segura!
Leva na cabeça o pote,
O testo nas mãos de prata,
Cinta de fina escarlata,
Sainho de chamalote;
Traz a vasquinha de cote,
Mais branca que a neve pura.
Vai formosa e não segura.

A graça da poesia e os termos em que é descrita! Vejamos o sabor das palavras: *Escarlata*: tecido vermelho vivo de lã de que é feita a saia; *Sainho*: camisa; *Chamalote*: mistura de que é feito o tecido da camisa de seda e lã; *Vasquinha*: feitiço da saia, toda pregueada com muita roda; *De cote*: quotidiano, portanto a saia de todos os dias.

Dá-nos de facto o Poeta nestes versos uma expressividade e uma originalidade de palavras que provam a sua imensa facilidade de composição, ritmo e cor. Estamos a ver Leonor graciosa balançando as ancas na sua saia rodada e de cântaro à cabeça.

Saído da prisão, vê-se o Poeta a braços com uma situação muito interrogativa, antes de ir para a Índia. Não tem dinheiro, não tem profissão, tem inimigos, tudo lhe falta. Resolve então comprar a ida para a Índia como atrás se disse, trocando-se por outro que para lá ia servir. Parte por sugestão do Rei, para procurar fortuna e ainda para fugir a Catarina a quem continua a amar.

Faz os preparativos para a partida o mais rapidamente que pode, não querendo no entanto seguir viagem sem se despedir do seu Amor. Procura-a, encontram-se. Dessa despedida resulta o maravilhoso soneto «Aquela triste e leda madrugada», cujo tema é a Saudade, o Amor, a Tristeza:

Aquela triste e leda madrugada
Cheia toda de mágoa e piedade,
Enquanto houver no mundo saudade
Quero que seja lembrada!
Ela só, quando amena e marchetada
Saía, dando à terra claridade,
Viu apartar-se de uma outra vontade
Que nunca poderá ver-se apartada.
Ela só viu as lágrimas em fio
Que de uns e de outros olhos derivadas
Juntando-se formaram largo rio.
Ela ouviu as palavras magoadas
Que puderam tornar o fogo frio
E dar descanso às almas condenadas!

Assim deixa o Poeta à posteridade a recordação da madrugada triste em que se separa daquela a quem amava. Dirige-se ao cais, olha a nau que o há-de levar e agarrando-se uma vez mais ao seu espírito humorístico, esconde a tristeza e a saudade dizendo:

Se vós quereis embarcar
E para isso estais no cais,
Entrai logo!
Que tardais?

A nau que o transporta é a São Bento. A viagem é difícil. Apanha-os uma grande tempestade, próximo ao Cabo da Boa Esperança:

Aqui no mar que quer apressurado
Entrar por a garganta deste braço!

Chega ao Oriente! Medita no poder e na aventura imensa dos homens da sua Pátria, que se encontram espalhados pelos continentes, onde têm mostrado os seus prodígios. Sente orgulho de ser Português. O seu espírito de aventura e o exemplo de heroicidade dado por aqueles Soldados e Marinheiros fazem-lhe nascer o desejo de seguir os seus exemplos. Vai à Índia numa expedição ao Malabar em Novembro de 1553.

A seguir (54-55) participa na caça às naus turcas, que queriam arrebatam o comércio do Oriente. Mas o Poeta sente-se saudoso da sua Pátria, o homem audaz tem uma sensibilidade delicada. Sofre! O seu desabafo é escrever. O Oriente não lhe dá a felicidade. Assim compõe a canção:

Junto dum seco, duro, estéril monte,
Inútil e despido, fero e informe
Da natureza em tudo aborrecido
Onde nem ave voa ou fera dorme,
Nem claro rio corre, ou ferve fonte
Nem verde ramo faz doce ruído,
Cujos nome, do vulgo introduzido
Por antífrase é «Feliz» de infelice;
O qual a natureza
Situou junto à parte
Aonde um braço de alto mar reparte
A Abássia da arábica aspereza,
Onde fundada já foi Berenice
Ficando à parte, donde
O Sol que nela ferve, se lhe acende [...].

Nesta canção o Poeta expande toda a sua solidão, escreve uma carta a um amigo de Coimbra, de quem não esperava novas: «Uma vossa me deram, a qual pelo descostume, me pôs em tamanho espanto como contentamento, em saber novas de quem tanto desejava. Mas nem com esta vos forrareis do esquecimento que de mim tivestes, em que não escrevestes antes de vos irdes. Entre algumas novas que mandastes, vi que me gabáveis a vida rústica, como são águas claras, árvores altas e sombrias [...]».

Escrevendo ainda a outro amigo, diz:

[...] Sabereis que eu ando não de paz, mas de guerra, laus Deo; e porque o ladrar sem morder, nesta terra é como buxa de papel, que dá grande estouro e não leva pelouro. Existem grandes mãos de ferro, capuzes e lâminas, maças de Hércules e golpes de Amadis, tudo contra o pobre do Camões».

Está cansado. Em Goa correm pasquins contra ele e que o entristecem. Avançava sem prever as consequências. Começara a tornar-se indesejável. Deseja Paz:

Ditoso seja aquele que alcançou
Poder viver na doce companhia
Das mansas ovelhinhas que criou.

O Camões, trovador romântico e apaixonado, goza de prestígio junto do Vice-Rei D. Francisco Coutinho, o que lhe trás uma série de profundos aborrecimentos provocados pelos senhores poderosos de Goa. Pretendem afastá-lo, e assim dão-lhe o lugar de provedor-mor dos bens dos defuntos e ausentes, na China. Antes de partir, deixa um poema dedicado à escrava indiana que o servia e muito o impressionava pela sua submissão. Chamava-se Bárbara.

Aquela cativa
Que me tem cativo
Porque nela vivo
Já não quer que viva.
Eu nunca vi rosa
Em suaves molhos
Que para meus olhos
Fosse mais formosa.

Segue para a China onde com o cargo que exerce é um pequeno senhor. Mas um senhor mal administrado. Em breve é acusado de depilador dos bens do Estado. Destituem-no do lugar. Fica sem nada que fazer, entrando numa vida cheia de dificuldades. Aproveita-se dos amigos que grangeara quando das suas boas posições. Sempre com sentido de humor, reúne-se com os companheiros em serões, entretendo-se a fazer trocadilhos e recitando as suas composições. Mas a vida não podia assim continuar Apesar do seu infortúnio, Camões não era humilde. Tinha a consciência do seu saber, da sua superioridade, da sua cultura, da sua inteligência, mas esta certeza transportava-o a um isolamento e envolvia-o num sentimento de incompreensão. Os amigos chamavam-lhe ingrato e ao mesmo tempo invejam-no. À sua estadia na China se fica a dever um dos mais belos poemas de Camões. O Poeta no seu isolamento encontra uma frágil figura de mulher, chamada Dinamene. A saudade da Pátria, as suas desgraças e a sua necessidade de Amor fazem que se prenda a esta delicada figura perdidamente e passa a fazer vida quotidiana com a bela chinesa. Mandado regressar a Goa, traz consigo Dinamene e o dedicado Jau, mas a má sorte persegue o Poeta. Na costa do Camboja, mesmo junto à foz do Mecom, o navio naufraga e o Poeta tem dois pontos de reflexão que quase o enlouquecem: salvar Dinamene e salvar o seu precioso manuscrito, em que descreve a grande epopeia dos Portugueses, «Os Lusíadas». Luta com as vagas para salvar os dois; apenas consegue salvar o Poema. A bela chinesinha perece

levada pelas ondas revoltas dos mares da Índia, uma jovem mulher vai para o Céu e a sua morte mergulha o Poeta em imensa tristeza. Pede-lhe que ela interceda junto de Deus por ele e que Deus o leve bem depressa também para junto dela. Compõe:

Alma minha gentil que te partiste
Tão cedo desta vida descontente
Repousa lá no Céu eternamente
E viva eu cá na Terra sempre triste.
Se lá no assento etéreo, onde subsiste
Memória desta vida se consente,
Não te esqueças daquele amor ardente
Que já nos olhos meus tão puro viste.
E se vires que pode merecer-te
Alguma coisa a dor que me ficou
Da mágoa sem remédio de perder-te,
Roga a Deus, que teus anos encurtou
Que tão cedo de cá me leve a ver-te
Quão cedo de meus olhos te levou.

Deu-se o naufrágio em 1560. Pretende-se que o Poeta viria rico e que no naufrágio tudo perdera, salvo o manuscrito de «Os Lusíadas», que deverá estar muito adiantado. Camões está sem vida. Toma como destino um pequeno lugar no litoral onde pretende recompor-se do seu desgosto. Pensa em voltar à Pátria, onde sua Mãe o espera, mas um seu amigo Pêro Barreto Rolim, que tinha um bom lugar em Moçambique — era Capitão em Sofala — chama-o. O Poeta vai, mas a sua má fortuna não o larga. Desiludido diz:

Foi-se gastando a esperança,
Fui entendendo os enganos,
Do mal ficaram meus danos
E do bem só a lembrança.

O ter-se salvo do naufrágio e ver desaparecer Dinamene devem de tal modo ter abalado Luís que pensa em Deus como até aí nunca pensara, compondo «Babel e Sião», baseado nos salmos de David:

Sôbelos rios que vão,
Por Babilónia me achei,
Onde sentado chorei
As lembranças de Sião
E quanto nele passei
Ali o rio corrente

Dos meus olhos foi manado
E tudo bem comparado,
Babilónia ao mal presente,
São ao tempo passado

Pobre e desacreditado, fora por diversas vezes preso, umas por briga, outras por dívidas. Vivia vida miserável e atribulada, ao sabor do interesse que para os Governadores poderia ter a sua figura. Pêro Barreto também lhe exigia o pagamento do dinheiro que lhe emprestara e que Camões não tem para lhe pagar. Neste estado o foram encontrar alguns amigos idos de Portugal a caminho da Índia e que fizeram escala em Moçambique.

Entre estes vinha Diogo do Couto, que foi um dos maiores historiadores da Índia e que à data teria 27 anos. Diogo do Couto, impressionado com a situação e o estado em que encontrara o amigo, abre uma subscrição entre todos e consegue não só pagar-lhe as dívidas como arranjar-lhe a passagem para Portugal. Arriba à Pátria na Primavera de 1570. No entanto por esta época Lisboa sentia os resultados da peste.

Vivia-se em sobressalto. O Poeta não pára de compor:

Erros meus, má Fortuna, amor ardente
Em minha perdição se conjuraram,
Os erros e a Fortuna sobejaram,
Que para mim bastava Amor somente.

Um único pensamento o tomava: publicar «Os Lusíadas». Dera-lhe já os últimos retoques. Sentia que a publicação desta obra em que pusera todo o seu amor patriótico, toda a sua vida de aventura e todo o valor dos da sua Pátria, seria a única válida:

O dia em que nasci, morra e pereça,
Não o queira jamais o tempo dar;
Não torne mais ao mundo, e se, tornar
Eclipse nesse passo o sol padeça;

A luz lhe falte, o céu se lhe escureça,
Mostre o mundo sinais de se acabar;
Nasçam-lhe monstros, sangue chova o ar,
A mãe ao próprio filho não conheça.

O Poeta tudo faz para conseguir os seus desejos. Ele não quer morrer sem que os seus contemporâneos conheçam como cantou a sua terra. Quer que saibam como Afonso Henriques a soube conquistar.

E tu, nobre Lisboa, que no mundo
Facilmente das outras és princesa,
Que edificada foste do facundo
Por cujo engano foi Dardânia acesa;

Tu, a quem obedece o mar profundo,
Obedecestes à força portuguesa,
Ajudado também da forte armada
Que das boreais partes foi mandada.

Camões está pobre. Sente-se revoltado e incapacitado para voltar neste desprezo continua a ser o génio — é genial, é imenso, cheio ; vida que para si tem sido adversa; despreza-se a si próprio, mas de grandiosidade! Consegue ler o Poema a D. Sebastião, que vendo a sua pobreza, lhe concede uma tença de 15 mil réis por alvará de 1572, com a qual o Poeta passa a viver na companhia de sua Mãe e do escravo Jau.

Camões vai-se debilitando: a vida que levou, Marrocos, Índia, naufrágios, desgostos de vária ordem, o desastre de Alcácer-Quibir devem ter abalado fortemente o seu corpo e o seu espírito. O Poeta não resiste.

Já me desenganei que de queixar-me
Não se alcança remédio; mas quem pena
Forçado é de gritar, se a dor é grande
Gritarei; mas é débil e pequena
A voz para poder desabafar-me
Porque nem com gritar a dor se abranda.

... ..
Já de mal que me venha não me arredo
Nem bem que me faleça já pretendo,
Que para mim não vale astúcia humana
de força soberana.

Fortuna enfim c'ò Amor se conjurou
Contra mim, porque mais me magoasse
Amor a um vão desejo me obrigou.

A 10 de Junho de 1580 termina a existência deste Homem que foi o artista mais completo do Renascimento, o maior relator dos feitos dos Portugueses, o Poeta que canta o presente, e o passado à sua maneira, o Poeta que canta a terra, o mar e o Céu, o Poeta que canta a guerra e a paz, as conquistas e as derrotas, o poeta que canta «As armas e os Barões assinalados», o Poeta que canta o Amor!

[Conferência na Sede, em 28 de Março de 1981]

O COLÉGIO MILITAR

pelo DR. FERNANDO VENÂNCIO PEIXOTO DA FONSECA
(Decano dos Professores do Colégio Militar)

O trabalho que a seguir se apresenta é de mera divulgação, nada tendo de investigação e pouquíssimo de relação própria. Trata-se apenas duma compilação em que se coordenaram quase com tesoura e cola os elementos mais relevantes contidos em duas obras, uma já antiga, intitulada *O Colégio Militar/Memória Histórica - Pedagógica*, publicada em 1922 pelo Coronel Alfredo Augusto d'Oliveira Machado e Costa, e outra muito recente, de 1980, também chamada *O Colégio Militar*, com texto do Dr. Júlio Martins, revisto e actualizado pelos Drs. Mário Carmo, Ernesto Gomes, Carlos Dias e Coronel Roberto Durão, todos professores deste estabelecimento de ensino, como aliás o autor do primeiro livro citado.

O seu fim primordial é dar a conhecer o Colégio aos Amigos de Lisboa que o honram com a sua visita, neste dia 2 de Maio de 1981, e aos outros que provavelmente venham a lê-lo.

A antiga e histórica fortaleza de S. Julião da Barra está indissoluvelmente ligada à fundação do Colégio Militar. O conhecimento por parte do fundador do Colégio Militar acabado de estabelecer pelo rei Jorge III de Inglaterra contribuiu para a sua realização.

O Coronel Teixeira Rebelo investido no comando do regimento de artilharia da Corte, aquartelado então em S. Julião da Barra e na Feitoria, instalou nas casas disponíveis a escola que inaugura em 3 de Março de 1803; o pequeno Colégio, em breve transformado numa espécie de internato, destinado de entrada a proporcionar a instrução aos filhos dos oficiais do regimento, imediatamente beneficiou muitíssimo a colónia militar das cercanias, bem como a população civil.

Eram uns vinte inicialmente os alunos desse estabelecimento, umas vezes designado por Colégio de Educação Militar da Artilharia

da Corte, outras por Colégio Militar da Feitoria ou apenas por Colégio. Oficiais e sargentos ofereceram-se para leccionar sem remuneração e dirigir a cultura física.

Os créditos do Colégio acentuaram-se com o aumento sucessivo da sua população escolar, que em 1805 se eleva a 33 alunos e em 1807 a 43.

Em Setembro de 1805 a Repartição da Guerra ordenou que fosse a cada aluno concedida, além do soldo como praça do regimento, uma pensão diária de 100 réis.

A fama do Colégio chegou ao conhecimento do Príncipe Regente D. João que em 1806 o visitou pela primeira vez, determinando que os professores passassem a ter uma gratificação e que os colegiais vencessem 240 réis.

No ano de 1807, António Teixeira Rebelo é promovido a brigadeiro, com o encargo de inspector dos corpos de artilharia. Durante as invasões francesas o regimento de artilharia da Corte abandonou definitivamente o quartel de S. Julião da Barra, o que constitui novo passo para a autonomia do Colégio. Até 1813 o Colégio, ainda sem estatuto legal, admitia alunos entre os 8 e os 16 anos. Nesse ano, pela portaria de 24 de Abril, os estudos lá ministrados dividem-se em 2 classes, pertencendo à 1.^a as chamadas *aulas menores*. Teixeira Rebelo foi incumbido em 27 do mesmo mês nas funções de director do novo Colégio Militar, tendo previamente sido determinado que a Fazenda Nacional abonasse 15 mil réis mensais para sustento e educação de cada aluno admitido por conta do Estado, sendo a outra classe de alunos mantida por conta dos pais ou tutores, cinquenta de cada grupo, segundo o plano de 3 de Agosto do mesmo ano.

Sendo a Feitoria já então exígua nas más instalações, escolheu-se o edifício de Nossa Senhora dos Prazeres, na Luz, mandado construir pela Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, com destino a hospital de pobres. O edifício concluído em 1618 ficou bastante arruinado pelo fatídico terramoto de 1755. Feitas as reparações mais urgentes, foi pela portaria de 7 de Janeiro de 1814 mandado transferir para ele o Colégio estabelecido no sítio da Feitoria para educação dos filhos dos oficiais de Artilharia da Corte. A referida portaria conferia-lhe estatutos provisórios que pela primeira vez lhe davam a designação de Real Colégio Militar, determinando-se que dos 50 colegiais sustentados à custa do Estado, 42 pertenceriam ao exército e 8 à marinha. O alvará de 18 de Maio de 1816, primeiro diploma

régio definitivo do Colégio, promulgado no Rio de Janeiro por D. João VI, eleva para 200 o número de colegiais, sendo 100 pensionistas do Estado, dos quais 84 deviam pertencer ao exército e 16 à marinha.

Em 12 de Agosto de 1834 amplia-se o ensino ministrado no Colégio, à base de línguas, desenho e matemática, principalmente com uma aula de música, uma escola de equitação e outra de ginástica, saindo os alunos como aspirantes a oficiais. Em 1885 foi elevado a 150 o número de alunos por conta do Estado. Entravam eles entre os 10 e os 15 anos e o limite de saída era aos 20, havendo um curso de estudos preparatórios, com a duração de 4 anos, e um curso matemático militar, com outros 4. Mas em 1837 os limites de entrada e de saída passaram respectivamente para 12 e 17 anos, ficando o curso reduzido a 6 anos, pelo decreto de 12 de Janeiro desse ano. Novamente em 1846, pelo decreto de 18 de Setembro, foi reorganizado o Colégio Militar.

Em 14 de Novembro de 1848 decretou-se que o Colégio Militar, então estabelecido desde 1835 no edifício da extinta Congregação dos Missionários denominada de Rilhafoles, fosse transferido para o Convento de Mafra, em consequência da grande aglomeração de alunos. Nova reorganização do Colégio Militar foi decretada em 21 de Dezembro de 1849, que reduziu a 120 o número de colegiais, reduzindo-se o curso a 4 anos, mas que só começou a vigorar no ano lectivo de 1850/1851.

Pela portaria de 7 de Outubro de 1849 o curso é provisoriamente distribuído por 5 anos. Em 1854, pelo decreto de 11 de Setembro, as diferentes matérias literárias e científicas passaram de novo a estudar-se ao longo de 6 anos, conjuntamente com doutrina e história sacra, táctica e disciplina dos corpos, equitação, ginástica, natação e dança. Entre outras reformas e reorganizações posteriores, assinala-se a de 14 de Junho de 1870, que transformou o Colégio Militar numa escola completa de infantaria e cavalaria, não só para oficiais, mas também pela anexação do *Asilo dos filhos dos soldados*, destinado à preparação de oficiais inferiores, tinha anexa uma pequena escola para aprendizagem de clarins, corneteiros e tambores, com destino aos corpos do Exército, aos quais se ministraria o estudo de instrução primária, algumas noções de música e a prática dos respectivos instrumentos.

Coincidiu esta reorganização com a nova transferência do Colégio Militar para Mafra, onde se conservou até 1873, daí voltando definitivamente para a Luz; o número de pensionistas do Estado fora fixado em 120, pertencendo 90 à classe do Exército, 20 à da Armada e 10 à dos empregados civis do Estado de nomeação régia, sendo o número dos porcionistas, isto é, os cujas famílias lhes pagavam os estudos, limitado pela capacidade do edifício.

O curso geral era de sete anos, fixando o qual os alunos, cuja idade não podia exceder os 19 anos, saíam para as fileiras do Exército como aspirantes graduados. Mas logo em 27 de Setembro de 1870 foi mandada suspender a execução dessa última reorganização, por não ter sido presente ao Parlamento o decreto que a aprovava, voltando assim a vigorar o plano de estudos decretado em 3 de Setembro de 1867. Em 14 de Julho de 1875, novo plano de estudos, mais uma vez com 6 anos, vem substituir o anterior. A carta de lei de 16 de Julho de 1885 tornou extensivo aos oficiais da administração militar o direito de poderem admitir os seus filhos no Colégio.

O decreto de 28 de Julho de 1886 equipara o Colégio Militar aos liceus desde que toda a sua orgânica passe a ser análoga à deles. Em 3 de Novembro do mesmo ano é aprovado por decreto o regulamento literário do Colégio, que é o primeiro diploma sobre a instrução nele administrada referendado pelo Ministro do Reino, a cargo de quem estava a instrução pública. As alterações decretadas em 20 de Outubro de 1888 para o ensino dos liceus nacionais foram por decreto de 30 do mesmo mês e ano introduzidas no regulamento literário do Colégio Militar.

O Colégio Militar absorveu a profunda remodelação do ensino liceal decretada em 24 de Dezembro de 1894 (regime de classe, curso ampliado para sete anos) e mais tarde, a decretada em 29 de Agosto de 1905 (bifurcação nos cursos complementares de letras e ciências), remodelações que deram origem aos regulamentos literários de 3 de Outubro de 1895 e 17 de Outubro de 1905. A Moraes Sarmiento, ao tempo director do Colégio, se ficou devendo o Regulamento interno, aprovado por decreto de 12 de Outubro de 1901. Com a implantação da República, o Colégio Militar ficou integrado na «Obra Tutelar e Social dos Exércitos de Terra e Mar», continuando, porém, em vigor os seus regulamentos. Em 1917, 1918, 1921, 1923, 1928 e 1930 reformou-se o regulamento literário, sempre em conformidade com o ensino liceal, a cujas disciplinas se juntaram naturalmente as

instruções de carácter militar. A última reforma de fundo do Colégio Militar data de 8 de Novembro de 1944 (decreto 34 093).

No desenvolvimento de um grande plano, foi o Colégio dotado com novos edifícios: em 1949 um ginásio, com piscina, o amplo conjunto do internato em 1958 e o picadeiro em 1960. Em construção encontra-se novo edifício onde virão a funcionar os Laboratórios de Ciências Naturais, de Física e de Química. Por outro lado, o antigo refeitório foi transformado em Museu Colegial, e a biblioteca passou a estar aberta aos alunos e a todo o pessoal, oscilando a sua frequência entre os 5 e os 6 mil leitores anuais.

Em 6 de Outubro de 1825 falecera o Marechal António Teixeira Rebelo. Quase um século depois, em 3 de Março de 1921, é condecorada a bandeira do corpo de alunos do Colégio Militar com a Ordem da Torre e Espada, de Valor, Lealdade e Mérito. Outras condecorações se seguiram: em 1931 recebe as insígnias da Ordem da Instrução Pública; em 1953 as da Ordem Militar de Cristo; em 1959, no Colégio Militar do Rio de Janeiro a mesma bandeira recebe a Ordem de Mérito Militar do Brasil; em 1978 é a vez da Ordem Militar de Santo Tiago de Espada, e, no ano corrente, da Medalha de Honra de Mérito Desportivo.

Entre as numerosas efemérides do Colégio Militar, assinalamos ainda as seguintes: em 1817 é visitado pelo Marechal Beresford; em 5 de Outubro de 1824 publica-se a primeira Ordem Colegial; em 1830 o Real Colégio Militar recebe a visita de D. Miguel; em 24 de Janeiro de 1836, no Campo Pequeno, D. Maria II passa revista ao Batalhão de Alunos, o mesmo fazendo em 14 de Junho do mesmo ano, o Príncipe D. Fernando, Marechal-General e Comandante-Chefe do Exército; em 1868 o Príncipe Real D. Carlos é nomeado Comandante Honorário do Batalhão de Alunos. Em 1882, no dia 14 de Janeiro, o batalhão de alunos desfila pela 1.^a vez integrado nas forças militares da guarnição de Lisboa, por ocasião da parada em honra dos reis de Espanha. A extraordinária impressão causada pelo desfile mereceu a Ramalho Ortigão uma das mais belas crónicas das *Farpas*. Em 1893, o Príncipe Real D. Luís Filipe é nomeado Comandante Honorário do Batalhão Colegial. Em 1898 começa a publicar-se o *Anuário do Colégio Militar*.

Um ano depois é adquirido o palácio do Conde de Mesquitela, para instalação da enfermaria do Colégio. Em 1903 celebra-se o 1.^o centenário do Colégio Militar, inaugurando-se no átrio o busto do

Fundador em cerimónia presidida por D. Carlos, e o teatro colegial, que recebeu a designação de D. Luís Filipe. Em 1918, no dia 21 de Dezembro, por ocasião do funeral da Sidónio Pais, o Batalhão Colegial dá notável exemplo de serenidade, mais tarde recordado na revista ABC por Rocha Martins. Em 3 de Março de 1932 é descerrada uma lápida na Feitoria, berço do Colégio Militar e inaugurado no Largo da Luz o monumento ao Colégio Militar.

Em 1939 o Ministério da Guerra entrega as casas da Feitoria ao Colégio Militar. Em 1946 é elevado no átrio do Colégio uma lápida com os nomes dos antigos alunos mortos em defesa da Pátria. Em 1950 o Batalhão Colegial visita oficialmente Madrid. Em 1954 é posto em circulação o selo comemorativo do 150.º aniversário do Colégio, celebrado como antes. Em 1957, a 18 de Fevereiro, o Batalhão Colegial abre desfile da parada em honra da Rainha Isabel de Inglaterra.

Em 1959 o curso finalista realiza uma viagem ao Estado da Índia, tendo no regresso sido recebido por João XXIII. No mesmo ano uma delegação de alunos com o seu director visitou o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Em 1960 foi a vez de uma delegação do colégio irmão brasileiro visitar o nosso Colégio Militar. Em 1964, celebrou-se o centenário do nascimento do General Teixeira Rebelo, ex-aluno, professor e director do Colégio Militar. No mesmo ano, os alunos do 6.º efectuaram uma visita de estudo à República Federal Alemã. Em 1965 uma delegação de alunos vai ao Rio de Janeiro participar nas cerimónias do IV Centenário da Fundação Cabral. Em 1978 comemorou-se com grande brilho o 175.º aniversário do Colégio Militar estando presente várias delegações estrangeiras. No ano passado o Colégio celebrou com grande elevação o 4.º centenário da morte de Camões.

Depois do Fundador, foram directores do Colégio Militar, por ordem cronológica, o Tenente-Coronel Cândido José Xavier, o Tenente-Coronel Pedro José Santa Bárbara, o Tenente-Coronel Agostinho José Freire, o Coronel João José da Cunha Fidié, o Coronel Evaristo José Ferreira, o General Augusto Xavier Palmeirim, o Brigadeiro Francisco Pedro Celestino Soares, o General Augusto Xavier Palmeirim. Seguiram-se o antigo aluno Major António José da Cunha Salgado e o Coronel Carlos Barcelos Machado, o General João Tavares de Almeida, o Coronel José Paulino de Sá Carneiro, o antigo aluno Coronel Caetano Alberto de Sori e o Coronel Joaquim António Dias. Mais

três antigos alunos se seguiram: o Coronel Francisco Maria da Cunha, o Tenente-Coronel Emílio Henrique Xavier Nogueira e o General José Estêvão de Moraes Sarmiento, com quem atingimos o século XX.

Na extensa lista de directores do Colégio Militar seguem-se agora quatro coronéis: José Nicolau Raposo Botelho, Carlos Adolfo Marques Leitão, José César Ferreira Gil e Eduardo Augusto de Almeida, este último antigo aluno. Vêm depois os Generais Bernardo de Faria e Silva e José Justino Teixeira Rebelo, antigo aluno. Dois Brigadeiros, também antigos alunos, são os nomes que encontramos em seguida: Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento e António Alfredo Magalhães Correia, a que se juntaram mais sete brigadeiros D. Luís da Costa de Sousa Macedo, o 1.º sob cujas ordens tivemos a honra de trabalhar, Roque de Sequeira Varejão, Joaquim Plácido Duarte Silva, antigo aluno, Henrique Pereira do Vale, Alexandre de Lemos Correia Leal, Laurénio Cotta Moreira dos Reis e Luciano Ernesto da Silva Granate, antigo aluno. Dos restantes mencionamos apenas os falecidos, os antigos alunos generais Amadeu Soares Pereira e Luís Valentim Deslandes e o General Jaime António Tavares Machado Banazol; os dois últimos encontraram a morte quando serviam no Colégio.

O primeiro ex-aluno morto em campanha foi Luís das Neves Franco, na Guerra Peninsular. Nas campanhas de África, entre 1868 e 1915, morreram 9 ex-alunos. Durante a 1.ª Grande Guerra, quer em África quer em França, morreram 10 ex-alunos, o mais conhecido dos quais é Óscar Monteiro Torres. Daí para cá, até 1973, muitos outros perderam a vida em campanhas, sobretudo em Angola.

Para terminar este breve apontamento temos um soneto do ex-aluno, já falecido, herói da Grande Guerra, ex-206 de 1897, Coronel João Brás de Oliveira, cujo terceto final foi mandado gravar como epitáfio na sua campa:

Colégio Militar, como te quero
agora, mais que nunca, que estou velho;
e como lembro ainda o tom sereno
do teus valiosíssimo conselho.

Quando eu te conheci era um fedelho
e tu um centenário digno, austero.
E hoje ainda te vejo como espelho
das mais nobres virtudes que venero.

Não tenho pergaminhos. Se os tivera
Havia de trocá-los, quem me dera...
apenas só por este que me apraz:

Quando baixar à terra, mudo e frio,
escrevam-me na campa este elogio:
«Menino foi da Luz. Descanse em Paz».

[Visita do GAL, em 2 de Maio de 1981]

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE OLISIPÓGRAFOS

Ex-Alunos do Colégio Militar

pelo CORONEL ANTÓNIO LUÍS TADEU

É o Grupo Amigos de Lisboa uma Associação de indivíduos intimamente ligados ao estudo de tudo quanto diga respeito à nossa Capital.

Sendo assim, a História da Capital e a apreciação de tudo quanto a ela esteja ligado nos seus aspectos Morais, Culturais, Didáctico-Pedagógicos e Artísticos cabem perfeitamente no seu âmbito de acção e justificam a orientação que de há tantos anos tem procurado seguir e que, felizmente, parece ter conseguido.

Este pequeno preâmbulo justifica de sobejo o interesse que o Grupo tem em fazer esta visita ao Colégio Militar, cujo valor não é necessário encarecer. Mais do que uma visita de simples curiosidade pelo conhecimento do edifício onde está instalado e da sua real e valiosa obra nacional, ela pretende ser uma homenagem à instituição mais que centenária que o Grupo Amigos de Lisboa tem a honra de prestar com a presença de alguns dos seus membros. Mais ainda pretende materializar essa homenagem, e não encontra melhor forma de o fazer além de procurar associar alguns dos que muito engrandeceram Lisboa com os seus escritos e que foram alunos desta Casa, onde receberam, de certeza, as primícias da sua formação.

É por isso que ao realizar esta pequena Exposição Bibliográfica de Olisipógrafos que foram alunos do Colégio, julga dar um passo nas homenagens que ele continuamente está merecendo.

Rápida teve de ser a pesquisa dos nomes que estão nas condições indicadas, mas a grande qualidade conseguida supre, de longe, a pequena quantidade.

Assim aparecerá a obra olisipográfica de consagrados autores como são Luís Augusto Palmeirim, Júlio César Machado, Manuel

Pinheiro Chagas, Dr. Júlio Dantas e Gustavo de Matos Sequeira. Como se vê o material humano é de respeito, como é de respeito o que eles produziram.

Para que tal homenagem fique um pouco mais completa achou-se essencial procurar juntar a este material mais aquele que interesse directa ou indirectamente ao estudo da História do Colégio.

Por esta razão a Exposição compreenderá duas acções distintas:

A — Elementos produzidos pelos Olisipógrafos indicados.

B — Elementos concernentes à história do Colégio.

Não se veja no que se faz mais que uma singela homenagem, mas sincera e bem sentida que um grupo responsável pretende prestar a uma Instituição Nacional que sempre tem sabido honrar a divisa da nossa Bandeira: «Esta é a ditosa Pátria minha amada».

OBSERVAÇÃO PRÉVIA:

A pequena Exposição Bibliográfica é feita com livros de diversas procedências e justo é que fique indicada a origem das peças que se expõem. Assim as indicações de catálogo que vão seguir-se levarão uma signa indicativa da seguinte forma:

- 1) — Peças tiradas da Biblioteca do Colégio Militar: (BCM)
- 2) — Peças tiradas da Biblioteca do Grupo Amigos de Lisboa: (BAL)
- 3) — Peças tiradas da Biblioteca de António Luís Tadeu: (ALT)
- 4) — Peças tiradas da Biblioteca de Aulogélio Severino Godinho: (A.G.S.G.)

Resenha das obras expostas:

A — *De Olisipógrafos Ex-Alunos do Colégio Militar*

1 — GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

1 — *Afonso Henriques*. Alegoria dramática em verso. Lisboa, 1940. (BAL)

- 2 — *Album do cortejo histórico de viaturas*. Prefácio de G.M.S. Lisboa - 1934. (ALT)
- 3 — *Auto de Santo António*. Interpretação do Auto de Afonso Álvares. Por G.M.S., Lisboa - 1934. (ALT)
- 4 — *Olisipo* — Boletim do Grupo Amigos de Lisboa. G.M.S. foi seu director desde o n.º 1. Expõe-se o 1.º ano. (ALT)
- 5 — *Olisipo*. N.º 121/122, que contém indicada larga colaboração de G.M.S. a pág. 31/33. (ALT)
- 6 — *O Carmo e a Trindade*. Subsídio para a História de Lisboa. 3 volumes. Lisboa, 1939/1941. (ALT)
- 7 — *Catálogo descritivo do cortejo histórico de viaturas*. Prefácio de G.M.S. Lisboa - 1934.
- 8 — *Catálogo da Exposição Comemorativa do Terramoto de 1755*. Prefácio de G.M.S. Lisboa - 1924.
- 9 — *Catálogo da Exposição «Lisboa antes e depois do Terramoto»*. Obs.: A pág. 43 vem um artigo intitulado «Para a leitura da maquete e da planta de Lisboa antes do Terramoto», que, por vezes, é atribuído a G.M.S. Lisboa - 1964. (ALT)
- 10 — *Depois do Terramoto*. Subsídios para o estudo da história dos bairros ocidentais de Lisboa, 4 volumes — 2.ª edição. Lisboa - 1967. (ALT)
- 11 — *Excursões ao termo de Lisboa*. Relatório de que G.M.S. foi relator. Lisboa - 1916. (ALT)
- 12 — *A fisionomia de Lisboa*. Conferência. Lisboa - 1939. (ALT)
- 13 — *História [de Lisboa]*. In «Guia de Portugal», da Bib. Nac. de Lisboa — 1.º volume — págs. 189/192. Lisboa - 1924. (ALT)
- 14 — *História do Teatro Nacional D. Maria II*. Comemorativo do Centenário do Teatro. Lisboa - 1955. (ALT)
- 15 — *Jerónimo Martins — 150 anos de vida comercial — 1792 - 1942*. Lisboa. (ALT)
- 16 — *Lisboa* — Monografia para a exposição de Sevilha. Lisboa - 1929. (ALT)
- 17 — *Lisboa — Oito séculos de História*. Comemorativo do 8.º Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros. Direcção de G.M.S. que escreveu: *a)* — Fábulas, Lendas e Mitos; *b)* — Os Bárbaros; *c)* — A Cidade Medieval; *d)* — A Epopeia de Lisboa; *e)* — A Cidade de D. João V. (ALT).

- 18 — *Lisboa Antiga — O Bairro Alto — De Júlio de Castilho*. 3.^a edição dirigida, revista e anotada por G.M.S. Lisboa - 1954/1966. (ALT)
- 19 — *Lisboa em 1755*. Folha em fotogravura da maquete executada por Ticiano Violante. Lisboa - 1955. (ALT).
- 20 — 1147 — *Reportagem retrospectiva da conquista de Lisboa*. Lisboa - 1947. (ALT)
- 21 — *Noite de evocação do Leão de Ouro*. De págs. 35 a 39 um poema de G.M.S. Lisboa - 1937. (ALT)
- 22 — *Nova Gazeta de Lisboa*. É seu editor G.M.S. Lisboa - 1935. (Somente o n.º 2). (ALT)
- 23 — *O Palácio Nacional da Ajuda*. Lisboa - 1961. (ALT)
- 24 — *Os Pátios de Comédia e o Teatro de Cordel*. Conferência 18-5-1946 integrada no 2.º Ciclo de Conferências promovido pelo «Século». Lisboa - 1947. (ALT)
- 25 — *Queluz*. Porto - 1932. (ALT)
- 26 — *Relação de vários casos notáveis e curiosos sucedidos em tempo na cidade de Lisboa, etc..* Coimbra - 1925. (ALT)
- 27 — *O Rossio — Como nasceu e se formou a grande praça de Lisboa*. Lisboa - 1951. (BAL)
- 28 — *Teatro de outros tempos*. Lisboa - 1933. (ALT)
- 29 — *Tempo passado. Crónicas alfacinhas*. Lisboa - 1924. (ALT)
- 30 — *G.M.S. & Luís Pastor de Macedo: Lisboa de outrora por TINOP*. Publicação póstuma, coordenada, revista e anotada, por.... 3 volumes. Lisboa - 1938/1939. (ALT)
- 31 — *G.M.S. & Luís Pastor de Macedo: A Nossa Lisboa*. Lisboa. (ALT)
- 32 — *G.M.S. & Nogueira de Brito: «Vários artigos» in «Guia de Portugal», da Bibl. Nac. de Lisboa — 1.º vol. - 1921. (ALT)*
- 33 — *G.M.S. & Nogueira de Brito: Sé de Lisboa*. Porto - 1930. (ALT)
- 34 — *Bibliografia Olisiponiana. Catálogo da Livraria do Dr. Carlos Santos*. Por José dos Santos. Prefácio G.M.S.. Lisboa - 1936. (A.G.S.G.)

II — JÚLIO CÉSAR MACHADO

- 35 — *Apontamentos de um folhetinista*. Porto - 1878 (ALT)
- 36 — *Cláudio*. Romance s/A Vida em Lisboa. Lisboa - 1875. (ALT)
- 37 — *Lisboa de Hontem*. Lisboa - 18.... (A.G.S.G.)
- 38 — *Os Theatros de Lisboa*. Lisboa - 1875. (ALT)
- 39 — *A Vida em Lisboa*. 2.^a edição — 2 volumes. Lisboa - 18...

III — JÚLIO DANTAS

- 40 — *Outros tempos*. Lisboa. (ALT)
- 41 — *Palácio Real de Queluz*. In «Guia de Portugal» da Bibl. Nac. de Lisboa — Vol. I. págs. 464/473. Lisboa - 1924. (ALT)
- 42 — *Figuras de Ontem e de Hoje*. Lisboa. (ALT)
- 43 — *Lisboa de Nossos Avós* — Lisboa - 1966. (ALT)
- 44 — *O antigo passeio público*. In «Boletim Cultural Estatístico» — Vol. 1.^o, n.^o 1, págs. 5/10. Lisboa - 1937. (ALT)
- 45 — *O amor em Portugal no Séc. XVIII*. 3.^a edição. Lisboa.
- 46 — *Pátria Portuguesa*, 3.^a edição. Lisboa - 1916.
- 47 — *Um Serão nas Laranjeiras*. 4.^a edição. Lisboa.
- 48 — *A Severa*. 5.^a edição. Lisboa.

IV — LUÍS AUGUSTO PALMEIRIM

- 49 — *Os excêntricos do meu tempo*. Lisboa - 1891. (ALT)

V — MANUEL PINHEIRO CHAGAS

- 50 — *História de Portugal*. 12 volumes. Nota: Toda a obra está repleta de matéria olisiponense com carácter descriptivo. Lisboa.
- 51 — *O Terramoto de Lisboa*. Romance. Porto - 1937. (ALT)

B — *Obras referentes à história do Colégio Militar:*

- 52 — Alfredo Augusto de Oliveira Machado e Costa: *O Colégio Militar*. Lisboa - 1922.
- 53 — Balula Cid: *O Colégio Militar através das ordens e livros de correspondência colegial — 1803-1960*. Posterior a 1963.
- 54 — Emílio Henrique Xavier Nogueira: *Memória descritiva da organização e ensino no Real Colégio Militar*. Lisboa - 1892.
- 55 — Evaristo José Ferreira: *Ideias sobre a reorganização do R. Col. Militar*. Lisboa - 1853.
- 56 — Fernando da Costa Maia: *Memória histórica e descritiva do R. Col. Militar*. Lisboa - 1903.
- 57 — Fernando da Costa Maia: *Royal College Militaire*. Lisbon - 1900.
- 58 — *Instruções para o serviço interno e instruções disciplinares*. Lisboa - 1886.
- 59 — Jayme Duarte de Almeida: *O Colégio Militar (1803-1953)*. Lisboa - 1953.
- 60 — José Justino Teixeira Botelho: *A fundação e o fundador*. Lisboa - 1903.
- 61 — *Regulamento interno do R. Colégio Militar*. Lisboa - 1901.
- 62 — *Regulamento literário do Real Colégio Militar*. Lisboa - 1886.
- 63 — Victor Ribeiro: *A Infanta Dona Maria e o seu Hospital da Luz*. — Lisboa - 1907.
- 64 — José Estevam de Morais Sarmiento: *O rejuvenescimento da Nação pela educação da mocidade*. Lisboa - 1898.
- 65 — Gabriel Pereira: *O Lindo Sítio de Carnide*. Lisboa - 1898.

DOCUMENTOS

Expõe-se ainda uma série de documentos originais e inéditos, todos eles de alto interesse para o estudo da história do Colégio Militar. Constituem um belo aperitivo para aguçar o apetite dos amantes

curiosos da história. Eles aí estão, alguns deles já catalogados, mas todos prontos para poderem ser utilizados.

Esta pequena exposição só foi possível com a mais que valiosa colaboração do Ex.^{mo} Coronel de Infantaria José Simões de Faria, do Ex.^{mo} Coronel de Infantaria José Salgueiro Pinto Ribeiro, aquele mui ilustre director do Colégio Militar e este director do Gabinete de Estudos do mesmo Colégio, a quem apresentamos os nossos mais sentidos agradecimentos.

São ainda devidos agradecimentos aos Senhores Capitão Francisco Marques Gomes, bibliotecário do Colégio e Manuel Marcelino Nunes, funcionário da mesma biblioteca.

[Exposição apresentada em 2 de Maio de 1981, durante a visita do GAL.]

O SANTUÁRIO DA LUZ

pelo CORONEL ANTÓNIO LUÍS TADEU

Somente um imperativo de disciplina me obriga a estar massacrando os ouvidos de V. Ex.^{as}.

Consciente da minha falta de preparação para dizer do valor histórico ou artístico de uma peça notável do nosso Património, repito, só uma ordem de quem de direito, me obriga a ter o desplante de me apresentar perante V. Ex.^{as} dando a impressão de que quereirei enfeitar-me com penas de pavão que não quero ser.

Amigo de Lisboa convicto, sou-o; estudioso das suas coisas também o sou; especialista da sua bibliografia quereiria sê-lo, e, talvez seja nesse sentido que tenho orientado os meus estudos singelos e onde talvez tenha reunido alguns elementos de interesse.

Estudos de crítica histórica ou artística nunca os fiz, certamente porque reconheci em mim falta de um mínimo de qualidades que permitissem abalançar-me a fazer algo de útil.

Contudo, neste momento, houve que falar a V. Ex.^{as} e houve alguém que achou serem as minhas fichas bibliográficas suficientes para produzir o que se julgava necessário. Daí veio a ordem e desta emanou a obediência disciplinada de produzir o que vai afligir os vossos ouvidos do que, antecipadamente peço mil desculpas, por mim e por quem me deu a ordem.

Merece o caso ainda uma pequena observação.

Constava das minhas fichas bibliográficas um certo número de elementos capazes de me darem material para fazer a palestra. Separei tais fichas e começaram a aparecer as lacunas. Já desesperava quando Sua Rev.^a o Prior da Luz, Dr. Manuel Cardeira das Neves pôs

à minha disposição a monografia «O SANTUÁRIO DA LUZ», de António de Sousa Araújo, de 1977, que eu desconhecia e que, milagre dos milagres, tem em si própria toda a bibliografia que eu conhecia e mais toda a que eu necessitava para preencher as lacunas já detectadas.

«Estava salva a Pátria!».

Resta prestar homenagem a quem tão bem fez obra que não pode deixar de se considerar notável pela precisão, concisão e alto espírito crítico que denota em todas as suas páginas.

Fica-me a mim unicamente o encargo de metodizar o que devo dizer a V. Ex.^{as} para os não cansar muito, uma vez que, totalmente, não posso deixar de o fazer.

É o Santuário da Luz uma notável peça do património artístico e cultural da Nação.

Tem a sua história, já velha de alguns séculos e, mau grado o tempo ainda hoje conserva o suficiente para se poder afirmar que ele é uma peça com, pelo menos, notável expressão artística.

Não pode, pois, deixar de se fazer uma, embora ligeira, notícia da sua história e, seguidamente, mostrar o que ainda resta da grande obra que ele foi.

Comecemos, pois.

Pode afirmar-se que, salvo raras excepções, que obras desta natureza estão ligadas, na sua origem, a lendas que entroncando na realidade, explicam a sua razão de ser e a sua projecção para o futuro.

O Santuário da Luz também está ligado a uma lenda. Não vamos relatá-la nem discuti-la nem sequer localizar os pontos em que ela entra, com foros de verdade na sua história. Vamos sim procurar fazer uma resenha cronológica dos factos que interessam ao estudo do monumento.

Assim, poderemos dizer:

1463 — Pêro ou Pedes Martins é liberto do seu cativo em África, onde fizera o voto de construir um Santuário a N.^a S.^a da Luz. É ainda neste ano que o mesmo Pêro Martins é libertado e, acompanhado de sua mulher, Inês Anes, e de um primo, Lopo Simão, encontra a Imagem da Virgem, escondida num montão de pedras coberto de forte matagal.

Imediatamente fazem um altar para colocar a Imagem encontrada, que logo passa a ser alvo de grande devoção.

1464 — A 8 de Setembro é a Imagem colocada numa pequena Ermida (30 × 20 passos), sendo retirada do altar junto da Fonte do Machado.

Em tal emergência celebrou de pontifical o Bispo de Lisboa D. Afonso Nogueira tendo estado presentes, além do Rei D. Afonso V, muito clero, a Corte e muito povo. É desta data a criação da Irmandade ou Confraria de N.^a S.^a da Luz de que foram primeiros Irmãos o Rei e o citado Bispo.

1466 — Falece Pêro Martins.

1467 — Falece D. Afonso Nogueira, data em que o novo Bispo de Lisboa entrega a administração directa da Ermida à Igreja Paroquial de S. Lourenço de Carnide.

1543 — Sabe-se que, nesta data, S. Lourenço estava anexada aos frades de S. Bernardo de Seiça, de Montemor de Coimbra, pelo que se tem de admitir que o Santuário também o estaria. É nesta data que D. João III procura a desanexação a fim de entregar o Santuário aos Freires de Cristo a instalar num novo Convento, em Carnide, dependente do D. Prior de Tomar.

1544 — Tem D. João III notícia de que o Papa concorda com a transferência do Mosteiro de Seiça para Carnide, mas vendo inconvenientes na submissão à jurisdição de Tomar.

1559 — Começa-se a construção do mosteiro já na Regência de D. Catarina.

1575 — A 13 de Junho inicia-se a construção do Santuário por ordem da Infanta D. Maria que incumbe o Architecto Jerónimo de Ruão de a realizar com a recomendação de que fosse das melhores cousas da Europa. A 1.^a pedra foi colocada pela própria Infanta e a 2.^a pelo Prior do Mosteiro D. Fr. Basílio.

1577 — É de 17 de Julho o testamento da Infanta a que, a 31 de Agosto, se junta um codicilo. É neste testamento que a famosa Infanta determina ser sepultada na Capela-Mor do Santuário. A 19 de Outubro morre a Infanta que, por não estar concluído o Santuário, é sepultada na Igreja da Madre de Deus.

1594 — Dá-se por concluída a Capela-Mor.

1596 — Dá-se por concluído o Santuário, tendo sido transferida a Imagem da antiga Ermida para o Retábulo do Altar-Mor a 8 de Setembro. Tal transferência fez-se imponentemente e presidiu à cerimónia o Bispo Resignatário de S. Tomé e Príncipe D. Frei Martinho de Uloa.

1597 — Faz-se a transladação dos restos mortais da Infanta D. Maria da Madre de Deus para a sua sepultura definitiva na Capela-Mor da Igreja da Luz, em campa rasa, sem qualquer inscrição, como seu desejo (30 de Junho).

São estas datas os marcos que interessam ser considerados para a história do Santuário.

A descrição feita em 1606, ou perto desta data, por Fr. Roque do Soveral, transcrita na Monografia que indicámos no início deste trabalho, permite conjecturar o aspecto geral do Santuário conforme o esquema que se junta. Em tal esquema vai a tracejado o que o Terramoto de 1755 arruinou. Parte das ruínas foram apeadas em 1833 e parte entre 1840 e 1850. Em 1870 foi construído o frontispício que hoje se vê pelo architecto Valentim Correia e substitui um simples tapume de madeira que havia sido colocado em 1833.

Acabamos de fazer uma resumidíssima história do Santuário.

Vejamos agora o que existe:

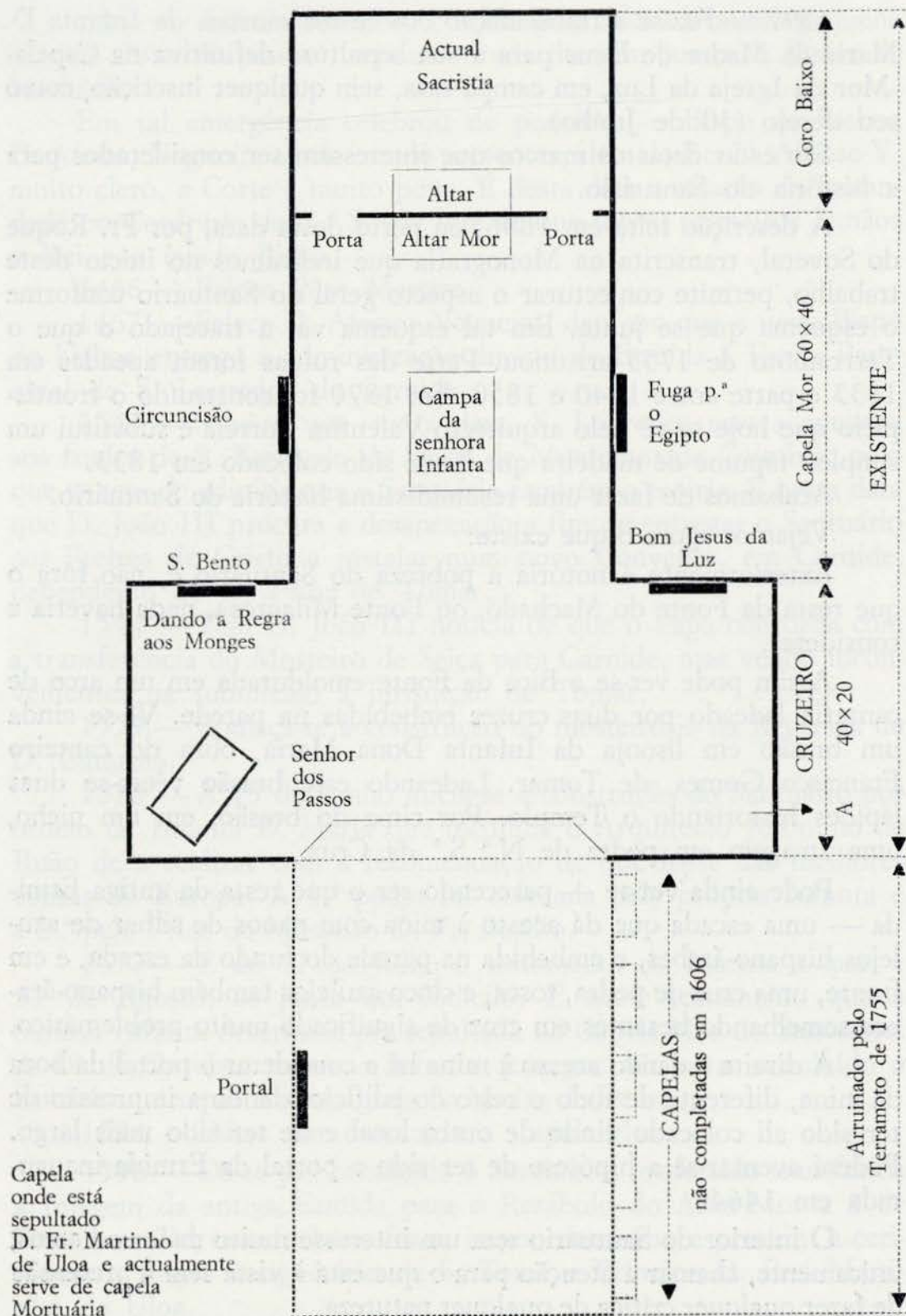
Exteriormente é notória a pobreza do Santuário e, não fora o que resta da Fonte do Machado, ou Fonte Milagrosa, nada haveria a considerar.

Assim pode ver-se a Bica da Fonte emoldurada em um arco de cantaria ladeado por duas cruces embebidas na parede. Vê-se ainda um brasão em lisonja da Infanta Dona Maria, obra do canteiro Francisco Gomes, de Tomar. Ladeando este brasão vêem-se duas lápides historiando o Templo. Por cima do brasão, em um nicho, uma Imagem em pedra de N.^a S.^a da Cruz.

Pode ainda ver-se — parecendo ser o que resta da antiga Ermida — uma escada que dá acesso à mina com panos de silhar de azulejos hispano-árabes, e embebida na parede do fundo da escada, e em frente, uma cruz de pedra, tosca, e cinco azulejos também hispano-árabes semelhante besantes em cruz de significado muito problemático.

À direita e dando acesso à mina há a considerar o portal da boca da mina, diferente de todo o resto do edifício, dando a impressão de ter sido ali colocado vindo de outro local e de ter sido mais largo. Poderá aventar-se a hipótese de ter sido o portal da Ermida inaugurada em 1464?

O interior do Santuário tem um interesse muito maior e vamos, unicamente, chamar a atenção para o que está à vista sem a pretensão de fazer qualquer crítica de qualquer natureza.



A capela-mor: De abóbada alta em arco de cesto toda revestida de mármore branco e rosa, da Arrábida, com quadros e caixotes. O retábulo é, a nosso ver, a peça capital do Santuário. É de Jerónimo de Ruão e está cheio de pinturas de Francisco Venegas e, possivelmente, também de Diogo Teixeira, devendo ter sido terminado antes de 1591.

A influência deste retábulo é manifesta em obras do mesmo género do fim do Séc. XVI, princípios do Séc. XVII, designadamente os retábulos de Sta. Maria de Óbidos, Sé de Leiria, S. Domingos de Benfica e S. Vicente de Abrantes.

São de considerar ainda na capela-mor o frontal do altar-mor que pode considerar-se esculpido pelo próprio Jerónimo de Ruão, em mármore, com medalhões representando 6 virtudes identificadas, da esquerda para a direita, como a Temperança, a Prudência, a Ciência, a Fé, a Justiça e a Fortaleza. Ligada ao altar-mor note-se a notável banquetta de mármore embutidos. Devem ainda considerar-se três grupos de esculturas assim discriminadas:

A — No arco grande da parede e sobre o altar, 3 nichos de cada lado guardando estátuas em mármore branco de Estremoz dos Apóstolos Pedro, Filipe, Tiago Maior, Tomé, André e João;

B — Na sua ligação ao arco-cruzeiro outros 6 Apóstolos ou sejam Bartolomeu, Tiago, Judas Tadeu, Barnabé, Simão e Mateus, este no lado sul;

C — Finalmente do lado norte 5 grandes estátuas, sendo a do centro N.^a S.^a da Luz e as outras 4 dos Evangelistas, João, Marcos, Lucas e Mateus.

Costuma dizer-se que esta estatuária é ingénua e fria devido à dureza das suas linhas e rudes panejamentos. Talvez seja verdade. Mas tal ingenuidade e rudeza não serão propositadas? Não seriam os apóstolos homens bons, simples e rudes? O que não pode negar-se-lhes é uma expressão bem nítida que define bem o artista ou artistas que as esculpiram. Desculpe-se-nos este início de crítica a que não consegui furtar-me.

No chão, em campa rasa, está tumulada a Infanta Dona Maria, não tendo a campa nada de especial a mencionar.

Vejamos agora o retábulo: É constituído por oito quadros, alguns dos quais assinados, atribuídos a Francisco Venegas, não sendo de pôr de parte a hipótese que nele tenha interferido Diogo Teixeira.

O painel central sobrepõe-se ao trono onde se venera a primitiva imagem de N.^a S.^a da Luz. A interpretação dos quadros é a seguinte:

Adoração dos Magos; Coroação de N.^a Senhora no Céu; Circuncisão; Visitação a Santa Isabel; Aparição a Pêro Martins; Nascimento de Jesus; Apresentação no Templo; Trono; e Anunciação.

Nos altares-capelas, dentro da capela-mor, há retábulos em madeira pintada, não assinados. O da esquerda, presentemente entregue nas oficinas do Museu de Arte Antiga, para restauro, representa a Circuncisão e é o único que não foi restaurado em 1870. O que lhe fica em frente representa a Fuga para o Egipto e, como os do retábulo do altar-mor, foi restaurado em 1870.

No transepto há que considerar duas capelas com altar de mármore e retábulo. No da direita existe uma imagem de Cristo Crucificado, que foi conhecida por Bom Jesus da Luz e que, salvo melhor opinião, é uma bellissima escultura do final do Séc. XVI. Existe ainda neste altar uma imagem de N.^a S.^a das Dores, ou dos Aflitos; à direita deste altar vê-se uma porta que dá acesso a uma quadra que no final do Séc. XVIII e depois de 1918 serviu de baptistério e hoje serve de Capela Mortuária. Nela jaz D. Frei Martinho de Uloa.

No lado esquerdo do transepto há um outro altar com um bom painel de madeira pintada representando S. Bento dando a Ordem aos Monges e Freiras da sua Ordem. Não pode deixar de se assinalar o altíssimo valor histórico e iconográfico deste quadro. Trata-se de um retrato da Infanta D. Maria, El-Rei D. Manuel, seu Pai, D. Henrique, seu tio, e ainda de D. Ana de Mendonça, D. Maria Bustamante e de Luísa e Paula Sigea. No transepto vê-se ainda uma imagem do Senhor dos Passos que tudo indica ser a que veio do Convento dos Carmelitas, onde em Janeiro de 1754 existia uma Irmandade dos Passos. É uma imagem com características do Séc. XVII.

Resta falar da actual sacristia. É o antigo e amplo coro baixo onde as freiras de Cristo assistiam às missas conventuais e ouviam os officios divinos. Por trás do Sacrário encontra-se um altar de mármore, e nele existe uma imagem de N.^a S.^a dos Remédios — que alguns dizem mais parecer uma N.^a S.^a do Rosário — e a que falta o Menino Jesus. Poderá situar-se no Séc. XVII, não repugnando, no entanto, considerá-la como do fim do Séc. XVI.

É tudo quanto sei deste Santuário que encanta pela sua beleza, pelo que a ele está ligada a Senhora Infanta D. Maria, e a piedosa lenda do milagre da salvação do captivo Pêro Martins.

Resta-me agradecer, em primeiro lugar, ao ilustre Prior da Luz Dr. Frei Manuel Carreira das Neves todas as amabilidades e facilidades que me deu e ao Grupo Amigos de Lisboa, e, finalmente a todas V. Ex.^{as} a paciência com que me ouviram ao mesmo tempo que lhes peço desculpa da enormíssima estupada que lhes ofereci.

NOTA: Pode parecer estranho que se não faça referência à obra do *Arq. Jorge Segurado* sobre a *Fábrica que falece à cidade de Lisboa*, de Francisco de Holanda, onde o Santuário da Luz é magistralmente tratado. Note-se, no entanto, que se preveniu que se não iria fazer crítica da História de Arte e como tal essa obra e as opiniões expendidas transcendem este «trabalhinho». Em tal trabalho procura-se estabelecer hipóteses que se discutem, sim, mas não resolvem peremptoriamente problemas.

Tiveram intervenção na traça ou encenação do Santuário da Luz Francisco de Holanda e João de Ruão? As hipóteses estão magistralmente postas mas o seu autor muito honestamente, como é seu hábito e timbre, não podendo ultrapassar as hipóteses que põe, deixa-as por resolver o que, aliás, muito lamentamos por motivos óbvios.

[Trabalho lido em 2 de Maio de 1981, na visita do GAL ao Santuário da Luz]

NOSSA SENHORA DA LUZ

PADROEIRA DE CURITIBA — BRASIL

PADROEIRA DE CARNIDE — LISBOA

pelo ENG. RUY DE SAMPAIO E MELLO
(Da Academia Paranaense de Letras)

I — PRIMEIRAS ORIGENS

Fazendo fé no testemunho de antigússimas narrativas dos arredores de Lisboa, a mouraria, que à data submetia o sul da Península, vinha banhar-se numa fonte conhecida pelo nome de fonte do Machado, então designada por Macada.

Nessa fonte, que ainda hoje existe, foi mais tarde encontrada uma imagem da Virgem; a fé, a sugestão, a verdade atribuíram à água propriedades milagrosas.

Este facto, leva-nos a formular hipóteses quanto às mais remotas origens do culto que hoje prestamos à Nossa Senhora da Luz, em 8 de Setembro, no Brasil e em Portugal.

A confiança que, sob invocações de Alá, os mouros depositavam na virtude da água da Fonte do Machado, deve ser baseada no que viram ou ouviram narrar os coevos habitantes de Carnide.

Não há dúvida que a água é pura e fresca, provém de fonte bem cuidada, correndo por galerias sob a actual Igreja e antigo Convento. Mas a sua composição química por si não justifica tão variadas curas.

Devemos entretanto atentar, que a aparição da Virgem veio frequentes vezes ligada a uma nascente de água, fonte da vida de todos os seres, sem a qual algum alimento poderia nascer. É o caso do aparecimento da Virgem em Fátima, é o caso de aparecimento da Virgem em Lourdes. Os Hindús, dentro de uma citação ecuménica, purificam-se no Ganges.

Decorridas estas interdependências, é-se levado a concluir que, já antes da invasão árabe e portanto nos primeiros séculos da cristandade peninsular, a Virgem já teria surgido a um devoto cristão, por desígnios que só a Deus pertencem.

Sabe-se que o vidente teria edificado uma pequena Ermida a comemorar o facto; foi feita uma imagem segundo os traços da aparição, começando desde logo a ser frequentada a água milagrosa que naquele lugar brotava.

As pugnas hispano-árabes levaram à destruição da Ermida, mas alguém teve o carinho de pôr a salvo a imagem, resguardando-a de destruição. Facto é que, mais tarde, veio a escondê-la onde ninguém a procuraria, ou seja nos escombros da primitiva ermida.

Devemos situar-nos no século X.

Esta narração não se filia em lendas; certo é que no local apareceram vestígios convincentes, (moedas, tijolos, telhas e uma pedra gravada com caracteres de tal modo poluídos que são indecifráveis).

Explorada com minúcia a actual igreja, algum vestígio é possível encontrar da primeira ermida e da ocupação árabe. Os rodapés das escadas, que conduzem à nascente, são de azulejo, de fino desenho árabe. Outros emolduram uma Cruz de pedra embutida na parede e que, segundo uns, assinalara o exacto local da nascente, onde terá sido escondida e depois encontrada a imagem da Virgem.

É sabida a tradição portuguesa de pôr a salvo mais as imagens que a fazenda. Veja-se como tal aconteceu na época das invasões francesas durante as quais o que não houve possibilidade de remover foi delapidado. A soldadesca habituava-se a decepar-lhes os braços e algumas vezes os pés.

O lugar de oração cristã, de que há relato de romagens feitas, foi prejudicado ao longo do período do vandalismo árabe. Mas ficaria no local, a fonte e acima de tudo a Fé. Era a situação em 1147, quando da reconquista portuguesa de Lisboa aos mouros.

II — O LINDO SÍTIO DE CARNIDE

Falámos de eras; falemos agora um pouco das terras.

A ermida situava-se em Carnide, que é ainda hoje um dos arrabaldes mais típicos, se não o mais típico de Lisboa antiga.

O nome de Carnide, aparece no tempo de D. Afonso II, no 2.º quartel do século XIII. Tem então a grafia de “Carnide”; é facto comprovado em documentação viva (Pinho Leal). Segundo os historiadores, em Carnide deve haver uma corruptela de “Carniete”, o

que em árabe significa “juntar, reunir”. Isto é, reunião de pessoas, de casas, agrupamentos de fogos: povoações.

Investigadores de fundamento etimológico atribuem a “Carn”, palavra celta, a mais remota de Carnide. Carn significava lugar de oração e a ser assim teríamos que recuar à investigação druídica e invocar o deus Endovélico. Carnide e Nossa Senhora da Luz estão assim focalizadas nas suas origens. Carnide é, na cidade de Lisboa, uma das últimas zonas arrabaldinas, de sabor romântico, que mantém o modo próprio de viver, o ambiente e os encantos que lhe valeram o título de Lindo Sítio de Carnide (Gabriel Pereira).

A história mais recente do local, onde actualmente se encontra a imagem de Nossa Senhora, está bem documentada no papel e na pedra. A actual igreja corresponde ao altar-mor do templo em parte arrasado pelo terramoto de 1755; tem na sua fachada sul a fonte que foi reconstruída no século XVI. Encima a fonte, escudo com as armas da Infanta D. Maria e sobre ele uma estátua de mármore representando a Virgem e o Menino.

De um lado esta inscrição:

«No ano de 1463 reynando em Portugal D. Afonso V os vizinhos de Carnide com devoção das revelações que Pero Martins, natural d’este lugar, teve em seu captiveiro, donde sahiu milagrosamente, lhe ajudaram a fazer uma capella de Nossa Senhora da Luz sobre esta fonte, lugar, como determinado por divina providência para este effeito, se via antes claro e resplandecente com visão e lumes do céu, como depois se viu resplandecer com grandes e inumeráveis milagres da terra».

Do outro:

«E seguindo em lado a ordem e veneração que a Virgem Purissima inspirou a Pero Martins, lhe puseram o nome que tem da Luz, em cuja memória e louvor a Infanta Dona Maria, filha de El-Rey Dom Manuel o 1. deste nome, Rey de Portugal e de Cristianíssima Rainha Dona Leonor de Castillo, mandou reedificar e levantar o Templo de novo n’esta ordenação e grandeza na anno de 1571».



*N. S. da Luz
Padroeira de Curitiba,
Brasil*



*N. S. da Luz
Padroeira de Carnide,
Lisboa, Portugal*

Não cabe assim dúvida que a actual igreja foi reedificada sobre a capela erguida por Pêro Martins.

Ainda resta um pórtico com descontinuidade no arco abatido, atestando ter sido encurtado o vão para se adaptar à dimensão actual. Os fustes, com motivos ornamentais de caules e sementes de dormideiras, são anteriores à exuberância do renascimento presente no estilo da construção. Este enxerto atesta que algo se pretendeu conservar desta Ermida. Como penhor de garantia desta citação restam as cinzas da Infanta, enterrada sob o altar-mor da igreja.

Na pedra tumular lê-se:

«A capella-mor deste Mosteiro de Nossa Sr^a. da Luz e este cruzeiro são da sepultura da sereníssima Infanta Dona Maria que Deus tem filha de El-Rey Dom Manuel e a Rainha Dona Leonor Luz, mulher, na qual capela e cruzeiro se não dará sepultura a pessoa alguma de qualquer qualidade que seja nem em tempo algum se fará nenhum depósito nem nenhum letreiro por assim estar assentado por sua majestade e por contrato solene e celebrado que se fez com o Padre Prior e Padres de seu Convento de Tomar cujo traslado está na torre do Tombo e nesta Casa de Nossa Senhora faleceu a dez de outubro de 1577».

Este assento régio, que faz 400 anos, foi observado e unicamente na capela do baptistério se encontra uma inscrição finamente cimentada:

«Aqui está sepultado o religiosissimo varão da Ordem de Cristo D. F. Martinho de Ulhoa, Bispo que foi de S. Tomé, Congo e Angola justamente, que mandou fazer esta capela, em a qual, se lhe diz Missa quotidianamente. Faleceu a 8 de dezembro de 1606».

Não resistimos à tentação de mais alguma coisa descrever desta Igreja de Nossa Senhora da Luz architectonicamente concebida pelo fino artista Jerónimo de Ruão. ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Os Padres de Tomar transferiram para os Franciscanos e guarda do Convento de Carnide, encargo que ainda hoje perdura.

O templo originalmente era sumptuoso; levou 21 anos a edificar e foi aberto ao culto em 8 de setembro de 1596. Nas cerimónias participou o peso do clero e assistiram o Governador do Reino, o neto do Imperador Carlos V, a Corte e três quartas partes da população de Lisboa. (2)

E a que dever tanta magnificiência numa zona periférica da cidade? A resposta atesta em pedra a fé de uma Infanta. A Infanta Dona Maria foi uma das Senhoras mais cultas e virtuosas da nobreza coeva.

Acontece que o seu irmão, o futuro D. João III, lhe concedeu a Casa da Infanta, que veio a marcar a era de quinhentos com o maior esplendor de inteligência, saber e virtude.

A Infanta devotava a Nossa Senhora da Luz o mais amoroso culto.

Ocorreu ter sido a Infanta atacada de indebeláveis febres, que a medicina não vencida. «In articulo mortis» ordenou ao seu Capelão que por ela oficiasse no altar de Nossa Senhora da Luz e lhe trouxesse água da nomeada fonte. Assim aconteceu: as melhoras foram rápidas e passados dias assistia ela à missa, no mesmo altar.

Com extremo zelo cuidou da construção do novo templo e fê-lo com a maior minúcia, levada ao extremo da enumeração das alfaias, objectos de culto, etc., tudo dotado de verba.

Quis a providência não lhe permitir que visse o acabamento do seu voto; faleceu, tendo só vindo a ocupar o seu túmulo cinquenta anos depois do passamento. Acontecera entretanto a catástrofe de Alcácer Quibir (4 de agosto de 1578) e o país passava por grave crise da sua conturbada história.

As disposições testamentárias já atrás referidas e a perseverança do Geral da Ordem de Cristo fizeram cumprir a última vontade da ilustre Senhora.

Na igreja são notáveis a todos os títulos as proporções do altar-mor com dezanove metros de altura e todo em pedra finamente trabalhada com medalhas de mármore de Arrábida.

Nichos com imagens vigorosas dos Apóstolos e Evangelistas.

Nos altares laterais, do lado do Evangelho, um valioso retábulo representando a circuncisão e do lado da epístola há outro de menor valor artístico (3). Os oito quadros do altar-mor são assinados por «Franciscus Venega Regius, «pictor faciebat» (Francisco Venega, pin-

(2) — Dicionário Histórico Artístico, de Raczynski.

(3) — Citação de Frei Roque de Soveral.

tor real, fazia) (*). Tem por suporte um qualificado retábulo de talha, em que o motivo central é um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Luz, de que no Museu do Paraná, em Curitiba, se encontra uma reprodução.

O altar-mor é uma peça de arte. Mármore finamente esculpido com baixos relevos representando as «virtudes». A banquetta tem um primoroso trabalho de mosaico, dos mais antigos de Portugal.

A natureza desta pequena memória não se coaduna com exaustivas descrições em letra de forma de monumentos de pedra, sob pena de o leitor não nos dar a sua aprovação.

E é o que nos apraz referir sobre a padroeira de Curitiba e padroeira de Carnide (Lisboa).

A Catedral de Curitiba foi inaugurada a 8 de setembro de 1893, e lá entronizada a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Luz (Paraná, Brasil).

Nota Bibliográfica — Arquivo Alfacinha, de Francisco Cãnncio; Portugal Antigo e Moderno — Lisboa, de Pinho Leal; Dicionário Histórico Artístico, de Raczynski; Lindo Sítio de Carnide, de Gabriel Pereira; Dicionário Chorográfico, de Padre Luís Cardoso; Nossa Senhora da Luz, de Padre F. V. Ferreira.

(*) — Atente-se no tempo do verbo «fazia», em lugar de «fez»: tal quer significar que a obra não fora acabada.

Alfama: Duas Visitas de Estudo

A. Em 27 de Abril de 1980, um grupo de vinte pessoas — professores e estudantes e especialistas — da Secção de Estudos Luso-Árabes da Sociedade de Geografia e das cadeiras de Árabe da Faculdade de Letras e da Universidade Nova de Lisboa desejou conhecer e «localizar» com a possível exactidão as nascentes termas que originaram a designação do sítio lisboeta chamado Alfama, e ao mesmo tempo definir as reminiscências do tempo dos Mouros, assinaláveis ainda. E da orientação da visita encarregou-se o Dr. Paulo Caratão Soromenho, que estabeleceu o seguinte percurso:

1. *Chafariz do Rei*: Frente e traseiras; entrada para a *arca*, na Travessa da antiga porta (aberta na cerca moura) e a guarita da mãe-d'água, na Rua de S. João da Praça; foi junto do chafariz (do Rei D. Dinis) que se fez a concentração dos visitantes, à esquina de uma torre fernandina.

2. *Beco das Barrelas*: que conduzia (de junto de uma torre da muralha fernandina) ao tanque das lavadeiras, com água de nascente própria, e que ainda existia há uma dezena de anos; do Chafariz do Rei até aqui, o grupo seguiu pelo Largo do Terreiro do Trigo (antigo Campo da Lã) e entrou na Judiaria pelo Arco do Rosário [Judiaria Pequena: gueto, ainda hoje delimitável pelos seguintes arruamentos — Arco do Rosário (semi-arco, aliás); Rua da Judiaria, com rocha à superfície, um trecho de muralha, em que se vêem janelas góticas e poderosos contrafortes; Escadinhas — um dos becos mais estreitos de Lisboa; Largo de São Rafael, dominado imponentemente pela Torre de Alfama (moura) ou de São Pedro; e Beco das Barrelas, com a citada torre fernandina «camuflada»].

3. *Fonte das Ratas*: Topónimo popular e moderno, como moderno é o Largo das Alcaçarias, aberto no espaço do velho tanque das barreiras — tudo tão moderno como os mais novos dos visitantes.

4. *Beco dos Curtumes*: Disse um vizinho do local que debaixo do chão «estão enterradas banheiras», logo ao começo.

5. *Banhos da D. Clara*: Na esquina ocidental da Travessa do Terreiro do Trigo, no prédio onde hoje está o Banco Português do Atlântico, ficavam estes banhos de D. Clara Xavier de Aguiar e cuja nascente (ou nascentes) poderá ser talvez a da Fonte das Ratas.

6. *Banhos do Baptista*: Na Rua do Terreiro do Trigo, logo adiante, para ocidente, depara-se-nos o prédio destes banhos, cujas banheiras estão soterradas no mesmo local.

7. *Alcaçarias do Duque* (do Cadaval): Um grande prédio na esquina oriental da Travessa do Terreiro do Trigo, em frente da porta da Alfândega. São as mais célebres hoje em dia, fama que se deve em parte (ou no todo) ao facto de terem sido as últimas que funcionaram, e durante muitos anos as únicas [Alcaçarias: «casas grandes», fora da muralha moura, naturalmente edifícios importantes, em que viveriam pessoas abastadas, apesar dos perigos iminentes, como se calcula. O vocábulo ficou a indicar lugar urbanizado e, neste caso, especificamente, talvez o espaço «exacto» que vem da Travessa do Terreiro do Trigo até ao Chafariz de Dentro, dois extremos correspondentes a nascentes termas, repare-se, e apenas elas são denominadas «alcaçarias» (do Duque e do Mosteiro), pois nas outras predominou o termo «banhos». Daqui que na imaginação popular as duas palavras se tivessem tornado sinónimas; no mesmo ponto desenvolveu-se, e parece que por séculos, uma indústria, a do curtimento das lãs, e isso explica que «alcaçarias» alargasse o seu conteúdo semântico para «lugar de curtimento de lãs». Os tanques ou banheiras soterrados no Beco dos Curtumes, como informou um vizinho (vid. acima o n.º 4), poderiam não ser destas termas].

8. *Chafariz da Praia*: Segundo o Doutor Amaro de Almeida ficava no actual pátio gradeado, pertença do edifício grande da Com-

panhia das Águas e, agora, aproveitado para oficina de automóveis; é (ou era), conforme a mesma indicação, dependente do manancial do Chafariz de Dentro. Contudo, tradicionalmente, a água do da Praia tinha mais fama. Em que pese ao que diz o Doutor Amaro de Almeida, na memória popular o Chafariz da Praia corresponde a outro pequeno chafariz ou fontanário, existente num recinto fechado, com porta de ferro ao lado do pátio (hoje oficina) e limitado a ocidente por uma passagem pública, que a Alfândega abusivamente conserva encerrada, há muitos anos, apesar de uma lápida «assegurar» a sua servidão, isto é, utilização. O tal chafariz pequeno ou fontanário pertence à Câmara Municipal, que aproveita o recinto para armazenamento de diferentes materiais. O Chafariz da Praia vê-se representado em gravuras antigas.

9. *Pátio da Guarda Fiscal*: Na Avenida Infante D. Henrique, a seguir ao Cais da Lingueta existiu uma ressurgência, que deixou de ser aproveitada. Ainda há trinta anos existiam ali uma bomba e dois tanques: hoje, desapareceram e somente se vê lá uma válvula no chão, cujo significado só «os mais antigos conhecem».

10. *Beco do Penabuquel*: Entre as Ruas dos Remédios e do Jardim do Tabaco. O arco para este arruamento, que furou a muralha de D. Fernando, é uma velha porta cidadina, a que se encosta a Torre das Varandas, de que fala Gil Vicente. Há ali, «extramuros», um minúsculo largo, em cujo solo se nota um tampão, o qual cobre uma nascente. Passado o arco, à direita, ao fundo, observa-se uma porta ogival talvez coeva da torre (século XIV). O topónimo deriva de um antropónimo árabe.

11. *Aguada*: Junto ao passeio, que liga a Rua do Jardim do Tabaco à Rua dos Remédios, houve no século XV (1494?) uma aguada que servia para refresco dos barcos. Foi redescoberta há anos e novamente tapada.

12. *Capela de Nossa Senhora dos Remédios*: À entrada, do lado esquerdo, com um bocal alto, está um poço, não de água termal, mas de água milagrosa, e tanto que denominou a imagem encontrada dentro dele, depois a Capela, depois a irmandade e depois a rua.

13. *Tanque do Beco do Mexias*: Todas as ressurgências de águas — termas ou não —, empregadas no decorrer dos séculos e que chegaram até à fundação da Companhia (agora Empresa Pública das Águas de Lisboa), em 1865, com utilização pública, foram postas de parte. É possível que o tanque das lavadeiras deste beco tivesse nascente própria.

14. *Chafariz de Dentro*: Tem história notável, de que se pode ler um resumo neste boletim, de 1979-1980, pp. 215-217.

15. *Banhos do Doutor Fernando*: Eram explorados nos n.ºs 19 e 20 do Chafariz de Dentro, junto do prédio das famosas colunas jónicas do período romano de Lisboa. No século passado estabeleceu-se ali uma vacaria, depois mais pomposamente nomeada leitaria [e agora, 1982, transformada em restaurante]. Uma bica revestida de azulejos resta para lembrança.

16. *Alçaçarias ou Banhos do Mosteiro*: Estão na actualidade representados por uma bomba (ligada a um poço, que medido em 1935 acusava metro e meio de altura de água) e uma tina, encostadas ambas à muralha fernandina (1373-1375), no saguão do prédio n.º 8 do Largo do Chafariz de Dentro. O Mosteiro é o de Alcobaça, instituição que *terá explorado* as alçaçarias (vid. acima o n.º 7), desde antes de 1373 até o segundo quartel do século XVIII, em que aforou a propriedade ao Dr. Inácio da Costa Quintela, notável jurisconsulto. O Doutor Amaro de Almeida supôs que as Alçaçarias do Mosteiro pertenceriam ao prédio n.ºs 8 a 18 da Rua do Terreiro do Trigo — o que é manifesto engano. O orientador da visita, que é hoje o proprietário da casa, levou depois os componentes do grupo de arabistas a quanto resta das alçaçarias ou termas dos frades de Alcobaça, e recordou reminiscências do período mouro de Alfama para além das que haviam sido vistas: Beco do Alfurja (talvez de Alfúnger — sítio pedregoso?); Beco do Maquinez (ou do Mequinez, alcunha do oficial de marinha Gaspar da Costa Ataíde, século XVII, topónimo marroquino); e Rua da Adiça (termo botânico, que se aplicou em português como sinónimo de mina — de água? de ouro?) e bastante usado na toponímia.

Estiveram presentes os senhores professores Drs. Pedro Cunha Serra, Dias Farinha e Garcia Domingues.

Notícia bibliográfica: Amaro de Almeida, «Lisboa — Capital das Águas», in *Revista Municipal*, n.º 49, 2.º Trimestre de 1951. Francisco da Fonseca Henriques, *Aquilégio Medicinal*, Lisboa 1726; José Pedro Machado, *Influência Árabe no Vocabulário Português*, Lisboa, 1961; Paulo Caratão Soromenho: a) «Nótulas à Influência Árabe no Vocabulário Português», in *Boletim Mensal* da Sociedade de Língua Portuguesa, ano XIII; b) «Uma Casa de Alfama», in *Olisipo*, Outubro de 1963; c) «Temas Lisboetas. Lisboa Moura», in *Olisipo*, biénio 1974-1975. (Destes três trabalhos fizeram-se separatas).

B. Em 10 de Junho de 1981, o Centro de Estudos Judiciários, de magistrados estagiários — que funciona no velho e histórico edifício do Limoeiro, degradado funcionalmente duranete séculos, e agora dignificado como local e nos seus objectivos —, projectou, para inauguração da sua actividade cultural complementar, uma visita ao sítio de Alfama, sobre o qual a instituição se debruça.

A visita foi planeada e orientada pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho, que distribuiu na altura a nota do percurso, acompanhada da planta aérea local, tendo, antes do começo da caminhada, esclarecido com pormenores esses dois documentos, numa das salas do antigo paço de D. Fernando, tão profundamente ligado à Revolução de Dezembro de 1383; e aproveitou para prestar homenagem à memória de D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna, a ilustre perscrutora da poesia romântica, nascida num palácio místico do Limoeiro, actualmente desaparecido, sem vestígios.

O orientador contou então que, em 1935, o Prof. Leite de Vasconcelos lhe pedira que lhe mostrasse Alfama, mas não queria subir; o passeio teria de ser sempre a direito ou a descer :o notável etnólogo estava na altura com 77 anos e o seu discípulo nos 22. E fixou a «descida» de Alfama, de modo que os desejos do Mestre foram obedecidos e cumpridos [Vid. *Olisipo*, n.º 119, pp. 136-137, «Alfama e o Dr. Leite de Vasconcelos»]. Entretanto o tempo não parou... e assim no momento o *antigo jovem* de 1935 atingira os 68 outonos e também só podia descer... E propunha agora aos jovens magistrados estagiários o percurso apresentado *in illo tempore* — que apenas foi alterado a fim de permitir aos visitantes do bairro uma apreciação mais demorada do sítio da Judiaria. Ei-lo: Miradouro de Santa Luzia-Adiça (troço hoje nomeado Rua de Norberto de Araújo)-Calçadinha da Figueira-Rua do Castelo Picão- Beco das Cruzes-Rua da Regueira-Rua

de São Miguel- Largo de São Miguel, ou da Palmeira, como diz o vulgo-Rua de São Miguel (outro troço)-Judiaria: Largo de São Rafael, Beco das Barrelas, Escadinhas, Rua da Judiaria, Arco do Rosário, Torre de Alfama-Rua de São Pedro-Beco do Azinhal-Largo do Chafariz de Dentro-Beco do Espírito Santo-Rua da Regueira (trecho inferior) Rua dos Remédios-Capela dos Remédios-Beco do Penabuquel-Rua do Jardim do Tabaco.

Durante a visita, o orientador focou feições relevantes e características locais: tempos pré-históricos, romanos (o traçado de uma via e as colunas jónicas), visigóticos e mouros; toponímia religiosa, natural, monumental e individual; aspectos anteriores a 1755 e efeitos da catástrofe; arquitectura popular e restos de antiga grandeza; Alfama do Alto e Alfama do Mar (o que nos diz a planta do bairro); cercas moura e fernandina; templos, torres e palácios; casas com ressaltos; escada manuelina no Castelo Picão; janelas góticas geminadas na Judiaria e porta ogival no Penabuquel; lápides e azulejos. E na Adiça houve a possibilidade da visita à Casa dos Arcos — donde se avista toda a Alfama e que se avista de quase toda a Alfama —, por gentileza, novamente agradecida, da senhora e família que nela habitam.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA E DESENHO

Em 18 de Junho de 1981, foi inaugurada no Palácio Foz esta exposição, que constituiu um êxito. Do *Catálogo*, então distribuído, se transcreve a «Apresentação»:

No prosseguimento das suas actividades culturais, o Grupo Amigos de Lisboa em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa promove a segunda exposição de pintura e desenho a integrar nas Comemorações das Festas da Cidade.

A primeira exposição, realizada em Julho de 1980, foi sem dúvida uma grandiosa manifestação artística de temática de Lisboa e constituiu um acontecimento largamente noticiado pela comunicação social.

A presente exposição é constituída por temas lisboetas e por temas livres, possibilitando assim congregar numa exposição conjunta, para além dos temas citadinos, artistas com outras tendências temáticas e de outras sensibilidades artísticas.

Trabalhos das mais diversas correntes estéticas foram reunidos numa demonstração de capacidade artística e do poder criativo dos artistas plásticos.

Houve, como na exposição de 1980, a intenção de distinguir e galardoar artistas de incontestável merecimento e com particular interesse acarinhar e incentivar novos valores com potencialidades artísticas promissoras, concedendo para o efeito a atribuição de prémios por meio de diplomas.

Muitas das Obras seleccionadas para a exposição de Lisboa, poderão ser levadas ao Rio de Janeiro para a primeira exposição no estrangeiro de um projecto de percurso itinerante no continente americano e na Europa, neste momento em estudo.

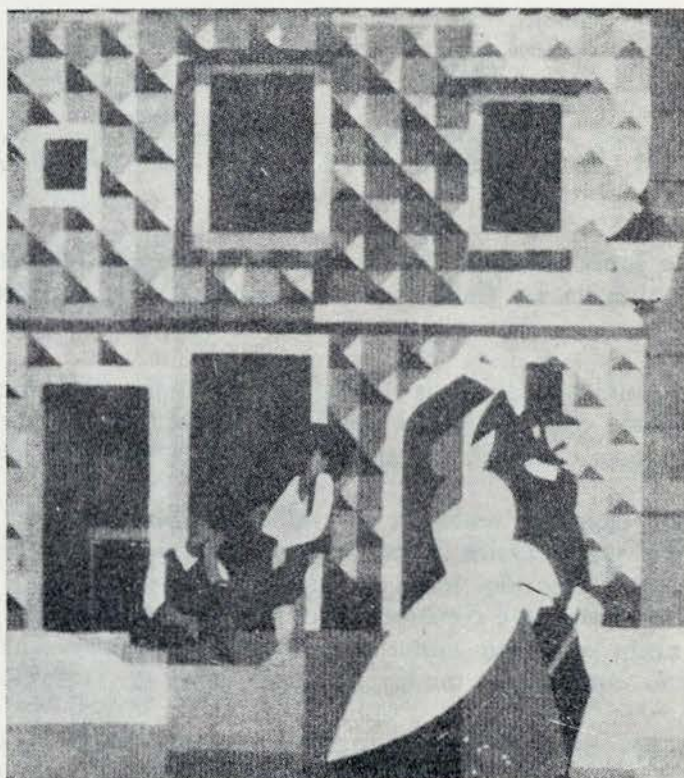
A exposição conta ainda com o apoio da Associação dos Pintores, Escultores, Ceramistas, Gravadores e Vitralistas Portugueses, entidade recentemente criada.

Colaboram nesta iniciativa:

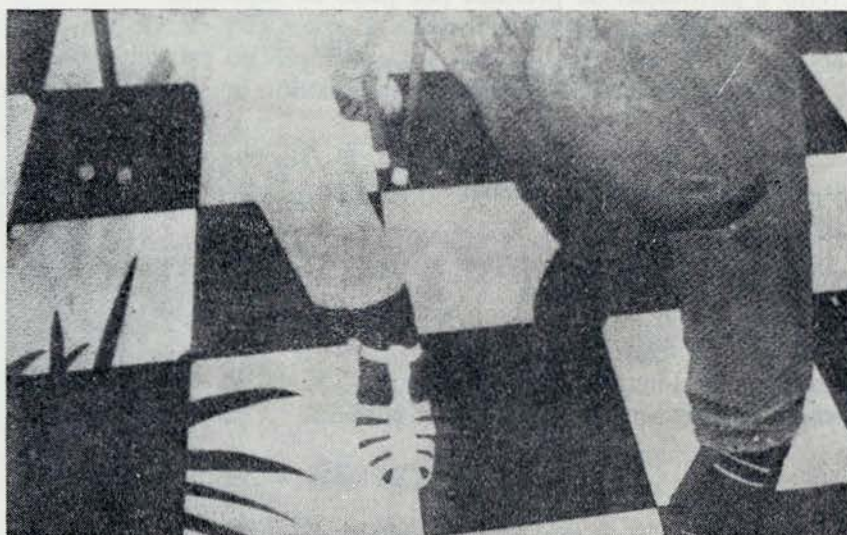
Ministério da Qualidade de Vida
Secretaria de Estado da Comunicação Social
Companhia de Seguros Mundial Confiança

A COMISSÃO ORGANIZADORA

Xavier de Brito
Nandín de Carvalho
Martins Gomes



ZÉ PENICHEIRO
1.º Prémio — Tema Lisboa



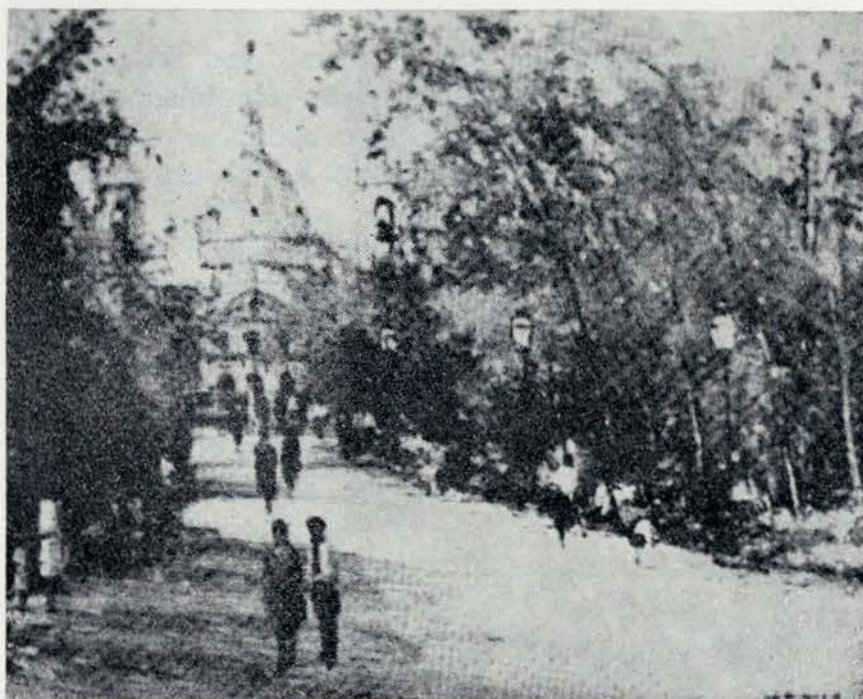
JOSÉ PAULO FERRO
1.º Prémio — Tema Livre



LISSABO

À esquerda: Nogueira
Paulo Jorge dos Santos
António Gonçalves Pereira
António Blanes Martins
Carolina de Almeida
Carlos Curvo
José de Sá
Lírio de Castro
José Paulo Lopes
José Manuel Lourenço
Teresa Maria Mendes
Ana Dias Mendes
de Melo e Castro
Paulo O. Castro
Margarida Vaz

ARTUR REAL BORDALO
Menção Honrosa
Tema Lisboa



JOÃO CALIFÓRNIA
1.º Prémio — Mérito Olisiponense

RELAÇÃO DOS ARTISTAS SELECIONADOS

Agostinho Nogueira Lopes; Albino Moura; Amélia Moura e Sá; Ana Paula Jorge dos Santos; António Rafael; António Vasconcelos; Arménio António Gonçalves Pereira; Artur Real Bordalo; Barata Moura; Bárbara Guerreiro; Blandina Mateus Martins Nascimento; Cândido Teles; Carlos Alberto Carreira de Amaral; Carlos Alberto Rodrigues Rocha; Carlos Alberto Sousa; Carlos Carreiro; Carmina Samuel; Eduardo Espírito Santo Abrantes; Eduardo José da Silva Meira Gomes; Emília Gomes Castro Lobo; Feio; José Manuel Heitor de Castro Laranjeira; José Manuel Sequeira Rodrigues; José Pádua; José Paulo Ferro; José Rodrigues Filipe; Luís Rodrigues; Manuel Caldeira Martins; Manuel Joaquim Lúcio; Manuel Guimarães dos Reis Santos; Margarida Tamegão; Maria Emília Carvalho Reis (Mila); Maria Helena Abranches Menezes Dias Rebelo; Maria Irene Afonso Pontes N. Quintal; Maria de Lourdes de Mello e Castro; Maria Margarida Vigoço; Mário Pereira; Miguel Paccetti; Paulo O. Castelo Branco das Neves; Rodrigo Cabral; Santos Vieira; Victor Marques; Victor Silva Barros; William Henry Clode; Zé Penicheiro.

TRÊS POEMAS DE VILIANIS LEAL

AMIGOS DE LISBOA

*Dedicado aos Amigos de Lisboa, em 22-7-81,
dia comemorativo do seu 45.º Aniversário*

Se alguém faz anos, logo os seus parentes,
o cumulam de grandes atenções.
Fazem festas, almoços, reuniões,
dão-lhe ricas lembranças e presentes!

E Nós, em nosso nome e dos ausentes,
testemunhando as nossas intenções,
vamos dar a Lisboa os Corações,
modestos servidores obedientes.

Amigos de Lisboa — a sua história
vai ficando gravada na memória
desta linda Cidade Capital ...

Sem a mínima ponta de egoísmo,
sem fastos de grandeza e heroísmo
Nós amamos Lisboa e Portugal!...

NOCTÍVAGO

Na Praça onde eu moro na minha frente
vejo as janelas todas encerradas.
E as luzes do jardim meio apagadas
pintam esse lugar sinistramente.

Vão passando automóveis de repente
regressando as pessoas atrasadas.
Nas ruas mais ao perto e afastadas
a noite é um mistério surpreendente!

Fui-me assentar num banco do jardim.
Se eu pudesse passar a vida assim
seria bem feliz entre os mortais!...

Tudo nos dá esta Cidade linda
mas só nos falta conceder ainda
as horas de sossego habituais!...

QUADRAS SOLTAS

Saudades de ti Lisboa
têm todos à distância
tal e qual uma pessoa
tem dos seus anos de infância.

Eu sou filho de Lisboa
em Lisboa ao mundo vim,
se eu quiser a minha história
as ruas falam de mim.

Ardeu em mim a fogueira
noutros tempos anteriores,
junto à Praça da Figueira
na Rua dos Douradores.

Para cima apanho o 6
para baixo apanho o 9:
Partidas às 16
chegadas às 19.

Conquistei essa menina
— boas ausências lhe faço —
desde a baixa pombalina
até ao Terreiro do Paço.

Lisboa tem muitos anos.
O nosso Grupo, porém,
apesar de ser mais novo
já é velhinho também.

Santo António, o singular
Santo dos altos estudos,
está em último lugar
nas notas de vinte escudos.

A RIBEIRA VELHA E A CONCEIÇÃO VELHA

Caminhada dos Amigos de Lisboa

em

31 de Outubro de 1981

I RUA DO CAIS DE SANTARÉM

1. Largo do Terreiro do Trigo (Antigo Campo da Lã)
2. Arco do Rosário (Entrada da Judiaria)
3. Árvores do Terreiro do Trigo (Plantadas por 1840)
4. Alfândega (1768: Terreiro do Trigo — Celeiro Público — Mercado Central de Produtos Agrícolas — Bolsa Agrícola)
5. Armazém Agrícola
6. Os limites de Alfama
7. Chafariz do Rei
8. Uma torre moura (Esquina do Largo do Terreiro do Trigo com o Chafariz do Rei)
9. Palacete do Chafariz do Rei (Construído nos princípios do século).
10. Porta do Chafariz do Rei
11. Travessa do Chafariz do Rei (Beco das Moscas — Beco da Silva)
12. Nascente do Chafariz do Rei
13. Rua de São João da Praça
14. Local da Porta de São Pedro
15. Igreja de São João da Praça (Reconstruída no final do século XIX)
16. Palácio Velho do Conde de Vila-Flor
17. Muralha Moura (Desde o Chafariz do Rei até à Rua da Padaria)
18. Palácio Novo do Conde de Vila-Flor (Também conhecido por Palácio da Viscondessa da Abrigada, aspecto actual: 1866)
19. Palácio dos Condes de Cocolim (anteriormente dos Condes de Linhares; Armazéns Sommer)
20. A Ribeira Velha (começa a formar-se pelo século XIV)

II. CAMPO DAS CEBOLAS

1. Inspeção Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais
2. Arco de Jesus (A mais antiga porta da muralha moura, do lado do mar)

3. Palácio de Francisco de Távora
4. Palácio do Duque de Aveiro
5. Escadinhas do Marquês do Lavradio
6. Local em que se fixaram primeiramente as Merceeiras de D. Afonso IV

III. RUA DOS BACALHOEIROS

1. Arco da Conceição
2. Instituto Virgílio Machado (1903)
3. Casa das Varandas (Século XVIII)
4. Casa dos Bicos (dos Diamantes ou dos Pregos construída por Brás de Albuquerque, em 1523)
5. Local do Antigo Terreiro do Trigo
6. Arco das Portas do Mar
7. Rua dos Arameiros
8. Casa de Tinop (O escritor João Pinto de Carvalho)
9. Local do antigo Cais da Madeira (Pelourinho Novo)
10. Alfândega até 1946 (No local da Antiga Alfândega de D. Manuel)
11. Local da antiga Sala dos Despachantes da Alfândega (Ponto central do Mal Cozinhado: referência camoniana)
12. Limite da Baixa Pombalina (Na Rua dos Bacalhoeiros, anteriormente Rua de Cima da Misericórdia)
13. Arco Escuro (Entrada da Rua das Canastras)
14. Traseiras da Conceição Velha (N.º 123 A)
15. Local da Antiga Torre da Escrivanhinha (N.º 127)
16. Rua da Padaria (dos Hasteeiros, no século XII)
17. Local da Antiga Capela de São Sebastião (1471)

IV. RUA DA MADALENA

1. Rua do Comércio (Nova dos Ferros, dos Mercadores, de El-Rei)
2. Largo do Pelourinho Velho

V. RUA DA ALFÂNDEGA

1. Ministério das Finanças
2. Igreja da Conceição Velha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA

O orientador da visita forneceu aos presentes (cerca de cem) o plano acima e teve ocasião de indicar a seguinte bibliografia: *A Ribeira de Lisboa*,

II volume, de Júlio de Castilho; *O Antigo Terreiro do Trigo e a Rua das Canastras*, de Luís Pastor de Macedo; *A Nossa Lisboa*, de Gustavo de Matos Sequeira e de Luís Pastor de Macedo; *A Cerca Fernandina de Lisboa*, II volume, de Augusto Vieira da Silva; *Peregrinações em Lisboa*, livro 10, de Norberto de Araújo; *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, livro V, primeiro tomo, edição da Junta Distrital de Lisboa; *A Igreja da Conceição Velha*, de Filipe Nery Faria e Silva; «*Visita à Igreja da Conceição Velha*», de Mário de Sampayo Ribeiro, in *Olisipo*, n.º 3, de Agosto de 1938; *Factos, Pessoas e Livros* (1981), de José Pedro Machado; *Lisboa d'Outrora*, de de João Pinto de Carvalho (Tinop).

Nota curiosa: Quando do terramoto de 1755, existiam duas igrejas dedicadas a Nossa Senhora da Conceição — uma *atravessada* na Rua dos Figueiros, quase na esquina para a Rua da Conceição, e outra *atravessada* na Rua da Prata, quase na esquina para a Rua de São Julião; a primeira conhecida popularmente por *Conceição Velha* e a segunda designada *Conceição Nova* nas bocas do povo, ambas destruídas totalmente pelo trágico cataclismo. Os Freires de Cristo, que ocupavam a *Velha*, vieram deslocados para o que restava da Igreja da Misericórdia — a qual passou por antonomásia, e por essa circunstância, a ser tratada por *Conceição Velha*. Como se vê, o epíteto não se emprega por oposição a um templo, que existiu em parte do chão da Caixa Geral de Depósitos, demolido há anos e chamado correntemente *Conceição Nova*! (Um ponto de exclamação será suficiente para indicar o *espanto dos leitores?*).

[Plano e orientação da visita organizados pelo Dr. Paulo Caratão Soromenho]

VISITA À BIBLIOTECA DA AJUDA, (Em 6 de Março de 1982)

Teve esta visita uma presença de cerca de 80 sócios que muito bem empregue devem ter dado o tempo que nela utilizaram. Considero esta uma das mais conseguidas visitas que realizámos, não só pelo que nos foi dado ver como pelo que tivemos a sorte de ouvir. Fomos recebidos pela bibliotecária Ex.^{ma} Senhora Dra. Maria da Conceição Carvalho Geada que além de nos ter acolhido com a maior gentileza e extraordinária simpatia, fez um breve, mas perfeito, resumo da História da Biblioteca, pondo bem em destaque o aspecto da Cultura que este Estabelecimento tem fomentado e representado, o que continua a fazer, procurando sempre valorizá-la em todos os campos em que lhe é possível fazê-lo.

Seguidamente fez-nos ver uma pequena, mas extraordinariamente bem concebida, Exposição Bibliográfica, tendo em atenção que ela se dirigia a sócios de uma agremiação cuja primeira finalidade é o estudo da nossa capital em todos os seus aspectos.

Da visita a esta Exposição resultou uma agradável e muito útil discussão sobre o material exposto.

Enfim, uma visita a não esquecer e que nos obriga a felicitar a nossa ilustre guia, manifestando-lhe o nosso reconhecimento não só pela maneira como nos recebeu, como, ainda, pelo muito que nos ensinou.

Resta ainda notar que a nossa guia redigiu um roteiro da Exposição que realizou, roteiro esse que nos foi facultado para a nossa Biblioteca. Mais uma vez os nossos mais sinceros agradecimentos. [Coronel António Luís Tadeu].

Segue o *Catálogo* da Exposição, organizado pela Dra. Maria da Conceição de Carvalho Geada:

DESCRIÇÃO HISTÓRICA DE LISBOA

Séc. XVI

GÓIS, Damião — *Vabis Olisiponis situs & figura*. Eborae, Andream Burgēsum, 1554. 50-VIII-51, n.º 2.

GÓIS, Damião — *Lisboa de quinhentos. Descrição de Lisboa*. Lisboa, Livraria Avelar Machado, 1937. 139-II-20.

HILANDA, Francisco de — *Da fabrica que falece ha Cidade de Lysboa*. 1571. 52-XII-24. Mss.

Séc. XVII

VASCONCELOS, Luís Mendes de — *Do sitio de Lisboa. Dialogo*. Lisboa, Luys Estripiñan, 1608. 17-IV-36.

Relaçam, em que se trata, e faz hũa breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa, & seus arrebaldes, das partes notauéis, Igrejas, Hermidas, & Conuentos que tem, começando logo da barra, vindo corredo por toda a praya até Enxobregas, & dahi pella parte de cima, até São Bento o nouo. Lisboa, Antonio Alluarez, 1626. 149-VII-84 fac-simile.

AZEVEDO, Luís Marinho de — *Primeira parte da fundação, antiguidades, e grandezas da mvi insigne cidade de Lisboa, e sevs varoens illustres em Sanctidade, armas & letras*. Lisboa, Off. Craesbeckiana, 1653. 15-XII-25.

Séc. XVIII

Alvará de D. João V, pelo qual dividiu Lisboa, em Ocidental e Oriental. 1717 Jan. 15 17-III-22, p. 1-11.

ICONOGRAFIA DE LISBOA ATRAVÉS DOS TEMPOS

Séc. XV

SCHEDEL Hartmann — *Libri Cronicarum cum figuris et imaginibus ab initio mundi*. Nuremberga, 1493. 48-XIII-18.

Séc. XVI

GALVÃO, Duarte — *Crónica de D. Afonso Henriques*. (Vista de Lisboa). 149-VIII-26 iluminura.

Livro de Horas de D. Manuel. (Paço da Ribeira) — 97 A-VIII-31 iluminura.

O Paço da Ribeira em tempo d'el-Rei D. João III. 139/140 — — L-32, d. p. 141.

BRUIN, Georgius — *Civitates orbis terrarum*, Liber primus, Coloniae Agrippinae, Godefridum Kempensen, 1583 (Planta de Lisboa) — 13-VI-12¹, fl. 1, Petrum à Brachel, 1612 (Planta de Lisboa) — — 13-VI-9¹, fl. 1.

Séc. XVII

LAVANÑA, Juan Baptista — *Viage de la Catholica Real Magestad del Rei D. Filipe II N. S. al Reino de Portugal*. Madrid. Thomas Iunti, 1622. 50-XIV-13.

Séc. XVIII

La galerie agreable du Monde, vol. 1, Leide, Pierre van dex Aa, s. d. 93-VIII-9.

FASTOS DE LISBOA

MIMOSO, João Sardinha — *Relacion de la real tragicomedia con que los padres de la Compañia de Iesus en su Colegio de S. Anton de Lisboa Recibiran a la Magestad Catolica, de Felipe II de Portugal, y de su entrada en este Reino, cõ lo que se hizo en las Villas y Ciudades en que entrò*. Lisboa, Iorge Rodriguez, 1620. 50-XI-1.

SALGUEIRO, P. Diogo Marques, compil. — *Relaçam das festas que a Religiam da Companhia de Iesu fez em a Cidade de Lisboa, na Beatificaçam do Beato P. Francisco de Xavier, Segundo Padroeiro da mesma Companhia, & Primeiro Apostolo dos Reynos de Iapão, em Dezêbro de 1620*. Lisboa, Ião Rodriguez, 1621. 50-VII-35.

Capitulos gerais apresentados a El Rey D. Ioão Nosso Senhor, IIII dete nome XVIII Rey de Portugal, nas Cortes celebradas em Lisboa com os tres Estados em 28 de Ianeiro de 1641 (...) Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645. 95-VII-36.

Academia celebrada pelos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do Convento de N. Senhora de Jesus de Lisboa no dia da solemne inauguração da Estatua Equestre del Rey Dom José Primeiro nosso Senhor. Lisboa, Regia Officina Typografica, 1775. F-II-12.

Kermesse. Vistas photographicas das barracas para a festa de caridade presidida por Sua Magestade a Rainha na Real Tapada da Ajuda nos dias 17, 18 e 19 de Maio de 1884 em favor da Real Associação das Crèches. 123-III-20.

A S. M. a Rainha. Autographos. (Kermesse na Tapada da Ajuda. 1884). 52-XIV-8 Mss.

Relation du mariage de Dom Pedro V Roi de Portugal et de la Princesse Hohenzolkrn-Sigmaringen. 29 Avril 1858. 52-XII-9. Mss.

Mundo Português. Imagens de uma Exposição histórica. 1940. Lisboa S.N.I., 1956. 136-II-1.

INSTITUIÇÕES DE LISBOA. A IGREJA DE LISBOA

Compromisso da muy Santa Confraria de Misericordia. Lisboa, Valentym Fernandez e Harmam de Cãpos, 1516. 50-XII-4.

Collecçam dos documentos, estatutos, e memorias da Academia Real da Historia Portuguesa, (...) Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721. 15-XIV-13.

Estatutos da Real Fabrica das Sedas, estabelecida no suburbio do Rato. Lisboa, Miguel Rodrigues, 1757. 77 B-XI-10, n.º 2.

Constituições do Arcebispado de Lisboa. Lisboa, Belchior Rodrigues, 1588. 50-XIII-13.

Estatutos da Santa Bazilica Patriarcal de Lisboa (...) Lisboa, Antonio Rodrigues Galhardo, 1781. 136-II-40, n.º 1.

Estatutos da Basilica de Santa Maria (...) Lisboa, Regia Officina Typografica, 1789. 136-II-40, n.º 2.

VARÕES E DONAS ILUSTRES DE LISBOA

LOPES, Francisco. — *Vida, acçoens, e milagres de S. Antonio glória de Portugal, & singular ornamento de Lisboa sua patria.* Lisboa, Francisco Villela, 1680. 50-VIII-14.

BARROS, P. André de — *Vida do Apostolico Padre António Vieyra (...)* Lisboa, Officina Sylviana, 1746. 22-XI-30.

Retratos, e elogios dos Varões, e Donas, que illustraram a Nação Portugueza em virtudes, letras, armas e artes (...) Lisboa, Simão Thaddeo Ferreira, 1817. 25-VI-13.

DIVERSOS

LE PREUX, E. - F. — *Monument érigé a Lisbonne a la gloire immortelle de Sa Majesté Don Pedro IV Rei de Portugal, Empereur du Brésil.* Paris, Monrocq Frères, 1675. 127-II-15.

CORSINI, Jérôme — *Projects de monuments aux trois célèbres Portugais.* 1) Vasco de Guma, navigateur. 2) Pedro Alvarez Cabral, marin. 3) Luiz de Camöens, poëte. 1862. 52-XIV-12 Mss.

Relação universal das pessoas pobres, recolhidas, e bem morigeradas, que morão nas paróquias desta cidade de Lisboa. Lisboa, Antonio Rodrigues Galhardo, 1786. 160-VIII-29.

Relação nominal dos empregados publicos, e pensionarios das Secretarias d'Estado, Tribunaes, e outras repartições, na cidade de Lisboa, (...) Lisboa, Imprensa Nacional, 1821. 15-XI-16.

Gazeta de Lisboa. 1.º Número. 10 de Agosto de 1715. 170-I-172'.

BARBOSA, Nicolau José — *Fidelidade portugueza (...)* 49-XI-17. Mss.

A TORRE DE BELÉM

(Visita de estudo de 13 de Março de 1982)

pelo CORONEL ANTÓNIO LUÍS TADEU

Esta visita à Torre de Belém foi programada para ser guiada sob dois pontos de vista, correspondendo a cada um deles um guia determinado: assim para o ponto de vista artístico estava previsto o Ex.^{mo} Senhor Arquitecto Benavente e para o Estudo sob o ponto de vista militar o Ex.^{mo} Senhor Carlos Pereira Calixto nos diria do muito que sabe neste campo, não só no que diz respeito à nossa cidade, em geral, como do monumento a visitar, em particular.

Quis, porém, a pouca sorte que o primeiro dos nossos guias de hoje esteja impossibilitado de nos acompanhar, por doença, ficando a nosso favor a possibilidade de ouvir o segundo.

Como não seria aceitável deixar a nossa visita incompleta, à última hora, aparece um voluntário a sacrificar-se e ei-lo aqui solicitando a boa vontade de todos para perdoar a má substituição...

Contudo, não deixa de ter um certo interesse chamar a atenção para um facto, que, sendo algo paradoxal, mostra bem a capacidade do nosso Grupo para resolver dificuldades, não digo com perfeição, ms sim com muito boa vontade a alguma capacidade.

Note-se que o paradoxo está no facto de ser um civil que vem tratar do caso sob o ponto de vista militar e que é um militar que vai meter a foice na seara da arte. Se do primeiro nada há a temer, pois bastas são as obras a atestar a sua capacidade, já no segundo há, pelo menos, a considerar a curiosidade em ver como ele será capaz de descalçar a bota que voluntariamente calçou.

O que acaba de notar-se poderá ser um exemplo para todos, exemplo que pede continuidade através dos novos que, com um pouco de coragem e também de atrevimento, comecem a produzir a benefício de todos. Não esqueçam que só assim poderá manter-se a Escola

que o nosso Grupo criou e manteve largos anos e é a todos nós, Amigos de Lisboa, novos e velhos, que compete manter, e mesmo dilatar, a obra já realizada.

Não esperem V. Ex.^{as} um trabalho de Historiador ou sequer de Historiógrafo. Não sou um investigador, para o que me faltam todas as qualidades e saber exigidos, nem consigo reunir aquele mínimo de predicados que fariam de mim um divulgador.

Limito-me a ser um sincero amante da Bibliografia Orlisiponiana que bastante tem lido, algo tem assimilado e em parte tem conseguido coordenar alguns assuntos em condições de os poder comunicar aos amigos em amena conversa.

Nada mais posso fazer e tudo quanto direi é de outros, e, desde já, peço desculpa de os elementos que coligi não serem os melhores e os mais válidos. No entanto afirmo, desde já, que o que vai seguir-se se não pôde ser feito com a cabeça, foi-o, com certeza, com o coração.

Se erreí — desculpem-me; se acertei, creiam que fico bem pago com a satisfação de o ter conseguido.

Vasta é a bibliografia sobre a Torre de Belém, mas, como é normal, a partir de determinada altura todos os autores se repetem, tornando-se difícil escolher os bordões a que devemos arrimar-nos e a triagem será difícil, uma vez que, como é sabido, ainda não existe uma bibliografia crítica orlisiponiana em que nos apoiemos. Foi esta a minha primeira grande dificuldade, sobretudo pela falta de tempo para a inevitável comparação. A escolha foi baseada na memória, sempre falível, e o mais elementar princípio de honestidade leva-me a confessar só me ter sido possível compulsar: *O Guia de Portugal*, da B. N. Lx.; *A Torre de Belém*, de Reynaldo dos Santos; *A Estética Cidadina*, de Ribeiro Cristino, e *Belém e Arredores através dos tempos*, de José Dias Sanches.

Note-se, desde já, que sei que haverá quem diga ter escolhido bem e que outros dirão que escolhi mal e eu julgo saber quais as limitações que há a pôr à *Estética Cidadina*.

Segundo Olivier Merson, citado por Reynaldo dos Santos, a Torre de Belém é a «mais graciosa, a mais elegante, a mais encantadora das jóias cinzeladas sob a inspiração das fantasias mouriscas».

Em minha opinião, se é que a posso ter, esta frase sintetiza tudo quanto há a dizer sobre este notável monumento.

Graciosa na simplicidade dos elementos decorativos que caracterizam o mais puro manuelino;

elegante no conjunto architectónico das peças constituintes em que mais se não sabe se admirar as proporções escolhidas, a implantação das mesmas peças ou — e talvez aí esteja o segredo — ao conjunto das proporções com a implantação;

jóia cinzelada é uma comparação felicíssima pelo que nos sugere de ligação jóia-beleza no seu aspecto absoluto — se é que o absoluto existe;

inspiração mourisca, no que estas palavras podem responsabilizar Francisco de Arruda na imaginação e execução de tal obra.

Não vou definir-vos o manuelino; seria um trabalho para que me sinto sem forças, além de que o julgo desnecessário para os que me ouvem. Deixem-me somente que lhes chame a atenção para o que se vê e então... vejam, meditem e... lamentem que hoje não seja possível realizar peças semelhantes.

Aqui, tudo é aproveitável, tudo é bom, se não no particular, pelo menos no equilíbrio com que todos os elementos se adicionam e conjugam para constituir a tal jóia a que Merson se refere. Visitar a Torre de Belém é fazer uma viagem ao País das Maravilhas, cujo relato pode ser falseado, se as palavras forem muitas. Deixemos, pois, cada um ver com os seus olhos e imaginar com o seu espírito e esperar que deste exame venham a resultar perfeitos sonhos de beleza.

Não seria muito despropositado discutirmos a paternidade desta obra de Arte. Somente vamos apontar que durante muito tempo o seu desenho foi atribuído ao insigne e famoso moço da escrivania de D. João II Garcia de Resende, lenda que foi desfeita por Reynaldo dos Santos dando-o a Francisco de Arruda, com argumentos magistralmente deduzidos no seu trabalho *A Torre de Belém*, para quem tomo a liberdade de remeter os interessados.

Eu só poderia dizer o que o ilustre Mestre afirmou, o que se me afigura como enfado para V. Ex.^{as}. Que mais nos sugere o estudo da obra que estamos visitando? A mim, confesso, que é a personalidade de Francisco de Arruda e de sua família o que mais interessa.

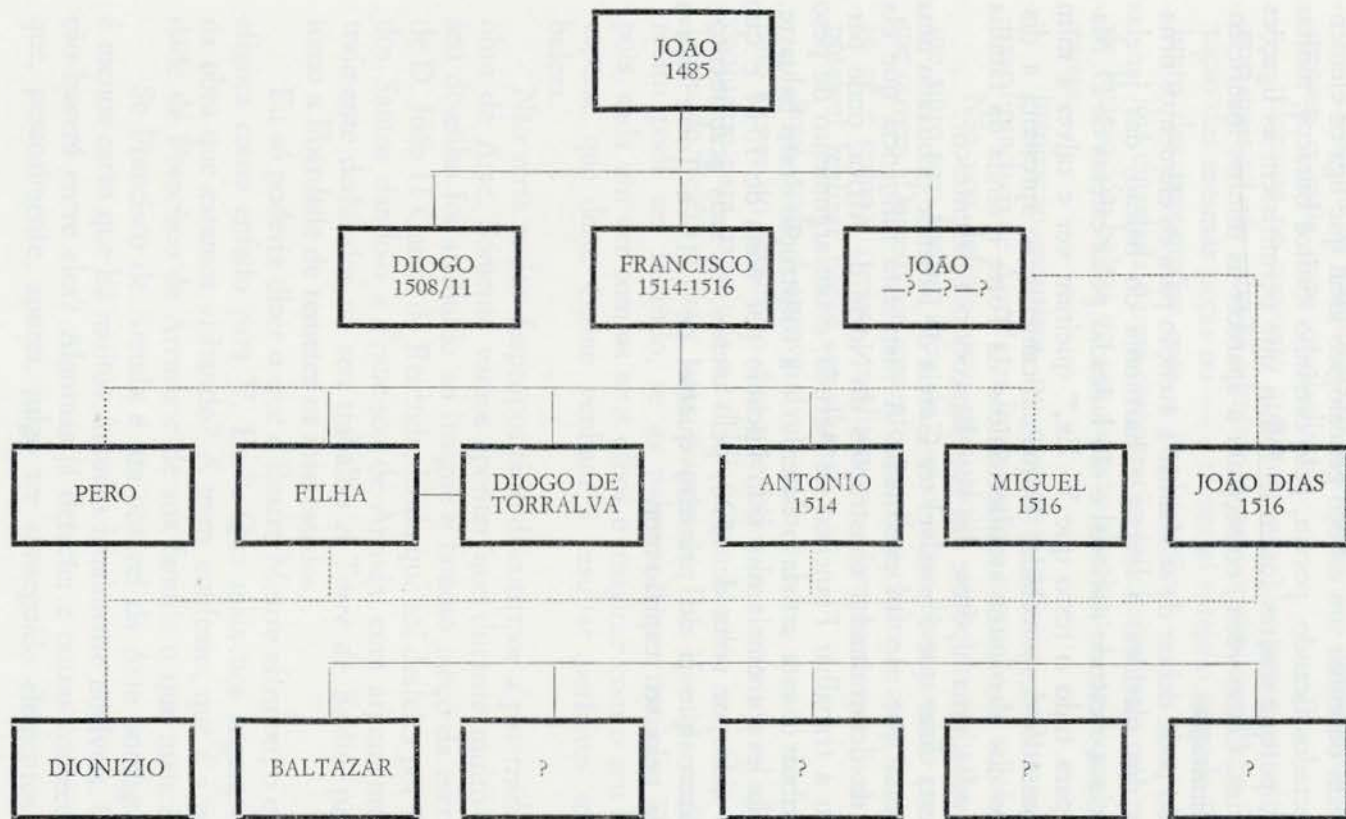
Se Francisco de Arruda é um notável da Arte portuguesa, não é menos certo que há muitos Arrudas igualmente notáveis. Que relação haverá entre eles? Algumas já detectei e outras conjecturei. Do que, pessoalmente, apurei, julgo ter conseguido elementos que me

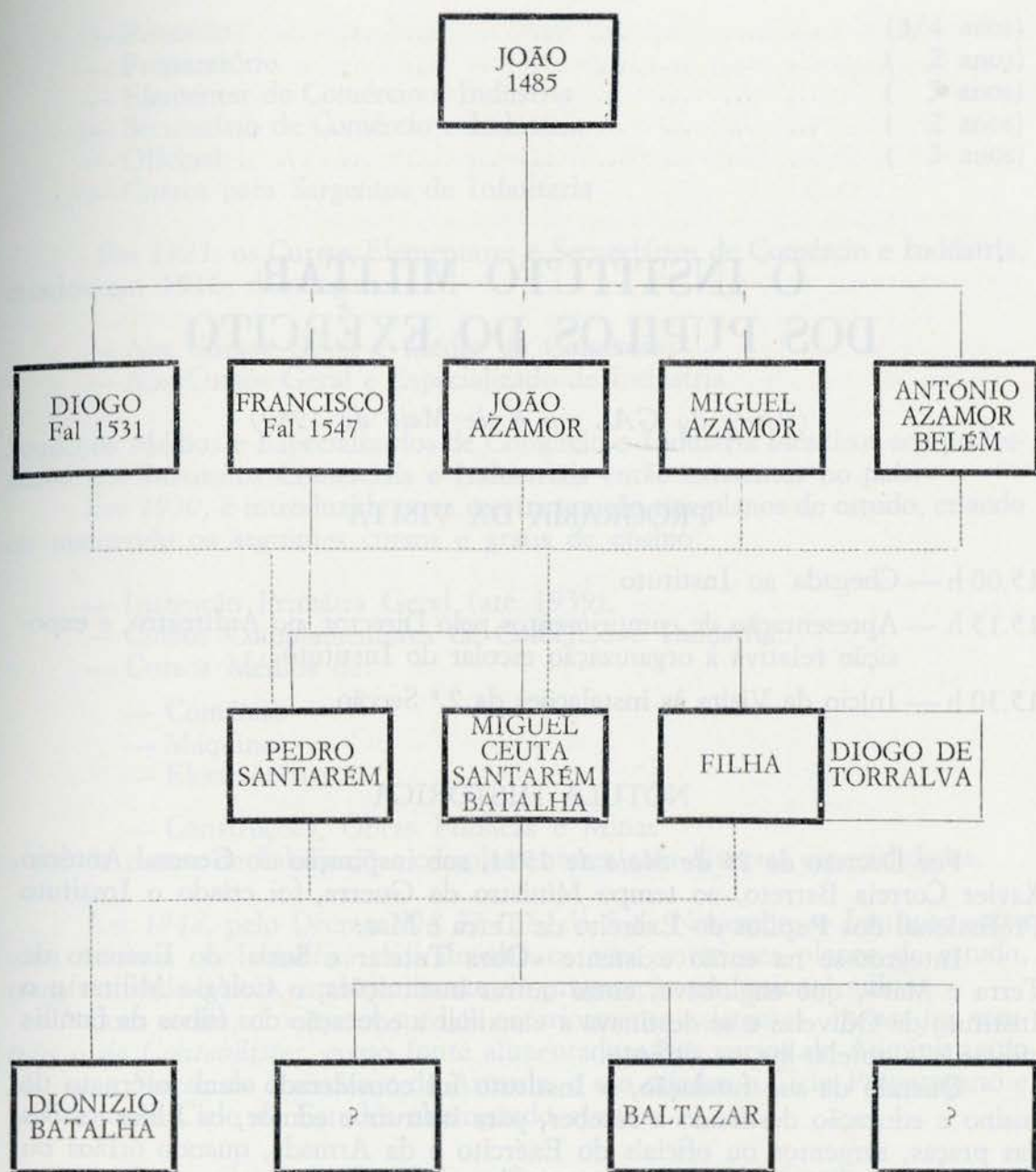
permitiram desenhar um esboço genealógico ideal que liga os elementos detectados ficando, porém, pelo caminho muitos buracos, muitas dúvidas, porque muitas foram as falhas que permitissem as ligações necessárias. Como vêem, começaram a aparecer as minhas insuficiências e limitações.

Não pode deixar de se chamar a atenção para os elementos ornamentais dos merlões, a leveza e harmonia do balcão, das janelas que ladeiam o escudo nacional e são ladeadas pelas esferas de D. Manuel e para tudo o resto que V. Ex.^{as} queiram ver e talvez a mim tenha passado despercebido. Esquemáticamente se apresenta a distribuição dos elementos arquitectónicos da Torre e ainda da família dos Arrudas, uma hipótese das suas ligações por parentesco.

Resta dizer que é possível ter Garcia de Resende debuxado uma Torre, mas que não foi executada. A manifesta influência que ela mostra de determinadas construções do Norte de África, onde permaneceu a trabalhar Francisco de Arruda, é um argumento de peso para atribuir a este artista o desenho e a construção deste baluarte, que tudo leva a crer tenha sido iniciado por volta de 1514 e que tenham sido por volta de 1520, pelo menos, os seus acabamentos.

Parece que já no primeiro quartel de 1519 a Torre estava ocupada pelo seu capitão-mor.





MANDADO
ESTODAR
NO ESTRANGEIRO

Os Arrudas — 2.ª hipótese

O INSTITUTO MILITAR DOS PUPILOS DO EXÉRCITO

(Visita do GAL em 8 de Maio de 1982)

PROGRAMA DA VISITA

- 15.00 h — Chegada ao Instituto.
- 15.15 h — Apresentação de cumprimentos pelo Director, no Anfiteatro, e exposição relativa à organização escolar do Instituto.
- 15.30 h — Início da Visita às instalações da 2.^a Secção.

NÓTULA HISTÓRICA

Por Decreto de 25 de Maio de 1911, sob inspiração do General António Xavier Correia Barreto, ao tempo Ministro da Guerra, foi criado o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar.

Integrou-se na então existente «Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar», que englobava, entre outras instituições, o Colégio Militar e o Instituto de Odivelas e se destinava a «auxiliar a educação dos filhos da família militar e a tutelar-lhe os órfãos».

Quando da sua fundação, o Instituto foi considerado «um internato de ensino e educação destinado a receber, para instruir e educar, os filhos varões das praças, sargentos ou oficiais do Exército e da Armada, quando órfãos ou em difíceis condições materiais», começando por ministrar:

- Na 1.^a Secção (Travessa de S. Domingos de Benfica)
 - O Ensino Primário Complementar.
- Na 2.^a Secção (Estrada de Benfica)
 - O Ensino Primário Superior (Comercial, Industrial e Agrícola).

Ao longo da sua existência, foram sendo introduzidas sucessivas alterações na sua estrutura e planos de estudo, acompanhando a evolução geral do ensino em Portugal e é assim que, logo em 1916, passou a ministrar os seguintes cursos e graus de ensino:

- Primário (3/4 anos)
- Preparatório (2 anos)
- Elementar de Comércio e Indústria (3 anos)
- Secundário de Comércio e Indústria (2 anos)
- Oficinal (3 anos)
- Cursos para Sargentos de Infantaria

Em 1921, os Cursos Elementares e Secundários de Comércio e Indústria, criados em 1916, dão lugar:

- Aos Cursos Geral e Médio de Comércio;
- Aos Cursos Geral e Especializado de Indústria.

Sendo os Médios e Especializados de Comércio e Indústria idênticos aos professados nos Institutos Comerciais e Industriais então existentes no país.

Em 1930, é introduzida nova reestruturação nos planos de estudo, criando ou mantendo os seguintes cursos e graus de ensino:

- Instrução Primária Geral (até 1939).
- Cursos Complementares de Comércio e Indústria.
- Cursos Médios de:
 - Comércio
 - Máquinas
 - Electrotecnia

— Construções, Obras Públicas e Minas

a par de cursos de habilitações complementares com diversas especialidades.

Em 1948, pelo Decreto N.º 37 136, de 5 de Novembro o Instituto sofre uma reforma que modifica radicalmente os seus anteriores planos de estudo, transformando-o num estabelecimento de preparação profissional militar.

Com efeito, dos cursos médios anteriormente existentes, apenas foi mantido o de Contabilistas, como fonte alimentadora dos cursos de Administração Militar e Naval, do Exército e da Armada, e são criados o Ciclo Preparatório e um segundo Ciclo de Estudos abrangendo apenas:

- Curso Geral de Comércio e Preparatório para o Curso Médio de Contabilistas (3 anos)
- Cursos de Serralharia Geral, Mecânica de Automóveis e de Aviões (4 anos)
- Curso de Montador Electricista e Radiomontadores ... (4 anos)
- Curso de Óptica e de Electromecânica de Precisão ... (5 anos)

Em 1959, de novo se procedeu a uma revisão e actualização do plano de estudos deste Instituto.

A sua própria designação foi alterada, passando a designar-se por Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, embora fiel à sua missão e finalidade.

O Decreto-Lei n.º 42 632, de 4 de Novembro de 1959, estabeleceu os seguintes cursos e graus de ensino:

- Ciclo Geral Preparatório (2 anos)
- Curso Geral de Comércio e Preparatório para o Curso de Contabilista (3 anos)
- Curso Geral de Indústria e Preparatório de Electrotecnia e Máquinas (3 anos)
- Curso Médio de Contabilista (3 anos)
- Curso Médio de Electrotecnia e Máquinas (4 anos)
- Cursos Técnicos de Especialização: a)
 - Viaturas Auto (Rodas e Lagartas) (2 anos)
 - Electrónica (Rádio-Televisão-Radar) (2 anos)
 - Instrumentos (Medida e Observação) (2 anos)
- a) — Cursos que a breve trecho deixaram de funcionar por ausência total de alunos interessados na frequência.

Finalmente, os actuais Cursos Superiores do Instituto Militar dos Pupilos do Exército (I.M.P.E.) devem-se ao Decreto-Lei n.º 677/76, de 1 de Setembro. São os seguintes:

- Curso Superior de Contabilidade e Administração;
- Curso Superior de Engenharia de Máquinas;
- Curso Superior de Engenharia de Electrónica e Telecomunicações;
- Curso Superior de Engenharia de Energia e Sistemas de Potência.

Para acesso a estes Cursos, que constituem a chamada «*Secção Pedagógica do Ensino Superior*», o Instituto teve de ministrar o Ano Propedêutico, com um plano de estudos dirigido à melhor preparação para os Cursos antes mencionados.

No ano lectivo de 1980/81, entrou em funcionamento o 12.º Ano de Escolaridade, em substituição do Ano Propedêutico.

A par do Ensino Superior, leccionam-se, neste Instituto, os cursos precedentes, indispensáveis:

- Ciclo Preparatório do Ensino Secundário;
- Curso Secundário Unificado;
- Curso Complementares (10.º, 11.º e 12.º Anos de Escolaridade).

A *Primeira Secção* encontra-se num edifício que pertence ao Património do Estado e fizera parte do Convento de S. Domingos de Benfica.

Este Convento recolheu parte da vida e os restos mortais do fidalgo Manuel de Sousa Coutinho (1554-1632), que adoptou o nome de Frei Luís de Sousa, e foi cronista da ordem, pois cerrou os ouvidos à mundanidade e ali se enclausurou.

A sua *História de São Domingos* é o mais lídimo testemunho das regras monásticas dominicanas, transbordante de musicalidade e pitoresco.

No *Convento de São Domingos* jazem também os restos de João das Regras, o hábil jurisconsulto de D. João I.

Ao lado, a Capela dos Castros guarda as ossadas de D. João de Castro, (1500-1548) Quarto Vice-Rei da Índia, cujo portal está encimado pelo respectivo brasão, de seis arruelas, insígnia dos Castros da Galiza, tão poderosos que já cunhavam moeda.

Muito antes do Convento de São Domingos de Benfica, ergueu-se, no mesmo local, o Paço Real de Benfica. D. João I doou aquele espaço à Ordem de S. Domingos, cujo Convento data do século XVII, parcialmente destruído pelo terramoto de 1755.

Este recolhimento dominicano ficava rodeado da frescura de hortas, pomares e vinhedos, e ali se reunia a família real, para arrumar negócios ou planear caçadas.

A *Primeira Secção* compreende:

- Três pavilhões com salas de aula e estudo;
- Dois ginásios;
- Cozinha e refeitório;
- Enfermaria;
- Dormitórios;
- Salas de convívio de alunos;
- Paradas, campos de jogos, piscina e tanque de remo;
- Um claustro conventual;
- A Capela dos Castros;
- Um pequeno e bem cuidado jardim.

Nele decorrem as aulas do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e as do Curso Secundário Unificado.

O segundo conjunto de edifícios, que servem o I.P.M.E, designa-se, desde início, por *Segunda Secção*.

Situa-se num troço da Estrada de Benfica, denominado Alfarrobeira. Ficava ali a Quinta da Alfarrobeira, que trepava até ao cimo da encosta, bem lavada pelos ventos ainda hoje não poluídos.

Esta *Segunda Secção* vem já de 1912, portanto, um ano logo após a criação do Instituto. O espaço era franco e vá de arrendar aquelas terras, ora para sementes do espírito.

A vertente da colina foi perdendo a memória dos veraneios da sua compradora D. Isabel Maria, filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina.

Há referência à existência de um convento, em honra de Santa Isabel, na mesma Quinta da Alfarrobeira. Consta que também ali funcionou a obra de S. Vicente de Paula, e viveram os Irmãos Congressistas de S. José de Cluny. Actualmente não se recorda nem se dá pelo bonito nome de Quinta da Alfarrobeira, mas são bem conhecidos os Pupilos do Exército, que emprestaram o nome a uma paragem de autocarros, mesmo em frente.

O edifício que flanqueia a Estrada de Benfica não deixa adivinhar como dois corpos laterais se agarram por ali acima, até aos Campos de Jogos e ao Ginásio.

À direita e à esquerda da entrada principal (N.º 374), depara-se, respectivamente, com a Secretaria Geral e o Conselho Administrativo. Subidos dois pequenos lanços, lá está o grande recreio da parada, sob vigilância de centenas de janelas que dão para ali: de aulas, pavilhões, laboratórios, oficinas, posto de socorros, serviços gráficos, Secretaria Escolar e Gabinetes de Direcção.

Não falta um espaçoso refeitório e um moderno laboratório de línguas. As salas de Português, de Matemática e Biblioteca mereceram um cuidado especial a Directores e Professores, daqueles que verdadeiramente passaram entre a gente...

Nesta Secção decorrem as aulas dos Cursos Complementares e dos Cursos Superiores.

O Instituto, como Estabelecimento Militar de Enisno, incute nos seus alunos uma forte educação moral, intelectual, física e militar, para que, fiel à sua origem, dê elementos válidos à Pátria.

Os Contabilistas e Engenheiros Técnicos, robustecidos no seu carácter, sólidos no amor pátrio, conscientes das virtudes e deveres militares caminharão para a vida, escudados nos conhecimentos que a Escola lhes ministrou.

Uns optarão pela carreira militar, futuro auspicioso, avigorado por motivações e capacidades desenvolvidas no Instituto.

Outros buscando uma Licenciatura afim dos seus bacharelatos, ei-los no Instituto Superior Técnico, e, muitos destes, de volta, como distintos professores da casa que lhes foi segundo lar.

A grande maioria, porém, segue as profissões que seus cursos lhes prometeram: Eng.º Técnicos ou Contabilistas em grandes empresas; Inspectores de contas; Jornalistas de primeira água; Redactores de Comissões; Oficiais Superiores e Gerais.

Dir-se-á, como um brilhante ex-aluno e insigne jurista:

«a preocupação máxima é fazer que os Pupilos atinjam escalões sociais, que lhes estariam talvez vedados, se não fosse a obra criada pelo General Correia Barreto».

Enfim, o Instituto procura formar homens que «pelo trabalho e esforço próprios, se mantenham na vida com independência e dignidade».

Numa palavra, diligencia-se a preparação de homens úteis, competentes, conscientes e disciplinados.

Ao Instituto Militar dos Pupilos do Exército (nova designação a partir de 1 de Setembro de 1976), têm acesso, mediante condições gerais e especiais de admissão, (ascendência portuguesa, condições físicas, habilitações literárias e idade limite estabelecida).

Para o Ciclo Preparatório (1.º ou 2.º Ano).

(INTERNATO)

- Filhos de Oficiais, Sargentos ou Praças de qualquer dos ramos das Forças Armadas;
- Filhos de Graduados, Praças ou Guardas da G.N.R., G.F. ou P.S.P.;

- Filhos de funcionários civis das Forças Armadas, com mais de cinco anos de serviço;
- Filhos de outros civis.

A partir de Outubro de 1976:

Para o 1.º Ano de qualquer dos Cursos Superiores

(SEMI-INTERNATO)

Prioritariamente:

Ex-alunas e Ex-alunos do Instituto de Odivelas e do Colégio Militar.

Para recompletamento de turmas:

Filhos de Militares e de civis dos três ramos das Forças Armadas e de outros civis.

[Reprodução de um folheto organizado pelo IMPE propositadamente para a visita. O GAL agradece a amabilidade].

SANTO ANTÓNIO E A CIDADE DE LISBOA

Conferência proferida pelo Prof. Dr. Francisco da Gama Caeiro em 15 de Outubro de 1982, no Palácio Galveias, por iniciativa o Grupo «Amigos de Lisboa» e integrada no Ciclo de Comemorações do 750.º Aniversário da Morte de Santo António (Resumo).

Santo António de Lisboa, cujas comemorações por motivo do 750.º Aniversário da sua Morte terminaram no ano findo, foi tema da conferência do Prof. Gama Caeiro, com base em elementos novos que vêm renovar a «questão antoniana».

Começou o orador por anunciar quais os factos de carácter cultural que permitiam situar a figura do Santo no contexto histórico da cidade e do reino em que nascera, e relacionou esses aspectos com o condicionalismo europeu contemporâneo, salientando as directrizes da Igreja patentes no IV Concílio de Latrão e o surto doutrinal da Universidade de Paris.

Referiu em seguida dois acontecimentos importantes, que se projectam sobre a cultura portuguesa, embora tivessem passado quase despercebidos no nosso País: o acto oficial de abertura do túmulo e de reconhecimento do corpo do Santo pelo exame dos seus restos mortais, que teve lugar em Pádua, na Pontifícia Basílica de Santo António, entre 6 e 31 de Janeiro de 1981; e, em segundo lugar, o Congresso Internacional de Estudo sobre os Sermões antonianos, entre 5 e 10 de Outubro do mesmo ano, levado a efeito naquela cidade italiana, com o intuito de celebrar o aparecimento (1979-80) da nova edição crítica dos «Sermões» do Santo.

A aplicação de avançados processos científicos nos exames médico-patológicos, e osteométricos, as mensurações antropológicas, os relevos patológicos, levaram duas equipas de cientistas, professores universitários de Medicina, trabalhando com inteira independência, a conclusões convergentes, com impressionante grau de precisão.

Segundo esses resultados, o Santo teria, de altura, cerca de 1,70 m, crâneo dolicocefalo, olhos encovados, mãos longas com dedos afuselados, dotado de harmonia nas proporções, correspondendo ao tipo característico do português.

A idade do Santo pôde ser determinada, por vários processos simultâneos e complementares, designadamente o rádio-carbono, pela análise osteológica, pelo exame dos dentes e pelos despojos tumulares, o que permitiu aos cientistas chegarem a uma maior determinação: 39 anos e 9 meses. O facto obriga a alterar a cronologia geralmente aceite, por tradição, que dava o nascimento do Santo em 15 de Agosto de 1195, recuando agora essa data para 1191. Uma das consequências mais importantes dessa revisão respeita ao período de estadia e de formação espiritual e cultural em Portugal (1191-1220), que foi prolongado, em cerca de um lustre, do que antes era admitido.

No referido Congresso antoniano dois conhecidos historiadores, o Prof. Raoul Manselli (Univ. Roma) e D. Jean Leclercq (Claraval), defenderam a grande dependência doutrinal, e até mesmo semelhança evidente, das posições sustentadas pelo Santo nos Sermões, e a espiritualidade augustiniana dos cônegos Regrantes, que era a vigente tanto no Mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, como no de Santa Cruz de Coimbra. O Professor Manselli chegou a sustentar que os Sermões não tinham sido redigidos em Itália, parecendo-lhe mais defensável que fossem escritos em Coimbra.

Referiu seguidamente Gama Caeiro a necessidade de esclarecer cuidadosamente a génese da formação intelectual do Santo, desde a primeira juventude até à mais demorada permanência na Ordem franciscana. O estudo da formação da cultura antoniana identifica as suas raízes portuguesas — afirmou — numa perspectiva em que, sem perder de vista as correntes gerais do pensamento e dos movimentos de cultura europeus da época, se torna possível determinar as carac-

terísticas peculiares dos centros de ensino onde ele efectivamente se formou.

Examinou depois os 4 estádios decisivos da formação cultural e espiritual do Santo: as disciplinas e orientação do ensino na escola anexa à Sé de Lisboa; a continuação da instrução e aperfeiçoamento individual, considerando os primeiros contactos com a espiritualidade de raiz augustiniana no mosteiro de S. Vicente de Fora; a cultura geral de nível superior, de pronunciada orientação augustiniana, sem exclusão de outras linhagens da cultura ocidental, recebida em Santa Cruz de Coimbra.

O autor sustentou, em síntese, e contrariando a lenda negra herdada da historiografia liberal, ser possível afirmar que em Portugal no século XIII bastante antes da fundação da Universidade dionisiana, existia uma poderosa cultura que alimentava o saber.

A admirável figura e obra de Santo António não constituem um milagre: elas podem explicar-se pelo nível de alguns centros do ensino em Portugal, ainda que estes, como é óbvio, só por si, não expliquem o génio ou a santidade do seu famoso discípulo.

A terminar, e depois de salientar as notas do universalismo e do humanismo religioso da doutrina antoniana, que relacionou com o pensamento do homem contemporâneo, defendeu, como tese, a necessidade de compreender o que fomos, para projectar e construir aquilo que seremos. A esta luz, disse, Santo António alcança sua autêntica projecção, como ponte a ligar sete séculos, na história de um povo.

PERGUNTA — RESPOSTA

1. *Marialvismo* — No ano lectivo de 1980-1981, os alunos da cadeira de História Contemporânea de Portugal da Faculdade de Letras de Lisboa foram solicitados para a organização de um inquérito e sua realização acerca do conceito de marialvismo — cujo fim seria, definida a palavra no seu conteúdo social, uma tentativa e depois um esforço para a mudança de mentalidade. Acabar com o marialvismo e surgir, em sua vez, uma concepção mais humana nas relações entre os homens. O inquérito ultrapassou as paredes da sala de aula e veio ao encontro de alguém que ainda conheceu essa atitude mental e social em toda a sua realidade. Em 5 de Março de 1981, o Dr. Paulo Caratão Soromenho, procurado por se encontrar nas condições agora indicadas, como velho lisboeta (da Lisboa que foi causa e origem do marialvismo) respondeu:

«O *Marialvismo* não é um ideal, não é uma doutrina; limita-se a ser uma atitude perante a sociedade: não possui «interior», é toda superfície de uma bolha de ar. O marialva não é como a bruxa — que essa *nasce*; é como a feiticeira *que se faz*. O marialva é em princípio *homem*: parece que não há uma mulher marialva. É o tipo característico do machão: na mulher não se bate com uma flor — mas com um cavalo-marinho. Diz que respeita a Mulher, mas não é verdade: desrespeita todas as mulheres, excepto uma — diz ele — que é a *sua* mãezinha. Gosta de vinho e embebeda-se sem gosto; gosta do jogo, embora se enfade, porque é inconstante; gosta de toiros e de cavalos e do fado e das noitadas: ele diz que tem todos estes gostos, e grita-os bem alto. Diz-se valente, mas geralmente não passa de teso, e a tesura não passa de imprudência. Veste-se, quando pode, de maneira especial: à moda antiga, à moda alentejana, à moda fadista — de tudo um pouco e nada de nada.

A palavra surgiu pelo século XIX; a atitude vem, de certeza, do século XVIII, de quando um Marquês de Marialva se impôs como cavaleiro e conseqüentemente como toureiro. No nosso século, o marialva fez-se *político*: diz-se liberal, mas não vai além de um direitista, desses tipos que olham a sociedade de alto para baixo, desses que dizem deverem as revoluções fazer-se de cima para baixo. O marialva aparece a todos os níveis sociais».

Nota — Para os interessados: Valerá a pena após esta opinião, consultar sobre o tema a *Lisboa de Outrora*, I, 233 e 235 (ed. do GAL, 1938), de João Pinto de arvalho (Tinop), e *Os Marialvas. Reflexões* de Braz Fogaça, «Petintal d'Alfama», Lallemand Frières, Typ., Lisboa, 1876 (78 pp.).

2. *O Largo de Martim Moniz* — É provável que inúmeras pessoas, apreciadoras da acção cultural do nosso Grupo, desconheçam uma das facetas mais significativas dessa actividade: a de responder individualmente a perguntas sobre diferentíssimos assuntos olisiponenses — através dos correios e dos telefones ou directamente — e facultando a consulta da nossa livraria social. Embora os nossos serviços bibliotecários sejam muito imperfeitos (uma das feições da pobreza do GAL...), a boa vontade e o conhecimento das funcionárias (e permita-se agora a citação de D. Sidónia Dionísio Marinheiro, digna continuadora do Sr. Caetano dos Reis e da Senhora D. Maria Raquel Bela Ferreira) e os bons ofícios de elementos dos Corpos Gerentes têm permitido que estudantes e jornalistas, investigadores e curiosos encontrem aqui solução para dúvidas. Agora chega ao bico da pena uma pergunta muito interessante, feita pelo telefone em 13 de Outubro de 1981... que precisava de réplica *imediate*: «O que há sobre o Martim Moniz : bibliografia, mapas, plantas, fotografias...?». Dada a brevidade exigida, apenas foi possível ditar-lhe, no dia seguinte, o nome de dezoito obras, onde se encontra maior ou menor informação adequada.

3. *A Travessa do Enviado de Inglaterra* — Em 21 de Outubro de 1981, o Senhor Engenheiro Carlos Ribeiro Caldeira Saraiva dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Geral sobre temas que interessavam especialmente a Senhora Embaixatriz de Inglaterra. Na resposta (12 de Novembro) transcreve-se um artigo, assinado por C. J., no *Diário Popular*, de 3 de Outubro anterior, na sua útil secção

«Deu nome a esta rua», com a dúvida sobre quem seria o *Enviado de Inglaterra*; os outros esclarecimentos respeitam ao edifício da Embaixada, na Rua de São Francisco de Borja, 63, à Lapa. Ei-los:

A. «Não é fácil saber-se, hoje, quem foi o enviado de Inglaterra que deu o nome à travessa que liga a Rua de Santa Marta à de Camilo Castelo Branco. Na sua «Lisboa de Lés-a-Lés», Pastor de Macedo não se lhe refere e mestre Castilho, na «Lisboa Antiga», também nada diz.

A travessa com este nome é bem antiga. Já se lhe refere o «Diário do Governo» n.º 208, de 2 de Setembro de 1836. Pode ler-se nesse número do jornal oficial: «José Maria Raposo de Andrade e Sousa Alte Espargosa, administrador dos vínculos instituídos por Estêvão Bastos Pereira e Ana de Sousa Coutinho, requereu pelo Juízo de Direito do 4.º julgado, subrogação das valiosas benfeitorias por ele feitas na quinta e palácio a Santa Marta, denominados do Enviado (...)».

Por aqui se vê que já então, havia a Santa Marta uma quinta e palácio do Enviado. Será este que deu o nome àquela artéria — nome que ainda hoje perdura.

À corte de Lisboa vieram muitos diplomatas ingleses, com o simples carácter de Enviado?, pergunta Gomes de Brito, no seu livro tantas vezes citado «Ruas de Lisboa». «Referir-se-á este dístico ao filho do célebre João Methwen?».

Em tempo mais antigo o Enviado de Inglaterra residia no Beco do Carrasco, ao Poço dos Negros. Numa relação das obras mandadas fazer pelo conde de Oeiras, quando presidente do Senado Municipal, pode ler-se: «Desde a porta do Enviado de Inglaterra até ao Vale de Pereiro, se fez a calçada nova. Tem 220 braças de comprido e 30 palmos de largo».

Então a travessa começava onde ainda começa e terminava nas terras de Vale de Pereiro. Morava ali um enviado de Inglaterra, mas quem ele fosse não é possível descobrir, e do palácio e quinta nem vestígios. Mas ficamos sabendo que o ou os enviados de Inglaterra ali residiram entre 1818 (referência do «Itinerário Lisbonense») e 1836, data do «Diário do Governo» atrás citado.

É tudo. Honestamente não poderei dizer mais».

B. «Na carta de 27 de Outubro [a segunda], V. Ex.^a auxilia a solução do assunto, referindo o IV volume de *Lisboa Antiga*. *Bairro*

Alto, 3.^a edição, pp. 272, 272 A e 341. São elementos úteis, que venho agora completar: q. v. a mesma obra, no *segundo volume*, cap. XIX, pp. 188 ss. [Júlio de Castilho insere uma gravura]. Lord Robert Fitzgerald, que provavelmente deu origem ao topónimo lisboeta, tem biografia na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI, s. v. 'Fitzgerald (Lord Roberto)'. Com estas notas não ficará o assunto resolvido em todas as suas facetas, mas já está encaminhado para novas pesquisas. A mesma *Grande Enciclopédia*, s. v. *Enviado*, diz o seguinte, que transcrevo por nota suplementar.

'Em particular [enviado é o] representante que o governo de um Estado envia a outro, geralmente a título extraordinário, o que hoje tem uma categoria diplomática inferior a embaixador e por vezes a ministro: em Lisboa existe a Travessa do Enviado de Inglaterra; [...]' E mais adiante: '*Diplom. Os enviados extraordinários* (extraordinário é um título honorífico) constituem uma das classes (a segunda das fixadas pelo Congresso de Viena, de 19-III-1815) de agentes diplomáticos; representam o Estado respectivo e são acreditados junto do soberano'».

4. *A Casa dos Bicos* — O Senhor Arquitecto Hélder Carita dirigiu-se, em 29 de Novembro de 1981, ao Presidente da Assembleia Geral, como membro técnico da Comissão encarregada das obras de reconstituição deste evocativo e belo edifício, com o pedido de informações bibliográficas e de toda a figuração representativa do monumento, antiga ou moderna. Foi enviada a seguinte lista:

A. *Legendas de Lisboa*, de Norberto de Araújo, ed. do Secretariado de Propaganda Nacional, 1943: p. 106 — Casa dos Bicos, com texto e desenho; p. 138 — A Rosa das Partilhas. Cunhal das Bolas na Rua da Rosa. — B. *Lisboa*, textos de Norberto de Araújo, ilustrações de Maria Keil do Amaral, edição do Secretariado de Propaganda Nacional, Lisboa, pp. 40-41, com desenhos de há 30 anos, talvez. — C. *Peregrinações em Lisboa*, de Norberto de Araújo, livro X, pp. 20-21, com reprodução na p. 13 de um trecho do painel de azulejos do 1.º quartel do século XVIII, actualmente no Museu do Azulejo, da Madre de Deus. — D. *Arquivo Alfacinha*, de Francisco Câncio: capa do caderno III, tomo I, desenho de Francisco Augusto Nogueira da Silva (1830-1868). — E. *Coisas e Loisas de Lisboa Antiga*, de Francisco Câncio, 1951, p. 228, desenho de Albrecht Haupt (século XIX). — F. *Lisboa Antiga. Bairro Alto*, de Júlio de

Castilho, I, p. 345. — G. *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, de Júlio de Castilho, I, pp. 261 e 263. — H. *A Ribeira de Lisboa*, de Júlio de Castilho, II, pp. 44-47, 50, 51 e 249-252. — J. *Lisboa Velha. Com aguarelas e desenhos*, de Roque Gameiro, 1925, estampa n.º 60. — J. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, volume XV, p. 208, 1.ª coluna: fotografia datável de 1940. — L. *Portugal Pitoresco e Ilustrado. I, Lisboa*, de Alfredo Mesquita. Empresa da História de Portugal, 1903 [obra conhecida por «Lisboa Ilustrada»], desenho na p. 4. — M. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, (1973), pp. 51-52, texto, e fotografia n.º 32 (pormenor da fachada). — N. *Lisboa de Lés a Lés*, de Luís Pastor de Macedo, 1940: I, pp. 21 ss., com fotografias da traseira e da fachada, actuais, e desenho de 1860; II, p. 6 e V, p. 74. — O. *A Rua das Canastras*, de Luís Pastor de Macedo, 1939. — P. *A Cerca Moura de Lisboa*, de Augusto Vieira da Silva, 2.ª edição (da Câmara Municipal de Lisboa), 1939, p. 122 A (fotografia de um painel de azulejos do século XVII), pp. 123-124, p. 124 A (fotografia da altura), 125-126. — Q. *Dispersos*, de Augusto Vieira da Silva, I, pp. 351 ss. cap. «Iconografia de Lisboa»; II, pp. 165 ss. «Vistas Panorâmicas de Lisboa»; pp. 171 ss., «Uma Vista Panorâmica de Lisboa, dos fins do século XVIII»; pp. 237 ss. «Sobre uma gravura quinhentista de Lisboa»; pp. 241 ss. «Panorama de Lisboa em Azulejos, existente no Museu Nacional de Arte Antiga [actualmente no Museu do Azulejo]; III, pp. 5 ss., «Uma vista inédita de Lisboa do 3.º quartel do século XVIII»; pp. 215 ss., «Estampas Antigas de Lisboa». — R. *Lisboa*, desdobrável de Salette Simões e fotografias de Horácio Novais: fotografia n.º 3 (talvez de 1960). — S. *Vista Panorâmica de Lisboa, datada de 1763*, de Frederico Gavazzo Perry Vidal, in *Olisipo*, n.ºs 2 (p. 5), 3 (p. 3) e 4 (p. 3), Ano de 1948. — T. *Lisboa — Cidade de Turismo*, de João Pina Vidal, edição da Câmara Municipal de Lisboa, 1943, p. 18, fotografia da altura. — U. *Povo e Religião no Termo de Loures*, de J. Pinharanda Gomes, edição da Paróquia de Santo António dos Cavaleiros, Loures, 1982 (Ref.ª ao painel de azulejos do Senhor Roubado, no n.º 11 dos quais se vê a Casa dos Bicos: datam de 1744).

5. *Monumentos a Escritores* — O escritor polaco Dr. Adam Zielinski, há anos residente em Portugal, tem-se dedicado com justificado êxito ao estudo das relações culturais entre o seu País e o

nosso. Já honrou com a sua colaboração o nosso Boletim (Vid. n.º 140, anos de 1976-1977) — num estudo de arte relacionado com Lisboa. No ano passado, na revista *Ocidente*, publicou «Ladislao Mickiewicz em Portugal» (há separata de 12 pp.), filho do maior poeta polaco Adão Mickiewicz, e ele próprio escritor de mérito, que esteve em Lisboa num congresso literário, em 1880, integrado nas cerimónias camonianas. Das duas vezes que visitou Lisboa criou relações de amizade com Oliveira Martins e Eça de Queirós, e com Ramalho e Antero manteve cordiais contactos. O Dr. Adam Zielinsky publicou oito cartas inéditas dirigidas a Oliveira Martins (comentadas). Como desenvolveu o seu trabalho, a fim de ser publicado no *Anuário* do Museu de Literatura de Varsóvia, deseja ilustrá-lo com reproduções dos monumentos destes quatro escritores portugueses. Teve algumas dificuldades, pelo que o Sr. Eng. Maia Ataíde se encarregou de resolver o assunto.

Também a Senhora D. Maria Danilewicz Zielinska publicou (*Revista* da Academia Nacional de Belas-Artes) um importante estudo, «Atanásio Raczyński — 1788-1874. Um Historiador de Arte Portuguesa», no qual comunica a descoberta, que fez, de 15 aguarelas da autoria de Raczyński com vistas de Portugal, algumas de Lisboa.

[Compilação de P.C.S.]

O GRUPO AMIGOS DE LISBOA E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

1. Em 6 de Abril de 1981, *A Tribuna* publicou uma entrevista (de página) feita pela jornalista D. Leonor de Figueiredo ao nosso Presidente da Assembleia Geral, que foi intitulada «Amigos de Lisboa: os mais fiéis e antigos da cidade». No intróito (agora em uso na imprensa periódica) acrescenta à epígrafe: «São os amigos que Lisboa tem». E repete uma frase do entrevistado: «Lisboa é permanentemente um estímulo».

Após uma breve notícia sobre a etimologia do nome da cidade, faz a história sintética do Grupo (*medalha de ouro* da Câmara Municipal) e recorda que a capital é «notável, impressionante e dramática» e merece cada vez mais a atenção de quantos nela vivem, olhando-a com olhos do nosso tempo. Tem sido este o objectivo do Grupo desde a fundação. No estrangeiro, apenas em Paris existe uma organização congénere, e entre ambas as colectividades chegou a haver contactos, mas pouco duradouros [De resto, a parisiense adopta métodos de acção muito diferentes dos do GAL, pelo que as realizações se apresentam culturalmente muito menos profícuas: os aspectos turísticos dominam a sua actividade].

A entrevista terminou com a evocação de Almada Negreiros autor do emblema do Grupo (o artista, na ficha de inscrição como sócio, respondeu à pergunta sobre a nacionalidade: «Portuguesismo»); e com a explicação pelo entrevistado de algumas frases de cunho lisboeta.

2. A Radiodifusão entrevistou para o seu programa «Música e Factos» (Canal 2), de 21 de Agosto de 1981, o Presidente da Assembleia Geral do nosso Grupo. A entrevista [agora reconstituída] esteve

a cargo do jornalista Senhor Romeira Alves que começou por recordar a origem da palavra *olisipógrafo*, perfeitamente aplicável ao ilustre escritor Gustavo de Matos Sequeira, falecido exactamente há 19 anos, em 21 de Agosto de 1962. Apesar de se ter preocupado com múltiplos ramos do saber, a dedicação a Lisboa foi certamente a principal faceta da sua actividade bibliográfica. Tendo sido presidente da Direcção do Grupo dos Amigos de Lisboa, o jornalista Romeira Alves decidira pôr-se em contacto com um elemento directivo da prestigiosa instituição, razão pela qual ali se encontrava o Dr. Paulo Caratão Soro-menho, a quem pedia alguns minutos para evocar Gustavo de Matos Sequeira.

O entrevistado informou com certa emoção que iria lembrar Matos Sequeira, a quem conhecera pessoalmente, embora não chegasse a ter demorada convivência, pois o notável olisipógrafo era antes para ser ouvido do que para ouvir: lê-lo era e é bom, mas escutá-lo era óptimo. Reconstituía oralmente uma fase histórica, descrevia um acontecimento, traçava um retrato, resumia um documento com precisão e poder crítico. Apesar de terem chegado a trabalhar simultaneamente no Grupo dos Amigos de Lisboa, nunca tivera o prazer e o lucro de com ele actuar em qualquer tarefa. O programa «Música e Factos» merecia os agradecimentos dos amantes e estudiosos do Passado, pois que trazer o nome e a obra de Matos Sequeira à Radiodifusão constituía uma excelente homenagem. Ele foi arqueólogo, historiador, etnógrafo, dramaturgo, poeta, autor de obras de imaginação — na realidade homem de interesse universal, polígrafo dos mais notáveis da vida intelectual portuguesa. Foi dos escritores mais prolíficos entre os nossos, e como prova da sua vasta bibliografia, o entrevistado fez um apanhado da colaboração prestada ao Grupo, onde participou em exposições, como organizador e com elementos das suas colecções, realizou conferências e dirigiu visitas de estudo; colaborou no Boletim *Olisipo* com cerca de sessenta estudos, notas, comunicações e poemas, tendo sido seu director desde 1938 a 1961. Como dirigente do GAL, exerceu as funções de Vice-Presidente da Junta Directiva, de 1936 a 1958, e de Presidente, de 1958 a 1961. Neste último ano citado, decidiu afastar-se da instituição (pelo decorrer do primeiro trimestre), por motivos que não valem a pena de ser mencionados. Contudo, a actividade de Matos Sequeira nunca foi esquecida pelos Amigos de Lisboa, e em 1965 prestaram-lhe preito numa sessão, tendo-se dele ocupado o dirigente Hugo Raposo. Nessa ceri-

mónia houve ainda as homenagens a Júlio de Castilho e a Vieira da Silva — de cuja amizade se orgulhava Matos Sequeira.

3. Em 2 de Setembro de 1981, o *Correio da Manhã*, de Lisboa, publicou uma válida (e valiosa pela informação também) reportagem sobre «19 séculos depois, em Lisboa andam a escavar o Teatro Romano para o repor em funcionamento», assinada pelo jornalista Nuno Cunha, para a qual, entre outras pessoas, falou com o Presidente da Assembleia Geral.

4. Em 11 de Setembro de 1981, o *Diário de Lisboa* publicou a entrevista que a jornalista Lourdes Féria teve com o Dr. Paulo Caratão Soromenho sobre o GAL, Lisboa e especialmente Alfama (e relewa a figura do poeta e dramaturgo Avelino de Sousa, que foi um entusiástico defensor do fado como impulsionador de uma renovação social) sob o título: «Lisboa, doce Lisboa: O meu amor te confesso...». O texto ocupa uma página do importante vespertino.

5. Em Novembro de 1981, no dia 6, no mesmo programa da RDP «Música e Factos» (Canal 2), o jornalista Romeira Alves novamente entrevistou — agora sobre o pintor Columbano Bordalo Pinheiro — o Dr. Paulo Caratão Soromenho, que traçou um rápido retrato (dados os poucos minutos programados) do homenageado nesse dia (Columbano faleceu em 6 de Novembro de 1929):

«A minha posição perante o Columbano é simplesmente a de admirador: nem crítico nem historiador de Arte. O que dele posso dizer não passa de generalidades, contadas com alguma emoção e desejo de verdade. Ouvei há tempos um escritor declarar na T.V. que se considerava feliz por ter sido contemporâneo de portugueses notáveis e citou-os. Também eu, que sou da geração dele, seguindo-lhe o exemplo, o mesmo me permito dizer: no decorrer da minha vida, quase septuagenária, existi quando existiram Gago Coutinho, Egas Moniz, Viana da Mota, Fernando Pessoa, Aquilino Ribeiro, Almada Negreiros, Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, José Régio, Ferreira de Castro, Palmira Bastos, Teixeira Gomes, Bernardino Machado, Helena Vieira da Silva, Columbano... Columbano Augusto Bordalo Prestes Pinheiro, que nasceu ocasionalmente em Almada, pois em 21 de Novembro de 1857, a família, fugindo à peste em Lisboa, ali se instalava. Era uma família respeitável da pequena burguesia. O pai, Ma-

nuel Maria Bordalo Pinheiro, funcionário do Estado, dedicava-se apaixonadamente e com bons resultados à gravura, à pintura e foi figurinista de teatro. E viajou no estrangeiro a fim de conhecer os mestres das Belas-Artes. A educação que deu aos filhos, aliada à vocação herdada por eles, originou que desse à boa terra portuguesa três filhos muito ilustres: Columbano, um dos maiores pintores de todos os tempos e de justo renome internacional, Rafael, o caricaturista e ceramista famoso, renovador dessas manifestações artísticas, e D. Maria Augusta, que veio dignificar de maneira especial a arte tradicional das rendas. Mas outros membros da família se ilustraram e deram brilho às suas actividades. Contudo, deve referir-se que Columbano quis ser apenas Columbano, omitindo todos os apelidos. Não se creia, porém, que o fez por menosprezo ou preocupação de se distinguir dos parentes; fê-lo por forte individualismo, pela antipatia que dava às circunstâncias comuns. Para ele, cada um vivia pelo seu próprio valor, devendo aproveitá-lo totalmente. E desde muito cedo assim pensou e procedeu: a sua obra pictórica mais antiga, que se conhece hoje, foi assinada com o nome próprio (tinha ele 11 anos). Estudou na Academia de Belas-Artes (actualmente Escola Superior de Belas-Artes) e fez o curso de Desenho e o de Pintura Histórica com os melhores resultados e singular rapidez — embora manifestasse rebeldia perante a frequência das aulas, a cuja assistência era irregularíssimo, e apesar de ter tido mestres como o escultor Simões de Almeida e o pintor Miguel Ângelo Lupi. O seu aparecimento na pintura oficialmente caracterizou-se por duas derrotas em concursos. E porquê? Porque era *diferente*, caminhava além de todos — e não o percebiam. O Romantismo pictórico trouxera o deslumbramento do ar livre, o gosto pelos motivos de vida campestre e das belezas naturais. E Columbano, sem esquecer estes temas, preferia a pintura de género, nas suas feições mais íntimas, mais resguardadas. A sua primeira grande obra apareceu, já ele estudava em Paris (para onde fora com uma bolsa de estudo da Condessa de Edla, em 1881, na companhia da irmã Maria Augusta, que, com mais 16 anos, aí esteve a acompanhá-lo e a suavizar-lhe os escolhos acidentalmente surgidos): o hoje célebre e universalmente conceituado «Concerto de Amadores», que na época foi causa de violenta controvérsia. Tudo nele era diferente: o tema, porque parecia crítico de certos gostos sociais correntes, o traço, que aparentemente mal definia as figuras, a luz alcançada por processos, que não correspondiam aos hábitos dominantes. Certamente que a marca mais carac-

terística da sua produção foi o retrato — em que alcançou, com originalidade, as maiores compensações artísticas e faz ressurgir uma antiga e válida tradição portuguesa: desde as sessenta extraordinárias personagens das tábuas de Nuno Gonçalves — passando pelas figuras expressivas e humaníssimas dos quadros quinhentistas e pelas imagens severas dos pintores de seiscentos, pelos modelos que serviram para os temas religiosos de setecentos, pelas obras dos retratistas de oitocentos. A galeria de Columbano é vasta e empolgante: Manuel Gustavo, seu sobrinho, Maria Augusta, a irmã, Eça, Ramalho, Pascoais, Teixeira Gomes, Raúl Brandão, Augusto Rosa, Viana da Mota, os retratados do Grupo do Leão — encontram-se tão vivos ainda como quando pousaram perante ele. A sua obra está representada também na decoração de muitos edifícios nobres, tais como, o Museu de Artilharia, o Palácio de Belém, o Palácio das Necessidades, a Câmara Municipal de Lisboa e teve a consagração em exposições estrangeiras — em Barcelona, Berlim, Dresda, Londres, Paris, S. Petersburgo. Oficialmente, o cargo mais importante que exerceu foi o de director do Museu de Arte Contemporânea, desde 1911, até à sua aposentação e m1927. Em Portugal, nos primeiros tempos da sua iniciação na Arte, dominava a pintura romântica; em França, onde fez os estudos mais intensos e definiu a sua carreira, encontrou-se em pleno impressionismo; depois tendeu para um realismo, em que se reflecte a preocupação dos pormenores, sem prejuízo de certo idealismo, muito pessoal. Apesar do seu génio, ou talvez por isso mesmo, Columbano pode ser admirado e compreendido por toda a gente — grande parte da qual não saberá explicar por que o admira e compreende: mas — pergunto eu — realmente será necessária tal explicação?».

6. Em 30 de Janeiro de 1982, durante a visita às instalações da Rádio Renascença, o Senhor Coronel António Luís Tadeu gravou para transmissão palavras de louvor e agradecimento e ainda sobre os objectivos do GAL.

7. Em 16 e 21 de Setembro e 7 de Outubro de 1982, o jornal de Lisboa *O País* publicou uma extensa reportagem, organizada por Leonor Figueiredo, Fernando Cruz e João Aguiar (com fotografias de Raúl Santos), sob o título geral de «Lá vai Lisboa!» e particulares de cada número, respectivamente: «Cidade de todas as eras», «Como vive Lisboa», e «Chamaram-lhe Alis-Ubbo...» — todos bem elucidados.

tivos dos aspectos predominantes tratados. Entre as pessoas contactadas pelos jornalistas, que fizeram trabalho profícuo e bem documentado, contou-se o Dr. Paulo Caratão Soromenho.

8. O *Diário Popular* em 24 de Setembro de 1982, publicou uma pequena reportagem de João Ladeiras (com fotografias de José Antunes), bem intencionada, mas mal informada, sobre a actividade actual do nosso Grupo: supõe que o GAL está moribundo, que «um trabalho de quarenta e quatro anos dedicado à cultura caiu no abandono» e que foi causa principal de tal situação a mudança da sede do Chiado (tão vaga foi a informação que desconhece os vinte e tantos anos de instalação em São Roque...) para o Palácio da Mitra; declara ainda que a deslocação para o Poço do Bispo não permite a frequência da biblioteca (E aqui anota, e bem, que os livros estão mal defendidos e, em muitos casos, de impossível consulta: porém não é por falta de capacidade de instalação, sim por falta de dinheiro para comprar estantes — Isto é assim mesmo! — e para pagar um funcionário que classifique e verbete, ao menos decentemente, os livros; já agora, declaramos em número muito superior ao do «tempo em que o Grupo organizava... [etc. e tal]»). E acrescenta que os «frequentadores mais assíduos são os alunos da Faculdade de Direito». Claro que não são: São os alunos da Faculdade de Letras, e alunos do Ensino Secundário, jornalistas, olisipógrafos, sócios e curiosos. Ora, a verdade está em que a sala dos livros do Chiado e a do Largo Trindade Coelho eram *quartos fechados*, que serviam para reunião dos Corpos Gerentes *apenas*... Contudo, nos últimos anos, a assistência à biblioteca do Grupo tem sido incomparavelmente maior. É que, hoje em dia, o interesse por Lisboa tornou-se, creia-se, mais intenso, mais vivo e, atrevemo-nos a dizer, mais lógico.

O jornalista desejou, e bem, com a sua reportagem auxiliar o GAL, o que constitui excepção no vasto mar da nossa Imprensa: tal intenção é de agradecer.

[Compilação de P.C.S.]

NOTA: O Grupo dos Amigos de Lisboa agradece penhoradamente à RDP e à RR e aos jornais *A Tribuna*, *Diário de Lisboa*, *O País* e *Diário Popular*.



Feira da Ladra



FICHEIRO

1. **Olisipografia** — O Arquitecto J. P. Martins Barata, na sua secção «A Barca sem os Corvos», do *Diário de Lisboa*, de 22 de Janeiro de 1981, publicou um artigo que, como tantos outros da sua autoria, faz pensar realmente, exige transcrição parcial e merece alguns comentários — na aparência, pelo menos, pertinentes. Intitulou-o **Olissipografia**, que qualifica de palavra híbrida e feia, em oposição à actividade por ela designada, isto é, «escrever sobre Lisboa». E mais adiante: «[Olissipógrafos] Há-os também fora [da Câmara Municipal] e não pode esquecer-se esse importante bastião que os agrupa classicamente: os «Amigos de Lisboa». E depois:

a) «Parece que não foi ainda colmatado o vazio deixado por figuras como Júlio de Castilho, Vieira da Silva, Pastor de Macedo, Matos Sequeira e Norberto de Araújo — olissipógrafos «a tempo inteiro», apaixonados pela Lísbia até à medula, fazendo até parte evidente da própria paisagem humana lisboeta. [...]

b) Faziam tanto parte de Lisboa como as pedras do castelo. Estarão ultrapassados? Será possível melhorar as suas investigações e deduções? É possível. Mas que rasto inesquecível de capacidade de «compreender», de evocar a própria «alma» da cidade!...

c) Ora aqui é que bate o ponto. Essa «alma» da Cidade é coisa que: em primeiro lugar não está na moda (cheira suspeitamente a vitalismo, Keyserling ou Bergson mal lidos, ressaibos de romantismo atrasado, sei lá! coisas consideradas desagradáveis e «pudenda»); em segundo lugar, simplesmente, é coisa que já não há. Ou se há, é difícil de achar, como petróleo. Não há possibilidade de tentar captar a «alma» de Lisboa, quando é mais importante captar um lugar de estacionamento para o carro; o verdadeiro grito da alma lisboeta é lancinante, e diz respeito aos apertos no metro e no autocarro. E à renda do apartamento, claro.

d) Tudo isto significa que a olissipografia está numa viragem, e que se lhe desenham com nitidez três vias:

— Uma via historiográfica, convencional, com rendimento decrescente, pois cada vez se circunscreve a factos ou factóides menos significativos (do estilo «Interessante descoberta das contas da

lavadeira da tia de Ricardo Covões» ou «Foi realmente o carpinteiro João Lopes que fez as janelas do prédio n.º 36 da Av. Miguel Bombarda?»);

— uma via científica e técnica, em torno da Geografia Humana, das técnicas urbanísticas, das predições e quantificações teóricas, da economia e gestão urbana;

— uma via experimental, jornalística ou poética. [...]

Há tanto a estudar e a investigar, há tanto a descrever e a compreender numa grande cidade como esta, que evolui e permanece ao mesmo tempo, que chega a fazer pena o alheamento dos nossos universitários e intelectuais em relação à Lísbia amada.»

Tomámos, e sem desrespeito pelo texto alheio, a liberdade de encurtar o artigo para economia de espaço, e alfabetar os parágrafos para facilidade de localização: os cortes não são censura (Isso já lá vai!).

As figuras citadas no parágrafo a são, de facto, notáveis da olisipografia por isto ou por aquilo — pela investigação, a honestidade científica, a capacidade aliciante da divulgação, a beleza estilística, a **paixão por Lisboa**: contudo, diga-se sem o menor desprimor, que vieram cedo e talvez por isso (e para além do talento próprio) souberam encontrar o tema e dar-lhe o impulso de que ele precisava, e fizeram escola. Chegaram num tempo em que bastava puxar um rabicho e saía logo um chinês, em que a **mentalidade era outra** e a carolice abundava. São feições importantes em que se deve pensar e só então e depois procurar se o vazio deixado pelos cinco foi ou não colmatado. Cremos que foi.

No parágrafo b, concordamos em que é possível melhorar as suas investigações e deduções, sem haver o perigo de pôr de lado, no conjunto, a esforçada acção que realizaram a favor da olisipografia.

Quanto à dúvida da existência da alma da cidade, na alínea c, optamos pela resposta afirmativa. A alma de Lisboa continua a existir, e não é difícil encontrá-la, quer no Beco da Formosa quer na Avenida de Roma, na Rua Humberto Madeira ou no Largo das Fontainhas, porque está nas pessoas e não nas casas ou nos sítios (e não estamos a fazer literatura, claro).

E da afirmação, na alínea d, de que a olisipografia está numa viragem não restem dúvidas. No Grupo já isso se reconheceu há anos e até foi discutido (talvez **conversado**) em assembleias gerais e concluiu-se que o nosso boletim deverá encarar «isso». As três vias, apresentadas pelo Arquitecto Martins Barata — cremo-las verdadeiras, e é conflagrador o que diz sobre as «contas da lavadeira» e a obra do «carpinteiro João Lopes» e como esses exemplos humorísticos são bem expressivos de uma erudição ridícula e inútil — mas repare-se que desse mal não se libertaram todos os do **grupo dos cinco**, referidos em a: só um escapou! De facto, essa **via historiográfica** precisa de uma «reverendíssima reforma». A **via científica e técnica** ainda não se universalizou como a anterior: contudo, já estamos a caminhar para ela. Lá iremos. Na via experiencial, jornalística ou poética já se caminha presentemente. Nos meios de informação é pode dizer-se, comum.

O apelo, na alínea e, foi feito há tempo e encontrou resposta. As Universidades e as escolas secundárias, os intelectuais, os cientistas e os artistas, as agre-

miações culturais estão a olhar Lisboa com outros olhos. Sem pormenor, recorde a Faculdade de Letras de Lisboa e a Assembleia Distrital de Lisboa. E, regressando ao GAL, anote-se que dos últimos dez anos lembramos uma dezena, escolhida de memória e sem hierarquização: Eng. Júlio Eduardo dos Santos, Prof. D. Fernando de Almeida, Dr. Amaro de Almeida, Luís Chaves, Julieta Ferrão, professor Francisco de Assis Oliveira Martins, Dr. Leonel Ribeiro, Ferreira de Andrade, Dr. Eduardo Neves, Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho...

Além de que é preciso contar com os pruridos de muitos investigadores e comentadores actuais, muito seleccionadores dos locais onde publicam os seus trabalhos. Já passou muito tempo sobre a «inferioridade» de Leite de Vasconcelos e de Teófilo que nunca se importaram de escrever para jornais por muito modestos que fossem. O nosso boletim *Olisipo* é «insuficiente» para muitos dos Adolfos Coelhos ou Abades de Baçal desta segunda metade do século. É que são muito importantes!

2. A Palavra «Clube» — No Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa, de Agosto-Setembro de 1968, pp. 298-299, o compilador desta *Feira da Ladra* apresentou um artigo *A Certidão de Idade da Palavra «Clube»*, no qual admitiu que ela designara pela primeira vez uma agremiação portuguesa em 1835 — o *Club Lisbonense*, baseando-se na *Lisboa de Outrora*, II volume, pp 210-211, de João Pinto de Carvalho, Tinop, edição do GAL, de 1938. Contudo uma dúvida surgiu no espírito do articulista, pois Matos Sequeira, se em *O Carmo e a Trindade*, II, 58, indica a mesma data — na p. 297, escreveu 1834; de resto, a dúvida foi aumentada pelo facto de em Fevereiro de

1835, *A Guarda Avançada*, redigida pelos irmãos Castilhos (António, José e Augusto), falar do *Clube Lisbonense* como se já não fora novidade. E também de 1834, temos notícia da existência do *Clube Provinciano* (colectividade não recreativa como a citada, mas política, constituída por extremistas que prepararam a manifestação de protesto contra D. Pedro IV, a 27 de Março desse ano, acusando-o de «pactuar com o partido adverso, porque tentara humanizar a vitória», pelo que incitavam o povo de Lisboa à guerra civil. Promoveram a assuada no Teatro de S. Carlos (que muito impressionou o monarca) e premeditaram o assassinio de D. Miguel (*Lisboa. Oito Séculos de História*, II, 562).

3. O Hábito da Mudança de Residência — Costume que se manteve durante mais de centúria e meia, iniciado após o terramoto de 1755 (talvez pela necessidade de logicamente se procurar melhores instalações, numa cidade onde as dificuldades e as deficiências de habitação seriam o pão nosso de cada dia), a que se juntaria o gosto pela variedade e, com o tempo, a transformação num hábito (que, como tal, perdeu a razão de ser, embora senhorios, por um lado, e inquilinos, pelo outro, procurassem daí tirar reais ou hipotéticas vantagens).

Já em várias oportunidades nos referimos neste boletim a esta circunstância [Vid. *Olisipo*: n.º 117-118 (Jan.-Abril de 1967), pp. 45-46; n.º 119 (Julho de 1967), pp. 137-138; n.º 123-124 (Julho-Dezembro de 1968), pp. 241-242; n.º 139-140 (1976-1977), p. 122, onde se lê o engano 1977-1978; e n.º 142-143 (1979-1980), p. 257].

Temos agora nova achega. No volume VIII da *Etnografia Portuguesa*, de

Leite de Vasconcelos (1982), nas pp. 393 e 399, sob os n.ºs 66 e 85, lemos a informação de que o A., em 1897, assistiu a festas pelo São João em Castro Verde. As pessoas dançavam de roda de uma armação a que chamavam o mastro, tocando adufes e pandeiretas. Pois também lá [Por possível influência de Lisboa!] se faziam mudanças:

São João e mais São Pedro
São dois santos mudadores:
São João muda os casais,
São Pedro muda os pastores.

E diz também o Doutor Leite de Vasconcelos que «São João era um dia marcado por muitos actos da vida quotidiana; por exemplo: os carnicheiros e os padeiros começavam a abastecer o concelho no princípio do ano; querendo sair do mester, deviam declarar o seu propósito no dia de S. João [...]; em Lisboa era altura para a mudança de casa [...]».

É de acrescentar que os escritos e os alugueres eram em fins de Maio e de Novembro, e as mudanças faziam-se semanas depois, e deste modo chegavam ao São João e ao Natal.

4. A Cidade é de todos — Prédios de Lisboa a classificar como de interesse público:

«O secretário de Estado da Cultura emitiu um despacho ordenando a execução de estudos prévios, tendentes a classificar como imóveis de interesse público diversos prédios da cidade de Lisboa.

O despacho, com data de 21 de Agosto de 1981, foi publicado no «Diário da República» do passado dia 15, incidindo especialmente sobre imóveis projectados e construídos entre o final do século passado e as primeiras décadas de 1900.

São abrangidos pela determinação «todos os distinguidos com os Prémios

Valmor e Municipal que ainda subsistam» e o conjunto da obra dos arquitectos José Luís Monteiro, Arnaldo Adães Bermudes, Miguel Ventura Terra, Álvaro Machado, Norte Júnior, Raul Lino, Cristino da Silva, Cotinelli Telmo, Porfírio Pardal Monteiro, Carlos Ramos, Jorge Segurado, Cassiano Branco, Keil do Amaral, Fernando Távora e Viana de Lima.

Segundo o mesmo despacho, deve igualmente proceder-se a idêntico estudo relativo aos Bairros Alto e Azul, bem como às chamadas «avenidas novas» e aos imóveis da Rua Júlio de Andrade contíguos ao Jardim do Torel (os chamados palacetes do Campo Santana).

Por último, devem efectuar-se estudos tendentes à classificação como imóveis de interesse público do laboratório e do estúdio da Tóbis Portuguesa, no Lumiar». [O Diário]

5. O Campo das Cebolas — As condições higiénicas deste vasto recinto, utilizado para estacionamento de camionetas e automóveis, foi causa da carta dirigida ao Presidente da Comissão Nacional do Ambiente, em 11-XII-1980, pelo GAL, e apresentada pelo Presidente da Assembleia Geral à Junta Directiva. É conveniente, e agradável também, informar os nossos Consócios de que, quando nos temos dirigido àquela Comissão pedindo a sua interferência nas soluções de problemas ao alcance da sua acção, eles têm sido resolvidos com êxito (muito embora nem sempre com a rapidez desejada) ou na medida reconhecidamente possível. O teor da carta é o seguinte:

«Num local evocativo — ao começo da Rua da Alfândega e junto ao espaço do antigo Terreiro do Trigo, em frente da

Casa das Varandas, da Casa dos Bicos e da casa em que morreu Tinop, nas traseiras do Ministério das Finanças e do Instituto Virgílio Machado e muito próximo da Igreja da Conceição Velha (monumento que não precisa de encarecimentos) — existe um vasto campo aberto, que liga a Rua dos Bacalhoeiros à Avenida do Infante D. Henrique e à estação dos barcos de carreira. Este campo serviu parcialmente para um vasto barracão, onde esteve instalada a Sala dos Despachantes da Rua da Alfândega até 1946; é conhecido popularmente embora sem razão, por Campo das Cebolas.

Fez-se toda esta descrição para mostrar a importância do local como centro de grande movimento. Com certa frequência é ocupado por muitas dezenas de camionetas, portuguesas na sua maioria, claro, que trazem passageiros de todo o País, os quais se demoram por muitas horas.

Pois, muito mal: Não existem fontanários, urinóis, retretes, casa de banho nem guardas. Parece não ser necessário acrescentar mais nada.»

6. O Arraial de Santo António — Realizado pela primeira vez em 1978, no amplo e evocativo pátio da nossa sede, dele se fez em 12 de Junho de 1981 nova edição, igualmente com assinalável êxito — em ambos os casos, devido à energia e ao dinamismo da Senhora Tesoureira D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita.

Como no nosso Boletim não aparece qualquer outra referência a esta iniciativa, aqui se transcreve o programa, graciosamente enquadrado em motivos antoninos: 1.º — Palavras de abertura; 2.º — Recitação de quadras de Santo António; 3.º — Fados; 4.º — Queima das alcachofras; 5.º — Exibição do Rancho da Casa do Minho; 6.º — Leilões; 7.º — Variedades.

7. A Ideia da Fundação do Nosso Grupo — Já tratámos do assunto neste Boletim, no último número, relativo a 1979-1980, pp. 257-258. Num artigo do falecido e dedicado Director do GAL, Hugo Raposo, no n.º 90 (Abril de 1960), vem uma interessante revelação. Ali se diz (p. 65) que o Doutor Eduardo Neves (durante muitos anos esteio poderoso do Grupo) «havia fundado um núcleo de Amigos de Lisboa na Sociedade de Propaganda de Portugal». Mais uma nota complementar, que assim se une à válida informação do nosso ilustre Consócio Arquitecto Jorge Segurado.

8. Olisipo, N.º 142-143 — «A distribuição do nosso Boletim começou há cerca de um mês. Motivos, que são do conhecimento geral, dificultaram-na; é, pois, natural que muitos dos nossos Consócios ainda não se encontrem de posse de Olisipo. O presente número, com 292 páginas e muito ilustrado, constitui a participação principal do GAL nas Comemorações Camonianas e cremos que, pela colaboração e pelo aspecto gráfico, é digno contributo para a bibliografia do Épico.

Acontece que a publicação e a distribuição deste número, correspondente aos anos de 1979 e 1980, tornaram-se num pesado encargo para a difícil situação do Grupo — de cerca de 200 contos: atrevemo-nos a fazer um apelo à compreensão dos nossos Consócios, para que auxiliem, como for possível, a solução deste compromisso. Antecipadamente, a Junta Directiva agradece».

Esta nota foi publicada no programa dactilografado, com data de 14-IX-1981. Pela intenção e em parte pelo conteúdo a reproduzimos agora. Que tenha êxito!

[Notas compiladas por P.C.S.]

TREMORES DE TERRA QUE FAZER?

O Serviço Nacional de Protecção Civil — numa acção de elevado sentido humanitário — editou dois folhetos sob o título indicado, de que fez ampla distribuição.

Aproveitando a influência social dos meios de comunicação (Imprensa, Radiodifusão e Televisão) solicitou-lhes que colaborassem no conhecimento público de todos os problemas relacionados com este tema e, sem palavras alarmantes, informa serenamente a população das possíveis soluções perante o que, de princípio, se apresente como irremediável.

O Grupo dos Amigos de Lisboa acompanha o Serviço Nacional de Protecção Civil, integrando no seu Boletim o texto de um dos folhetos, de assunto tão ligado, e quantas vezes de modo tão dramático, à História da nossa Cidade.

O Serviço Nacional de Protecção Civil proporciona aos habitantes de Lisboa uma notável lição de interesse geral, ensinando a encarar de frente, com clara consciência, perigos que, normalmente, podem ser diminuídos ou evitados. Bem haja!

O QUE É UM TREMOR DE TERRA

Os sismos são fenómenos naturais frequentes em Portugal, embora na sua grande maioria não sejam sentidos pelo homem. Ao longo da sua história, há notícia de alguns sismos catastróficos que afectaram o nosso País.

Têm a sua origem normalmente em zonas onde a crosta terrestre está fracturada (falhas), podendo as vibrações por eles produzidas durar desde poucos segundos até alguns minutos.

Após o primeiro abalo acontecem espaçadamente outros mais fracos (réplicas).

Ainda não é possível fazer uma previsão dos sismos. Não se sabe por isso se um próximo será fraco e passa despercebido, ou tão forte que provoque efeitos destruidores, nem quando e onde ocorrerá.

As principais causas de acidentes pessoais na ocorrência de um terramoto são as seguintes:

- Actuação humana precipitada devida ao pânico.
- Desmoronamento total ou parcial dos edifícios
- Incêndios, agravados normalmente por falta de água e dificuldade nos acessos.
- Queda de móveis, candeeiros e outros objectos.
- Queda de cabos de energia eléctrica.
- Vidros partidos.

Sismos moderados causam muitas vezes grandes perdas em locais muito densamente povoados e em construções de fraca qualidade.

O Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) aconselha as medidas de auto-protecção a executar *antes, durante e após* um terramoto.

Comece já e lembre-se que:

Homem prevenido vale por dois

QUE FAZER ANTES DE UM TREMOR DE TERRA?

a) — *Procure ler algo sobre sismos e seus efeitos:*

- Fale sobre terramotos de forma tranquila e serena.

b) — *Em sua casa:*

- Prepare a sua casa por forma a facilitar os movimentos em caso de sismo, libertando os corredores e arrumando os móveis, brinquedos, etc.
- Estude os locais de maior protecção distribuindo os seus familiares por eles.
- Oriente as crianças e responsabilize os adultos pela segurança de cada uma.
- Fixe as estantes e as botijas de gás à parede.
- Coloque os objectos pesados ou de grande volume no chão ou nas estantes mais baixas.
- Ensine a todos os familiares como desligar a electricidade e cortar a água e o gás.
- Tenha à mão uma lanterna eléctrica e um transistor portátil e pilhas de reserva para ambos, bem como um extintor e um estojo de primeiros socorros.
- Armazene água em recipientes de plástico fechados e alimentos enlatados para 2 ou 3 dias. Renove-os de tempos a tempos.
- Fixe os vasos e floreiras às paredes de sua casa.

- c) — *Pense no que deve fazer quando ocorrer um terramoto e estiver:*
- em sua casa
 - em casa de amigos
 - no local de trabalho
 - numa sala de espectáculos
 - na rua.
- d) — *Realize em casa ou no local de trabalho exercícios de treino das presentes medidas.*

QUE FAZER DURANTE UM TREMOR DE TERRA?

- a) — *EVITE O PÂNICO por todos os meios ao seu alcance. Mantenha serenidade e acalme as outras pessoas.*
- b) — *SE ESTÁ EM CASA OU DENTRO DUM EDIFÍCIO*
- Nas habitações colectivas não corra para a rua. As saídas e escadas poderão estar obstruídas. Nunca utilize os elevadores.
 - Tenha cuidado com a queda de objectos candeeiros ou móveis.
 - Mantenha-se afastado das janelas, espelhos e chaminés.
 - Proteja-se no vão de uma porta interior, canto de uma sala ou debaixo de uma mesa ou mesmo de uma cama.
 - Vá contando algo e devagar até 50.
- c) — *SE ESTÁ NA RUA:*
- Dirija-se para um local aberto, com calma e serenidade. Não corra nem ande a vaguear pelas ruas.
 - Enquanto durar o sismo não vá para casa.
 - Mantenha-se afastado dos edifícios, sobretudo dos velhos, altos ou isolados e dos postos de electricidade e outros objectos que lhe possam cair em cima.
- d) — *SE ESTÁ NUM LOCAL COM MUITA GENTE (CINEMA), ETC.)*
- Não se precipite para as saídas.
- e) — *SE VAI A CONDUZIR:*
- Pare a viatura afastada de edifícios, muros, taludes, postes de alta tensão e permaneça dentro dela.

QUE FAZER DEPOIS DE UM TREMOR DE TERRA?

a) — *Nos primeiros minutos após:*

- Domine o PÂNICO. Mantenha a calma. Vá pensando no que deve fazer.
- Não se precipite para a escada ou para as saídas.
- Conte com a ocorrência de uma possível réplica.
- Não fume nem acenda fósforos nem isqueiro. Não ligue os interruptores. Pode haver fugas de gás ou curto-circuitos. Utilize a lanterna eléctrica.
- Corte a água e o gás, desligue a electricidade.
- Calce sapatos e proteja a cabeça e a cara com um casaco, uma manta, um capacete ou um objecto resistente e prepare agasalhos se o tempo o aconselhar.
- Verifique se há incêndios. Tente apagá-los. Se o não conseguir, avise os bombeiros.
- Verifique se há feridos e preste-lhes os primeiros socorros se necessário. Se há feridos graves não os remova a menos que corram perigo.
- Limpe urgentemente os produtos inflamáveis que se tenham derramado, (alcool, tintas, etc.).
- Se puder solte os animais domésticos. Eles tratarão de si próprios.
- Afaste-se das praias e das margens baixas dos rios. Pode ocorrer uma onda gigante (tsunami).
- Ligue o transistor e cumpra as recomendações que ouvir pela rádio.

b) — *Nas horas seguintes:*

- Mantenha a calma e cumpra as instruções que a rádio difundir. Esteja preparado para outros abalos (réplicas) que costumam suceder-se ao sismo principal.
- Se encontrar feridos graves, chame as equipas de socorro para promover a sua evacuação.
- Se houver pessoas soterradas, informe as equipas de salvamento. Entretanto se for capaz, sem perigo, de os começar a libertar, tente fazê-lo retirando os escombros um a um, começando pelo de cima. Não se precipite, não agreve a situação dos feridos ou a sua própria.
- Evite passar por onde haja fios eléctricos soltos e tocar em objectos metálicos em contacto com eles.
- Não beba água de recipientes abertos sem a ter examinado e filtrado por coador, filtro ou simples pano lavado.
- Verifique se os canos de esgoto estão em bom estado e permitem utilização.
- Não utilize o telefone excepto em caso de extrema urgência (ferido grave, fuga de gás, incêndio, etc.).
- Não propague boatos que podem causar muitos danos após uma catástrofe.

- Coma alguma coisa. Sentir-se-á melhor e o seu moral ficará reforçado e portanto mais capaz de ajudar os outros.
- Se a sua casa está muito danificada terá que a abandonar. Reúna os recipientes de água, os alimentos e os medicamentos vulgares e especiais (cardíacos, diabéticos, etc.).
- Acate as instruções que a rádio difundir.
- Não reocupe os edifícios com grandes estragos nem se aproxime das estruturas danificadas.
- Acalme os seus filhos e os idosos. São os que mais sofrem com o medo.
- Corresponda aos apelos que forem divulgados e caso lhe seja possível colabore com as equipas de socorro.
- Não circule pelas ruas para observar o que aconteceu. Liberte-as para as viaturas de socorro.

Por último queremos dizer-lhe que não existem normas rígidas para eliminar todos os riscos que um tremor de terra pode originar. No entanto, muitos acidentes pessoais e prejuízos poderão ser evitados se estas regras que lhe recomendamos forem integralmente cumpridas e se pais, professores, autoridades, empresários e educadores em geral as difundirem e ensinarem às crianças e aos que não sabem ler. A difusão destas medidas **NÃO** significa que esteja iminente a ocorrência de um sismo catastrófico.

OS OUTROS CONTAM CONSIGO. CONTE TAMBÉM CONSIGO MESMO

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1981

Exmos. Consócios:

A Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa, em cumprimento do Artigo 33.º dos respectivos Estatutos, vem apresentar a V. Ex.^{as} o relatório da sua actividade no ano que findou agora.

Começamos por referir que, no ano de 1981, o balanço do número de sócios foi o que a seguir se transcreve:

Existiam em 1-1-81:			
Efectivos	758		
Honorários	3	761	
Faleceram	7		
Pediram a demissão	114	121	
		640	
Foram admitidos	73		
Foram readmitidos	5		
Sócio honorário em reunião da J.D. de 3-11-81	1	719	
Total de sócios existentes em 31-12-81		719	

Merecem-nos uma palavra de saudade os sócios falecidos que recordamos:

- 481 — José Dias Ferreira
- 702 — José Fonseca de Brito
- 1704 — Raul Alves Mineiro

- 3793 — Eugénio Dias Poitout
 3806 — Coronel Henrique Ilídio Garcia Pereira
 3851 — Raul Reis de Oliveira
 3954 — Hermann Barroso Kluff Leça da Veiga

Em 1981, a Junta Directiva reuniu-se, por convocatória, 22 vezes.

Consideramos que, apesar do já elevado número de sócios, não é possível manter as actividades do Grupo sem o concurso de subsídios oficiais ou particulares. Assim, é-nos grato registar que, além da utilização graciosa das instalações no Palácio da Mitra, foram-nos concedidos pela Câmara Municipal de Lisboa os seguintes subsídios: em Abril 150.000\$00, para a realização da Exposição de Pintura no Palácio Foz; em Setembro 100.000\$00 e em Novembro 150.000\$00, estes para a manutenção do Grupo que teve os seguintes encargos e receitas:

Remunerações ao pessoal	533.655\$00
Encargos Sociais	127.753\$00
Edição e Distribuição do Olisipo	191.526\$80
Livros vendidos	264.303\$00
Receita de quotas	474.940\$00
Receita de Jóias	5.800\$00

Para além das actividades, que constam de circulares emitidas o Grupo participou nas manifestações culturais que adiante se mencionam:

- a) Feira do Livro de 22 de Maio a 10 de Junho.
- b) Concurso de Quadras Populares a Santo António, com distribuição de prémios, por um júri em que participaram: pela Câmara Municipal de Lismoa, o Sr. Dr. Fernando Castelo Branco, pela Sociedade Portuguesa de Autores, o poeta Sr. Lopes Victor e pelo Grupo Amigos de Lisboa, os nossos consócios Paulo Caratão Soromenho, Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita e Vilians Leal, dirigentes do Grupo. Ainda integrado nas manifestações populares a Santo Antó-

nio, por iniciativa do Grupo Amigos de Lisboa com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se um Concurso de Tronos de Santo António, sendo o júri constituído pelos nossos consócios Irisalva Moita, Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita e pelo Sr. Dr. Fernando Castelo Branco representante da Câmara Municipal de Lisboa.

- c) A Junta Directiva foi convidada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa a dar o seu parecer sobre o projecto do Largo de Martim Moniz, tendo-se deslocado à sede da EPUL, afim de examinar as diversas maquetes concorrentes.
- d) O Presidente e o Vice-Presidente da Junta Directiva compareceram, a convite do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a uma reunião em que se discutiram as obras de restauro realizadas no Castelo de S. Jorge.
- e) Também a Junta Directiva chamou a atenção do Instituto Português do Património Cultural para a preservação do Palácio de Lázaro Leitão Aranha, na Junqueira, em risco de degradação e demolição, e pediu a sua classificação urgente e a definição da sua área de protecção.
- f) Ainda alertámos a Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais para alguns danos causados em monumentos públicos como a estátua de Almeida Garrett, a Estátua Equestre de D. José e as figuras infantis da Praça de Londres.
- g) O nosso representante no Concelho Municipal de Lisboa Prof. João Cândido de Oliveira foi eleito Presidente do mesmo Conselho.

Mais uma vez lamentamos que os meios de comunicação social, na sua maioria, não tenham dado a devida conta pública das nossas actividades.

As manifestações culturais de iniciativa do Grupo foram, no ano de 1981, as seguintes:

JANEIRO, dia 20: Conferência do Sr. Dr. Manuel Rio de Carvalho, subordinada ao tema: «A Arte Nova em Lisboa», realizada no Museu de Arte Antiga. Dia 29: Visita ao Jornal «O Século» conduzida pelos Senhores Dr. João Salvador e Dr. Costa Gonçalves.

FEVEREIRO, dia 12: Conferência do poeta Dr. António Pinho, subordinada ao tema: «Pessoas, Figuras e Casos desta Lisboa Alfacinha», realizada na Sociedade de Língua Portuguesa. Dia 26: Visita ao Instituto Espanhol no Dafundo orientada por funcionários do Instituto.

MARÇO, dia 28: Conferência da nossa consócia Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, subordinada ao tema: «Camões, um Perfil», realizada no Palácio da Mitra, sede do Grupo.

ABRIL, dia 4: Concerto na Igreja de S. Roque pelo Grupo Polifonia e Fundação Musical dos Amigos das Crianças. Dias 11: Visita à Igreja da Conceição dos Cardais e Asilo das Cegas, orientada pelo nosso consócio Luís Benavente.

MAIO, dia 2: Visita ao Colégio Militar e Igreja da Luz, guiada pelo nosso consócio António Luís Tadeu, que também organizou expressamente para o Grupo uma exposição bibliográfica de olisipógrafos ligados à vida do mesmo colégio. Dia 9: Visita às Ruínas do Carmo e Museu. Dia 23: Visita ao Castelo de S. Jorge, orientada pelo nosso consócio Manuel José Maia Athayde. Dia 30: Visita ao Mosteiro dos Jerónimos e Museu de Arqueologia e Etnologia, guiada pelo nosso consócio Manuel José Maia Athayde.

JUNHO, dia 12: Arraial Antoniano, no Pátio do Palácio da Mitra, sede do Grupo Amigos de Lisboa, com a colaboração de alguns artistas convidados. Dia 15: Inauguração da Exposição de Pintura, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa. Dia 27: Visita às Instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, orientada por funcionários da Fundação.

JULHO, dia 4: Visita ao Museu Nacional de Arte Contemporânea, orientada pela Directora do Museu Senhora Dr.^a D. Maria de Lourdes Bártholo. Dia 11: Visita à Fundação Ricardo Espírito Santo,

orientada por monitores da Fundação. Dia 25: Almoço comemorativo dos 45 anos da Fundação do Grupo Amigos de Lisboa, servido na sala vermelha do Ateneu Comercial de Lisboa.

OUTUBRO, dia 3: Visita ao Museu Arqueológico de Odrinhas e Igreja de S. Miguel, orientada pelo Senhor Dr. José Cardim Ribeiro conservador do Museu. Dia 10: Visita ao Observatório Astronómico de Lisboa, orientada pelo Senhor Dr. Ezequiel Laranjinha Cabrita, Director do Observatório. Dia 17: Visita ao Palácio da Cidadela em Cascais, orientada por funcionários do mesmo. Dia 24: Visita ao Museu Nacional dos Coches, orientada pelo Sr. Dr. João Castelo Branco Pereira. Dia 31: Visita à Ribeira Velha e Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na Rua da Alfândega, dirigida pelo nosso consócio Paulo Caratão Soromenho.

NOVEMBRO, dia 14: Visita de estudo ao Museu dos Condes de Castro Guimarães, em Cascais, parte da Biblioteca e Jardins, guiada por funcionários do Museu. Dia 28: Visita ao Palácio da Independência, orientada pelo Senhor Tenente Antunes, membro da Associação dos Deficientes das Forças Armadas; e Igreja de S. Luís dos Franceses, orientada pelo Pároco da Igreja; e às instalações da casa do Alentejo, com almoço após a visita.

DEZEMBRO, dia 4: Visita à Sociedade de Geografia de Lisboa orientada pelo Sr. Dr. Carlos Lopes Cardoso.

No dia 31 de Março, realizou-se uma Assembleia Geral do Grupo Amigos de Lisboa, que foi presidida pelo Senhor Dr. José Pereira do Costa, no impedimento por doença do Presidente Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho. Nela se preencheram por votação os lugares vagos dos Corpos Gerentes.

Merece uma menção especial a colaboração prestimosa que o Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho tem oferecido à Junta Directiva, assistindo, sempre que o seu estado de saúde o permitiu, às sessões da mesma e ajudando-a com o seu douto conselho.

A finalizar este Relatório, temos a honra de propor os seguintes votos:

1. De sentimento pelos sócios falecidos.

2. De agradecimento à Exma. Câmara Municipal de Lisboa pela colaboração tão valiosa que nos tem prestado.
3. De agradecimento à Secretaria de Estado da Comunicação Social pela cedência das salas do Palácio Foz para a 2.^a Exposição Temática de Pintura.
4. De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa; À Direcção do Museu de Arte Antiga e à Sociedade de Língua Portuguesa pela cedência das suas salas para a realização de algumas das nossas actividades culturais.
5. De agradecimento aos Senhores Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão de Contas pelo interesse com que seguiram os trabalhos da Junta Directiva.
6. De louvor às Senhoras Funcionárias da Secretaria.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1981.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Eng.º Manuel José Maia Athayde

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. João Pedro Manso Xavier de Brito

O SECRETÁRIO-GERAL-ADJUNTO

Vilians Leal

O TESOUREIRO

D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita

OS VOGAIS

Dr. José Garrido Mendes da Cruz

Dr.ª D. Anna-Maria Pereira da Gama

Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro

Coronel António Luís Tadeu

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1981

	ACTIVO	PASSIVO
Disponibilidades	230.432\$00	
Caixa	8.127\$20	
Caixa Geral de Depósitos	222.304\$80	
Créditos/Débitos a Curto Prazo	13.348\$00	547.238\$40
Devedores/Credores c/consignação	13.348\$00	497.238\$40
Devedores/Credores Gerais		50.000\$00
Existências	191.038\$10	
Livros à consignação	130.283\$00	
Edições	4.389\$90	
Emblemas	2.472\$50	
Olisipo	53.892\$70	
Imobilizações	55.898\$40	
Móveis e Utensílios	40.929\$20	
Biblioteca	14.969\$20	
Situação Líquida	56.521\$90	
Resultados Transitados	— 115.055\$10	
Resultados Apurados no Exercício	171.577\$00	
TOTAIS	547.238\$40	547.238\$40

DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE RESULTADOS

	DÉBITO	CRÉDITO
Cobrança de cotas	61.715\$00	474.940\$00
Jóias recebidas		5.800\$00
Livros à consignação (lucro)		94.377\$30
Olisipo (prejuízo)	128.696\$70	
Edições		4.732\$90
Emblemas		904\$70
Cartões de Identidade		600\$00
Subsídio da Câmara Municipal de Lisboa		250.000\$00
Receitas Diversas		23.091\$50
Realizações Culturais	36.835\$00	
Gastos Gerais	798.776\$70	
Resultado do Exercício (prejuízo)		171.577\$00
TOTAIS	1.026.023\$40	1.026.023\$40

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE GASTOS GERAIS

Material de escritório	47.178\$20
(Inclui a Tipografia: 32.392\$00 e Fotocópias: 8.248\$00)	
Conservação e Limpeza	27.297\$50
(Inclui a empregada de limpeza)	
Telefones	21.935\$50
CTT — Correios	24.485\$00
Transportes	6.659\$00
Contencioso, Notariado e Valores Selados	2.768\$00
Remunerações ao Pessoal	533.655\$00
Caixa de Previdência	112.155\$00
Fundo de Desemprego	15.598\$00
Quotização à Federação Portuguesa de Cultura e Recreio	1.200\$00
Outras despesas	5.845\$50
TOTAL	798.776\$70

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1982

DESENVOLVIMENTO DA C/GASTOS GERAIS

1.º SEMESTRE

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Material de escritório	10.266\$90	2.797\$50	20.144\$80	1.371\$00	1.738\$00	240\$50
Conservação/Limpeza	2.143\$50	1.522\$00	1.815\$00	2.590\$50	2.530\$00	1.860\$00
Telefone	651\$50	699\$00	2.476\$50	1.947\$50	2.021\$00	916\$00
CTT — Correios	3.721\$00	525\$00	3.632\$00	483\$50	3.447\$00	434\$50
Transportts	580\$00	480\$00	590\$00	480\$00	590\$00	654\$00
Contenc./Notariado	30\$00	—	198\$00	385\$00	76\$00	192\$00
Ordenados Pessoal	33.100\$00	33.100\$00	33.100\$00	36.500\$00	33.100\$00	33.100\$00
Cx. de Previdência	7.318\$00	10.520\$00	6.998\$00	6.520\$00	6.998\$00	7.520\$00
F. de Desemprego	978\$00	978\$00	978\$00	978\$00	978\$00	978\$00
Quotas F. P. C. Recreio	—	—	300\$00	—	—	—
Outras Despesas	—	—	—	907\$50	552\$00	—
TOTAL SEMESTRAL	58.788\$90	50.621\$50	70.232\$30	52.163\$00	51.552\$00	46.895\$00

2.º SEMESTRE

	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Material de escritório	608\$00	517\$00	2.688\$50	1.088\$50	3.271\$00	2.446\$50
Conservação/Limpeza	2.979\$00	1.660\$00	2.070\$00	2.250\$00	3.907\$50	1.970\$00
Telefone	1.870\$50	—	2.845\$00	1.678\$00	1.832\$00	3.998\$50
CTT — Correios	3.425\$00	—	3.523\$00	294\$50	1.480\$00	3.519\$50
Transportts	480\$000	—	780\$00	560\$00	680\$00	785\$00
Contenc./Notariado	605\$00	—	604\$00	100\$00	578\$00	—
Ordenados Pessoal	66.700\$00	36.230\$00	36.000\$00	51.075\$00	90.575\$00	51.075\$00
Cx. de Previdência	13.040\$00	6.520\$00	7.146\$00	10.621\$00	18.811\$00	10.621\$00
F. de Desemprego	1.956\$00	978\$00	1.072\$00	1.518\$00	2.688\$00	1.518\$00
Quotas F. P. C. Recreio	—	—	—	—	900\$00	—
Outras Despesas	—	—	—	3.636\$00	—	750\$00
TOTAL SEMESTRAL	91.663\$50	45.905\$00	56.728\$50	72.821\$00	124.722\$50	76.683\$50

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1982

Alguns Esclarecimentos e Considerações Sobre o Balanço e Resultados do Exercício de 1981

Para um melhor entendimento do Balanço e Resultados do Exercício de 1981, julgou-se oportuno, à semelhança do ano anterior, fazê-lo acompanhar de alguns esclarecimentos sobre as parcelas integrantes, bem como apresentar algumas considerações e sugestões sobre um ou outro ponto que mereça ser reanalisado.

A. BALANÇO

1. A conta de «CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS» integra igualmente os cem contos depositados numa conta a prazo, não constituindo portanto uma disponibilidade para o Grupo, mas sim um crédito a curto prazo.

2. A conta de «DEVEDORES/CREDORES C/ CONSIGNAÇÃO» reflecte por um lado a posição devedora das livrarias para quem o Grupo remete livros à consignação, e por outro a posição credora da Câmara Municipal de Lisboa (dívida relativa a dois anos) e outros pela sua remessa à consignação de livros e publicações para serem vendidos pelo Grupo.

3. A conta «DEVEDORES/CREDORES GERAIS» traduz a posição devedora do Grupo para com a Tipografia Ramos, Afonso & Moita pela impressão do Olisipo n.º 142/3.

B. RESULTADOS

Conforme se pode verificar o resultado apurado no exercício de 1981 foi de um prejuízo de 171.577\$00, resultado que se ficou basicamente devendo às seguintes circunstâncias:

1. Diminuição do número de sócios, pois registou-se o seguinte movimento associativo:

Em 1/1/81 existiam 761 sócios efectivos e

em 31/12/81 existiam 719 sócios efectivos

pelo que a cobrança de quotas não atingiu o valor que seria desejável, apesar do aumento para 80\$00 da quota mensal.

Julga-se que na próxima Assembleia Geral deveria ser proposto o aumento da quota para 100\$00/mês e da jóia para 200\$00, o que se justifica pelo aumento das despesas de funcionamento normal do Grupo face à inflação e subida constante dos preços. Aliás os valores propostos podem considerar-se dentro do que está sendo praticado por outras Associações de carácter cultural.

Ainda relativamente à cobrança da quotização há a salientar que, conforme se pode verificar, cerca de 13% (61.715\$00) foi absorvida pela comissão paga ao cobrador, havendo, portanto, que consciencializar os sócios para a necessidade de pagarem as suas quotas através de uma das outras modalidades de pagamento que lhes foi indicada, e que não acarrete mais encargos para o Grupo.

Por outro lado só foi cobrada cerca de 70% da quotização devida, o que representa uma verba da ordem dos 200 contos que o Grupo não recebeu em tempo útil e oportuno.

Tudo isto significa que a quotização — fonte fundamental de receita para o Grupo — e sobretudo a respectiva cobrança, continuam a constituir um problema para o qual ainda não foi encontrada a solução adequada, pelo que terá de se continuar a apelar para a boa vontade e compreensão dos sócios.

2. Impressão do Olisipo n.º 142/3 que constituiu um encargo bastante elevado para o Grupo, custando cada exemplar cerca de

169\$00. Dos 1000 exemplares imprimidos, 70 foram oferecidos e 681 distribuídos gratuitamente pelos sócios, com despesas de expedição no montante de 22.490\$00, o que se traduziu numa despesa total de 153.465\$00.

Relativamente a esta impressão do *Olisipo* n.º 142/3, julga-se oportuno referir que apenas contámos com o subsídio de 100 contos concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1980, pelo que se deveria expôr junto desta Fundação e da Secretaria de Estado da Cultura — Direcção-Geral de Acção Cultural, que já concedeu um subsídio para *Olisipo* n.º 141, o esforço financeiro feito pelo Grupo para editar este número do Boletim dedicado a Camões e à sua obra, publicação que sendo de grande interesse para o engrandecimento da cultura olisiponense merecerá certamente o devido apoio das referidas Entidades.

Encargos com a cobrança de quotas e despesas com *Olisipo* sobretudo a distribuição gratuita de um número cujo custo foi tão elevado, foram assim as duas razões principais que conduziram ao resultado indicado para o exercício de 1981.

Há, no entanto, que salientar que atendendo aos resultados transitados de exercícios anteriores, particularmente devido ao lucro registado no exercício de 1980, a situação líquida passiva que transita é de 56.521\$90, situação que se espera melhorar no exercício de 1982.

C. REALIZAÇÕES CULTURAIS

As despesas com as realizações culturais levadas a cabo foram de uma maneira geral cobertas pela comparticipação dos sócios participantes, indicando-se a seguir as que acarretam encargos para o Grupo:

Exposição de Pintura Temática	18.117\$00 a)
Arraial Antoniano	11.857\$00
Concerto na Igreja de S. Roque	8.056\$00
TOTAL	38.030\$00

a) Esta parcela corresponde à despesa suportada pelo Grupo, porquanto a Câmara Municipal de Lisboa concedeu um subsídio extra de 150.000\$00 para a realização desta Exposição.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1982.

O TESOUREIRO

Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita

Exmos Consócios:

Examinamos o Relatório e Contas que nos foi apresentado pela Junta Directiva e verificamos que de facto dois pontos condicionaram o resultado do exercício:

A diminuição do número de sócios que representou uma quebra de receita importante, o prejuízo resultante da edição do Boletim lisipo n.º 142/3, que atingiu 153 465\$00, o aumento normal dos Gastos Gerais na ordem dos 240 mil escudos e o não recebimento de qualquer subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian ao contrário do que se passou no exercício anterior afigura-se-nos bastante elucidativo para a verificação do prejuízo registado.

Devemos notar que a Exma. Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir com três subsídios: dois propriamente destinados como de costume ao Grupo e outro de carácter extraordinário no valor de 150 000\$00 para a realização da Exposição de Pintura Temática.

Verificada a exactidão das contas é nosso dever realçar a boa gerência da Junta Directiva um organismo, que dado o seu objectivo, há-de normalmente acusar uma vida financeira difícil enquanto as entidades oficiais directamente ligadas à Cultura não puderem subsidiar justamente a actividade dos Amigos de Lisboa.

Concluindo, temos a honra de propôr que aproveis:

- a) O Relatório e Contas do exercício em apreciação, incluindo os votos consignados no mesmo;
- b) Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1982.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O SECRETÁRIO

Dr. Aníbal da Gama Caeiro

O RELATOR

Dr. José de Freitas Branco de Herédia

CORPOS GERENTES ELEITOS
na Assembleia Geral de 31-III-1981

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Dr. Paulo Caratão Soromenho
Vice-Presidente — Dr. José Pereira da Costa
1.º Secretário — Eng.º Mário José Gomes Páscoa
2.º Secretário — Dr. Luís Leite Faria

JUNTA DIRECTIVA
EFECTIVOS

- Presidente* — Prof. Doutor João Cândido de Oliveira
Vice-Presidente — Eng.º Manuel José Maia Atayde
Secretário-Geral — Dr. João Xavier de Brito
Secretário-Geral Adj. — Vilians Leal
Tesoureiro — D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita
Vogais — Dr. José Garrido Mendes da Cruz
— Dr.ª D. Anna-Maria Pereira da Gama
— Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro
— Coronel António Luís Tadeu

SUBSTITUTOS

- Presidente* — Dr. José Roberto Pinto
Vice-Presidente — Dr.ª Irisalva Nóbrega Moita
Secretário-Geral — Dr.ª Matilde Pessoa de Figueiredo
Secretário-Geral Adj. — Joaquim Ramos Baptista
Tesoureiro — Dr. Artur Gouveia de Carvalho
Vogais — Eng.º José Teixeira da Costa
— Arq.º Sebastião Formosinho Sanchez
— D. Madalena Pereira d'Azevedo
— Dr. Gustavo Coutinho Mota

COMISSÃO DE CONTAS

EFFECTIVOS

Presidente — Dr. Francisco G. do Couto Santos
Secretário — Dr. Aníbal Gama Caeiro
Relator — Dr. José de Freitas Branco de Herédia

SUBSTITUTOS

Presidente — José Pires Cardoso de Oliveira
Secretário — Eng.º Diogo Sobral
Relator — Dr. Miguel Horta e Costa

COMISSÃO DE JOVENS

Júlio César Elvas Pinheiro
D. Maria Margarida Abecassis

ESTUDOS HISTÓRICOS DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita
Dr. Durval Pires de Lima
Eng.º Manuel José Maia Athayde
Dr. Adriano de Gusmão
Dr.ª Matilde Pessoa de Figueiredo

ESTUDOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

Dr. João Xavier de Brito
Dr. José Cassiano Neves
Dr. António Ferreira Marques
Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos
Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa
Dr. Gustavo Coutinho Mota

ESTUDOS DE ESTÉTICA E URBANIZAÇÃO

Arq.º Luís Benavente

Arq.º António Veloso Reis Camelo

Dr.ª Estela Basso

Eng.º Diogo Sobral

Arq.º António Caria Mendes

MOVIMENTO CULTURAL E DE PROPAGANDA

Dr.ª Irisalva Nóbrega Moita

Dr. Paulo Caratão Soromenho

Padre Francisco Santos Costa

Dr. José Fernando Mascarenhas

Francisco Pinto Fernandes

COMISSÃO DO BOLETIM

Presidente (Nomeado) — Dr. Paulo Caratão Soromenho

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA referente ao ano de 1982

Mais uma vez a Junta Directiva do Grupo Amigos de Lisboa, dando cumprimento ao Art. 33.º dos Estatutos respectivos, apresenta a V. Exas. o relatório das suas actividades do ano findo.

Procedendo ao balanço do número de sócios durante o Ano de 1982, verificamos que:

Existiam em 1-1-82	719	
Honorários	4	723
	—	
Faleceram	4	
Faleceu — Sócio Honorário	1	
Pediram a demissão	64	— 69
	—	—
		654
Foram admitidos	48	
Foram readmitidos	2	+ 50
	—	—
Total dos sócios existentes em 31-12-82		704

Deste modo, comparando o total registado com o número de sócios existentes no Ano Anterior (719), concluímos que houve este ano um pequeno decréscimo (15 sócios). Tal facto obriga-nos a repensar em medidas indispensáveis ao incremento do número de associados.

3054 — Luciano Mendes Moreira
4181 — José Manuel dos Reis Vaz
2926 — Padre José Maria de Freitas
222 — Dr. António Brito Rato
1969 — Almirante Nuno de Brion — Sócio Honorário

Durante o ano de 1982 a Junta Directiva reuniu por convocatória 22 vezes.

A estas reuniões compareceram frequentemente o Presidente da Assembleia Geral, os membros da Comissão de Contas e os membros efectivos e substitutos da Junta Directiva.

Durante o ano preocupou-nos a situação financeira do Grupo, já que a quotização dos sócios é, por si só, insuficiente para fazer face aos encargos básicos.

É-nos grato registar que além da utilização graciosa das instalações do Palácio da Mitra, a Câmara Municipal de Lisboa nos concedeu no fim do Ano um subsídio de 150 000\$00.

Embora se trate de uma contribuição valiosa, que muito agradecemos, há que reconhecer a necessidade da obtenção de subsídios mais elevados desta ou doutras entidades públicas ou privadas para a subsistência do Grupo.

As nossas verbas de receitas e despesas no Ano de 1982 podem resumir-se do seguinte modo:

	DEBITO	CREDITO
Cobrança de quotas	92 129\$00	595 675\$00
Jóias recebidas	—	4 250\$00
Livros à Consignação... ..	—	85 695\$00
Olisipo	—	3 484\$00
Edições	—	2 105\$00
Emblemas	—	161\$30
Cartões de Identidade	—	340\$00
Subsídio da C. M. L.	—	150 000\$00
Receitas Diversas	—	18 132\$30
Realizações Culturais	—	20 024\$00
Gastos Gerais	850 638\$30	—
Resultado do Exercício (Prejuízo)		62 770\$00
	<hr/>	<hr/>
TOTAIS	942 638\$30	942 638\$30

Saliente-se que a Junta Directiva, embora consciente dos fracos recursos do Grupo, mas com o intuito de Justiça Social, actualizou os vencimentos do pessoal de acordo com as tabelas vigentes.

Entre as Actividades Culturais não referidas nas Circulares que habitualmente são distribuídas aos nossos associados devemos mencionar as seguintes:

a) Conferência do Prof. Costa Miranda sobre Paggi, o primeiro tradutor italiano dos Lusíadas, que teve lugar no Palácio das Galveias em 17/3/82. Apresentou o Conferente o Prof. Cândido de Oliveira, presidente da Junta do Grupo; b) Participação na Feira do Livro, durante o período habitual. c) Iniciativa de um Concurso de Quadras Populares a Santo António, tendo a participação da Câmara Municipal de Lisboa, com a atribuição de vários prémios, sendo o Júri constituído pelos Srs. Dr. Fernando Castelo Branco Chaves, Dr. Pina Vidal e a Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita; d) Concurso de tronos de Santo António; também com a participação da Câmara Municipal de Lisboa, neste concurso teve uma sessão de distribuição de prémios no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa; foi o Júri constituído pela Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, Dr. Irisalva Moita e Dr. Fernando Castelo Branco. Os prémios dos Concursos anteriores, também de iniciativa do Grupo Amigos de Lisboa, foram distribuídos na mesma sessão. A esta presidiu o Presidente da C.M.L. Eng. Nuno Abecassis, ladeado pelos vereadores da Câmara e pelo Presidente do Conselho Municipal, simultaneamente Presidente do Grupo, Prof. Dr. Cândido de Oliveira. As quadras premiadas foram recitadas pela Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita; e) O Presidente da Junta Directiva do Grupo participou, a convite do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, numa reunião sobre as marchas populares; f) Foi também o Grupo convidado a dar o seu parecer sobre as maquetas da remodelação do Martim Moniz a integrar na Exposição Lisboa no Futuro; g) O Sr. Prof. Cândido de Oliveira, foi mais uma vez reconduzido no seu lugar de Presidente do Conselho Municipal; h) Foi ainda da iniciativa do Grupo o pedido à C.M.L. de um Concurso de Montras, tendo como tema o Natal. Não pôde esta iniciativa ter lugar, dado o período eleitoral para a Câmara e autarquias.

Continua o Grupo Amigos de Lisboa a lamentar que os órgãos de Comunicação Social na sua maioria se mantenham silenciosos acerca das nossas Actividades. Damos em seguida uma nota resumida das manifestações culturais que foram levadas a cabo no ano de 82.

JANEIRO : *Sábado, dia 9 às 15 horas* — Visita ao Instituto de Odiveias, onde fomos recebidos pela Directora Dr.^a Deolinda dos Santos Fonseca, pela Subdirectora Dr.^a Ofélia Sena Martins e demais pessoal docente. Dirigiu a visita a Dr.^a D. Herculana Sales. No final o Presidente do Grupo agradeceu o acolhimento. Esta visita foi da iniciativa da Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita. *Sábado, dia 16 às 14.30* — Visita à Casa Museu Anastácio Gonçalves, efectuada por pequenos grupos dada a natureza das instalações. Os visitantes foram acompanhados pelos funcionários do Museu. A Directora do referido Museu não esteve presente. Em seguida, os participantes dirigiram-se à igreja de S. Sebastião da Pedreira, mas não houve visita por ausência do pároco. *Sábado, dia 23 às 10.30 h.* — Visita à Academia Nacional de Belas-Artes. Conduziu a visita o Presidente da Academia, Prof. Ayres de Carvalho, que dirigiu uma saudação ao Grupo e ofereceu separatas de trabalhos da Academia. Agradeceu o Presidente do Grupo. A visita foi da iniciativa do Eng.^o Maia Athayde. *Sábado, dia 30 às 10 h.* — Visita à Rádio Renascença, guiada por funcionários superiores da Empresa. Agradeceu a Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, que foi responsável pela visita.

FEVEREIRO : *Sábado, dia 6 às 15 h.* — Visita ao Museu da Arte Popular acompanhada pelo Sr. Villians Leal. Contribuíram para o esclarecimento dos sócios as intervenções da Sr.^a D. Adriana Barata Moura e do Sr. Coronel António Tadeu. *Sábado, dia 13 às 18 h.* — Visita ao Planetário Calouste Gulbenkian. O Sr. Eng. Mário Páscoa fez a introdução sobre a construção do Planetário em que participou, e um especialista da Instituição apresentou o programa adequado. Agradeceu o Presidente do Grupo. *Sábado, dia 20 às 15h.* — Visita às instalações da Liga dos Amigos dos Hospitais, onde os sócios foram recebidos pela Direcção respectiva e onde a Directora Administrativa da Liga Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita fez a história da Instituição e orientou os visitantes. *Sábado, dia 27 às 15 h.* — Visita ao Palácio das Necessidades, orientada pelo Sr. Dr. Corte-Real que referiu a História do Palácio e mostrou as suas dependências. Compareceram cerca de 200 pessoas. O Presidente do grupo agradeceu.

MARÇO : *Sábado, dia 6 às 11 h.* — Visita à Biblioteca da Ajuda. Os sócios do Grupo foram guiados pela conservadora Sr.^a Dr.^a D. Maria da Conceição Geada, que havia preparado expressamente

uma pequena exposição de livros antigos sobre Lisboa. A visita foi da iniciativa do Sr. Eng.º Maia Athayde. *Sábado, dia 13 às 15 h.* — Visita à Torre de Belém. A visita iniciou-se com uma exposição histórica pelo Sr. Coronel António Tadeu. Em seguida o consócio Sr. Carlos Pereira Callixto orientou os visitantes através das várias dependências da Torre. Interveio também o Sr. Eng.º Agostinho Gambeta. *Sábado, dia 20 às 10 h.* — Visita ao Aqueduto das Águas Livres-Mãe da Água, nas Amoreiras, orientada pelos Sr. Teixeira Rainha e Dr. Vasco Miranda. Seguiu-se a visita à Capela da Nossa Senhora do Monserrate, conduzida pelo Sr. Eng.º Maia Athayde. *Sábado, dia 27 às 15 h.* — Visita ao Palácio Centeno, hoje Reitoria da Universidade Técnica. Orientaram-na os Sr. Vice-Reitores da mesma Universidade Prof. Zózimo Pedroso e Herold. Sobre os azulejos do Palácio fez uma dissertação o Sr. José Meco, após a qual se efectuou um passeio aos jardins do Torel. A visita foi da iniciativa do Presidente do Grupo Prof. Cândido de Oliveira. Não houve tempo para realizar a visita anunciada à Igreja da Nossa Senhora da Pena.

ABRIL : *Sábado, dia 3 às 15 h.* — Visita às instalações dos Inválidos do Comércio, no Lumiar. Por iniciativa da Sr.ª D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, que foi coadjuvada pelas Assistentes Sociais da Instituição Sr.ªs D. Maria Claude e D. Maria da Conceição Triboulet; organizou-se uma sessão de convívio, com recitações e cantos em que colaboraram sócios do Grupo e residentes. *Sábado, dia 17 às 12 h.* — Almoço-convívio dedicado ao fado, e realizado no Pátio das Cantigas, na Rua de S. Caetano à Lapa. Cantaram o fado Ada de Castro e outros fadistas. Também se fizeram ouvir alguns sócios do Grupo. A organização foi do Sr. Eduardo Sucena. *Sábado, dia 24 às 15 horas* — Visita ao antigo Palácio do Conde de Óbidos hoje sede da Cruz Vermelha Portuguesa, onde fomos recebidos pelo Secretário-Geral Sr. Brigadeiro França Dória. A visita foi orientada pela Sr.ª Dr.ª D. Maria Clementina de Vasconcelos, que expôs a história do Palácio e sua integração na Cruz Vermelha Portuguesa. A visita foi da iniciativa do Presidente do Grupo Prof. Cândido de Oliveira, que agradeceu aos dirigentes da Instituição.

MAIO : *Sábado, dia 8 às 15 h.* — Visita à 2.ª Secção do Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, orientada pelo seu Director Sr. Brigadeiro Eugénio Rodrigues Coelho e pelo Subdirector Coronel

Barros e Bastos. Após a visita foi servido um beberete. Organizaram esta manifestação cultural os Srs. Coronel António Tadeu, Eng.º Maia Athayde e Major Armando Inglês. O Presidente do Grupo agradeceu. *Sábado, dia 22 às 15 h.* — Visita ao Reservatório dos Barbadinhos, da EPAL: da responsabilidade do Sr. Eng.º Maia Athayde e orientada pelo Sr. Teixeira Rainha. O Presidente agradeceu. *Sábado, dia 29 às 14 h.* — Visita ao antigo convento da Graça, onde estão instalados os Serviços Gerais do Exército, orientada pelo respectivo Comandante. Após a visita foi oferecida uma merenda. Preparou esta actividade o Sr. Eng.º Maia Athayde. O Presidente agradeceu.

JUNHO : *Sábado, dia 5 às 15 h.* — Visita à Exposição Antoniana na Sé de Lisboa, orientada pela Sr.ª Dr.ª Irisalva Moita, nossa consócia e Directora dos Museus Municipais. *Sábado, dia 12 às 15 h.* — — Visita ao antigo Convento de S. Domingos de Benfica, em especial às dependências anexas ao Instituto Técnico Militar dos Pupilos do Exército, orientada pelos Srs. Eng.º Maia Athayde e Coronel António Tadeu. Os visitantes foram elucidados pelo Director do Instituto, pelo Rev. Dr. Raúl Rolo e pelo Sr. José Meco. *Sábado, dia 19 às 15 h.* — — Visita ao Recolhimento do Grilo, orientada pela respectiva Directora Sr.ª D. Maria José Pires Soares. Visita à Igreja de S. Bartolomeu de Beato, acompanhada pelo pároco. Estas manifestações culturais foram preparadas pelos Srs. Eng.º Maia Athayde, Coronel António Tadeu e José Meco. *Sábado, dia 26 às 15 h.* — Visita ao Palácio do Marquês de Pombal, na antiga Rua Formosa, guiada pela Sr.ª Dr.ª D. Irisalva Moita. Iniciou-se a visita pelo chafariz fronteiro ao Palácio. Neste visitou-se o rés-do-chão, onde habita a Sr.ª D. Estela Freitas Branco e sua família que, por amável deferência, consentiram que se percorressem as salas, quartos e jardins. No primeiro andar, onde está instalada a Casa da Madeira, os sócios do Grupo foram recebidos pelo Presidente daquela Instituição que, além de guiar a visita às dependências, proporcionou um concerto de música e canto do século XVIII. No final foi oferecido um Madeira de honra que o Presidente do Grupo agradeceu. Preleccionou sobre os azulejos do Palácio o Sr. José Meco. A visita foi da iniciativa do Presidente do Grupo e insere-se na lista de comemorações que os Amigos de Lisboa dedicam ao centenário do Marquês de Pombal.

JULHO : *Sábado, dia 10 às 15 h.* — Visita à Tapada das Necessidades orientada pelo Sr. Eng.º Figueiredo Ribeiro. Visita à Capela de Nossa Senhora das Necessidades e mais tarde à Igreja de S. Francisco de Paulo de que foi orientador o Sr. Eng.º Maia Athayde. *Sábado, dia 17 às 15 h.* — Visita ao Palácio Pombal em Oeiras, na sequência das comemorações pombalinas, que o Grupo tem levado a cabo. Conduziu a visita o Sr. José Meco. Em seguida foi visitada a Câmara Municipal de Oeiras. *Sábado, dia 24 às 13 h.* — Almoço de confraternização no Restaurante Romplius, no Pátio Alfacinha à Ajuda por indicação do Presidente do Grupo. Esta iniciativa deveu-se à Sr.ª D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita.

SETEMBRO : *Sábado, dia 25 às 15 h.* — Visita à Quinta de Cima do Marquês em Oeiras. Conduziu este passeio o Sr. José Meco.

OUTUBRO: *Sábado, dia 9 e Domingo, dia 10* — Passeio a Olivença, com dormida em Badajoz. Visitaram-se os principais monumentos daquela povoação portuguesa e percorreram-se várias aldeias do respectivo território. Serviu de guia o Sr. Nuno de Oliveira e também prestaram esclarecimentos os Srs. Eng.º Athayde e Coronel António Tadeu. Distribuíram-se aos participantes folhetos alusivos à história e arqueologia da citada povoação, da autoria da Sr.ª D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita e de «Ecos de Belém». *Sexta-Feira, dia 15 às 18.30 h.* — Conferência pelo Sr. Prof. Dr. Francisco Gama Caeiro, subordinada ao título «Santo António e a Cidade de Lisboa» e efectuada no Palácio Galveias. Presidiram o vereador do pelouro da Cultura da C.M.L. e o Prof. Pedro Calmon, da Academia Brasileira de Letras. Comentou e agradeceu a conferência o Presidente do Grupo. *Sábado, dia 16 às 18.30 h.* — Visita às obras das novas instalações do Metropolitano de Lisboa, com entrada pela praça General Humberto Delgado. Conduziram a visita os técnicos superiores daquela Organização. Foi responsável por esta actividade do Grupo o Sr. Eng.º Mário Páscoa. *Sábado, dia 30 às 10 h.* — Visita à Cooperativa Militar seguida de almoço de convívio no restaurante daquela Instituição. Os Amigos de Lisboa foram recebidos pelo Director da Cooperativa Sr. General Themudo Barata. Agradeceu o Presidente do Grupo. A visita foi organizada pela Sr.ª D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita.

NOVEMBRO : *Sábado, dia 6 às 15 h.* — Visita de inauguração à Exposição Pombalina, no Museu da Cidade, orientada pela Conservadora Chefe dos Museus Municipais, Sr.^a Dr.^a D. Irisalva Moita. Durante a visita distribuíram-se aos Amigos de Lisboa presentes os três volumes do belo catálogo descritivo da Exposição. *Sábado, dia 13 às 15 h.* — Visita ao Palácio de Queluz e seus jardins seguida de merenda na Cozinha Velha. Estas manifestações foram da responsabilidade da Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita. *Sábado, dia 20 às 15 h.* — Visita à Cinemateca Nacional e respectivo Museu orientada pelo seu Director Sr. Luís de Pina. Organizaram a visita os Srs. Eng.^o Maia Athayde e Coronel António Tadeu. Agradeceu o Presidente do Grupo. *Sábado, dia 27 às 15 h.* — Passeio evocativo da reforma pombalina da Baixa Lisboeta, conduzido pela Sr.^a Dr.^a D. Irisalva Moita e Sr. José Meco. Durante o passeio visitou-se o Café Martinho da Arcada, onde o Sr. Coronel António Tadeu expôs alguns dados relativos ao mesmo. Aí foi o Grupo recebido pelos proprietários do Café, entre os quais o Sr. Gastão Silva, que proporcionou esta visita e ofereceu uma pequena merenda. Agradeceu o Presidente do Grupo.

DEZEMBRO : *Sábado, dia 4 às 15 h.* — Visita à Academia Militar e Capela Real da Bemposta, orientada pelo Sr. Coronel Sousa Costa, bibliotecário daquela Instituição. A visita à capela foi comentada pelo Eng.^o Maia Athayde e Coronel António Tadeu. *Sábado, dia 11 às 15 h.* — Visita à Igreja de Nossa Senhora da Graça, e anexos, em complemento da que fora efectuada no antigo Convento. Orientou esta visita, o Sr. Eng.^o Maia Athayde, com o concurso do especialista de azulejos Sr. José Meco. *Domingo, dia 19* — Concerto de Natal, na Igreja de S. Roque, com a cooperação da Orquestra da Fundação Musical dos Amigos das Crianças e do seu coro. Deve-se esta iniciativa à Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita.

Permitimo-nos fazer notar a sobrecarga de trabalho dos nossos colegas, Directores Eng.^o Maia Athayde e Coronel António Tadeu, os quais estudaram, prepararam e conduziram a maior parte das visitas de estudo ao longo do ano. A Sr.^a Dr.^a D. Irisalva Moita e o Sr. José Meco, pelo seu saber e dedicação ao Grupo, muito contribuíram para o êxito das nossas manifestações culturais. Todos os restantes orientadores das visitas, entre os quais destacamos a Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, são credores da nossa gratidão.

Está concluído e pronto a imprimir mais um número da nossa revista *Olisipo*, graças aos infatigáveis cuidados do Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho. Infelizmente não foi ainda possível efectuar a sua publicação por dificuldades financeiras.

No dia 8 de Fevereiro de 1982 realizou-se no Ateneu Comercial, uma Assembleia Geral do Grupo Amigos de Lisboa, a que presidiu o nosso consócio Dr. José Pereira da Costa, no impedimento por doença do Presidente Dr. Paulo Caratão Soromenho. Durante o acto preencheram-se, por votação, os lugares vagos dos Corpos Gerentes.

Terminamos este relatório com a proposta dos seguintes votos:

- 1.º — De sentimento pelos sócios falecidos.
- 2.º — De agradecimento à Exma. Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa colaboração que nos tem dispensado.
- 3.º — De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa pela cedência da sala, onde se realizou a Assembleia Geral.
- 4.º — De agradecimento aos Senhores Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão de Contas pelo entusiasmo com que seguiram os trabalhos da Junta Directiva.
- 5.º — De louvor às senhoras Funcionárias da Secretaria do Grupo.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1982.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Eng.º Manuel José Maria Athayde

O SECRETARIO GERAL

Dr. José Pedro Manso Xavier de Brito

O SECRETARIO GERAL ADJUNTO

Vilians Leal

O TESOUREIRO

D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita

OS VOGAIS

Dr. José Garrido Mendes da Cruz

Dr.ª D. Ana Maria Pereira da Gama

Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro

Coronel António Luís Tadeu

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1982

	ACTIVO	PASSIVO
<i>Disponibilidades</i>	126.196\$00	
Caixa	21.360\$40	
Caixa Geral de Depósitos	104.835\$60	
<i>Créditos/Débitos a Curto Prazo</i>	2.120\$00	571.708\$90
Devedores/Credores c/consignação	2.120\$00	565.613\$90
Devedores/Credores Gerais		6.095\$00
<i>Existências</i>	256.722/60	
Livros à consignação	197.346\$00	
Edições	4.240\$70	
Emblemas	2.213\$80	
Olisipo	52.922\$10	
<i>Imobilizações</i>	67.378\$40	
Móveis e utensílios	52.409\$20	
Biblioteca	14.969\$20	
<i>Situação Líquida</i>	119.291\$90	
Resultados Transitados	56.621\$90	
Resultados Apurados no Exercício	62.770\$00	
TOTAIS	571.708\$90	571.708\$90

DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE RESULTADOS

	DEBITO	CREDITO
Cobrança de quotas	92.129\$00	595.675\$00
Jóias rcebidas		4.250\$00
Livros à consignação (lucro)		85.695\$50
Olisipo		3.484\$40
Edições		2.105\$80
Emblemas		161\$30
Cartões de Identidade		340\$00
Subsídio da Câmara Municipal de Lisboa		150.000\$00
Receitas Diversas		18.132\$30
Realizações Culturais		20.024\$00
Gastos Gerais	850.509\$30	
Resultado do Exercício (prejuízo)		62.770\$00
TOTAIS	942.638\$30	942.638\$30

DESENVOLVIMENTO DA C/GASTOS GERAIS

1.º SEMESTRE

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Material de escritório ...	4.930\$00	740\$00	8.941\$00	2.306\$00	498\$50	1.087\$00
Conservação/Limpeza	1.734\$00	2.090\$00	3.208\$50	1.733\$50	2.495\$00	2.135\$00
Telefone	3.389\$50	2.322\$00	1.226\$50	1.244\$00	2.126\$00	1.275\$50
CTT — Correios	318\$00	3.225\$00	2.136\$00	928\$00	1.315\$00	398\$50
Transportes	925\$00	925\$00	655\$00	655\$00	655\$00	985\$00
Cont./Not./Val fiscal. ...	306\$00	306\$00	130\$00	240\$00	—	420\$00
Ordenados Pessoal	39.500\$00	39.500\$00	39.500\$00	39.500\$00	39.500\$00	79.000\$00
Caixa de Previdência ...	8.190\$00	8.190\$00	8.190\$00	8.190\$00	8.190\$00	16.380\$00
Fundo de Desemprego ...	1.170\$00	1.170\$00	1.170\$00	1.170\$00	1.170\$00	2.340\$00
Outras Despesas	—	2.266\$00	300\$00	—	—	—
TOTAIS ..	60.462\$50	60.734\$00	65.457\$50	55.966\$50	55.949\$50	104.021\$00

2.º SEMESTRE

	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Material de escritório ...	1.629\$00	1.277\$50	1.138\$00	5.942\$00	1.861\$50	6.898\$00
Conservação/Limpeza	4.497\$00	2.784\$80	3.769\$00	1.680\$00	3.071\$50	4.577\$00
Telefone	988\$50	—	3.342\$00	1.730\$50	1.832\$00	3.141\$00
CTT — Correios	4.440\$00	554\$50	4.281\$50	4.417\$00	511\$00	8.115\$00
Transportes	655\$00	655\$00	1.070\$00	655\$00	655\$00	1.294\$00
Cont./Not./Val fiscal. ...	180\$00	—	450\$00	—	—	1.038\$00
Ordenados Pessoal	39.500\$00	39.500\$00	42.750\$00	39.500\$00	39.500\$00	97.200\$00
Caixa de Previdência ...	8.190\$00	8.190\$00	8.190\$00	8.190\$00	8.190\$00	20.202\$00
Fundo de Desemprego ...	1.170\$00	1.170\$00	1.170\$00	1.170\$00	1.170\$00	2.886\$00
Outras Despesas	300\$00	50\$00	—	—	—	600\$00
TOTAIS ...	61.549\$50	54.181\$80	66.160\$50	63.284\$50	56.791\$00	145.951\$00

Lisboa, 17/1/83

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1982

Exmos. Consócios:

Do relatório e contas apresentado pela Junta Directiva salientamos os seguintes pontos que se nos afiguram de maior peso no resultado negativo do exercício:

- 1 — Não ter havido aumento do número de sócios, mas sim diminuição, o que aliás se verifica desde fins de 1980, embora menos acentuado do que em 1981, apesar do número de admissões ter sido mais baixo, mas em contrapartida houve um decréscimo grande nas saídas de sócios.
Parece-nos que se deverá avançar numa campanha de admissão de sócios, procurando-se dominar toda a dificuldade que isso encerra, e seria desejável que se venha a conseguir a receita das cotizações possa normalmente equilibrar, pelo menos, os gastos gerais.
- 2 — O subsídio da Câmara Municipal de Lisboa ter sido apenas de 150.000\$00, portanto menos 100.000\$00 do que em 1981, na realidade significa um prejuízo maior do que esta verba, se atendermos ao índice de inflação monetária superior a vinte por cento.
- 3 — Não ter havido qualquer contribuição da Fundação Calouste Gulbenkian.

Verificada a exactidão das contas apresentadas é nossa obrigação enaltecer a acção da Junta Directiva que tem sido incansável em gerir e dinamizar este organismo, cumprindo uma tarefa muito difícil e altamente dignificadora para a cultura nacional.

A terminar, temos a honra de propôr à vossa aprovação:

- a) Relatório e contas do exercício findo e os votos nele expressos;
- b) Um voto de louvor à Junta Directiva pela acção desenvolvida na condução da vida administrativa e cultural do Grupo.

Lisboa, 1 de Fevereiro de 1983.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. José de Freitas Branco de Herédia

O SECRETARIO

Dr. Aníbal da Gama Caiiro

O RELATOR

Conrado Andersen

CORPOS GERENTES ELEITOS
na Assembleia Geral de 8-2-1982

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Dr. Paulo Caratão Soromenho
Vice-Presidente — Dr. José Pereira da Costa
1.º Secretário — Eng.º Mário José Gomes Páscoa
2.º Secretário — Manuel Filipe Névoa Lopes Tadeu

JUNTA DIRECTIVA

EFFECTIVOS

- Presidente* — Prof. Doutor João Cândido de Oliveira
Vice-Presidente — Eng.º Manuel José Maia Athayde
Secretário-Geral — Dr. João Xavier de Brito
Secretário-Geral Adj. — Vilians Leal
Tesoureiro — D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita
Vogais — Dr. José Garrido Mendes da Cruz
— Dr.ª D. Anna-Maria Pereira da Gama
— Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro
— Coronel António Luís Tadeu

SUBSTITUTOS

- Presidente* — Dr. José Roberto Pinto
Vice-Presidente — Dr.ª Irisalva Nóbrega Moita
Secretário-Geral — Dr. João Gerardo Vieira Lisboa
Secretário-Geral Adj. — Joaquim Ramos Baptista
Tesoureiro — Dr. Artur Gouveia de Carvalho
Vogais — Eng.º José Teixeira da Costa
— Arq.º Sebastião Formosinho Sanchez
— Eng.º João Avelino Cunha Serra
— Dr. Gustavo Coutinho Mota

COMISSÃO DE CONTAS

EFFECTIVOS

Presidente — Dr. José de Freitas Branco de Herédia

Secretário — Dr. Anibal Gama Caeiro

Relator — Conrado Andersen

SUBSTITUTOS

Presidente — José Pires Cardoso de Oliveira

Secretário — Eng.º Diogo Sobral

Relator — Dr. Migueld Horta e Costa

ESTUDOS HISTÓRICOS DE DEFESA DO PATRIMÓNIO

D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita

Dr. Durval Pires de Lima

Eng.º Manuel José Maia Athayde

Dr. Adriano de Gusmão

ESTUDOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

Dr. João Xavier de Brito

Dr. José Cassiano Neves

Dr. António Ferreira Marques

Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa

Dr. Gustavo Coutinho Mota

ESTUDOS DE ESTÉTICA E URBANIZAÇÃO

Arq.º Luís Benavente

Arq.º António Veloso Reis Camelo

Dr.ª Estela Basso

Eng.º Diogo Sobral
Arq.º António Caria Mendes

MOVIMENTO CULTURAL E DE PROPAGANDA

Dr. Paulo Caratão Soromenho
Padre Francisco Santos Costa
Dr. José Fernando Mascarenhas

COMISSÃO DO BOLETIM

Presidente (Nomeado) — Dr. Paulo Caratão Soromenho

COMISSÃO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E DEFESA
DO PATRIMÓNIO

- Presidente* — D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita — *eleita*
— Dr. Durval Pires de Lima
— Dr. Aníbal da Gama Caeiro
— Dr. Francisco Santana — *eleito*
— Dr. Adriano de Gusmão

COMISSÃO DE ESTUDOS ECONÓMICOS E SOCIAIS

- Presidente* — Dr. João Xavier de Brito — *eleito*
— Dr. José Cassiano Neves
— Dr. António Ferreira Marques
— Eng.º José Teixeira Ferreira da Costa
— Dr. Gustavo Coutinho Mota

COMISSÃO DE ESTUDOS DE ESTÉTICA E URBANIZAÇÃO

- Presidente* — Eng.º Manuel José Maia Athayde — *eleito*
— Arq.º Luís Benavente
— Arq.º António Veloso Reis Camelo
— Dr.ª D. Estela Basso
— Arq.º António Caria Mendes

COMISSÃO DE MOVIMENTO CULTURAL E DE PROPAGANDA

- Presidente* — Vilians Leal — *eleito*
— Dr. Paulo Caratão Soromenho
— Padre Francisco Santos Costa
— Dr. João Gerardo Vieira Lisboa — *eleito*
— Dr. José Fernandes Mascarenhas

*Enriqueça a sua Camoniana
e a de pessoas amigas
adquirindo o nosso
OLISIPO de 1979-80*



*Contém 44 títulos sobre
O POETA
LISBOA e LISBOETAS*



*Um belo volume muito ilustrado
com 292 páginas
pelo preço de 400\$00*



*Em breve uma raridade
pois
restam poucos exemplares*